

Tornar-se jurista é uma interpelação constitutiva. Com essa premissa, o autor busca demonstrar como se formou, ao redor do processo de recrutamento dos agentes públicos, uma complexa teia de relações (o Circuito) que une diferentes atores e que cumpre papel decisivo na formação dos futuros juristas do Estado (juízes, promotores, advogados públicos e defensores). Ao sublinhar a importância da inserção do concurseiro nesse Circuito, busca discutir como o regime de verdade no Direito vai muito além da linguagem, colocando em questão um universo simbólico, estruturado assimetricamente, que ganha vida no próprio corpo do jurista, que é interpelado em seu modo de agir, falar e se vestir.

ISBN 978-65-5959-684-3



9 786559 596843

www.editorathoth.com.br

LUIZ FELIPE DA MATA MACHADO SILVA

O CIRCUITO DOS CONCURSOS

THOTH
EDITORA

LUIZ FELIPE DA MATA MACHADO SILVA

O CIRCUITO DOS CONCURSOS

SUBJETIVAÇÃO E VERDADE NO DIREITO

Prefácio

Juliana Neuenschwander Magalhães


THOTH
EDITORA





**LUIZ FELIPE DA MATA
MACHADO SILVA**

Mestre e doutor em Direito (PPGD/UnB). Estágio pós-doutoral em sociologia (PP-GSOL/UnB). Procurador do Distrito Federal, Ex-Advogado da União.

O seu livro *Thoth* está disponível em: E-book

O CIRCUITO DOS CONCURSOS

SUBJETIVAÇÃO E VERDADE NO DIREITO

www.booksbyauthors.com

Este livro é uma obra de divulgação científica e jurídica, destinada a ser lida e compreendida por todos os interessados em Direito e em concursos públicos. O autor, Luiz Felipe da Mata Machado Silva, é um jurista e advogado de renome, com vasta experiência em Direito e em concursos públicos. O livro aborda temas de atualidade e relevância para a prática jurídica e para a preparação para concursos públicos. O livro é uma obra de divulgação científica e jurídica, destinada a ser lida e compreendida por todos os interessados em Direito e em concursos públicos. O autor, Luiz Felipe da Mata Machado Silva, é um jurista e advogado de renome, com vasta experiência em Direito e em concursos públicos. O livro aborda temas de atualidade e relevância para a prática jurídica e para a preparação para concursos públicos.

Edição: Thoth, 2023, 1ª edição

BOOKS BY
AUTHORS

O seu livro Thoth está disponível em: E-book



Acesse o site:

www.booksbyauthors.com

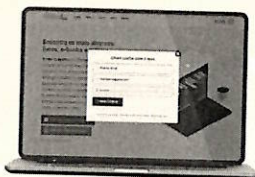
- Caso tenha adquirido seu livro através do site da **Editora Thoth**, você receberá o código de ativação do e-book por meio do e-mail cadastrado.
- Se adquiriu este livro através de terceiros, você poderá solicitar o código de ativação do e-book através do e-mail:

contato@editorathoth.com.br

Editora Thoth parceira da:

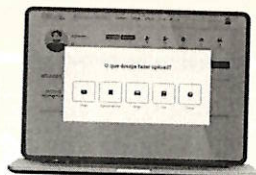
**BOOKS BY
AUTHORS** 

Conheça melhor a Books by Authors



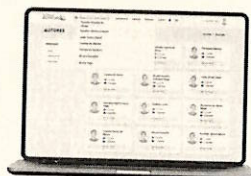
1. CRIAR PERFIL

Crie seu perfil para ter acesso às nossas funções e se encante pela Books by Authors.



2. PUBLICAÇÕES

Publique no seu perfil conteúdos acadêmicos de sua autoria: artigos, trabalhos acadêmicos, livros e vídeos.



3. BUSQUE POR PERFIS

Pesquise diversos autores e siga os seus favoritos, para ficar por dentro de suas publicações.



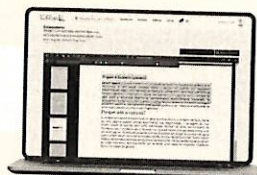
4. MENSAGENS

Envie mensagens para outros perfis por meio da nossa plataforma.



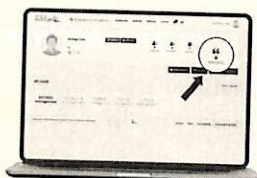
5. ACESSE LIVROS EM E-BOOK

Acesse livros digitais pelo código concedido pelas editoras ou adquira uma das obras disponíveis para a venda.



6. LEITOR

No leitor você poderá grifar seus trechos favoritos, fazer anotações e expandir a tela para uma melhor experiência de leitura.



7. CITAÇÕES

Saiba quando for citado em publicações de outros autores.

BOOKS BY
AUTHORS



LUIZ FELIPE DA MATA MACHADO SILVA

O CIRCUITO DOS CONCURSOS

SUBJETIVAÇÃO E VERDADE NO DIREITO

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Silva, Luiz Felipe da Mata Machado.
O Circuito dos concursos: subjetivação e
verdade no Direito. / Luiz Felipe da Mata
Machado Silva. – Londrina, PR: Thoth,
2024.

234 p.

Bibliografias: 227-234

ISBN: 978-65-5959-684-3

1. Concurso público. 2. Meritocracia. 3.
Cotas raciais. I. Título.

CDD 340

Índices para catálogo sistemático

1. Direito: 340

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Luiz Morando

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SOBRE O AUTOR

LUIZ FELIPE DA MATA MACHADO SILVA

Mestre e doutor em Direito (PPGD/UnB). Estágio pós-doutoral em
sociologia (PPGSOL/UnB). Procurador do Distrito Federal. Ex-Advogado
da União. Email: felipematamachado@gmail.com.

SOBRE O AUTOR

UMA INTRODUÇÃO DE NATA MARI NUNO SILVA

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Edson Farias nasceu em 1945, em São Paulo. É formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Trabalhou como advogado e professor. É autor de vários livros e artigos. Sua obra é marcada por um forte engajamento social e político.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

AGRADECIMENTOS

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Para o Edson Farias, que me mostrou como o Direito pode ser lido pelas lentes da sociologia.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

Este livro é uma obra de grande importância para a história da literatura brasileira. O autor, Edson Farias, é um dos mais importantes escritores da atualidade. A obra é uma coletânea de textos que abordam temas de grande relevância social e política. A linguagem é clara e acessível, tornando-se uma leitura obrigatória para todos os interessados em cultura e história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas/os as/os professoras/es e servidoras/es do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB (PPGSOL/UnB) pela riquíssima oportunidade na realização deste pós-doutorado. Aos colegas do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD), especialmente ao professor Edson Farias, que gentilmente me orienta desde meu PIBICQ/CNPQ. Agradeço também a todas/os as/os professoras/os e servidoras/es do Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB (PPGD/UnB). Notadamente ao professor Menelick de Carvalho Netto, meu orientador no mestrado e doutorado e referência de toda uma vida. Às professoras Juliana Neuenschwander Magalhães e Vera Karan de Chueiri. À Editora Thoth, por meio da competente Bruna Carvalho.

Parte fundamental desta pesquisa foram as pessoas que se dispuseram a me conceder entrevistas. Gostaria de deixar um especial agradecimento a todas/os pela enorme gentileza e compromisso com a ciência brasileira.

Agradeço à Aninha e Nina, meus amores. Com afeto infinito, ao meu pai e Gláucia, meus irmãos, padrinhos e afilhadas: Fred, Ju e Tavinho; Lelena Botelho e Hamilton; Lulu, Olívia e Júlia, além, é claro, do meu sobrinho Tom. Com muitas saudades, à Flávia Botelho, Gilda e Aziz. A todos os meus amigos do Partido, especialmente ao Pedro Leal, cuja generosidade trouxe vida a este livro. Ao Léo Leoncy, André Kehdi (Vila), Clarice Calixto, Tia Sandra, Maria de Lourdes, Jésus Santigo e Gisele Monteiro. Ao professor Luiz Morando, pela competente correção.

À minha mãe e à Tia Lelena, pela eterna presença mesmo na dolorida falta.

APRESENTAÇÃO

A NEUTRALIZAÇÃO DO “JURISTA” COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DA DOGMÁTICA JURÍDICA. A ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO COMO FORMA DE PROBLEMATIZAR O “SUJEITO” DO CONHECIMENTO JURÍDICO E A CONSTRUÇÃO DA “VERDADE” NO CAMPO DO DIREITO

Se você quer compreender o que é ciência, [...] você deve entender o que seus praticantes fazem

(Geertz, 2019, p. 4. Grifo meu).

A despeito da falta de originalidade, o problema enfrentado nesta pesquisa ainda parece necessário e atual: o empoderamento do sistema jurídico. As repercussões das decisões tomadas no campo do Direito deixaram de estar restritas ao universo dos juristas e ganharam as páginas de jornal, as mensagens de WhatsApp.

Contudo, a análise do empoderamento do sistema jurídico, feita a partir do Direito, se dá dentro das regras tecidas no próprio campo. Nós, juristas¹, utilizamos de nossa metodologia, e epistemologia, para nossas observações, reforçando grande parte das categorias que poderiam explicar o fenômeno observado.

A “judicialização da política”, a “politização do direito” e o “ativismo judicial”, nesse sentido, são categorias mobilizadas com frequência pela doutrina², mas também pelos aplicadores do Direito, para observar seu engrandecimento. Por meio desse repertório analítico, o sistema jurídico

1. Utilizarei “jurista” como sinônimo de “Bacharel em Direito”, ou seja, como aquele profissional que finalizou o curso de Direito e obteve o seu diploma respectivo.

2. A expressão “ativismo judicial”, por outro lado, é foco de grande disputa, também, fora do Direito, como demonstram Arguelles, Oliveira e Ribeiro (2012). Por sua vez, André Borges Uliano (2022), em livro denominado *Contra o ativismo judicial*, aponta que não há um conceito unívoco no Direito para o instituto. Ele apresenta sete situações em que aquela expressão é apresentada, sem que se tenha coerência sobre seu uso. Em complemento, esse autor propõe conceituar ativismo como “[...] o exercício da jurisdição por meio de decisões que substituem a opção do órgão, a princípio, competente para efetuar aquela escolha, por meio de padrões hermenêuticos inconsistentes” (Uliano, 2022, p. 16).

problematizará, em síntese, os limites e a legitimidade do campo que operam.

O “ativismo judicial”, por exemplo, é assim conceituado por Carlos Alexandre de Azevedo Campos, em obra que recebe o nome do instituto:

[...] defino o ativismo judicial como o exercício expansivo não necessariamente ilegítimo, de poderes político-normativo por parte de juízes e cortes em face dos demais atores políticos que: a) deve ser identificado e avaliado segundo os desenhos institucionais estabelecidos pela constituições e leis locais; b) responde aos mais variados fatores institucionais, políticos, sociais e jurídico-culturais presentes em contextos particulares e em momentos históricos distintos; c) *se manifesta por meio de múltiplas dimensões de práticas decisórias* (Campos, 2014, p. 349. Sublinhado meu; negrito do autor).

Portanto, como explica o autor, é dentro dos “desenhos institucionais estabelecidos pela Constituição e pelas leis” brasileiras que as decisões jurídicas têm sua natureza (se “ativista” ou não) analisada. Contudo, de saída, sabemos que somente o jurista tem legitimidade para interpretar quais são os desenhos estabelecidos pela Constituição e pelas leis. Assim, estamos diante de uma tautologia que cumpre um papel importante no empoderamento que pretendemos observar: o Direito se engrandece; compete a ele criar categorias para analisar seu engrandecimento; amplia-se o poder do sistema jurídico, e dos juristas, de impor classificações (Bourdieu, 2020) ao mundo social.

De todo modo, se prosseguirmos na trilha do Direito, a análise dos “desenhos institucionais estabelecidos pela Constituição e pelas leis”, e como esses desenhos ensejam a aplicação do Direito, é tarefa da dogmática jurídica. Como explica Tércio Sampaio de Ferraz Júnior (2015), compete à dogmática fixar as “condições do juridicamente possível”: ou seja, considerando a inexorável contingência do processo de positivação do Direito (elaboração das normas) e dos fatos a serem por ele regidos, compete à dogmática operar como uma técnica capaz de estabelecer (parcialmente) um critério de estabilização da *aplicação do Direito* – operação que envolve a articulação da norma e do fato. Veja-se:

Sua função social (da dogmática) nesse sentido, está na *limitação das possibilidades de variação na relação de aplicação, quando seus dois polos (a positivação do direito e os fatos) se tornam contingente* [...] Sua função repousa, outrossim, no *controle de consistência de decisões* tendo em vista outras decisões; em outras palavras, no controle de consistência de decisões tendo em vista outras decisões; em outras palavras, no controle de *consistência da decidibilidade*, sendo, então, *a partir dela que se torna viável definir as condições do juridicamente possível* (Ferraz Júnior, 2015, p. 97. Grifos meus).

Ao se debruçar sobre a questão da *decisibilidade*, ou seja, de como é possível construir critérios de controle da consistência das decisões judiciais, a dogmática tem como núcleo a atividade do juiz³. Ora, é dele a função de decidir o conflito no caso concreto. E é a qualidade de sua decisão, em referência ao ordenamento jurídico, que está em questão quando nos debruçamos sobre a adequada justificação de uma sentença. Assim, quando nos indagamos se o STF pode proibir cultos religiosos no meio de uma pandemia ou impedir a nomeação de um ministro sujeito a inquérito policial, o que está em questão é: teria a Suprema Corte poderes para fazê-lo? Teria havido usurpação da competência do Parlamento/Executivo? A justificação da decisão, dentro dos “desenhos institucionais estabelecidos pelo ordenamento”, foi adequada?

Não há dúvida da importância desse debate. Contudo, o que pretendo sublinhar é que existe uma premissa fundamental para nos perguntarmos se o juiz, ou tribunal, decidiu corretamente: não nos perguntarmos “quem é o juiz”. Limitamo-nos a nos indagar se ele abusou ou não do seu poder; se decidiu bem ou mal. A figura do julgador, contudo, é colocada como um *a priori* para a própria dogmática. Nos dizeres de Bourdieu, os juristas devem discutir, incessantemente, sobre a justiça, princípio que os legitima a atuar em nome do universal. Mas jamais colocarão em questão o seu lugar de justiceiro (Bourdieu, 2015a).

Não há qualquer aleatoriedade na neutralização dos juristas. O Direito é a linguagem do Estado. Se o Estado ritualiza sua legitimidade pelo Direito, é natural que os agentes titulares dessa linguagem gozem desse mesmo processo de naturalização por ele ostentada. Afinal, é falando em nome do Estado que os juristas reconhecem a si mesmos como os responsáveis por estabelecer o que é “público”, o que é “universal”, “o que é o Direito”.

A neutralização do jurista constitui capítulo fundamental de um apagamento ainda mais sutil e, por isso, poderoso: a crença no processo de construção da “verdade” em nosso campo. Quando se atribuem à dogmática as condições de possibilidade do desenvolvimento do argumento jurídico, apagam-se as disputas ali operadas sobre o poder de nomear o que é, ou não, o Direito. Neutralizam-se as hierarquias presentes no campo que atribuem a distintos atores diferentes poderes de dizer o que é o Direito (Bourdieu, 1986). Ora, não é por acaso que, para conceituar “dogmática jurídica”, recorro a um prestigiado autor da USP, não a um professor em início de carreira lecionando em faculdade pouco conhecida. Quando discuto o ativismo, valho-me de decisões do STF, não de um juízo singular.

3. Aliás, mesmo a teoria/filosofia do Direito de Dworkin, em sua obra clássica *O império do Direito* (1999), estrutura-se a partir da figura do juiz.

Esta pesquisa seguirá o caminho oposto. Interessa-se, sobretudo, em expor como se consolidam e se (auto)legitimam algumas das *assimetrias* que constituem e dão sentido ao sistema jurídico, mas que vêm a ser neutralizadas pelo poder simbólico exercido pelo próprio Direito, em sua função de linguagem do Estado.

Nesse sentido, para problematizar o empoderamento do sistema jurídico, não se valerá das categorias teóricas tecidas pela dogmática. Em outro sentido, buscará observar as profundas alterações por que passaram o campo do Direito, com especial interesse na formação dos juristas e na profissionalização e interiorização de suas carreiras (no interior do Estado). Assim como não há “saber” sem “poder” (Foucault, 2009)⁴, não há “saber” (e poder) sem “sujeito”. Historicizar os diferentes atores que são os titulares da linguagem por meio da qual o Estado ritualiza o universal é condição para compreendermos:

a) como as diferentes hierarquias que estruturam o sistema jurídico organizam a participação dos diferentes atores na formulação da verdade no campo do Direito;

b) consequentemente, como a verdade no sistema jurídico é um conceito que se constrói nessa disputa (desigual), em que as condições de se poder dizer o que é o Direito válido são assimetricamente distribuídas.

Com Bourdieu, parte-se da premissa de que a verdade é um lugar de lutas, sobretudo “nos universos sociais relativamente autônomos que chamo de campos, nos quais profissionais da produção simbólica se enfrentam em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social” (Bourdieu, 2010, p. 82).

A escolha do concurso público como objeto de pesquisa se legitima, nesse contexto, pela sua condição de abordar mudanças estruturais que permearam todo o campo do Direito nos últimos anos: o aumento exponencial do número de juristas no mercado de trabalho; a consolidação e interiorização das carreiras jurídicas de Estado; a influência das mídias digitais na circulação do conhecimento jurídico; a redefinição do papel da jurisprudência, notadamente dos Tribunais Superiores.

Concomitantemente, o concurso nos permite problematizar, também, como essa nova realidade objetiva no campo do Direito, que resultou em

4. “Esse grande mito (de que a verdade nunca pertence ao poder político) precisa ser liquidado. Foi esse mito que Nietzsche começou a demolir ao mostrar, em numerosos textos já citados, que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. *O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber*” (Foucault, 2009a, p. 51. Grifo meu). “Estamos sujeitos à produção da verdade pelo poder e não podemos exercer poder senão através da produção da verdade [...] Precisamos produzir a verdade assim como produzimos riqueza. Na verdade, precisamos produzir a verdade antes de produzir a riqueza” (Foucault, 2010, p. 92).

seu empoderamento, foi decisiva para a construção de um novo *habitus* do jurista, que se forma não mais no “*ethos* restritivo” neopositivista (Silva, 2020)⁵, mas partilhando da crença de que ao Direito compete um amplo poder de decisão sobre o mundo social.

Como buscarei demonstrar, a profissionalização dos concursos públicos criou, ao seu redor, uma rede que coloca em conexão diversos atores: os cursos preparatórios; as editoras jurídicas; professores e influenciadores; a OAB; profissionais de áreas afins (como terapeutas e preparadores físicos); as organizadoras de concurso, aqui chamadas de instituições avaliadoras; o poder judiciário; as próprias carreiras; e, claro, os autodenominados “concurseiros”.

Das relações travadas no âmbito desse Circuito se estruturou, por um lado, um importante espaço de disputa e legitimação sobre a circulação do conhecimento⁶ e prestígio no âmbito do Direito – que, com Bourdieu, denominarei “*capital jurídico*” (Bourdieu, 1986), ou seja, o poder de influenciar na construção da verdade no campo respectivo. Por outro, o processo de formação do concurseiro foi redefinido, exigindo-se dele não apenas a aquisição de determinado conhecimento, mas a sua inserção em verdadeiro “modo de vida”, investindo-o em formas de cuidar do corpo, da mente, de sua relação com a família, seus horários de lazer.

Parte decisiva desse “modo de vida” do concurseiro é inseri-lo nos rituais da carreira desejada e, consequentemente, das que lhe são afins. Em sua preparação para o cargo de juiz, não lhe é ensinada apenas a técnica/dogmática que irá aplicar ao julgar uma causa. De outro modo, ele é inserido, de forma muito sutil, em toda a crença que constitui a carreira: os rituais das audiências; a importância dos pronomes de tratamentos; as relações hierárquicas com os desembargadores, servidores e jurisdicionados.

Parece evidente, desse modo, o interesse imediato das carreiras na realização do concurso público. Pessoalmente, todo servidor tem sua vida

5. Chamo de “*ethos restritivo*” o *habitus* do jurista no longo período em que o neopositivismo preponderou no direito brasileiro, antes da promulgação da Constituição de 1988. A realidade objetiva presente no cotidiano do jurista, externalizado nas leis e doutrina, era por ele incorporada em sua formulação sobre o que significava o Direito. Assim, os princípios norteadores do neopositivismo, que implicavam uma profunda restrição do Direito em relação à política, *constituíam* a visão do jurista sobre o que seria sua profissão.

6. A despeito de suas especificidades, a circulação do conhecimento jurídico é pensada aqui como inscrita em um campo sociológico mais amplo, que diz respeito à circulação cultural e do conhecimento, objetos da Sociologia da Cultura. Nesse sentido, segundo Edson Farias (2016, p. 1), “enquanto problema sociológico, a circulação cultural e do conhecimento diz respeito aos empréstimos, às transferências, às mimetizações e às recepções cruzadas entre diferentes matrizes sociossimbólicas, saberes, técnicas, ideários, instituições, formatos, mídias e posições de autoria, bem como à formação de esferas públicas, mitologias, afetividades, mercados e identidades intelectuais confrontadas a contextos de produção assimétricos, como o europeu, o africano, o norte e o sul-americano, além do brasileiro”.

funcional vinculada à sua posição no concurso, que determinará as condições de sua lotação, promoção e aposentadoria⁷, além da divisão de trabalho. A abertura de novos concursos, portanto, interessa indistintamente a todos os membros, tornando-se um tema central das poderosas associações de juízes, promotores, procuradores e defensores que atuam na defesa de seus representados no Congresso e no Executivo⁸.

Por outro lado, a dificuldade do concurso passa a ser um importante definidor do prestígio da carreira e é com base nesse prestígio que disputas em torno de prerrogativas (poder funcional, vencimentos etc.) são travadas. O concurso público, como os vestibulares, cumpre papel determinante na mediação do acesso a capitais culturais/educacionais, que exercem papel decisivo no acesso de pessoas e grupos sociais aos postos centrais do Estado e do mercado e como esses lugares sociais relacionam-se entre si.

A profissionalização dos concursos participa, também, do mundo universitário do Direito. Por um lado, os livros, arquivos em PDF, professores e videoaulas compõem a vida acadêmica do futuro bacharel. Por outro, o prestígio das instituições de ensino superior está atrelado (entre outros) ao sucesso de seu corpo discente nos certames e na “Prova da Ordem”, cujas características são indissociáveis, hoje, do universo dos concursos públicos.

Interessa-me, portanto, compreender como o Circuito reorganizou, *objetivamente*, classificações relevantes no interior do Direito, redefinindo práticas, discursos e rituais de consagração⁹ que participam na redefinição de poderes:

a) no próprio campo do Direito, sendo a mais visível delas o empoderamento dos Tribunais Superiores, mas com repercussões em diversas outras nuances, como a própria consolidação das carreiras jurídicas;

b) na disputa de poderes dentro do Estado, com o empoderamento das decisões do sistema jurídico em relação aos demais poderes do Estado. Consequentemente, com a maior capacidade de suas carreiras de reivindicar poder em relação (sobretudo) à administração pública.

Por outro lado, perscrutar como essas mudanças objetivas no campo do Direito são incorporadas *subjetivamente* em seus distintos atores, que

passam, a partir de sua hierarquia no campo, a participar e reproduzir o mundo social que habitam (*habitus*).

Assim, no capítulo 1, será defendido como o processo de formação do jurista do Estado pressupõe inseri-lo em uma *prática* cujas regras elementares são nele incorporadas como condição de sua participação naquela interação – o que Bourdieu (2001b) denomina *illusio*. Consequentemente, para se perscrutar sobre a verdade no campo, não podemos nos limitar aos enunciados linguísticos nele prolatados, pois existe todo um universo simbólico que lhes dá sentido.

No capítulo 2, serão apresentados os principais atores do Circuito, focalizando sobretudo a interação/disputa entre eles. Ademais, como a concentração de empresas que marca a educação brasileira se faz igualmente presente no Circuito e é decisiva para compreendermos seus contornos.

Em seguida, no capítulo 3, será discutido o que aqui é denominado como “empoderamento do sistema jurídico” e como o Circuito se inscreve nesse processo. Serão enfocados os antecedentes históricos à sua consolidação (do Circuito), bem como alguns aspectos da profissionalização e interiorização das carreiras jurídicas, fenômeno decisivo para compreender a emergência dos juristas do Estado como um grupo social relativamente coeso.

No capítulo 4 será ressaltada a singularidade histórica do Circuito. Ao analisar as três principais reformas de Estado ocorridas no Brasil, busca-se demonstrar que, adotando ou não o concurso como princípio, em nenhum outro momento foi estruturada uma rede de interação que articulasse editoras, cursos preparatórios, professores, instituições avaliadoras em torno do certame. Ademais, será pontuado como o discurso da “técnica” e do “mérito”, que atravessa a adoção do concurso público como meio de recrutamento de agentes públicos, é sempre atravessado por decisões políticas que lhe dão sentido.

O capítulo 5 é o resultado da maior parte da pesquisa aqui realizada e, portanto, o fio condutor de todo o argumento deste livro. Após acompanhar o curso preparatório para promotores do Estratégia por um ano; entrevistar os mais diferentes atores do Circuito (concurseiros, empresários, editores, professores); seguir muitas das principais páginas voltadas a concurso; e realizar grupo focal, busco pontuar algumas das características desse espaço social. Em especial: a) apresentar alguns dos princípios que cercam a preparação do concurseiro (princípio da acumulação do conhecimento; equação tempo-conteúdo; imperativo do novo); b) compreender algumas das regras de circulação e legitimação do conhecimento ali vigentes, pautadas sobretudo na crença da objetividade do saber; c) explicitar como o Circuito convoca o candidato a ascender às virtudes que consagra como legítimas,

7. Outros critérios podem vir a concorrer com o tempo de carreira, como a chamada “promoção por merecimento”. Contudo, até mesmo o merecimento tem, em sua fórmula, pré-requisitos vinculados ao tempo no cargo.

8. Em 2023, a Advocacia Pública constituiu frente parlamentar no Congresso contando com a participação de mais de duzentos parlamentares dos mais diferentes partidos e estados brasileiros. Veja-se: <https://www.anauni.org.br>. Acesso em: 1º jun. 2023.

9. Como explica Bourdieu (2020, p. 105), “[...] a consagração duplica pela fala alguma coisa que já existia. Mas, de certa maneira, essa duplicação muda tudo: aquilo que era apenas uma diferença torna-se uma distinção a alguma coisa legítima e sagrada, uma fronteira sacralizada”.

estimulando-o a exercer técnicas muito particulares de “domínio de si”; d) consequentemente, como esse espaço social promove um processo de *docilidade* na aprendizagem (Foucault, 2013).

O capítulo 6 aprofunda o papel de *mediador* operado pelo Circuito, explicitando como ele pressupõe e participa, ao portar em si a crença na “técnica”, da organização das assimetrias constitutivas do sistema jurídico. Em outros termos, busca-se aprofundar como o Estado, utilizando-se (também) do concurso, constitui diferentes círculos de prestígio em que são estabelecidos distintos critérios que disciplinam as disputas sobre quem está autorizado a dizer o direito válido. Ao sublinhar essas assimetrias como elemento indissociável da organização da prática do Direito, como estrutura que lhe dá sentido, busca-se problematizar os limites e as possibilidades dos princípios da igualdade e da separação dos poderes como horizontes valorativos do Direito.

Por fim, o capítulo 7 busca demonstrar como os princípios formativos dos juristas do Estado, elencados em todo o livro, estão inscritos no domínio ideológico do neoliberalismo, modelo socioeconômico vigente em que se investe na técnica, na disciplina e no mérito como pilares da sociabilidade humana. Por outro lado, discute as possibilidades – e limitações – que as cotas imprimem à racionalidade vigente.

PREFÁCIO

INTERROMPENDO O CIRCUITO / CURTO-CIRCUITO

O texto que tenho aqui a honra de apresentar é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado que Luiz Felipe da Mata Machado Silva desenvolveu junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Ocorre que Felipe é bacharel, mestre e doutor em Direito, além de atuar como advogado público no Distrito Federal. Sua incursão na Sociologia, para elaborar a pesquisa intitulada “O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito” é produto, portanto, de um duplo movimento de distanciamento, tanto do seu lugar de formação e produção do conhecimento quanto do lugar de “ex-concurseiro”, como ele se autodenomina, e atual advogado público.

O resultado dessa corajosa e ousada empreitada não poderia ter sido melhor: o texto que resultou da ampla investigação de caráter teórico e empírico, é de grande sofisticação teórica, bem escrito e de uma lucidez que faz restar insuspeita a proximidade que o autor guarda com o campo pesquisado. Destaca-se também a pesquisa de campo realizada, com entrevistas e até mesmo observação participante em cursos preparatórios de concurso *on-line*. O mérito, sem dúvida, é também do Professor Doutor Edson Farias, que supervisionou a pesquisa e, ao guiá-la teórica e metodologicamente, tornou possível que nela se evidenciassem as qualidades de um pesquisador maduro, talhado na genuína transdisciplinaridade. O resultado desse encontro de Felipe com Edson e desse transe do Direito para a Sociologia certamente em muito contribui para ambos os campos do conhecimento.

Felipe, com a modéstia que lhe é habitual e que caracteriza os bons intelectuais, afirma que embora seja necessária e atual, sua pesquisa carece de originalidade. Discordo! É certo que o tema do empoderamento do sistema jurídico tem sido objeto de interesse no campo do direito e da sociologia desde pelo menos 30 anos: na vasta literatura disponível sobre o tema, pululam expressões como “judicialização da política”, “politização

do direito” e “ativismo judicial”, que já se incorporaram, naturalizadas, ao juridiquês.

Felipe Mata Machado chama atenção para o caráter tautológico daquelas construções, com as quais os juristas (também sociólogos e cientistas políticos) tentaram explicar juridicamente esse fenômeno. Os juristas estão presos à dinâmica da dogmática que dizem aplicar e não conseguem observar que a prática do direito vai muito além dessa dogmática. Nessa medida, o interesse de Felipe Silva passa a se voltar para aquelas “assimetrias que constituem e dão sentido ao sistema jurídico”, que se consolidam e se autolegitimam ao mesmo tempo em que são “neutralizadas pelo poder simbólico exercido pelo próprio Direito, em sua função de linguagem do Estado”.

Para problematizar o empoderamento do sistema jurídico, portanto, Felipe não se valerá das categorias teóricas tecidas pela dogmática. Em outro sentido, buscará observar as profundas alterações sofridas pelo campo do Direito, especialmente no que diz respeito à formação dos bacharéis, na profissionalização das carreiras jurídicas do Estado e, sobretudo, nos mecanismos de seleção, recrutamento e subjetivação dos juristas públicos.

É aí que a pesquisa ora apresentada se revela original, pois na literatura jurídica e sociológica, mesmo naquela interessada no empoderamento do sistema jurídico, pouca atenção tem se dado aos concursos públicos como fenômeno jurídico social. Não foi devidamente estudado, até a presente obra, o desdobramento do empoderamento do direito na ativação daquilo que o autor chamou de “circuito dos concursos”. O circuito que, por sua vez, reforça a própria preponderância do sistema jurídico.

O termo “circuito”, *ben trovato*, revela essa circularidade, ao mesmo tempo em que permite observar como ela se constitui e opera, não apenas para selecionar juristas públicos, mas também para moldá-los subjetivamente. Ao evitar as fórmulas já tradicionais, como “ativismo judicial”, a pesquisa de Felipe torna possível se pensar no crescente caráter “instituinte” de decisões judiciais como um ponto da circularidade do Circuito.

O Circuito é tratado por Felipe como um campo no sentido de Pierre Bourdieu, ou seja, “como um espaço social assimetricamente estruturado em que diferentes atores interagem e onde distintos capitais sociais estão em disputa”. O circuito é formado pelos cursos preparatórios, as editoras, os professores transformados em “professores-celebridade”, as instituições que organizam os concursos, as bancas examinadoras e, claro, os próprios concurseiros.

O circuito promete altos salários, estabilidade no emprego, ascensão social aos privilégios de casta e, claro, poder. Todo estudante recém ingresso em qualquer dos 1.750 cursos jurídicos existentes no País almeja o sucesso

num concurso público. E, se os cursos de direito muitas vezes funcionam mais como fábricas de ilusões, para alcançar êxito no concurso, já não basta o diploma de bacharel. Esse era suficiente nos velhos tempos, em que os juizes de início de carreira se embrenhavam nos longínquos interiores, com salário modesto e sem grandes privilégios, embora sempre vestindo a capa de uma certa nobreza, o que lhe valia especial deferência da população local. Muitos eram movidos pelo amor ao Direito, pelos ideais de justiça, pela vontade de servir ao povo. Velhos tempos.

O juiz não tinha carrão na garagem, não viajava para a Europa ou para Miami, não dava entrevistas aos jornais, não convidava cantores famosos para sua posse, não se exibia nos eventos sociais. O protótipo do juiz, naqueles velhos tempos, era do juiz modesto, silente, discreto, trabalhador, embora certamente uma autoridade. Em tempos de ditadura muitos, pelo simples fato de serem legalistas, foram perseguidos, removidos compulsoriamente ou mesmo aposentados (cito aqui Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal, Ministros do STF cassados pela ditadura).

A redemocratização e a Constituição de 1988 apostaram no robustecimento das carreiras jurídicas como garantes da democracia. Conferiu-lhes a necessária autonomia, administrativa, organizacional, orçamentária, disciplinar. E reforçou os concursos públicos como mecanismo democrático de recrutamento de seus membros. Na sequência, nos anos 1990 o ensino superior abriu-se de forma exponencial à iniciativa privada, com uma verdadeira explosão de faculdades de direito, que formam uma legião de bacharéis ávidos por concursos. Explosão dos cursos preparatórios para o “Exame de Ordem”; explosão de cursos preparatórios de concursos, essa excrescência que só no Brasil deve existir, muitas vezes ministrados por “escolas judiciais” ligadas ao próprio órgão recrutador.

Também nos 90, ao passo em que buscava reformar a Administração Pública, o governo Fernando Henrique Cardoso cuidou de hipervalorizar as carreiras jurídicas, consideradas estratégicas (sobretudo para quem está no Poder, se veria mais tarde). A porta de entrada dessas carreiras é o concurso. O concurso garante muito mais que a excelência técnico-jurídica. Ele proporciona a excelência ideológica, o recrutamento de sujeitos afinados ideologicamente com a instituição, capazes de reproduzir e perpetuar a cultura institucional – eles permitem a subjetivação dos futuros integrantes de carreiras que demandam por sujeitos docilizados e disciplinados.

Fecha-se assim o circuito dos concursos. Uma espécie de circuito Elizabeth Arden. Badalado, frenético, competitivo, aplainador das diferenças. Neoliberalismo na veia. O circuito se insere perfeitamente na ordem do neoliberalismo. Na lógica neoliberal do Estado que hipervaloriza as carreiras estratégicas, o preço a pagar é a manutenção dessa ordem.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO.....	21

CAPÍTULO 1

CIRCUITO, SUBJETIVAÇÃO E VERDADE NO DIREITO	31
1.1 O que leva o concurseiro a orientar sua agência a partir do modo de vida delineado pelo Circuito?	31
1.2 Direito, linguagem e verdade: a verdade, no Direito, não se esgota na análise da linguagem	34
1.2.1 O Circuito como mediador do acesso ao cargo público e da construção das assimetrias entre as diferentes carreiras/funções	34
1.2.2 Uma objeção: ética e Direito.....	36
1.2.3 Como a exposição dos jogos de poder no interior do Direito podem auxiliar o debate sobre a ética e a técnica nesse campo.....	37
1.3 Verdade e subjetivação: formar juristas é inseri-los em uma prática (não apenas linguística)	40

CAPÍTULO 2

APRESENTANDO O “CIRCUITO DOS CONCURSOS”.....	45
2.1 Precedentes à profissionalização dos concursos: a explosão do número de bacharéis; a Reforma do Estado e o “novo exame da Ordem”	45
2.2 O fechamento e a nacionalização do Circuito: a incorporação da TI no mercado dos concursos	50
2.3 O concurso público como uma interação entre diferentes atores de um Circuito	51
2.4 Atores do Circuito dos concursos.....	55
2.4.1 O Circuito e a concentração das empresas educacionais.....	55
2.4.2 Os grandes cursos preparatórios (e os investimentos privados)	58
2.4.2.1 As inovações da Rede LFG.....	58

O circuito forma os juristas de Estado para tal fim. Ele exige do concurseiro um tipo de conhecimento pautado pela lógica da acumulação e pelo que Felipe chama de “imperativo do novo”. Como ele diz, a competitividade imposta aos concursos tem na crença da “atualização” constante um elemento decisivo. Algo muito coerente com a lógica presentista que marca a época em que vivemos: conhecer as últimas decisões dos tribunais é símbolo de conhecimento e prestígio. No presentismo, não há tempo, nem espaço, para a reflexão e a crítica. Interessante, também, é como Felipe demonstra por que nesse processo de subjetivação dos concurseiros se inscreve uma vigilância sobre seu corpo e seu modo de vida, com a exigência de uma disciplina máxima, na forma de atividades físicas, estudo, redução do tempo de lazer, mas também no controle da linguagem e do modo de vestir, enfim, de estar no mundo.

Ao demonstrar que o circuito dos concursos é uma engrenagem do neoliberalismo, ou melhor, é uma engrenagem a serviço do Estado que se encontra no centro do neoliberalismo, como artefato de sua construção, Felipe produziu a necessária observação sociológica do circuito. Interrompeu o circuito. Curta-circuitou, não sem antes apontar para caminhos possíveis para sua resignificação. Vale muito a leitura!

JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES

Professora Titular de Sociologia Jurídica da Universidade Federal do
Rio de Janeiro

Bolsista de Produtividade em Pesquisa - CNPq

2.4.2.2 A aquisição da Rede LFG.....	60
2.4.2.3 O Gran Cursos Online.....	63
2.4.2.4 O Estratégia.....	66
2.4.3 As editoras jurídicas centenárias	67
2.4.3.1 Os grandes grupos econômicos, a revolução digital e as editoras.....	67
2.4.3.2 A inscrição do concurso público no universo das editoras centenárias....	73
2.4.3.3 As editoras e a consagração dos autores jurídicos.....	79
2.4.4 As editoras especializadas em concurso público. A experiência da Juspodvm.....	80
2.4.5 As instituições avaliadoras.....	85
2.4.5.1 O papel decisivo das instituições avaliadoras na estruturação do Circuito.....	85
2.4.5.2 Uma brevíssima história do Cespe, Cesgranrio, Vunesp e FCC: da organização de vestibulares a amplos projetos de educação e pesquisa, nos âmbitos estatal e privado.....	86
2.4.6 O “professor-celebridade”: as redes sociais como mediadoras da relação do professor com seu público	93

CAPÍTULO 3

SOBRE O EMPODERAMENTO DO SISTEMA JURÍDICO – E A INCORPORAÇÃO DESSE *HABITUS*, PELO TREINAMENTO, NOS JURISTAS DO ESTADO.....

3.1 Se os juristas são indissociáveis do Estado, tendo sido protagonistas de todos os períodos da história brasileira, como sustentar seu atual empoderamento?.....	99
3.2 O empoderamento do Direito como ampliação do poder conferido ao sistema jurídico de “impor classificações” ao mundo social.....	100
3.2.1 O <i>ethos</i> do comedimento e a restrição, aos órgãos judiciais, de qualificar o mundo social a partir do adjetivo “jurídico”.....	100
3.2.2 A visibilidade do “poder de instituir” do STF por meio da ampliação da atuação da Corte na esfera normativa	105
3.2.3 O empoderamento do STF é indissociável da profissionalização e interiorização das carreiras jurídicas	107
3.3 Após um concurso marcado por desigualdades, a posição ocupada pelos juristas do Estado no espaço social os torna um grupo social muito particular.....	108
3.3.1 Um paralelo perigoso, mas elucidativo: a formação dos juristas do Império.....	108
3.3.2 A consolidação da identidade dos juristas do Estado – e o horizonte de desejo que ela estimula no concurseiro.....	112
3.3.2.1 A profissionalização das carreiras e interiorização dos órgãos.....	112

3.3.2.2 A centralidade das carreiras, e de suas associações, na “luta pelos concursos” e na construção da identidade do jurista do Estado.....	119
3.3.3 Tornar-se jurista do Estado: uma interpelação constitutiva.....	120

CAPÍTULO 4

O CIRCUITO DOS CONCURSOS: SUBLINHANDO A SUA NOVIDADE HISTÓRICA

4.1 A difícil tarefa de abordar a “densa” memória tecida pelo direito para identificar o que muda e o que permanece com o circuito dos concursos.....	125
4.2 O recrutamento dos agentes públicos: uma política de Estado.....	126
4.2.1 A importância do recrutamento de agentes públicos no desenho institucional do Estado; o papel simbólico do concurso na construção da legitimidade do servidor público.....	126
4.2.2 A construção do discurso de neutralidade no concurso público: Vargas e a Reforma do Estado brasileiro.....	127
4.2.3 Modernização e clientelismo: o recrutamento de servidores pela ditadura militar.....	133
4.2.4 A reforma Bresser-Pereira	139

CAPÍTULO 5

A ESPECIFICIDADE DO SABER TECIDO NO INTERIOR DO CIRCUITO.....

5.1 O hálito universal de um saber específico	145
5.1.1 Um conhecimento amplo, que abranja todo o mundo social (<i>non liquet</i>), porém objetivável	145
5.2 A construção “docilidade” (o “deixar-se aprender”) na dinâmica que impulsiona o acúmulo do saber na formação do jurista do Estado	148
5.2.1 Dos manuais de Direito aos “PDF”: a sensibilidade instaurada pela literatura específica do Circuito.....	149
5.2.1.1 Quais as fronteiras entre o “conhecimento acadêmico” e o formulado pelo Circuito dos Concursos?.....	149
5.2.1.2 O conhecimento do Direito positivo: um acúmulo de “dados” como premissa para o exercício prático do Direito.....	150
5.2.1.3 O lugar privilegiado dos “manuais de Direito” na circulação do conhecimento jurídico.....	151
5.2.1.4 Os manuais e o aprendizado do “agora”.....	152
5.2.2 Os PDF, manuais e a circulação do conhecimento no Circuito	156
5.2.2.1 Localizando os PDF como uma engrenagem do Circuito.....	156
5.2.2.2 Legitimação do saber: a relação Circuito x “extramuros”.....	159
5.2.2.3 Uma publicação sem a opinião do autor: a construção de um saber	

pretensamente neutro, que apaga as disputas pelo poder de dizer a verdade dentro do campo.....	160
5.2.2.4 O empoderamento dos Tribunais Superiores refletido nas provas de concurso: o deslocamento do consenso sobre o que é o direito válido.....	162
5.2.3 “O imperativo do novo”.....	166
5.2.3.1 O “novo” como fator de distinção.....	166
5.2.3.2 Corre, professor, corre.....	167
5.2.3.3 O rápido prestígio.....	168
5.3 Corpo são, mente sã: religião, terapia, esporte e aula.....	169
5.3.1 O poder incide sobre o corpo. A singularidade e a historicidade das tecnologias do Circuito na normatização do modo de vida concurseiro.....	169
5.3.2 A disciplina supera a inteligência e vai além da motivação. A <i>areté</i> neoliberal	174
5.3.2.1 “A disciplina supera a inteligência”.....	174
5.3.2.2 O mérito como resultado da disciplina e do conhecimento: a exortação à “responsabilidade do indivíduo sobre si”.....	176
5.3.2.3 A disciplina também como resiliência.....	177
5.3.2.4 A disciplina como virtude de elites.....	178
5.3.3 Como estudar com disciplina e equilíbrio emocional: técnicas de controle de si.....	179
5.3.3.1 Técnicas de desempenho.....	179
5.3.3.2 A prova oral: concentração das técnicas de controle sobre o corpo	183

CAPÍTULO 6

O CIRCUITO COMO UMA DAS ENGRENAGENS DA PRODUÇÃO DE ASSIMETRIAS DENTRO DO CAMPO DO DIREITO.....

6.1 Juízes, promotores, procuradores e defensores: as assimetrias do Direito construídas desde seu interior	187
6.1.1 A relação entre as carreiras: um equilíbrio assimétrico	187
6.1.2 A construção, no Circuito, das assimetrias que compõem as carreiras	191
6.1.2.1 A crença no domínio do Direito objetivo como legitimador das assimetrias.....	191
6.1.2.2 Um direito uno, mas acessado por camadas.....	193
6.1.3 Portas que se abrem, portas que se fecham: mediado pelo concurso, os diferentes círculos abertos às carreiras jurídicas	196

CAPÍTULO 7

O JURISTA DO ESTADO: “CONSTRUÍDO NO” E “SUJEITO DO” NEOLIBERALISMO.....

7.1 <i>Grit</i> : o sucesso do concurseiro, o sucesso do empreendedor.....	199
--	-----

7.2 O Estado no núcleo da construção do neoliberalismo.....	202
7.3 Formação do jurista do Estado: legitimação e construção da ordem neoliberal.....	203
7.4 “Lá onde há poder, há resistência”: o sistema de cotas	208
7.4.1 As relações de poder escondidas pelos discursos da técnica/mérito...208	
7.4.2 O perfil sociodemográfico dos juízes, segundo o CNJ.....	209
7.4.3 Limites e possibilidades das cotas no Circuito	216

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

219

227

CAPÍTULO 1

CIRCUITO, SUBJETIVAÇÃO E VERDADE NO DIREITO

1.1 O QUE LEVA O CONCURSEIRO A ORIENTAR SUA AGÊNCIA A PARTIR DO MODO DE VIDA DELINEADO PELO CIRCUITO?

O título deste livro utiliza-se de uma referência cuja delimitação será central para a construção do objeto desta pesquisa: a ideia de “Circuito”. Como noção inicial, ao tratar os concursos públicos como um Circuito, pretendo sublinhar como práticas, discursos e rituais ali produzidos têm como premissa a interação/disputa, dentro de um espaço social relativamente delimitado, de diversos atores: cursos preparatórios, editoras, professores, instituições avaliadoras, carreiras, judiciário, os próprios concurseiros.

Essa interação é decisiva, por um lado, para a constituição das *dinâmicas objetivas* impostas pelo Circuito, em que são definidos, por exemplo, quais disciplinas são relevantes para a aprovação, quais habilidades os concursos devem exigir, quais os cargos de maior prestígio ou como autores e professores tornam-se consagrados. Em última análise, está em questão *como o Circuito cria e valida classificações no mundo social que são requisitos para que os concurseiros obtenham êxito em sua empreitada* e os demais atores adquiram prestígio em suas respectivas empreitadas.

Por outro lado, como essas dinâmicas objetivas, ao serem incorporadas pelos candidatos, reproduzem neles as classificações tidas como válidas pelo Circuito. O *Gran Cursos Online*, como muitos de seus concorrentes, possui um espaço dedicado ao concurseiro “vencedor”, notadamente àqueles aprovados nas primeiras colocações, denominado “Cheguei Lá”. A leitura dos depoimentos ali inscritos é elucidativa:

Estudar é minha rotina, meu estilo de vida e contra isso não há barreiras¹.

Treine enquanto eles dormem, estude enquanto eles se divertem e, então, viva o que eles sonham².

1. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2023.

2. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2023.

É necessário abandonar a zona de conforto³.

Observa-se que são os próprios candidatos que se propõem a dedicar sua vida às virtudes que são socialmente construídas pelo Circuito, reforçando a legitimidade dos valores ali insculpidos. E o fazem como se, de fato, estivessem no exercício de uma escolha individual. Contudo, ao contrário do que supõe o senso comum, não estamos diante de uma hipótese de “livre arbítrio”, como explica Thompson (2001, p. 30, tradução livre. Grifos meus):

Conceber a ação como resultado de um cálculo (deliberadamente) refletido – perspectiva implícita em certas teorias do jogo ou da ação racional – é negligenciar o fato de que *os indivíduos já estão predispostos, em virtude do habitus, a agir de determinada maneira, perseguir certos objetivos, cultivar certos gostos, etc. Uma vez que os indivíduos são produtos de histórias particulares que perduram através do habitus, suas ações não podem ser adequadamente analisadas como resultado de um cálculo deliberado. Em vez disso, as práticas devem ser vistas como o produto de um encontro entre um habitus e um campo, mutuamente ‘compatíveis’ ou ‘conformes’ em graus variados [...]*.

Para a construção do objeto desta pesquisa, é preciso delimitar, e marcar diferenças, entre um tema caro não apenas ao Direito, como também à Sociologia e à Filosofia: o que nos leva a agir? O que faz com que os candidatos adiram ao modo de vida concurseiro e passem a reproduzir seus ideais, ainda que com grandes custos à sua vida privada?

A resposta a essa questão é relevante porque ela engendra outro debate central à teoria do Direito: como as verdades são construídas em nosso campo? Qual o papel da formação do jurista na maneira pela qual ele exerce sua atividade e, nela, profere enunciados com pretensão de verdade? Nesse sentido, qual seria o papel da linguagem na formação do jurista e na enunciação da verdade no Direito?

Ao contrário das teorias jurídicas majoritárias, parto da premissa de que a construção da verdade no Direito não pode se esgotar na análise da interação linguística entre os participantes. A linguagem, como depositária da historicidade e recursividade de práticas sociais, é portadora de toda uma “filosofia social” (Bourdieu, 2015a, p. 81) que precisamos enfrentar para compreendê-la.

Compreende-se a linguagem, assim, como parte de um universo simbólico mais amplo, onde as práticas adquirem sentido. A tessitura da linguagem, notadamente a jurídica, é forjada dentro de interações sociais

cujas compreensão é indispensável para se perscrutar o sentido que os signos adquirem.

Diferentemente da tradição alexyana, esta pesquisa não busca o aperfeiçoamento da argumentação jurídica racional como meio de se garantir o caráter científico da jurisprudência e a legitimidade das decisões judiciais, como propõe o autor já no início de sua clássica *Teoria da Argumentação Jurídica*: “[...] *da possibilidade da argumentação jurídica racional dependem não só o caráter científico da jurisprudência, mas também a legitimidade das decisões judiciais*” (Alexy, 2001, p. 1. Grifo meu).

Com efeito, quando falamos em *verdade* no Direito, e depositamos no controle da linguagem a nossa crença, abdicamos de pensar que há um amplo universo social que dá sentido à própria linguagem. A linguagem não se limita a permitir o diálogo, ela classifica e constitui o falante: o homem/mulher do campo e da cidade, o sudestino e o nordestino, as pessoas de origem periférica ou da Zona Sul, o erudito e o analfabeto. O juiz, o advogado e a parte. Ela coloca em questão, sobretudo nas esferas oficiais, onde se dá a prática do Direito, quem está autorizado a exercer o direito à palavra.

A linguagem jurídica *compõe*, é um dos elementos da estrutura objetiva por meio da qual o jurista neófito é inserido na prática do Direito. Mas as classificações fundamentais que o campo estabelece e que serão incorporadas pelo profissional incidem não apenas na linguagem, mas em todo o *corpo* do profissional, que é moldado na forma de vestir, de se portar, de fixar seus momentos de lazer, enfim, de constituir sua identidade a partir de sua relação com o outro. Isso ocorre sobretudo quando estamos falando dos magistrados, cuja vida passa a ser decisivamente disciplinada pelo exercício de sua profissão.

Em síntese, esta pesquisa parte da premissa de que a construção objetiva do campo, ou seja, em como os esquemas de classificação fundamentais organizam a prática do Direito, tem na linguagem um ponto decisivo. Contudo, *a linguagem é depositária de todo esse universo simbólico*, não se trata de uma unidade autônoma cujo controle legítima o Direito. O juiz é construído pela linguagem, mas não apenas por ela: há todo um repertório de práticas que o insere na função social que lhe é atribuída pelo Estado.

3. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 8 jun. 2023.

1.2 DIREITO, LINGUAGEM E VERDADE: A VERDADE, NO DIREITO, NÃO SE ESGOTA NA ANÁLISE DA LINGUAGEM

1.2.1 O CIRCUITO COMO MEDIADOR DO ACESSO AO CARGO PÚBLICO E DA CONSTRUÇÃO DAS ASSIMETRIAS ENTRE AS DIFERENTES CARREIRAS/FUNÇÕES

Ficou claro que a proposição só tem sentido e apoio em um todo que a tudo penetra e envolve. Essa totalidade precisa ser determinada de antemão. Quando ocorre na proposição algo como a verdade, então essa também precisa determinar-se a partir desse todo; sim, ainda mais: talvez seja justamente a essência da verdade aquilo que co-determina essa totalidade buscada (Heidegger, 2019, p. 65. Grifos meus).

As práticas consolidadas no Circuito engendram normas de condutas, em sua grande maioria tácitas, que são internalizadas por seus agentes e, conseqüentemente, *direcionam* alguns dos sentidos possíveis de suas agências: o professor de cursinho conhece as especificidades de sua disciplina (em relação às aulas em uma faculdade); o examinador, os limites impostos à sua arguição; o concurseiro tem noção de como deve agir para ser aprovado; o candidato aprovado no concurso de analista do judiciário, de sua relação hierárquica com o juiz.

Desse modo, as respostas corretas da prova objetiva, ou o espelho de correção da fase subjetiva, não traduzem apenas o conhecimento dogmático adquirido pelo candidato. Entre a banca, titular do conhecimento legitimado pelo Estado, e o concurseiro, existe um denso universo simbólico tecido pela interação desses diversos atores que “organiza” o espaço social. O gabarito, contendo a resposta oficial ao concurso, e, portanto, a verdade que habilita o candidato ao tão sonhado cargo, é um dos produtos dessa interação. Mas não é o único. Como será demonstrado nos capítulos seguintes, modos de vida e de circulação de conhecimento são construídos nesse processo de formação do jurista os quais repercutem para muito além do Circuito.

Com a ideia de *Circuito*, portanto, afasto-me das tradições majoritárias no Direito que depositam na técnica, em uma forma de racionalidade ou em procedimentos de construção de consensos, o conceito de “verdade”. A análise da linguagem, dissociada das condições sociais que a produzem, promove necessariamente apagamentos de relações de poder que constituem a prática do Direito (inclusive em relação à própria linguagem jurídica). Pretendo sublinhar que a verdade no Direito está, necessariamente, vinculada a interações/disputas, em um espaço social constituído a partir de assimetrias que, portanto, atribuem de forma desigual a cada um de seus

agentes a autoridade de reivindicar o poder de dizer (parcela do) Direito válido, a depender do capital jurídico de que dispõem.

Por trás das decisões do STF, do manual de um catedrático da USP ou de um livro de teoria de um autor alemão, não há apenas enunciados dogmáticos/normativos que reclamam por validade. Há a longa história da constituição de instituições que se impõem como legítimas; que criam rigorosas trajetórias de acesso aos seus membros, acessíveis a pequena parcela da população, e onde são praticados rituais cotidianos que permitem a entrada (ou não) de terceiros àqueles fechados círculos. O adjetivo “forasteiro”, cunhado pelos estudantes formados no Largo São Francisco para designar aqueles que lá ingressam, na pós-graduação ou como professor, sem terem cursado a prestigiosa faculdade, é sintomático.

A linguagem é, sem dúvida, um dos aspectos centrais dessa disputa. Contudo, antes de ser um elemento cujo controle racional pela ciência torna o Direito legítimo (Alexy, 2001), ela participa da construção desses espaços sociais: o *forasteiro* não existe apenas na palavra. Para compreender a profundidade do adjetivo, é preciso retornar às disputas pós-independência do Brasil e a importância da vitória de São Paulo (além de Pernambuco) para instituir sua faculdade; é preciso perscrutar seu papel na substituição de Coimbra na formação de nossa elite, além da centralidade econômica do estado a partir do século XIX. Em síntese, há toda uma “filosofia do social” que dá sentido ao forasteiro.

A “conversão da linguagem”, reivindicada pela luta feminista, é um claro exemplo nesse sentido: a desigualdade de gênero se constrói, nas relações sociais, pelo uso da língua. A situação de dominação exercida pelo homem se faz também pelo uso ordinário das posições de poder no masculino: “o presidente”, não “a presidenta” – discussão longa que se trava (sobretudo) desde o mandato de Dilma Rousseff, inclusive com a própria ministra Cármen Lúcia, uma das pouquíssimas mulheres ministras, ironizando o uso da expressão no feminino⁴.

De modo semelhante, a deferência que a prática do Direito exige em relação ao magistrado se faz visível com o uso do pronome demonstrativo “vossa excelência”. Contudo, a linguagem só adquire significado quando inserida em um amplo ritual em que simbolicamente se estrutura o sistema jurídico: suas formalidades, sua linguagem, seus trajes, seus prédios suntuosos, a assimetria entre seus atores.

Bourdieu (2001b) denomina *illusio* o processo pelo qual o neófito é inserido numa prática e, progressivamente, incorpora suas regras como legítimas, tomando-as como verdadeiras. Conseqüentemente, não apenas direcionando sua agência a partir delas, como partilhando das crenças que

4. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ela institui. Inclusive, e esse ponto é fundamental à presente pesquisa, em relação às suas assimetrias.

O Circuito cumpre papel decisivo na constituição da *illusio* sob dois diferentes ângulos. Ele opera como mediador: a) do acesso ao cargo público; b) das assimetrias entre as carreiras/funções exercidas dentro do sistema jurídico.

O juiz se coloca em uma posição de superioridade ao seu analista porque se acredita, pela legitimidade emprestada pelo concurso, que ele acumulou mais cabedais que o servidor. Por outro lado, a partir das mesmas regras classificatórias que disciplinam o espaço social do Direito, o analista exige reverência do técnico do judiciário, aprovado em concurso menos prestigiado que o seu.

Postas essas premissas, é possível prosseguir na construção do objeto desta pesquisa, o “Circuito dos concursos”. O Circuito é, em primeiro lugar, um campo, ou seja, um espaço social assimetricamente construído em que distintos capitais sociais estão em disputa. Toda a estrutura desse espaço social está atrelada à sua função: como os vestibulares, opera como mediador de acesso a um espaço privilegiado da sociedade brasileira, os cargos públicos, ao dispor do poder de classificar quais são as virtudes exigidas do futuro jurista do Estado.

Mas é fundamental ressaltar que essa mediação não se limita a um código “dentro/fora”. De outro modo, ela não apenas permite o acesso aos cargos públicos, como organiza a maneira como essas diferentes posições irão se relacionar. Por meio da crença na técnica e no mérito, as diferentes carreiras do sistema jurídico são dispostas no campo do Direito a depender do prestígio de que goza seu concurso. O tema será retomado no capítulo 7.

1.2.2 UMA OBJEÇÃO: ÉTICA E DIREITO

Ao procurar situar o problema da *verdade* no Direito, em termos (bourdieusianos) de disputas assimétricas por capital social em um espaço estruturado, corro o risco de ser confundido com teorias de cunho realista ou, até mesmo, utilitarista sobre o Direito, tratando-o como mera questão de “fato” ou de “poder” – excluindo, portanto, o problema da ética como núcleo gravitacional do Direito (Habermas, 2002).

Com Dworkin (1999), não há dúvida de que o Direito, como uma prática, deve se constituir como uma ética, ou seja, deve se estruturar a partir da pergunta sobre o seu sentido/propósito. Deve ancorar-se, também, em uma técnica, como forma de se procurar reforçar o controle dos jurisdicionados sobre seu exercício. Contudo, o que se busca demonstrar é que a construção contrafactual de elementos (exageradamente) idealizadores

da prática do Direito, a despeito de suas intenções louváveis, acaba por se tornar um elemento legitimador do exercício do poder.

Está em questão, portanto, um tema muito caro e difícil ao sistema jurídico: qual a finalidade do trabalho teórico? O Direito, como ciência prático-normativa, carrega em si uma difícil indistinção entre a teoria e a prática. A teoria, em última análise, encoraja-se na construção ideal de um Direito que se pretenda mais justo ou mais racional. Contudo, em seu esforço de aperfeiçoamento, acaba por se transformar em elemento indissociável da legitimidade que o Direito, como linguagem do Estado, carrega.

Em outro sentido, esta pesquisa se filia à tradição sociológica que atribui à ciência o papel de visibilizar os jogos de poder que dão sentido às práticas (no caso, do Direito). Ela tem como objetivo buscar compreender as relações de poder que dão sentido à prática do Direito, não buscar melhorar a forma com que seus atores justificam sua prática⁵. O Direito não é apenas uma das esferas especializadas da modernidade, que se dá a conhecer apenas aos “iniciados”. É inerente à forma com que se constituiu o seu excesso de formalidade/rituais que o torna indecifrável aos leigos. Desvelar as práticas construídas pelo próprio Direito, por dentro do Estado, para se legitimar, é uma forma de recobrar dele um compromisso com a ética: o sentido/propósito de sua prática não pode ser uma concessão que o jurista faz ao mundo social. Esse sentido deve ser observado pela prática e é necessário que se garanta aos leigos meios de exigi-lo.

1.2.3 COMO A EXPOSIÇÃO DOS JOGOS DE PODER NO INTERIOR DO DIREITO PODEM AUXILIAR O DEBATE SOBRE A ÉTICA E A TÉCNICA NESSE CAMPO

[...] uma sociedade é normalmente pensada como sistema de normas, valores e regras que estruturam formas de comportamento e interação em múltiplas esferas da vida. Nesse caso, as produções sociais nos campos da linguagem, do desejo e do trabalho são avaliadas em referência a normatividades que parecem intersubjetivamente partilhadas e, por isso, dotadas de força de coesão. Aceita tal perspectiva, poderíamos imaginar que o trabalho da crítica consistiria na exploração sistemática das contradições performativas entre a realidade das ações e as promessas de racionalidade enunciadas por normas intersubjetivamente partilhadas. Seria possível ainda complexificar nossa abordagem crítica e lembrar como as normatividades sociais funcionam a partir de uma dinâmica de conflitos

5. Sigo, portanto, os rastros que, segundo Laval, orientavam as pesquisas de Foucault e Bourdieu. “Foucault e Bourdieu compartilham a mesma concepção das relações entre saber e política: não aderir, não apoiar, não justificar, mas compreender” (Laval, 2020, p. 18. Grifo meu).

entre normas explícitas e implícitas, entre normas que são claramente enunciadas e aquelas que agem em silêncio, precisando continuar implícitas para poder funcionar. Acrescentaríamos ao trabalho da crítica a explicitação de contradições entre níveis distintos de normatividades. *De toda forma, criticar continuaria a ser uma atividade fundamentada na recorrência a estruturas normativas consensuais tacitamente presentes no horizonte de validação de nossos critérios de julgamento.* Estruturas que definiriam previamente, ao menos do ponto de vista formal, as possibilidades do que pode ter realidade e direito de existência. *Ou seja, criticar seria indissociável da ação de comparar norma e fato* (Safatle, 2016, p. 7-8. Grifos meus).

Desde “Levando os direitos a sério”, série de artigos escritos na década de 1960 por Dworkin, esclarecia o filósofo que uma teoria do Direito não poderia abdicar de se ancorar em uma filosofia política, que estabeleceria o sentido à prática respectiva. Interpretar, explica o pensador, não é uma arte de se extrair do texto a intenção de seus autores. Tampouco uma atividade criativa do magistrado. Interpretar é atribuir um propósito a uma prática, obrigando o hermenêuta a olhar para o passado da comunidade de princípios em que se situa e vislumbrar como sua decisão poderá participar do melhor futuro possível ao tematizar a *singularidade* (irrepetível) do caso concreto. Veja-se como o autor explica o que denomina *interpretação construtiva*:

A interpretação das obras de arte e das práticas sociais, como demonstrarei, na verdade, se preocupa essencialmente com o propósito, não com a causa. Mas os propósitos que estão em jogo não são (fundamentalmente) os de algum autor, mas os dos intérpretes. Em linhas gerais, a interpretação construtiva é uma questão de impor um propósito a um objeto ou prática, a fim de torná-lo o melhor exemplo possível da forma ou do gênero aos quais se imagina que pertençam. Daí se segue, mesmo depois dessa breve exposição, que um intérprete possa fazer de uma prática ou de uma obra de arte qualquer coisa que desejaria que fossem; que um membro da comunidade hipotética fascinado pela igualdade, por exemplo, possa de boa-fé afirmar que, na verdade, a cortesia exige que as riquezas sejam compartilhadas. Pois a história ou a forma de uma prática ou objeto exerce uma coerção sobre as interpretações disponíveis destes últimos, ainda que, como veremos, a natureza dessa coerção deva ser examinada com cuidado. Do ponto de vista construtivo, a interpretação criativa é um caso de interação entre propósito e objeto (Dworkin, 1999, p. 64. Grifos meus).

Dworkin, dentro de seu conceito de interpretação, aponta para um tema fundamental ao Direito, sobretudo após os horrores da Segunda Guerra Mundial: qual sentido se deve atribuir à prática do Direito? Defenderá o filósofo, então, que a história do constitucionalismo ocidental nos legou os princípios de igualdade e liberdade como horizonte interpretativo. O Direito não pode se prestar a ser um mero instrumento do poder, que

se limita a aplicar os comandos do legislador e a supri-los em casos de lacunas. Tampouco deve operar como mero instrumentalizador de uma gestão eficiente de recursos disponíveis na sociedade capitalista. Opondo-se, portanto, ao positivismo e ao utilitarismo, defenderá que a tarefa do sistema jurídico é garantir uma pauta de direitos (“trunfos”), de caráter contramajoritário, que podem ser exercidos, inclusive, contra a maioria ou o Estado.

Assim, quando um magistrado profere uma sentença, acrescentando um capítulo à história de determinada comunidade jurídica, ele o faz em dois momentos distintos, mas indissociáveis: ele deverá compreender, da melhor maneira possível, como sua comunidade interpretou situações semelhantes àquela lhe colocada e, então, proferir a decisão que melhor solucione aquele litígio, irrepetível por natureza. O juiz, ainda que nos casos difíceis, não pode se guiar pelos seus ideais privados de justiça, decidindo com base em sua “discrecionabilidade” – como defendiam os neopositivistas. Ao contrário, deve se comprometer com os princípios elencados na tradição em que se insere e justificar, publicamente, o que faz de sua decisão a correta, para aquele caso concreto⁶.

Mas, assim como o faz Alexy, um de seus adversários intelectuais, Dworkin situa o debate em torno da melhor decisão *na linguagem*, ou seja, na formulação de proposições que só adquirem significado dentro da prática *linguística*. Tendo como premissa a natureza argumentativa da *prática do Direito*, Dworkin (1999, p. 18) afirma que

Todos os envolvidos nessa prática compreendem que aquilo que ela permite ou exige depende da verdade de certas proposições que só adquirem sentido através e no âmbito dela mesma; a prática consiste, em grande parte, em mobilizar e discutir essas proposições (Grifo meu).

É sempre importante ressaltar a preocupação de Dworkin com a centralidade com que o caso concreto ocupa em sua teoria. Uma das riquezas de suas proposições reside, exatamente, em sua preocupação de elaborar uma teoria que abarque a história “normativa” de uma comunidade, por um lado, com a singularidade inexorável dos eventos humanos, por outro. Ainda assim, o pensador participa da crença, que se compõe com a “*illusio das illusio*” do Direito, segundo a qual será por meio da atividade argumentativa que o Direito fornecerá a melhor decisão ao caso concreto.

6. Os princípios de igualdade e liberdade, que são a face explícita da filosofia política liberal adotada pelo constitucionalismo moderno, cumprirão papel determinante, sobretudo, para orientar o juiz nas circunstâncias em que a história constitucional não fornecer ao caso a melhor decisão possível. Como horizonte interpretativo, serão o Norte por meio do qual o princípio da justiça permite ao sistema jurídico corrigir seu rumo, adequar-se às novas realidades.

Nesse sentido, como visto, Alexy (2001) afirma, que a construção de uma argumentação jurídica racional é condição, a um só tempo, do caráter científico da jurisprudência e da legitimidade das decisões judiciais.

Não há dúvidas, reitere-se, de que a prática do Direito é argumentativa e tem, na linguagem, seu aspecto mais visível e, portanto, passível de controle. Contudo, a prática argumentativa do Direito somente adquire sentido porque instituições seculares foram mobilizadas para que essa prática tenha o sentido pretendido. Consequentemente, a própria linguagem do Direito, o poder (a princípio infinito) de significação de seus signos, é delimitada por um universo simbólico mais amplo.

Como visto, o ato de “falar” coloca em questão, de imediato, “quem fala”; a quem é reconhecido, legitimamente, o poder de reivindicar a palavra. A reivindicação de mulheres negras a uma cadeira no STF, nesse sentido, é uma denúncia evidente sobre a limitação da crença de que há um universo discursivo distinto das práticas sociais. A luta por representatividade no Direito traz, em seu interior, a premissa de que há uma estruturação social que distribui desigualmente o poder de usar a linguagem e de como ela tece, também desigualmente, as relações sociais.

1.3 VERDADE E SUBJETIVAÇÃO: FORMAR JURISTAS É INSERÍ-LOS EM UMA PRÁTICA (NÃO APENAS LINGÜÍSTICA)

Há uma relação inextrincável entre a crença na linguagem, como portadora da verdade no Direito, e uma “transparência” na figura do jurista como titular da linguagem do Direito. A maioria das teorias do Direito trata o “juiz”, prolator da sentença, como um dado da realidade, abdicando de problematizar o papel da constituição do “jurista” como central em sua atividade de dizer o Direito.

Novamente com Dworkin, o *lugar social* do famoso juiz Hércules – figura contrafactual utilizada pelo pensador para reforçar o rigor da vinculação entre a “história do direito” e a “irrepetibilidade do caso concreto”, como critério de justificação de uma decisão judicial – não é, sequer, colocado em questão. Alexy, do mesmo modo, desenvolve complexas regras sobre como o discurso jurídico deve se desenvolver para que, ao final, seja proferido um discurso racional. Mas, novamente, o único possível portador da linguagem do Direito, o jurista, não é colocado como problema.

O Direito se constitui a partir da crença na universalidade de seus postulados, que se aplicariam, indistintamente, a todos os indivíduos por ele regulados. Coerente com essa pretensão à universalidade, o jurista, que monopoliza o poder de dizer o Direito, é também neutralizado, limitando-se a ser o portador da universalidade pela qual se constitui o Estado.

Ao me debruçar sobre o Circuito dos concursos, pretendo sublinhar que as práticas ali entabuladas possuem sentido e esse sentido delimita as formas pelas quais os concurseiros (e seus demais atores) constituem-se como sujeitos (subjetivação). Consequentemente, a *verdade ali produzida*, que tem ampla repercussão para além do Circuito, não apenas não decorre de postulados universais, como é indissociável do processo de subjetivação que se instaura naquela específica interação.

Persigo, no ponto, as investigações de Foucault que pretendem desconstruir a crença, que atravessa a modernidade a partir de Kant e Descartes, na existência de um “sujeito universal do conhecimento”, cuja formação independeria das relações de poder historicamente concebidas:

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetivos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazer nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. *O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objetivo, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história* (Foucault, 2009, p. 8. Grifo meu).

Por trás da crença nesse sujeito universal do conhecimento, insere-se também a vetusta diáde “indivíduo e sociedade”, que imagina que a sociedade se decompõe em indivíduos, como as moléculas se decompõem em átomos (Elias, 2018). Os indivíduos, assim, disporiam de capacidade de interpretar o mundo ao seu redor e, a partir dessa compreensão, formular enunciados racionais sobre sua condição no mundo, desconsiderando o papel decisivo que as interações sociais cumprem no processo de construção de nossa identidade e, consequentemente, nos enunciados que formulamos.

O conceito de *habitus*, em Bourdieu, como o de subjetivação, em Foucault, volta-se contra essa longeva tradição, ao não se contentar com o conceito de “livre arbítrio” como resposta à pergunta: o que nos leva a agir? *Habitus*, conceitualmente, são disposições sociais incorporadas no indivíduo, que engendram em suas práticas a tradução do lugar social por ele ocupado. O esquema simbólico que representa as estruturas de poder é inculcado nos agentes, e por eles naturalizado, de forma que as representações, discursos, sentidos incorporados tendem a ser reproduzidos (Silva, 2020). Contudo, de forma sempre suscetível à (parcial) mudança, exatamente pela abertura que a *práxis* engendra. Segundo o próprio pensador:

Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...] O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens e de práticas [...] (Bourdieu,

2010, p. 21-22).

O conceito de *habitus*, como o de *campo* e *capital*, nos permite problematizar algumas premissas que atravessam diversas tradições no Direito. Notadamente, a crença na autonomia individual na formulação de enunciados; os limites dos consensos; o papel da linguagem como mediadora do Direito; a própria função do Direito como instrumento de garantia do cidadão contra o abuso do poder.

Nos capítulos seguintes, por meio do Circuito, buscarei demonstrar como a consolidação das carreiras jurídicas dentro do Estado, em seu atual formato, garante aos seus membros um lugar social muito próximo (salário, estabilidade, prestígio, lazer, mobilidade urbana etc.). Consequentemente, participa diretamente da representação que o estamento faz sobre o mundo social. Assim, considerando que esses atores cumprem papel decisivo na formulação do Direito, parece evidente que a *verdade* daí extraída é indissociável desse *lugar social* por eles ocupados. Deslocamos a discussão da crença da formulação da verdade de um critério meramente ético/técnico e a situamos em um universo mais amplo, em que o lugar social dos juristas passa a cumprir um papel decisivo.

Desalojar a verdade produzida pelo Direito de um *status* universalista, trazendo-a para as disputas do mundo social, nos abre o caminho para pensar o empoderamento do Direito a partir de outras bases, que não aquelas construídas e impostas pelo próprio sistema jurídico. Como será analisado, é indissociável do poder adquirido pelo sistema jurídico neste milênio a sua capacidade de impor sua autoimagem como verdadeira ao mundo social, neutralizando as relações de poder que subjazem ao seu empoderamento.

Com efeito, quando o Direito se empodera, quem se empodera é o Estado, ainda que por meio de agentes que, outrora, desconhecíamos; e ainda que seus agentes tenham participado, como atores principais, de grande parte das conquistas da modernidade. E, sobretudo, o que se empodera é uma específica forma de Estado, pois o Estado, como o jurista, não é uma abstração conceitual alheia à realidade.

Como também buscarei demonstrar, há evidente afinidade eletiva entre a dinâmica formativa do jurista do Estado, imposta pelo Circuito, pautada na crença da competição e do mérito na vitória, e um específico modelo de Estado neoliberal, que, a um só tempo: a) constrói subjetividades que postulam a competição como regra universal do mundo social; b) abre espaços para que novos mercados sejam, constantemente, construídos (água, parques, previdência social, transportes etc.) (Harvey, 2008); c) participa ativamente da gestão populacional dos excluídos, não apenas pela

via do encarceramento em massa, como do controle daqueles colocados em situação de “liberdade controlada” (Wacquant, 2012).

O neoliberalismo é, antes de tudo, uma construção que se faz por dentro do Estado. Consequentemente, o jurista do Estado cumprirá um papel relevante no alinhamento do Direito aos postulados do exercício desse modelo de dominação. Erigir um Direito alinhado ao neoliberalismo não depende, apenas, de enunciados abstratos sobre a verdade, mas é indissociável do processo de formação desse profissional.

CAPÍTULO 2

APRESENTANDO O “CIRCUITO DOS CONCURSOS”

2.1 PRECEDENTES À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS CONCURSOS: A EXPLOÇÃO DO NÚMERO DE BACHARÉIS; A REFORMA DO ESTADO E O “NOVO EXAME DA ORDEM”

O êxito e a estabilidade do concurso como forma de se recrutar agentes públicos, a partir da Constituição de 1988, parece evidente. A despeito de toda a crítica a que o serviço público e seus agentes estão constantemente submetidos¹, a forma de contratação parece ser objeto de consenso, dada a crença em sua isonomia e aptidão de selecionar os melhores quadros. Esse êxito nos faz pensá-lo como uma prática inexorável, apagando as profundas mudanças que trouxe ao Estado brasileiro.

Não se desconhece que os cargos da magistratura e do Ministério Público eram providos por concurso público antes de 1988, como será oportunamente abordado. Mesmo outras carreiras formadoras do Estado Brasileiro, como o Itamaraty e a (atual) Receita Federal, possuem longa tradição na realização de concursos. Contudo, a dinâmica instaurada pelo Circuito inaugura uma nova realidade mesmo para órgãos já acostumados com os certames.

Inexistia, entre 1988 e o início da década de 1990, cursos preparatórios estruturados nacionalmente; editoras com publicações específicas; professores especialmente dedicados ao concurso público; conteúdo unificado para os exames. Como me narraram alguns de meus entrevistados, era comum a abertura de cursos específicos para uma determinada prova, com seu fechamento logo após o término do certame.

1. O Ipea publicou diversas pesquisas que desvelam o lugar comum em que essas críticas são construídas e pontuando alguns dos problemas efetivos atravessados pelo serviço público brasileiro (cf. Lopez; Cardoso Júnior, 2023). A importância da publicação para este livro é evidente e não apenas pelos consistentes dados utilizados no mapeamento da burocracia nacional. Mas, sobretudo, porque um de seus temas centrais, a desigualdade observada na própria burocracia, é fundamental para se pensar o empoderamento do sistema jurídico.

Mas, já em meados dos anos 90, é possível observar o surgimento e a consolidação de cursos preparatórios organizados “empresarialmente”, com professores contratados por CLT, preparação contínua (independentemente da existência de uma prova), investimento em infraestrutura, pessoal e material didático. É o caso, por exemplo, do Obcursos, criado pelo Colégio Objetivo, já então com larga experiência na preparação para vestibular – e, hoje, um dos principais conglomerados educacionais do Brasil.

O Obcursos aproveitaria a ociosidade das salas dos colégios² e emprestaria ao mercado recém-criado de concursos a experiência da gestão empresarial para o negócio emergente. Ademais, a empresa se expandiu para outras capitais brasileiras, além de Brasília e São Paulo, levando os professores que, agora, passavam a se especializar em concursos públicos. Observa-se, pois, que a organização dos vestibulares forneceu cabedal importante para o Circuito não só em razão das instituições avaliadoras (FCC, Cesgranrio, Cespe e Vunesp).

Nesse contexto, é necessário recordar que, em meados dos anos 1990³, Bresser-Pereira já havia assumido o Ministério da Reforma do Estado (Mare) e colocaria como um dos marcos do que chamava de “administração gerencial” a previsibilidade para a realização de concursos – ainda que apenas para o que ele entendia ser o “núcleo estratégico do Estado” (Bresser-Pereira, 2006). Assim, criou-se, no Executivo federal, uma demanda relativamente certa para esse mercado, o que também já vinha ocorrendo para as carreiras da magistratura e do Ministério Público, as quais, mesmo de forma silenciosa, se interiorizavam no Brasil graças à independência financeira, orçamentária e administrativa que a Constituição de 1988 lhes garantia.

2. A informação foi obtida em entrevista ao professor José Wilson Granjeiro, que chegou a ser sócio do Obcursos e fundador do Gran Cursos (presencial). “[...] O colégio Objetivo tinha uma ociosidade enorme. Finalizado o preparatório para o vestibular e as aulas regulares, havia muitas salas inutilizadas. O Objetivo buscou, então, profissionalizar a preparação para concurso, porque isso não existia. Os cursinhos apareciam a partir dos editais. O modelo criado no Obcursos, a partir do Di Gênio, é profissionalizar isso: ter salas dedicadas, de segunda a segunda, janeiro a janeiro, 24 horas por dia [...] A estrutura era maravilhosa, porque estava dentro de um colégio já constituído” (Granjeiro, 2022, transcrição literal).
3. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que orientou as políticas para a Administração no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, aponta que, entre 1988 e 1994, houve queda do número de servidores públicos federais do Executivo, de 1.444.0000 para 1.197.000. Fácil perceber que não houve uma política contínua de realização de concursos públicos. Ao contrário: “os concursos públicos [...] são realizados sem nenhuma regularidade e avaliação periódica da necessidade de quadros, fato que leva à admissão de um contingente excessivo de candidatos a um só tempo, seguida de longos períodos sem uma nova seleção, o que inviabiliza a criação de verdadeiras carreiras” (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, p. 35-36. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.)

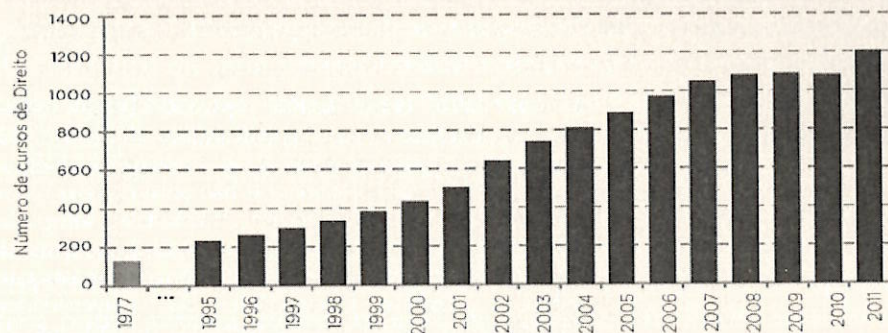
Também data de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Darcy Ribeiro), que alteraria profundamente todo o ensino superior brasileiro, especialmente no Direito, com a facilitação da abertura de Instituições de Ensino Superior (IES)⁴, como explica a Fundação Getúlio Vargas:

A nova LDB, entre outros aspectos, reduziu alguns obstáculos institucionais e legais à difusão da rede privada de educação superior, permitindo, por exemplo, a criação e expansão de figuras institucionais não universitárias (como faculdades, centros universitários, faculdades integradas, institutos e centros de ensino tecnológico) que não observam o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão (característica das universidades). Com efeito, ao omitir a obrigatoriedade do princípio em seu texto, a LDB de 1996 permitiu maior liberdade e flexibilidade no estabelecimento de formas institucionais de ensino e funcionamento do sistema de ensino superior nos mais ‘variados graus de abrangência ou especialização’ (Art. 45) (FGV. Exame da Ordem em Números. v. I, p. 30).

Nesse sentido, entre 1977 e 1995, subiu de 127 para 235⁵ o número de instituições que forneciam o bacharelado em Direito, uma média de seis novos cursos por ano. Já entre 1995-2011⁶, foram criados, anualmente, aproximadamente 55 cursos, totalizando 1.121 ao final do período. Veja-se, em gráfico, esse crescimento exponencial:

4. “A nova LDB, entre outros aspectos, reduziu alguns obstáculos institucionais e legais à difusão da rede privada de educação superior, permitindo, por exemplo, a criação e expansão de figuras institucionais não universitárias (como faculdades, centros universitários, faculdades integradas, institutos e centros de ensino tecnológico) que não observam o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão (característica das universidades). Com efeito, ao omitir a obrigatoriedade do princípio em seu texto, a LDB de 1996 permitiu maior liberdade e flexibilidade no estabelecimento de formas institucionais de ensino e funcionamento do sistema de ensino superior nos mais ‘variados graus de abrangência ou especialização’ (Art. 45)”. (FGV, Exame da Ordem em Números. V. I, p. 30.)
5. FGV. Exame da Ordem em Números. v. I, p. 6. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.
6. A partir de 2012, a expansão do número de matrículas no ensino superior continua, sobretudo nas instituições privadas de ensino, como demonstram os dados do Inep. Contudo, interessamos, neste momento, o período de formação do Circuito dos concursos. O senso da educação superior, relativo ao ano de 2021, pode ser acessado pelo seguinte link: <https://www.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2023.

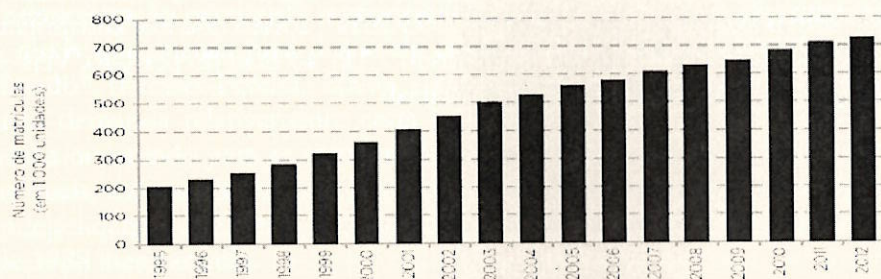
GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE DIREITO



Fonte: Censo da Educação Superior. Elaboração: FGV Projetos

Coerente com o crescimento das IES, o número de estudantes de Direito, entre 1995 e 2012, passou de 215 mil para 737,3 mil (triplicou o número). Veja-se:

GRÁFICO 3 NÚMERO DE MATRÍCULAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO EM DIREITO)



Além da LDB, observa a FGV que o aumento do número de estudantes no ensino superior brasileiro é impulsionado também por avanços socioeconômicos observados no período. Entre 2001-2011, constata-se um crescimento de 6% para 19% dos 50% mais pobres no ensino superior. Veja-se:

Em paralelo ao processo de diversificação institucional, houve também alterações significativas do perfil dos estudantes, particularmente com relação a alguns extratos sociais e classes de renda. De acordo com dados da PNAD, a proporção dos estudantes do ensino superior que estavam na primeira metade da distribuição de renda (isto é, os 50% mais pobres) passou de 6% para 19% entre 2001 e 2011, refletindo a melhoria das condições de acesso da população à educação superior (FGV. Exame da Ordem em Números. v. I, p. 39. Grifo meu).

Também nesse período, a OAB inicia um movimento para fazer frente ao crescimento do número de bacharéis em Direito. Sob o argumento de uniformizar a qualificação dos advogados⁷, a partir de 1994 (Lei n. 8.904/94) passa a ser pré-requisito para o exercício da advocacia a aprovação no “Exame da Ordem”, não sendo mais reconhecida a realização de estágio para esse fim⁸. As seccionais passariam a organizar, cada uma a seu modo, os testes respectivos. Contudo, assim como nos concursos, inexistia um mercado específico para o exame. Não apenas o conteúdo variava de estado para estado, como o mercado editorial não possuía publicações específicas⁹. Havia também poucos professores dedicados ao tema.

Mas, também como no Circuito dos concursos, as mudanças foram muito rápidas e profundas. Com o intuito de profissionalizar a seleção, a OAB criou o “Exame Nacional Unificado”. O primeiro deles, em 2007, se deu com a participação de dezessete seccionais. Já em 2009 a prova era aplicada em todos os estados da federação. Em 2010, toda a gestão da prova seria feita pela Fundação Getúlio Vargas.

É importante sublinhar que a profissionalização da Prova da Ordem, no âmbito da OAB, é acompanhada do desenvolvimento de um novo e amplo mercado que promove a circulação de bens materiais e imateriais, que vai atender a esse enorme contingente de bacharéis oriundos de diferentes classes sociais, formados em faculdades extremamente díspares, que dependem de sua aprovação para exercer a advocacia. Como se buscará demonstrar, a emergência desse mercado é indissociável da rede dos concursos. Ambos surgem do aumento exponencial do número de novos juristas; utilizam-se de dinâmica análoga no aprendizado (pautados sobretudo nos princípios da “acumulação do saber”, no “imperativo do

7. “Segundo a análise dos dados apurados, o desempenho no Exame de Ordem, em termos de taxa de aprovação, refletiu em alguma medida o desempenho dos cursos e instituições de ensino superior nas avaliações do MEC, o que permite estreitar a complementariedade e a consistência entre as ações e iniciativas do MEC e da OAB, no sentido de certificarem e garantirem a boa formação e a preparação dos bacharéis em Direito, além do ingresso de profissionais de boa qualidade no mercado de trabalho” (FGV. Exame da Ordem em Números. v. I, p. 82). Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/exame_de_ordem_em_numeros.pdf.
8. O Exame da Ordem foi criado já em 1963, por meio da Lei n. 4.215/63. Contudo, a mesma lei autorizaria a admissão do advogado que realizasse estágio profissional. Veja-se: “Art. 53, Lei 4.215/63. É obrigatório o Exame de Ordem para admissão no quadro de advogados, aos candidatos que não tenham feito o estágio profissional ou não tenham comprovado satisfatoriamente o seu exercício e resultado (arts. 18, inciso VIII, letras “a” e “b”; 48, inciso III, e 50). § 1º O Exame de Ordem consistirá, em provas de habilitação profissional, feitas perante comissão composta, de três advogados inscritos há, mais de cinco anos, nomeados pelo Presidente da Seção na, forma e mediante programa regulado era provimento especial do Conselho Federal (art. 18, inciso VIII, letra b) [...]”.
9. Um dos poucos livros voltados ao tema, à época, foi escrito por Valedir Ribeiro dos Santos (*Como se preparar para o Exame de Ordem*), fundador da Editora Método e, hoje, um dos sócios da Juspodvm, líder do mercado de livros para concursos (Santos, 2022).

novo”); recorrem a bibliografia muito semelhante. Não por acaso, os grandes cursinhos fornecem também preparação contínua para o Exame da Ordem¹⁰, de forma que há uma alimentação recíproca na demanda por estudantes.

2.2 O FECHAMENTO E A NACIONALIZAÇÃO DO CIRCUITO: A INCORPORAÇÃO DA TI NO MERCADO DOS CONCURSOS

O momento da virada (em que a TV se consolidou como principal veículo de comunicação de massas) pode ser constatado pela evolução do total de televisores em uso no país: eram 760 mil em 1960, 4.931 milhões em 1970 e 19.602 milhões em 1980, conforme análise de Renato Ortiz (1987:129). Em 2001, 88% dos domicílios brasileiros tinham aparelho de rádio e 89% possuíam televisores (83% aparelhos a cores), segundo o IBGE. Mas então começou uma nova era: a da informática. *Em 2001, 12,6% dos brasileiros já possuíam microcomputador em casa e 8,6% tinham acesso à internet – uma tendência que só viria a se acentuar. Em 2009, esses percentuais chegariam a 34,7% e 27,4%. Mais de 9,4 milhões de brasileiros conectavam-se à internet em 2012. Por sua vez, os proprietários de telefone celular eram 21,1% no primeiro ano do século XXI, anunciando-se o uso quase universal que se daria uma década depois: 78,5% em 2009* (Ridenti, 2014, p. 234. Grifo meu).

A inovação mais perceptível no universo dos concursos, que atravessará todas as mudanças até aqui descritas, é a incorporação, nesse mercado ascendente, da Tecnologia da Informação. Será a TI que permitirá a interação de todas as pontas do Circuito, transformando um mercado, até então local, em nacional.

Já em 2003, a rede LFG, titularizada pelo professor Luiz Flávio Gomes, inaugura as aulas via-satélite: um mesmo grupo de jovens professores veicula, ao vivo, para diversas capitais do Brasil, o mesmo conteúdo jurídico. As provas organizadas pelo Cespe, assim como os exames para os cargos de procurador do Acre ou do Rio Grande do Sul, deixariam de ser tematizadas em uma sala de aula, na unidade federada respectiva, e passariam a ser acessíveis a milhares de estudantes em todo território nacional.

Os cursos satelitários, que logo seriam substituídos pelas aulas inteiramente *online*, são as mudanças mais visíveis trazidas pela tecnologia. Contudo, diversas alterações silenciosas contribuíram para a unificação desse grande mercado, como efeito da desterritorialização promovida pela TI (tecnologia da informação). Os editais passam a circular pela internet,

10. Fornecem preparação contínua para concurso e para a OAB o Estratégia, o Gran Cursos Online, a Rede LFG, o Damásio, a CERS. Existem também cursinhos especializados apenas no Exame da OAB, como o Prova da Ordem.

tornando-se mais acessíveis para candidatos não residentes no local da instituição contratante. Consequentemente, as inscrições vão deixando de ser presenciais, o que exigia o deslocamento do candidato à sede do órgão. Páginas na *web* passam a se especializar em concurso, como a Correioweb, permitindo uma maior centralização e ao mesmo tempo circulação de notícias. Não por acaso, pesquisadores do turismo apontam o desenvolvimento de um mercado específico voltado aos “concurseiros viajantes no Brasil”¹¹, inclusive com agências de turismo que desenvolvem pacotes especializados aos candidatos (Lobato; Alberto, 2019).

As editoras jurídicas, seguindo essa trajetória, iniciam sua jornada no *e-commerce* (venda pela internet), além de consolidarem seu interesse pelos concursos. Notadamente, é criada, em Salvador, a Juspodvm, especializada em concurso e que se utilizava, já em meados dos anos 2000, da internet como principal forma de venda, o que era pouco usual no mercado de livros.

No capítulo seguinte, além de buscar trazer um pouco mais de detalhe de alguns dos atores do Circuito dos concursos, será sublinhada, sobretudo, a interação entre eles, com o escopo de justificar a nomeação de “circuito” a esse espaço social relativamente delimitado.

2.3 O CONCURSO PÚBLICO COMO UMA INTERAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DE UM CIRCUITO

Terminada a difícil prova para a Advocacia do Estado de Minas Gerais, João, que já se preparava há três anos para provas da Advocacia Pública, dirigiu-se imediatamente ao aplicativo Telegram, onde participa de diversos grupos voltados a concursos. Interessava-lhe, naquele momento, os bate-papos dos professores de seu curso preparatório, que, já com a prova, emitiam opiniões sobre algumas questões e se preparavam para fornecer um gabarito não-oficial.

João tinha certeza que uma das questões objetiva estava equivocada e merecia ser anulada, o que veio a ser confirmado pelo professor do

11. “As viagens para participação em concursos públicos compreendem fluxos de pessoas que transladam pelo País, em um tempo/espço determinado, com a motivação de concorrer a vagas em certames públicos, mas que também desfrutam de experiências de lazer e de turismo. Além da utilização das infraestruturas básica e turística, há gastos com o *trade* turístico: alimentação, meios de hospedagens, transportes, lazer. Por conseguinte, dada a demanda de inscritos, essas viagens estabelecem uma movimentação social e econômica nas destinações onde são aplicadas as provas, pois, tanto o mercado turístico quanto outros mercados – formais, informais, diretos ou indiretos – são beneficiados. Nos termos da literatura sobre mercado turístico, esta pesquisa conseguiu verificar que os concurseiros compõem um grupo de viajantes particular, com demandas próprias e diferentes de outras modalidades [...]” (Lobato, 2023, p. 13).

curso preparatório. Imediatamente, considerando que cada ponto seria determinante em sua aprovação, contactou sua amiga, advogada especializada em concurso, para apresentar recurso à banca e, se necessário, judicializar a questão. Ainda que soubesse que os próprios cursinhos o fariam, ficava mais seguro em acompanhar de perto os fatos.

Durante sua preparação, João havia contratado um plano anual de um grande curso preparatório que lhe fornecia uma extensa grade com diversas disciplinas, disponíveis *online*, 24 horas por dia, e que cobria toda a exigência do edital de sua prova. Juntamente com as aulas, ele recebia resumos em PDF, elaborados pelos professores do curso, com o escopo de cobrir toda a exigência do certame: legislação, doutrina, jurisprudência e exercícios.

A despeito de ter alguns livros específicos para concurso, e de lê-los em situações específicas, João concorda com a maioria de seus pares de que os PDF elaborados pelos professores são mais objetivos, por facilitarem a assimilação, e atualizados com as novidades cotidianas dos Tribunais Superiores. Esse também é o entendimento de Tiago, seu *coach*, contratado há seis meses para acompanhá-lo nessa difícil trajetória. Tiago fora aprovado para Juiz Federal e já havia obtido êxito em outros seis concursos. Esse sucesso em acumular aprovações o conduziu, quase que naturalmente, a atuar como “treinador” de outros candidatos.

Muito antes da realização da prova por Tiago, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, com o apoio da associação vinculada à carreira, travou disputa – normalmente acirrada – com o governo do Estado, notadamente a Secretaria da Fazenda/Economia, para a obtenção de autorização para a realização do certame. Em seguida, seguiu-se o trâmite de contratação de instituição avaliadora especializada em concursos. Com raras exceções¹², os órgãos não dispõem de competência suficiente para cumprir todas as exigências impostas ao concurso, seja em relação à sua infraestrutura, seja às exigências pedagógicas/intelectuais do certame. O imperativo da “isonomia” cria uma série de exigências às provas para que elas não venham a ser impugnadas: a certeza do sigilo no seu conteúdo; a igualdade do tempo à disposição dos candidatos; a publicação tempestiva de todos os seus atos; a imparcialidade dos aplicadores das provas e da banca; o controle da prática de ilícitos (sobretudo a chamada “cola”).

Por trás desses eventos ordinários na vida de um concurseiro com recursos financeiros, é possível observar a complexa interação de diversos atores. Sobretudo, como essa interação pressupõe e, ao mesmo tempo, tece relações que compõem jogos de verdade no Circuito dos concursos.

Consequentemente, como esses jogos participam da construção do *habitus* do concurseiro: como se legitimam saberes; como se constroem discursos jurídicos legítimos; como são tecidas habilidades para a aprovação.

Olhando para fora da Administração, o curso preparatório é o ator mais evidente. Organizado empresarialmente, necessita, em primeiro lugar, de disputar a demanda em relação aos serviços que presta. Assim, fomenta, cotidianamente, a crença na virtude dos concursos, exortando as vantagens do cargo público e a capacidade de todos os que se esforçarem para alcançá-lo. Durante minha pesquisa, assinei o curso “Assinatura Promotória 1 Ano”, do curso preparatório Estratégia. Mas, também, recebia os *e-mails* do Gran Cursos *Online*, além de acompanhar as redes sociais de diversos cursinhos e de professores. Todos os dias, recebia em minha caixa de entrada mensagens de cunho motivacional, exortando-me a permanecer focado porque, em breve, o meu sonho da estabilidade e do alto salário se realizaria.

Em segundo lugar, os cursos investem na divulgação da qualidade de seu corpo docente, que inclui – no caso do Estratégia, mas não apenas –, além de professores, os chamados *coaches*, responsáveis por manter um contato mais próximo com o aluno. Dúvidas, explicações sobre o *site*, disciplinas específicas, informações sobre as carreiras – tudo isso fica a cargo do *coach*, que busca tornar mais pessoal a distante relação do aluno com a aula *online*.

Os professores, por sua vez, são uma chave determinante do sucesso dos cursinhos. Além de pílulas cotidianas de motivação, esses profissionais são uma das chaves da gestão do tempo do aluno. O Circuito reconhece como virtude indissociável do bom professor gerir a equação “tempo/conteúdo”, que é central à aprovação: maximizar o acúmulo de informações relevantes, ou seja, aquelas que caem em prova, com o menor tempo possível para adquiri-las. Para isso, além das aulas, são eles os principais responsáveis em elaborar os famosos PDF, no caso do curso Estratégia, onde o aluno encontra condensado o resumo da legislação, doutrina, jurisprudência e exercício. Tudo isso de forma atualizada, o que não é possível em um livro físico.

Mas, por outro lado, os livros físicos ainda cumprem papel importante na circulação da informação e na construção do prestígio dos autores/professores. Consequentemente, as editoras jurídicas permanecem atores relevantes nessa interação, inclusive por extrapolar o Circuito: ainda são elas que consagram os grandes autores do Direito, os quais, inclusive, são aqueles exigidos nos exames – ainda que venham a ser lidos apenas pelos professores responsáveis por elaborar o PDF.

Além das centenárias RT, Saraiva e Forense, que possuem catálogo dedicado no assunto, há editoras realmente especializadas em concurso,

12. O Ministério Público Federal é uma exceção à regra e realiza todos os seus concursos, cujo prestígio é reconhecido pelos concurseiros e compartilhado pelos procuradores da república.

como a Foco e Juspodvm¹³. Contudo, a realidade das novas mídias digitais, as facilidades dos PDF e a própria dinâmica de mercado já fazem com que algumas editoras, voltadas para concurso ou não, criem novos produtos. É o caso, por exemplo, da JusPlay e da JusAulas, da editora Juspodvm. A primeira fornece áudios, com atualizações diárias, com a lei, doutrina, jurisprudência e questões de prova. Já a segunda, como o nome sugere, oferece aulas com temas variados, mas especialmente voltados para fases mais avançadas de concursos específicos.

As novas mídias, como se vê, cumprem um papel determinante no Circuito. Em primeiro lugar, por viabilizarem uma de suas virtudes mais valorizadas: o “imperativo do novo”, analisado à frente. Somente por meio de sua técnica é possível veicular, em tempo real, legislações recém-publicadas e as decisões dos Tribunais Superiores. Consequentemente, tornar o conhecimento sobre elas fator de distinção. Os examinadores, professores e concurseiros não apenas são exigidos em relação às novidades, como compartilham a crença de que esse lhes é um cabedal indispensável. Em segundo, porque os cursinhos, professores, instituições avaliadoras e as carreiras se utilizam da *web* como mediadora de suas ações durante todo o certame.

Interessa-me sublinhar, sobretudo, a relação dos professores com as redes. Não há dúvida que dar aula nos grandes cursos preparatórios e publicar em editoras de renome são fatores determinantes do prestígio de um professor especializado em concurso. Contudo, a internet redefiniu a exposição pública desse profissional. Consequentemente, em como suas habilidades são socialmente legitimadas. Cria-se, assim, uma relação aparentemente contraditória, em que o professor pode criar um espaço só seu na internet, dependendo seu sucesso, basicamente, do alcance de suas *lives* (e, portanto, de sua habilidade/sorte em manejar o algoritmo). Mas, ao mesmo tempo, é dando aula nos cursinhos e publicando livros em editoras consagradas que seu trabalho tem a maior chance de se tornar visível.

De todo modo, vinculados ou não aos grandes *players* do Circuito, esses professores mantêm uma relação direta com seu público, por meio das redes sociais. Desse modo, considerando que a instância de legitimação desses profissionais – que não se limitam ao Direito (podem ser educadores físicos, pedagogos, psicólogos etc.) – é o próprio concurseiro, eles serão aqui denominados “professores-influenciadores”. Como será visto, muitos deles ultrapassam cem mil seguidores, tornando-os personagens importantes na circulação do conhecimento concursal. Sobretudo, no estabelecimento do “modo de vida” concurseiro.

13. O catálogo de ambas extrapola o concurso público. Inclusive, porque o limite entre o “manual” de concurso e o dogmático é sempre muito tênue, como será demonstrado.

No tópico seguinte, serão abordados alguns dos aspectos relevantes dos principais atores do Circuito.

2.4 ATORES DO CIRCUITO DOS CONCURSOS

2.4.1 O CIRCUITO E A CONCENTRAÇÃO DAS EMPRESAS EDUCACIONAIS

A BTG Pactual, banco de investimentos brasileiro, publicou em 2023 o que denominou “Relatório Temático” sobre a Educação¹⁴. O documento considera que a “educação é provavelmente o principal motor do futuro de um país”. Assim, sob o argumento de propiciar um debate sobre suas políticas desenvolvidas pelo Estado e pelo mercado, propõe realizar um estudo cujo objetivo principal seria o de apresentar subsídios para o debate, não oferecer soluções. Veja-se¹⁵: “Não pretendemos oferecer ideias de ações, mas sim apresentar um relatório que esclareça um aspecto crucial para o desenvolvimento do Brasil.”

Para demonstrar seu compromisso com os fatos, não com ideologias, o documento reproduz excertos de diversos relatórios sobre os diferentes níveis da educação brasileira, da básica à universitária. Utiliza-se, sobretudo, de informações do Ministério da Educação (Inep) e de organismos internacionais (Pisa). O uso do discurso técnico, fundamentado em números, tem um objetivo imediato evidente: demonstrar, como prometido, que o escopo do estudo é contribuir com dados, não com visões parciais sobre as soluções para o setor. Contudo, inconscientemente, a estratégia se mostra artificial desde sua introdução, que se utiliza de Benjamin Franklin como inspiração para se pensar a educação: “*Um investimento em conhecimento rende os melhores juros. Benjamin Franklin*” (Educação, Relatório Temático. BTG Pactual, 1º de fevereiro de 2023. Grifo meu).

Franklin, no excerto citado, trata o conhecimento como *juros*, ou seja, como *rendimento do capital*. Inexorável concluir que, para o estudo, a educação, como os juros, tem como escopo remunerar o investidor pelo capital por ele despendido. Ao lembrarmos a célebre análise weberiana sobre Benjamin Franklin, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, fica fácil perceber que a educação está inserida no sentido que o americano dá à vida: o “absoluto e consciente desregramento da ânsia de ganhar” (Weber, 2004, p. 51).

14. Educação, Relatório Temático. BTG Pactual, 1º de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://image.btgmais.com>. Acesso em: 1º abr. 2023.

15. Educação, Relatório Temático. BTG Pactual, p. 1.

Assim, se “tempo é dinheiro” e a “educação é juros”, parece evidente qual o objetivo *imediato* da BTG Pactual ao se dedicar à política de educação: explorá-la como mercadoria, como forma de potencializar seu lucro. Não por acaso, todo o argumento é construído com o objetivo de demonstrar que a solução para o Brasil, na política em questão, é reduzir os investimentos estatais e, consequentemente, abrir novas oportunidades à iniciativa privada.

Com efeito, todas as iniciativas do Estado são traçadas no Relatório como fracassadas – ainda que algumas vezes de forma eufemística. Por outro lado, toda a (suposta) evolução observada na educação brasileira decorreria de ações de entidades privadas, que seriam “independentes” e “autônomas” dos interesses políticos. O relatório cita diversas ações nesse sentido, como a organização “Todos pela Educação”. Veja-se¹⁶:

Todos pela Educação - Fundada em 2006, a Todos pela Educação é uma ONG com a missão de melhorar a qualidade da educação básica no Brasil. Por não ter vínculo com partidos políticos, é uma organização sem fins lucrativos e é mantida por doações voluntárias de pessoas físicas, fundações, institutos e empresas (não relacionadas à educação setor).

Assim, é independente, com autonomia para questionar e contestar as políticas e práticas educativas, ao mesmo tempo que trabalha ativamente na proposição de mudanças e na melhoria do conhecimento do setor e do acesso a uma educação básica de qualidade.

Sua proposta de valor é baseada em cinco objetivos educacionais: (i) todos os jovens de 4 a 17 anos devem estar na escola; (ii) toda criança deve estar totalmente alfabetizada aos 8 anos de idade; (iii) todo aluno deve ter o aprendizado adequado para sua série; (iv) todos os jovens devem ter concluído o ensino médio até 19 anos; e (v) o investimento em educação deve ser ampliado e bem administrado. Em outras palavras, acredita que o caminho para mudar o Brasil para melhor é garantir a igualdade de oportunidades por meio da educação pública de qualidade para todos. (Grifos meus)

O relatório não cita, contudo, que o Todos pela Educação é um movimento financiado pelos maiores grupos financeiros do país, todos eles engajados em construir um determinado modelo de educação. As Fundações Itaú, Bradesco, Lehman, Natura, Unibanco e Prisma Capital são alguns exemplos dos financiadores do projeto.

Independentemente do que o “Todos Pela Educação”, ou qualquer outro grupo privado mencionado pelo BTG Pactual, tenha efetivamente contribuído com o país, é fundamental ressaltar a inexistência de qualquer neutralidade nessa massiva participação dos grandes grupos econômicos brasileiros na educação. Ao contrário – e aqui chegamos ao segundo

objetivo do relatório. O que está em questão é não apenas a pretensão no aumento do lucro, por meio da retirada do Estado e da maior participação do mercado. Mais do que isso, como nos deixou explícito Margaret Thatcher, “a economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”.

Paralelamente à crença de que o Estado é o lugar da burocracia ineficiente e o mercado das virtudes, estão sendo tecidos diversos outros valores. O cuidadoso recurso à técnica para explicar a política da educação está atrelado à crença de que todo o mundo social deve ser medido pelos instrumentos da economia. E não de “qualquer economia”, mas daquela pautada nos valores neoliberais, que tem na transformação das relações sociais em uma métrica empresarial o seu objetivo. A educação, como um rendimento do capital investido (“juros”), compõe esse universo de valores. “Gestão, lei e tecnocracia no lugar da deliberação, contestação e partilha do poder” (Brown, 2019, p. 71).

A escola, objeto desse amplo investimento do grande capital, cumpre o papel determinante de estruturar as classificações elementares do mundo social, que são, desde a mais tenra infância, incorporadas nos estudantes: bom/mal; certo/errado; lícito/ilícito; feio/bonito. Como nos explica Bourdieu:

[...] De fato, o que está em jogo no mundo social não são partículas de matéria inertes e intercambiáveis, mas *agentes discerníveis dotados de discernimento que realizam as inúmeras operações de ordenação através das quais a ordem social está em constante mudança*. Mas também não são consciências agindo com pleno conhecimento dos fatos. O discernimento que está na raiz tanto dos atos classificatórios quanto de seus produtos, isto é, das práticas, do discurso, não é o ato intelectual de uma consciência que estabelece explicitamente seus fins em uma escolha deliberada entre possibilidades constituídas como tais por um projeto, mas a *operação prática do habitus, isto é, de esquemas geradores de classificações e práticas classificáveis que funcionam na prática sem acessar a representação explícita, e que são o produto da incorporação, na forma de disposições, de uma posição diferencial no espaço social* – definido precisamente, como diria Strawson, pela exterioridade recíproca de posições (Bourdieu, 1989, p. 9, tradução livre. Grifos meus).

A agressividade com que os grandes grupos econômicos passaram a atuar nas políticas educacionais, seja estruturando grandes grupos, seja por pressão interna no Estado e na mídia, é um fato fundamental do mundo social contemporâneo que, naturalmente, se faz presente no Circuito. O mercado dos concursos interessa financeiramente, mas, também, como parte desse amplo projeto de “mudar o coração e a alma”, que está na base do neoliberalismo.

16. Educação, Relatório Temático. BTG Pactual, 1º de fevereiro de 2023, p. 45.

O tema, obviamente, merece ser objeto de ampla pesquisa, que extrapola as pretensões deste livro. Contudo, ainda que com as limitações evidentes, é preciso sublinhar, com todas as tintas, que também a preparação dos juristas do Estado se insere nesse poderoso e célere processo em que o grande capital passa a se interessar pela educação não apenas como mercadoria que dá lucro, mas com o intuito de fazer prevalecer uma determinada racionalidade como legítima.

2.4.2 OS GRANDES CURSOS PREPARATÓRIOS (E OS INVESTIMENTOS PRIVADOS)

2.4.2.1 AS INOVAÇÕES DA REDE LFG

A Rede LFG foi a pioneira ao inaugurar as aulas via satélite no Brasil, como já mencionado¹⁷. Sua trajetória, de um projeto visionário de um professor até sua aquisição pelo conglomerado Cogna, nos mostra um pouco de como os grandes grupos econômicos passaram a influenciar todos os âmbitos da educação e, portanto, também do Circuito.

O curso preparatório foi criado pelo professor Luiz Flávio Gomes entre 2002-2003, por meio de parcerias com cursinhos locais. Na época, não era possível, por uma série de fatores, sobretudo técnicos, a veiculação das disciplinas pela internet. Era necessário que os alunos se deslocassem às sedes dos cursos parceiros da LFG para terem acesso às aulas, transmitidas via satélite.

Assim, por um lado, os cursos parceiros garantiam toda a estrutura necessária para veiculação do curso: as salas de aula e de estudo, biblioteca, limpeza, segurança, cantinas, secretaria, banheiros. Por outro, a Rede LFG fornecia os cursos propriamente ditos, veiculados de seu estúdio em São Paulo.

Como explicado em entrevista para esta pesquisa pela professora Alice Bianchini (2022), que coordenava os cursos de pós-graduação da LFG, a grande dificuldade inicial era convencer o aluno de que haveria o aprendizado, ainda que o professor não estivesse em sala de aula. Os mais jovens, nascidos no mundo digital, provavelmente não compreenderão essa preocupação, mas, naquele momento, era algo absolutamente novo

17. A hoje denominada Damásio Educacional, fundada pelo professor de Direito Penal Damásio de Jesus, foi, na época, concorrente da LFG no ensino a distância. O tradicional curso preparatório, talvez o mais antigo do Brasil, mantém-se no mercado fornecendo, além de preparação para concurso, pós-graduação, cursos para a OAB e para a diplomacia, além de cursos de atualização para jurista. Tudo no formato *online*, como se tornou a regra do mercado.

e inusitado assistir a uma aula ao vivo, via satélite. Outro desafio, ainda segundo Bianchini, era o trabalho com os professores, que, como os alunos, precisavam aprender a dinâmica das aulas. Há todo um repertório corporal, de linguagem e tecnológico que torna as aulas via satélite muito diferentes das presenciais.

De todo modo, o grande diferencial da Rede LFG, e que seduzia os cursinhos locais a manter a parceria, era a qualidade dos professores, realmente especializados no universo dos concursos e com grande conhecimento nas disciplinas que ministravam. Como ex-aluno, posso afirmar que os professores, visivelmente, dedicavam-se com afinco a dominar o conhecimento em circulação no Circuito, nos moldes em que esse conhecimento foi sendo tecido (inclusive pelos próprios professores). Além disso, o formato via satélite dava um grande poder a Luiz Flávio, então o desbravador da nova tecnologia, de contratar os melhores professores em qualquer lugar do Brasil.

Ora, os jovens professores, além de provavelmente muito bem pagos, tornavam-se nacionalmente conhecidos ao ministrar um curso, gozando de prestígio que, de outra forma – como professor universitário, advogado, juiz ou promotor – dificilmente obteriam. Ao menos em tão curto espaço de tempo. Importante insistir que esse reconhecimento não é detalhe. De outro modo, ele impactava diretamente na distribuição do prestígio e de regras de reconhecimento no campo do Direito. Um livro ou um autor mencionado em uma aula destinada a milhares de alunos atingia, imediatamente, um público que dificilmente alcançaria sem as aulas via satélite. Assim, não apenas os professores tornavam-se figuras relevantes, como o círculo intelectual em que estavam inseridos também era impactado. Se, hoje, esse fenômeno nos é óbvio, pelo alcance da internet, naquele momento essa dissociação espaço/temporal da veiculação das aulas era algo extremamente novo e impactante.

Outro ponto relevante dessa dinâmica de aulas era a existência de uma interação entre os alunos, a despeito de a transmissão das disciplinas ser via satélite. Ainda que as perguntas só fossem admitidas ao final da aula, o simples fato de os estudantes se deslocarem ao cursinho já permitia trocas afetivas que são (ou pelo menos eram) ínsitas ao processo de aprendizagem. Ademais, os parceiros locais, normalmente, forneciam monitores que tiravam dúvidas dos estudantes nos intervalos, salas de estudo, bibliotecas e cantinas que permitiam a interação dos alunos.

A Rede LFG começou, também nesse período, a fornecer os cursos de pós-graduação, prática hoje universal entre todos os grandes cursos preparatórios. Além do título respectivo, a pós-graduação era considerada “prática jurídica” em concursos, como o da magistratura e Ministério

Público, que exigem três anos de exercício profissional como requisito para a posse. Valia, ainda, como “título”, que poderia ser contabilizado pelo candidato na fase respectiva (a “fase de títulos”), que, embora não seja eliminatória, é determinante para classificar o aprovado no certame, o que terá influência não apenas na nomeação, como em toda sua vida funcional.

A dinâmica da transmissão das aulas era semelhante aos cursinhos: as aulas veiculadas dos estúdios de São Paulo e os alunos se deslocavam às salas presenciais dos parceiros da LFG. Contudo, diferentemente do princípio da “generalização”, vigente no Circuito, havia uma especialização das disciplinas fornecidas, inclusive com a presença de professores reconhecidos nacionalmente. A pós-graduação de processo civil era coordenada, por exemplo, por Ada Pellegrini Grinover, professora titular da USP.

Havia, assim, o interesse evidente do aluno em participar das pós-graduações, que agregavam valor ao seu currículo e, ainda, diferencial relevante nos concursos. As pós-graduações, desse modo, constituíram um dos muitos espaços “porosos”, em que não há uma fronteira clara entre o saber acadêmico e o concursal, constituindo-se, ambos, a partir da circulação entre eles.

2.4.2.2 A AQUISIÇÃO DA REDE LFG

Como visto, o modelo de negócio inaugurado pela Rede LFG, por meio do ensino via satélite, trazia à empresa e seus parceiros importantes vantagens competitivas. Mas, por outro lado, ainda lhes impunha uma série de gastos. A manutenção de espaço físico exigia aluguel/aquisição do imóvel, além de sua manutenção. Impunha, também, a contratação de ampla mão de obra para todas as atividades que circundavam os encontros presenciais. Ademais, exigia a veiculação da aula pelo próprio satélite, o que tornava necessário, além da manutenção dos estúdios, o deslocamento dos professores, que poderiam residir em qualquer lugar do Brasil. Esse cenário será drasticamente alterado pela veiculação das aulas exclusivamente pela internet, seja como modelo de aprendizagem ou como modelo de negócios.

A LFG iniciará essa mudança em 2008, após ser adquirida pela Anhanguera Educacional, já na época uma das maiores do setor. Como explicado por Alice Bianchini (2022), Luiz Flávio Gomes tinha um compromisso com os cursos parceiros que não mais interessava à gigante educacional. A Anhanguera iniciou, então, aproveitando o novo universo aberto pela (maior) democratização e evolução da internet, a migração para o modelo totalmente virtual, em que os parceiros não eram mais necessários.

Em 2014, a Anhanguera, titular da LFG, e a Kroton realizaram uma fusão, tornando-se a maior empresa educacional do planeta. Novamente, em

2019, passaram a compor a Cogna educação, *holding* das seguintes marcas: Cogna ventures; Pitágoras ampli; Kroton¹⁸; Platos; Saber; Vasto Educação; Somos Educação.

A Cogna, por meio de seus diversos braços, está presente em todo o processo educacional do Brasil: da educação infantil, fundamental e médio à graduação e pós-graduação, passando pelo ensino de línguas, pré-vestibular, fornecimento de material didático e editoras. É importante sublinhar que a Cogna fornece serviços não apenas à iniciativa privada, mas também dispõe de empresas que abastecem o ensino público com diversos projetos, sobretudo o material didático. Segundo a própria Cogna, a empresa é responsável por atender, direta e indiretamente, 2,4 milhões de estudantes no Brasil. Veja-se¹⁹:

Pautada pela inovação e pelo propósito de transformar a vida das pessoas por meio de uma educação de qualidade, a companhia atende mais de 2,4 milhões de estudantes de todo o Brasil, da Educação Básica ao Ensino Superior, sendo 1 milhão de alunos atendidos diretamente e 1,4 milhão de estudantes por meio das escolas e instituições de ensino parceiras. Suas atividades e programas sociais geram um impacto de mais de R\$ 431,1 milhões à sociedade, ajudando a transformar as comunidades onde está inserida.

A própria Kroton (ainda denominada Pitágoras) nos conta, em seu *site*, a rapidez com que, nos anos 2000, a empresa se expandiu, pelos investimentos externos, pela abertura de seu capital na bolsa e pela mudança regulatória no setor – sendo importante relembrar, nesse sentido, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) fomentou a participação da iniciativa privada na educação. Veja-se²⁰:

No início dos anos 2000 e com a mudança do marco regulatório do setor de educação, surge a primeira Faculdade Pitágoras, com novo sistema de ensino e uma metodologia exclusiva criada em parceria com uma das maiores companhias de educação do mundo - a Apollo International, com sede no Estado do Arizona, nos Estados Unidos da América. Tal parceria durou até 2005 quando a Apollo International decidiu vender sua participação aos fundadores.

O ano de 2007 ficou marcado pela abertura de capital do Pitágoras na BM&FBovespa, com o nome Kroton Educacional (KROT11), possibilitando a consolidação de uma fase de grande expansão e desenvolvimento da Companhia. Já em 2009, a Kroton recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de private equity

18. As marcas que compõem a Kroton são: Anhanguera, Fama, Pitágoras, Uniderp e Unime.

19. Disponível em: <https://www.cogna.com.br>. Acesso em: 3 abr. 2022.

20. Histórico. Anos 2000. Disponível em: <https://www.kroton.com.br>. Acesso em: 3 abr. 2023.

do mundo, a Advent International, que a partir de então compartilharia o controle da Companhia com os sócios fundadores.

Tornada uma companhia de capital aberto e com investimentos externos, é difícil acompanhar a agressividade da expansão da Kroton entre 2010-2020. Por isso, novamente, recorro à sua “autobiografia” apresentada em seu *site*:

Em 2010, a Kroton efetuou a maior aquisição do setor de educação superior do Brasil ao comprar a IUNI Educacional, instituição que oferece programas de graduação e pós-graduação sob as marcas UNIC, UNIME e FAMA.

2011: em julho a Kroton Educacional adquire a Faculdade Atenas Maranhense (São Luís e Imperatriz - MA) e Faculdade União (Ponta Grossa - PR). Em novembro, realiza uma nova aquisição a FAIS - Faculdade do Sorriso. Em dezembro realiza a maior aquisição da história da educação, a UNOPAR e torna-se líder no setor de educação a distância do Brasil.

2012: em abril Kroton Educacional adquire o Centro Universário Cândido Rondon (Unirondon). Em maio, realiza a aquisição da Uniasselvi, fortalecendo sua liderança na Educação a Distância.

2013: Expansão de 40 novos Polos de Graduação a Distância da Unopar. Anunciado acordo de associação entre a Kroton e a Anhanguera, para formar a maior empresa de educação do mundo.

2014: Aprovação da fusão com a Anhanguera, tornando a Kroton a maior empresa educacional do mundo em termos de valor de mercado e alunos.

[...]

2018: Criação da Saber, holding de Educação Básica.

Anunciada a associação entre Kroton e Somos²¹.

[...]

Aceleração do processo de Transformação Digital com a inauguração da parceria com o Cubo Itaú, visando criar espaço de inovação aberta, empreendedorismo e desenvolvimento de novos formatos educacionais junto à edtechs.

[...]

21. Ainda segundo a própria Kroton: “A Somos Educação, (*sic*) atua no mercado de educação básica com escolas próprias, cursos pré-vestibulares e idiomas, além de sistemas de ensino e livros. É dona das editoras Ática, Scipione e Saraiva, do Anglo, da escola de inglês Red Ballon, entre outros negócios”. Cf. Histórico. Anos 2000. Disponível em: <https://www.kroton.com.br>. Acesso em: 3 abr. 2023.

2019: Seguindo a reinvenção iniciada a dois anos atrás com a Transformação Digital da companhia, é anunciada nova estrutura de negócios e reconfiguração de marcas. Como marca mãe e nova holding do grupo surge a Cogna, empresa responsável por gerir e tomar as decisões comuns ao grupo e que tem como líder, Rodrigo Galindo.

[...]

As duas décadas deste milênio, portanto, representaram mudanças drásticas na Cogna e, conseqüentemente, em toda a educação brasileira. Mas a rapidez e profundidade das mudanças se deram, sobretudo, segundo a própria empresa, a partir da década de 2010, pela aliança da tecnologia da informação e dos investimentos do sistema financeiro. Não parece ser por acaso, portanto, que é no mesmo período que observamos também as grandes mudanças no Circuito dos Concursos.

2.4.2.3 O GRAN CURSOS ONLINE

Duas das grandes concorrentes da LFG, contudo, trilharam caminhos distintos. O Gran Cursos *Online* tem sua origem, em alguma medida, atrelada ao Obcursos, cursinho criado pelo empresário João Carlos Di Genio como um dos braços do Colégio Objetivo, um dos mais poderosos grupos educacionais brasileiro – formado por 54 faculdades, além da Unip. Contudo, ainda na década de 2000, o professor Granjeiro adquire a titularidade do curso preparatório sediado em Brasília, a capital nacional dos concursos, e altera seu nome para Gran Cursos, em 2009.

O Gran Cursos, por sua vez, representava a antítese do modelo de negócios que, hoje, se observa no Circuito, inteiramente centrado na internet. Como explica o professor José Wilson Granjeiro (2022), em entrevista concedida para esta pesquisa, o curso preparatório dispunha de espaço físico que acolhia o aluno em todas as suas necessidades. Vestiários, salas de informática, amplas salas de aula, salas de estudo, biblioteca. Durante todo o dia, o concurseiro poderia permanecer nas dependências do curso, realizando alguma atividade voltada à sua preparação. Parte considerável dos estudantes, ainda segundo Granjeiro, vinha de outras cidades brasileiras, dada a especialização de Brasília, e do Gran Cursos, em concurso público.

Parece claro, portanto, como esse modelo impunha gastos incompatíveis com o orçamento de grande parte dos estudantes brasileiros, por lhes exigir arcar com estadia, cursinho, livros, além de dispor de tempo livre para a preparação. Do mesmo modo, exigia-se do Gran Cursos um alto custo fixo, com a manutenção de amplo espaço físico e grande número de mão de obra para fazer girar todo o negócio, incompatível com a realidade

do mercado que, entre 2014/2015, já se estruturava pela internet. Não por acaso, o curso veio a fechar nesse período.

Com o desenvolvimento da internet, a despeito dos custos ligados à tecnologia, de manutenção do *site* e de veiculação do conteúdo, os cursos preparatórios tornam as salas de aula um elemento secundário, podendo veicular conteúdo a distância e “indefinidamente”, em razão da dissociação espaço-temporal que a *web* permite. O contato pessoal professor-aluno torna-se um bem raro, e caro, que pode (ou não) ser negociado no mercado, caracterizando-se como importante critério distintivo entre os estudantes com e sem recursos.

O *Gran Cursos Online*, ao contrário do “presencial”, é criado pelo filho do professor José Wilson Granjeiro, Gabriel Granjeiro, com formação em negócios na famosa *NYU Stern School of Business*, em Nova Iorque. O jovem empreendedor se une a Rodrigo Calado, também um jovem – embora não tanto como Gabriel – prodígio na área de Tecnologia da Informação, e decidem abrir um outro Gran Cursos, agora pelo modelo das *EDTechs* – ou seja, *education* (educação) e *technology* (tecnologia). Unem, assim, a experiência e o prestígio do Gran Cursos, por um lado, com um outro modelo de negócio, em que a tecnologia da informação e a gestão empresarial do processo educacional se entrelaçam.

O sucesso do negócio é muito rápido. Estruturado inteiramente pela *web*, os alunos não mais interagem entre si, e com os professores, no amplo espaço disponibilizado pelo curso. Toda a relação de aprendizagem segue a dinâmica da internet. A possibilidade das aulas assíncronas, além da já mencionada redução de custos, dá fôlego à empresa de fornecer cursos específicos para as mais diferentes carreiras, dentro de um contexto em que o ensino a distância (EaD) cresce exponencialmente no Brasil²², como observado pelo Inep:

Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de educação a distância (EaD), aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por meio de EaD correspondiam a 18,4% do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8%. Os dados, que refletem a expansão do ensino a distância no Brasil, fazem parte dos resultados do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC), em coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira, 4 de novembro.

[...]

Ainda segundo o Inep, em 2021 foram feitas 3,7 milhões de matrículas em cursos EaD.

Com a redução dos custos operacionais, uma maior democratização da internet e a maior aceitação dos cursos EaD pelo público, os cursos preparatórios ficaram mais acessíveis. O próprio Gran Cursos *Online* informa ter atingido a marca de 500.000 alunos em 2022, o que o levou ao painel da Nasdaq²³, embora seu capital ainda não esteja disponível no mercado de ações americana. Ainda que sem dados específicos pelo mercado de concurso, não parece difícil concluir que sua expansão o fez chegar em estudantes até então excluídos do acesso aos cursos preparatórios.

Sobre a acessibilidade gerada pelos cursos via internet, Alice Bianchini (2022), que também é especialista em violência de gênero, oferece um exemplo elucidativo. Os cursos telepresenciais permitiram que mulheres participassem com mais assiduidade das atividades acadêmicas, já que não precisariam sair de seu domicílio. Mulheres com filho, muitas vezes com dupla jornada de trabalho, além das dificuldades inerentes à situação a que estão submetidas, têm na violência urbana mais um dificultador à preparação para concursos.

Ademais, ainda que a internet continue um bem oferecido de forma marcadamente desigual, ela pode chegar às periferias e solucionar, em relação aos que têm acesso, outro grande dificultador dos cursos presenciais: a mobilidade urbana. O mesmo se diga na relação capitais-interior do Brasil: como o Gran Cursos, diversos cursos preparatórios situavam-se nas capitais ou nas maiores cidades do país, tornando o acesso à preparação um privilégio de poucos.

O aumento da demanda de estudantes, a redução dos custos operacionais, a (maior) democratização da internet são alguns dos fatores que refletiram no barateamento dos cursos preparatórios. Hoje, as grandes empresas chegam a oferecer cursos de pós-graduações a R\$ 100,00²⁴. O Gran Cursos *Online*, inclusive, tem incentivos para pessoas de baixa renda, permitindo que estudantes se juntem em grupos de quatro pessoas e paguem 199,90 por mês para terem acesso a cursos para todas as carreiras e para a OAB.

Apostando no aumento da demanda de estudantes, propiciada pela diminuição das mensalidades, o Gran Cursos *Online* passou a investir, com base em modelo muito semelhante dos concursos, em cursos de graduação. Criou, assim, a GranFaculdade, que já conta com doze cursos de bacharelado,

22. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2023.

23. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2023.

24. Considerando que o dólar está cotado, em 13/06/2023, a R\$ 4,82, o curso equivale a \$ 20,74 (vinte dólares e setenta e quatro centavos). Nessa mesma data, o salário-mínimo está fixado em R\$ 1.320,00.

tecnólogo e licenciatura. A mensalidade, no lote promocional, está fixada em R\$ 89,90 por mês, garantindo-se ao estudante a manutenção desse valor até o fim do curso. Desse modo, atenderá o público de graduação, pós-graduação (68 cursos), concursos públicos e preparação para a prova da OAB.

Tudo isso fez com que a empresa recebesse o aporte da BTG Pactual de R\$ 105 milhões²⁵. O objetivo, segundo o próprio grupo, é abrir o capital da *EdTech* primeiramente no mercado brasileiro.

Observa-se, pois, que o Gran Cursos Online, diferentemente da LFG, não foi adquirida por um grande grupo. Ele busca expandir seus negócios no mercado educacional com investimentos externos e abertura de seu capital. Mas, por outro lado, há entre eles interessantes semelhanças. Ambos são criados como um projeto de um professor, especializado em sala de aula, mas a dinâmica empresarial que se impõe sobre a educação os atravessa.

2.4.2.4 O ESTRATÉGIA

Por fim, além da LFG e do Gran Cursos Online, não há como não mencionar o Estratégia como um dos maiores e mais importantes cursos preparatórios para concurso no Brasil²⁶. Como já mencionado, para a realização desta pesquisa realizei a assinatura anual do curso para o Ministério Público, o que me fez analisá-lo em diversos momentos deste livro. Assim, para evitar repetições desnecessárias, gostaria de abordar sobre ele apenas com relação ao tema versado neste capítulo: como o Circuito participa do processo de concentração por que atravessa a educação brasileira.

O Estratégia foi fundado, em 2011, por quatro ex-tenentes do Exército, que exibem em seu *LinkedIn* a sua formação pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), ainda que nenhum deles seja muito ativo no *site* de relacionamentos profissionais. Mário Pinheiro e Sérgio Mendes informam, na mesma rede, que atuam como “investidor-anjo” na área de educação, ou seja, investem em *startups* que se dedicam a esse mercado, onde iniciaram com apenas R\$ 5.000,00 cada²⁷ para formar o Estratégia.

Assim como o Gran Cursos Online, o Estratégia recebeu, em 2019, o investimento de R\$ 100 milhões da Axxon Group, banco de investimento que dispõe de mais de R\$ 3 bilhões para aplicar em empresas brasileiras

25. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/gran-cursos-online-nasdaq/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

26. Além da LFG, Gran Cursos Online e Estratégia, há outros cursos preparatórios de âmbito nacional, como o Damásio, o Emagis, o Alfacon, o Focus Concursos, Cers, o Direção Concurso e o Aprova Concurso, entre outros.

27. Informação prestada pelo sócio Mário Pinheiro ao *Brazil Journal*. Disponível em: <https://braziljournal.com>. Acesso em: 4 abr. 2023.

de médio porte²⁸. A operação foi mediada pela Cypress²⁹, especializada em operações de Mergers and Acquisitions (M&A) e captação de recursos.

A Axxon Group informa, em sua página eletrônica, que busca investimentos em todos os setores da economia, aplicando entre R\$ 75 e 300 milhões em cada negócio, preferencialmente em empresas de médio porte. Entre os seus diferenciais, estaria a experiência de mais de cinquenta anos de seus sócios, além da base diversificada de seus investidores institucionais. Não por acaso, o Estratégia foi a primeira *startup* na área de educação a receber esses investimentos, já aplicados na indústria farmacêutica animal (JA Saúde Animal)³⁰, em empresas de seguros (Alper Seguros)³¹ e no setor de ingredientes (Alibra)³².

Fica claro, portanto, que a Axxon Group não está interessada, propriamente, na política educacional do Brasil. Seu dinheiro foi ali colocado, precipuamente, como oportunidade de mercado, tendo como intuito imediato o lucro. Ou, como sugerido pelo BTG Pactual, interessam-lhe os *juros* de seu capital investido no conhecimento. Evidentemente, não é possível mensurar, aqui, o impacto da participação dos grandes investidores financeiros nesse mercado, tampouco a dinâmica que ela instaura na educação brasileira. Mas, por outro lado, se o Circuito cumpre papel relevante no processo de subjetivação do jurista do Estado e de construção da verdade no Direito, como aqui defendido, está ele diretamente atravessado por essa nova realidade.

2.4.3 AS EDITORAS JURÍDICAS CENTENÁRIAS

2.4.3.1 OS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS, A REVOLUÇÃO DIGITAL E AS EDITORAS

Nas últimas décadas, passamos por uma *revolução tecnológica* tão radical e tão abrangente como nunca houve na longa história da espécie humana. Entre outras coisas, essa nova *revolução está transformando o ambiente da informação e da comunicação e destruindo muitos setores que tiveram um papel decisivo na configuração desse ambiente*, antes e durante a maior parte do século XX. Todas as indústrias tradicionais

28. Disponível em: <https://www.axxongroup.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2023.

29. É a própria Cypress que informa o montante da operação, no valor de R\$ 100 milhões. Veja-se em: <https://cypress.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2023. Segundo o blog pipeline, do jornal *Valor Econômico*, a Axxon investiu outros R\$ 70 milhões de reais para adquirir outra parcela da sociedade.

30. Disponível em: <https://valor.globo.com>. Acesso em: 5 abr. 2023.

31. Disponível em: <https://braziljournal.com>. Acesso em: 5 abr. 2023.

32. Disponível em: <https://alibra.com.br>. Acesso em: 5 abr. 2023.

de mídia – jornais, rádio, televisão, música, cinema – foram lançadas num turbilhão de mudanças quando as antigas tecnologias analógicas foram trocadas por novas tecnologias baseadas na codificação digital e na transmissão de conteúdo simbólico. Muitas das organizações de mídia que foram atores fundamentais na era analógica se viram ameaçadas pela transição digital: suas receitas despencaram e sua posição, outrora predominante, se enfraqueceu, enquanto novos atores poderosos surgiram e começaram a reconfigurar os limites do nosso espaço informacional. *Vivemos hoje num mundo que, no que se refere a formas e canais de informação e comunicação, é profundamente diferente do mundo que existiu há apenas meio século.*

A indústria editorial do livro não é exceção – ela também foi atingida pelas turbulências provocadas pela revolução digital (Thompson, 2021, p. 1. Grifos meus).

O Direito dispõe, no ramo das editoras jurídicas, três empresas com mais de cem anos de sua fundação, refletindo, entre outras questões, a longevidade do campo. A Revista dos Tribunais (1912), Saraiva (1917) e a Forense (1904) completaram seu centenário gozando de uma mesma característica: como os cursos preparatórios, elas compõem, hoje, um grande grupo econômico. Ademais, participam desse novo universo de circulação da cultura que foi revolucionado com a codificação do conteúdo simbólico, antes veiculado pela via analógica (Thompson, 2021).

A Saraiva³³, mencionada acima, faz parte hoje do grupo Somos, um dos braços da *holding* Cogna. Sua história nos interessa de perto porque diz muito não apenas sobre o processo de concentração dos grandes grupos educacionais, mas, também, sobre como a nova realidade digital impactou, e continua impactando, a atividade editorial.

Criada em 1917 por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, publicava prioritariamente livros jurídicos, gozando de enorme prestígio na área. A partir de 1990, contudo, expandiu seu mercado, vindo a editar obras literárias e títulos de outras áreas do conhecimento, como administração, economia e *marketing*. Passou a se dedicar, também, ao ensino fundamental e médio, mercado, desde então, em grande expansão no Brasil.

Em 2015, a Saraiva foi adquirida pela gigante educacional Somos que, naquele mesmo ano, havia alterado sua antiga denominação: “Abril Educacional”. A mudança do nome empresarial decorreria da aquisição

33. Para um histórico um pouco mais detalhado da editora, vide o endereço eletrônico em que os atos de sua recuperação judicial são divulgados: <https://www.saraivari.com.br/a-saraiva/historico/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

da empresa, então titularizada³⁴ pela família Civita³⁵, por um fundo de investimentos (Tarpon Investimentos). O Grupo Abril informou ao público, na ocasião, que a alienação de um de seus braços tinha como objetivo a centralização de suas atividades nos negócios de mídia e distribuição.

Em 2018, entretanto, o mercado editorial brasileiro foi abalado pela recuperação judicial da Livraria Cultura, que havia adquirido a Fnac, da Bookpartners (distribuidora) e da própria Saraiva. Diferentemente da Cultura³⁶, até a presente data não foi decretada a falência da tradicional editora, que teve seu segundo plano de recuperação judicial aprovado em juízo. As razões apresentadas para a bancarota foram a crise econômica iniciada em 2015, com a consequente queda do valor do livro e dificuldade de acesso ao crédito³⁷. Contudo, ainda que não afirmado de forma explícita, pode-se ler também nas entrelinhas do comunicado a dificuldade da empresa com a concorrência advinda do *e-commerce*, fruto da revolução digital atravessada pela circulação da cultura.

A história recente da Livraria Forense se assemelha à da Saraiva, embora com menos percalços. Hoje, a tradicional livraria jurídica compõe a gigante GEN, formada por uma fusão de diversas editoras no ano de 2007. Segundo seu próprio *site* nos informa³⁸, trata-se do maior grupo editorial do país no segmento CTP (científico, técnico e profissional), com publicações

34. Evidentemente, por se tratarem de companhias de capital aberto, essas operações são extremamente complexas e pressupõem a participação de diversos investidores, dos quais a Família Civita era a majoritária.

35. Disponível em: <https://g1.globo.com>, Acesso em: 6 abr. 2023.

36. Em 2023, foi decretada a falência da Livraria Cultura.

37. “O ano de 2018 foi um ano desafiador para a Saraiva. A grave crise econômica iniciada em 2015 no País exigiu movimentos importantes da Administração para reversão dos impactos negativos na operação de varejo. A Saraiva iniciou a construção de um plano de reestruturação, visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa. Com isso, houve o encerramento da operação de 22 lojas físicas com baixa perspectiva de geração de valor; a descontinuação de produtos com menor rentabilidade e maior demanda por capital de giro, retornando o foco para o mercado livreiro, que representa a essência do Grupo; a adequação da estrutura de custos e despesas por meio da implementação do Orçamento Base Zero – OBZ, definido pelo mínimo necessário de funções e colaboradores para manter a operação, sem causar impactos negativos nos resultados e no atendimento ao cliente. No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento, as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários, a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito, entre outros eventos relevantes para a operação, comprometeram a obtenção dos resultados almejados pelo Grupo”. Disponível em: <https://www.saraivari.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2023.

38. “Somos o maior grupo editorial do país no segmento de publicações e conteúdos científicos, técnicos e profissionais. Publicamos conteúdos em diversos formatos nas áreas de Ciências da Saúde, Exatas, Sociais Aplicadas, Humanas e Jurídicas”. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/quem-somos>, Acesso em: 6 abr. 2023.

nas áreas de Ciências Exatas, Jurídicas, Humanas, Negócios e Gestão e Saúde.

A GEN surge da fusão das editoras Roca, Santos, Forense, Método (especializada em concurso), LTC, E.P.U., Forense Universitária e Atlas, mas sob a participação majoritária da Guanabara Koogan³⁹, tradicional editora na rentável área da saúde, que conta com mais de dois mil livros publicados. Além de livros, fornece diversos cursos *online* e *webinars*, bem como dispõe de *podcasts* e um *blog*.

A diversificação dos formatos em que circula seu conteúdo não é um privilégio da Guanabara Koogan. Todo o grupo GEN investe em novas tecnologias, como os *e-books*, aulas *online* e, articulando ambos, o “GENio ambiente de aprendizagem”, um aplicativo que promete oferecer “soluções educacionais”, proposta que, aparentemente, é deixada propositalmente em aberto para abarcar futuras inovações.

“O GEN é livros. O GEN é cursos. O GEN é fonte de conteúdo em todos os formatos.” – como afirma o *marketing* da empresa, que assevera ainda que “a evolução da sua carreira passa por aqui”. Aproveitando esse duplo sentido da palavra “evolução”, que se aplica tanto à carreira, quanto à plataforma por ela oferecida, a GEN reforça que, aliado aos melhores profissionais, parte de seu diferencial está na possibilidade de o aluno acessar todo o conteúdo “onde, quando e como quiser”. Atravessa toda a construção do argumento a ampliação da “empregabilidade do aluno”: “conquiste o seu certificado e aumente a sua empregabilidade”⁴⁰.

Iniciando-se pelo *e-book*, observa-se que parte relevante do acervo da editora está disponível no formato, aposta que também é feita pelas suas concorrentes Saraiva e RT. Dentro da página do grupo editorial existe um ícone para os “meus e-books”, que permite ao usuário acessá-los por meio de seu aplicativo VitalSource/Bookshelf, onde o leitor é inscrito imediatamente ao adquirir o bem imaterial. Ressalte-se que não é permitida a impressão do conteúdo, como forma de inibir a sua reprodução.

O *e-book* colocado à venda pelo GEN, a princípio, como os demais que estão à venda pelas editoras aqui tratadas, “[...] é um subproduto das propriedades físicas do livro impresso, e é limitado por elas, pois se baseia no mesmo conteúdo e no mesmo arquivo primordial do livro impresso [...]” (Thompson, 2021, p. 83). Contudo, como nos explicava Thompson, em pesquisa realizada entre 2010-2015, ou seja, antes da pandemia de Covid-19, diversas *startups* mundo afora já tentavam desenvolver novos formatos que descolem o livro digital de seu correlato físico, o que abriria portas, hoje inimagináveis, à circulação de bens imateriais.

39. Não por acaso o presidente do grupo Gen é Mauro Koogan Lorch, seu fundador.

40. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/cursos-ead>. Acesso em: 7 abr. 2023.

De todo modo, aparentemente, a principal aposta da GEN parece ser o “GENio, ambiente de aprendizagem”, por inserir o usuário por inteiro no universo oferecido pela editora – estratégia semelhante, embora não idêntica, à “*prime assinaturas*”, da Revista dos Tribunais (RT), analisada à frente. A plataforma, para ser acessada, exige um cadastro onde é informado, além dos dados pessoais (nome, *e-mail*, documento, endereço etc.), elementos que nos qualificam como consumidores. Sobretudo, se somos alunos, professores ou profissionais e qual seria nossa área de interesse, o que é relevante pela abrangência do grupo, que atravessa todo o CTP (científico, técnico e profissional).

Ao ingressar no sistema, temos acesso a todo o conteúdo disponibilizado *online* pela empresa, onde novos conteúdos são adquiridos a partir de sua classificação em “concursos, saúde, sociais aplicadas, humanas, exatas e jurídica”. Dentro de cada uma dessas modalidades, diversos cursos são oferecidos. O que chama mais a atenção, contudo, de forma coerente ao formato aberto com que a plataforma é apresentada, é que aparentemente não há limites para a expansão do conteúdo a ser disponibilizado, seja em quantidade, seja em especialização. A tecnologia de que a GEN já dispõe, seu poder de organizar a demanda de alunos e a oferta de professores dá ao grupo um grande potencial de ampliação de seu mercado. Sobretudo se considerarmos como o ensino a distância foi revolucionado após a pandemia de Covid-19.

Investimento financeiro e inovações tecnológicas também são marcas da RT, adquirida em 2010 pela empresa americana Thomson Reuters⁴¹. Até então, a multinacional limitava-se a operar no mercado nacional apenas pela Reuters, agência de notícias, e por conteúdo disponibilizado ao mercado financeiro. O objetivo da aquisição foi alcançar a “indústria legal no Brasil”, a segunda maior do mundo, segundo a própria Reuters (agência de notícia)⁴²:

“A compra da Revista dos Tribunais representa uma oportunidade estratégica para a Thomson Reuters *liderar a indústria legal no Brasil rumo a informações, software e serviços online*”, segundo comunicado.

De acordo com a Thomson Reuters, o Brasil está entre os países com maior número de advogados per capita depois dos Estados Unidos, com crescimento de escritórios de advocacia de médio e grande portes.

41. A Thomson Reuters é, segundo seu próprio *site*, “[...] a provedora líder mundial em soluções e informações inteligentes para empresas e profissionais. Combinamos inteligência, tecnologia e expertise humana para fornecer respostas confiáveis, que ajudam na administração e nas tomadas de decisões dentro dos mercados de Comércio Exterior, Contábil, Jurídico e Tributário”. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt.html>. Acesso em: 9 abr. 2023.

42. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 9 abr. 2023.

A Thomson Reuters Brasil oferece diversas soluções tecnológicas para empresas nas áreas contábil, comércio exterior e jurídicas, com especialidade no direito tributário. O objetivo das soluções é “otimizar a atividade de sua cliente, tornando o dia a dia das organizações mais seguro, eficiente e ágil”⁴³. Mas, além de *softwares*, a multinacional oferece também “conteúdo”, que goza da “*expertise* de mais de 10 anos acompanhando o projeto SPED junto ao governo”⁴⁴.

A Editora RT insere-se nesse amplo mercado em que a Thomson Reuters oferece “soluções tecnológicas” e “conteúdo” aos seus mais variados clientes, notadamente no universo empresarial. Além do *e-book*, em formato semelhante à GEN, a empresa dispõe de três diferentes planos de assinaturas que permitem ao jurista ter acesso a conteúdo especializado, selecionado por curadores da própria RT, por meio de pagamento mensal.

A RT Prime Impresso encaminha ao assinante um livro jurídico (físico) ou revista por mês. Com a RT Prime Digital, o usuário poderá escolher uma entre as onze bibliotecas fornecidas pela editora para navegar por todo o seu conteúdo. O acesso se dá, exclusivamente, por meio da plataforma *proview*, a mesma que o usuário utiliza para ter acesso aos *e-books*. Por fim, por meio da RT Prime Revistas, o leitor terá acesso aos últimos cinco anos das publicações das tradicionais revistas da editora.

O formato “assinaturas” vem ganhando força no universo jurídico. Seu objetivo, contudo, não é atingir os usuários individuais, mas, sim, as instituições que são capazes de reunir um número considerável de usuários, como faculdades, órgãos públicos (Advocacia-Geral da União, Ministério Público Federal, Justiça Federal etc.) e grandes escritórios de advocacia. A Editora Fórum, nesse sentido, é uma das mais importantes do ramo. Tendo como clientes os principais órgãos que congregam os juristas do Estado, desenvolveu plataforma onde é possível ao leitor fazer pesquisas simultâneas em livros, revistas científicas, vídeos e informativos. Veja-se⁴⁵:

A Plataforma FÓRUM de Conhecimento Jurídico® é um conjunto de bibliotecas digitais composto por módulos que possibilitam a experiência inédita de pesquisar, ao mesmo tempo, em Revistas Científicas, Livros, Vídeos e Informativos, que reúnem todo o conhecimento gerado, certificado e sistematizado pela FÓRUM, com atualização diária e acesso simultâneo, ilimitado e permanente.

Essa brevíssima incursão no cenário das editoras jurídicas centenárias tem como objetivo, naturalmente, não apenas contextualizar a sua participação no Circuito dos concursos, mas sobretudo demonstrar como

a atividade de editoração, hoje, é substancialmente distinta de realidade encontrada há pouco tempo nesse mercado. E, assim como no universo dos cursos preparatórios, não é possível compreender a atividade das grandes editoras sem situá-las nos processos de concentração de capital e da revolução digital.

2.4.3.2 A INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO NO UNIVERSO DAS EDITORAS CENTENÁRIAS

A Saraiva, das três editoras, é a única que não apresenta, em seu *site*, um conteúdo voltado especificamente ao “concurso”. Ao acessar sua página, o consumidor visualizará, inicialmente, os “livros mais vendidos”. Em seguida, estão em destaque “as ofertas” da empresa, que extrapolam o segmento dos livros: diversos produtos para celular, como fones de ouvido, carregadores e capas, disputam a preferência do consumidor. Mas, ainda assim, ao pesquisar a expressão “concurso”, abre-se um número razoável de livros, físicos e *e-book*, sobre o tema, publicados pela editora, mas também por suas concorrentes.

Os famosos *vade mecum*, publicações que reúnem códigos e leis esparsas, facilitando o seu acesso pelo estudante ou profissional, estão em destaque. A Saraiva os publica em diversos formatos, muitos deles com fotos dos professores que os organizam já na capa. Em uma de suas edições, a campeã de venda, a coletânea legislativa já esclarece a quem ela se direciona: aos concurreseiros e estudantes da OAB. Veja-se:

43. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br>. Acesso em: 9 abr. 2023.

44. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br>. Acesso em: 9 abr. 2023.

45. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2023.



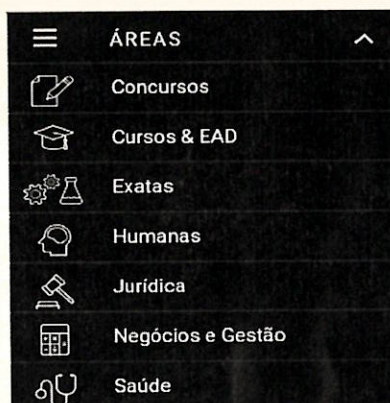
Segundo a própria Saraiva⁴⁶, a edição do *vade mecum* dedicada a concurseiros e OAB é campeã de venda porque, além de ser utilizada pelo estudante e pelo aplicador do Direito, ela é completa para ser consultada durante as provas subjetivas dos certames, as famosas “segundas fases”. Como o estudante está autorizado a levar leis secas para os exames, a sua seleção e organização pelas editoras, conhecedoras dos editais, se tornam um imperativo ao candidato.

A utilidade prática do *vade mecum* para esses dois públicos, concurseiros e estudantes da OAB, não parece aleatória. Ao contrário, essa interseção de interesses nos aponta para similitudes entre os sistemas simbólicos que estruturam o conhecimento em ambos os exames. As normas que são exigidas nos certames, a forma com que são organizadas, as referências cruzadas entre elas: há todo um aprendizado na consulta do material e em como seu conteúdo se articula na constituição do conhecimento.

Outra informação em destaque na capa do *vade mecum* supramencionado, mas recorrente em publicações do gênero, é a referência à sua atualização – no caso, “de acordo com o XXXI Edital da OAB”. O “imperativo do novo”, princípio que atravessa todo o Circuito – e, portanto, também o Exame de Ordem –, exige das editoras publicações com as últimas novidades legislativas, jurisprudenciais e mesmo doutrinárias. Conhecer as inovações do sistema jurídico é um fator distintivo fundamental do concurseiro, do professor, do examinador e, claro, também das editoras.

Já o grupo GEN, ao contrário da Saraiva, dá especial destaque aos “concursos públicos”. Das sete categorias imediatamente visíveis em seu *site*, onde o consumidor poderá navegar para buscar o que procura, a primeira delas volta-se aos certames. Veja-se:

46. Como explica a própria Editora: “Esta obra é um sucesso de vendas! Indicada para Graduação e OAB. Todo estudante do curso de direito, ao seu término, precisa prestar o Exame da OAB para exercer a profissão. É um verdadeiro desafio para ele! Esse exame é composto por duas fases: na 1.ª, o aluno não pode consultar material algum, mas, na 2.ª fase, que é prática e voltada para uma área específica do direito escolhida por ele, pode haver consulta a material que contenha apenas legislação. Sendo assim, estruturamos este livro de acordo com o XXXI Edital do Exame da OAB, preparando seu conteúdo para uma rápida consulta na hora da prova. Constitui material essencial para preparação e utilização em provas e concursos. Alguns diferenciais são de grande ajuda para o aluno permitidos pela OAB para uso em prova”. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2023.



Ao ingressar no conteúdo respectivo, há livros que dizem respeito à contabilidade, informática e ao ensino da língua portuguesa, uma vez que os concursos públicos não se esgotam no Direito. Contudo, dada a sua predominância como cabedal a ser exigido do agente público, são os livros jurídicos que dominam as ofertas da editora.

Entre os livros jurídicos, há aqueles que, inequivocamente, estão inscritos na realidade dos concursos. É o caso das coleções que se apresentam como um livro “descomplicado”, “facilitado”, “sistematizado” ou, ainda, voltado especificamente à OAB. O mesmo se diga em relação à coleção *Método Essencial*, da editora Método, que participou da fusão que deu origem ao GEN e que tinha como especialidade o concurso público.

A coleção *Método Essencial* tem como escopo abordar um estudo simplificado das disciplinas mais importantes do Direito. Assim, a objetividade e a “qualidade de síntese” são predicados buscados pela editora e por ela utilizados como recurso para atrair seus leitores, como ela mesma nos explica⁴⁷:

Esta novidade da Método traz tudo o que você precisa: um estudo simplificado e direto sobre cada uma das disciplinas mais importantes do Direito.

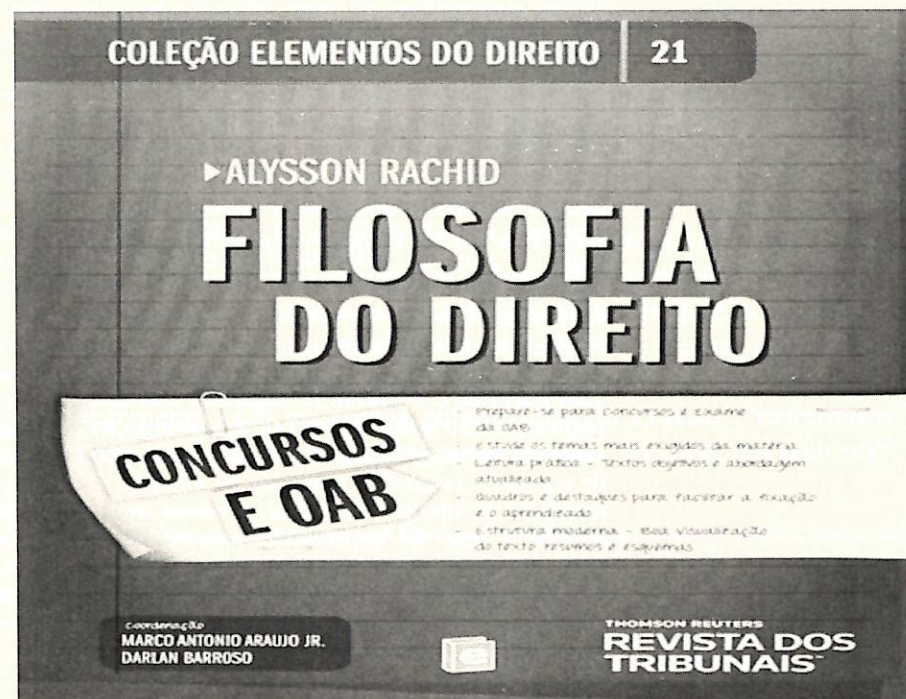
Com a reunião de *qualidade e síntese*, cada volume apresenta o tema abordado de *maneira objetiva*, sem abrir mão dos pontos principais de cada matéria.

Para trazer um conteúdo ainda mais rico e que atenda às suas necessidades, a Coleção conta com um *ambiente digital único* que contém: artigos dos autores, atualização legislativa, *mapas mentais* para download, *webinars* exclusivos, mesa-redonda entre os autores sobre temas quentes do Direito e muito mais! (Grifos meus)

Mas, por outro lado, diversas outras publicações disponibilizadas no tópico “concurso” se situam naquela região fronteira, abordada alhures,

entre o “saber acadêmico” e o “concursal”. Algumas vezes, é possível vislumbrar algum erro do sistema. Mas, em geral, essa zona cinzenta decorre da inexorável existência de uma referência cruzada entre esses dois universos. Os casos mais típicos são os “manuais”, como o *Manual de Direito do Trabalho*, de Rogério Renzetti, classificado como publicação para concurso. Ou, ainda, livros que, embora não autodenominados “manuais”, também estão inseridos na categoria, como é o caso de *Direito Constitucional*, de Sylvio Motta.

O site da RT, por sua vez, encontra-se no meio do caminho entre a GEN e a Saraiva no tocante à ênfase dedicada ao concurso público em sua página inicial. Analisando-se o atual formato do portal, ele classifica o Direito em vinte ramos e dedica apenas um, conjuntamente, aos “concursos públicos” e às “provas da OAB”. O destaque da página ao tema, portanto, é visivelmente menor que o do grupo GEN. Por outro lado, é interessante observar que a editora, ao direcionar para o mesmo conteúdo os leitores voltados ao concurso e à OAB, reforça o argumento aqui defendido, da similaridade entre os dois universos. A estratégia não se restringe ao site. A coleção *Elementos do Direito*, que foi descontinuada pela editora, estampava já em sua capa, em algumas de suas edições, o público ao qual se destinava:



47. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Também como sua concorrente *Método Essencial*, debruçava-se a coleção da RT sobre diversos ramos do Direito, prometendo ao leitor, igualmente, todas as qualidades inscritas em uma publicação voltada ao concurso: objetividade, esquemas facilitadores da compreensão, resumos, quadros mnemônicos, abordagens atualizadas. Contudo, considerando que o último lançamento dos livros se deu em 2016, todos eles se encontram indisponíveis na página da editora. Sua aquisição pode se dar por diversas empresas que realizam *e-commerce*, como a Americanas, Amazon, Ponto Frio, mas sempre na categoria “usado”.

A RT, por outro lado, está na 4ª edição da coleção Prática Forense, que promete ao leitor conhecimento teórico e prático, devidamente atualizado, sobre diversos ramos do Direito, como o tributário, o processual civil, constitucional e processual penal. Os destinatários da obra são também concurseiros e candidatos ao Exame da OAB, em razão do aprendizado da “peça prática” exigida em ambos os certames. Mas, como explicitado pela própria editora, há um interesse em dedicar a coleção, igualmente, a todos aqueles que exercem a prática no Direito – advogados, promotores, procuradores, defensores e os próprios juízes. Veja-se⁴⁸:

A coleção Prática Forense, coordenada pelos experientes Professores Darlan Barroso e Marco Antonio Araujo Junior, consagrou-se no meio jurídico como uma eficaz ferramenta de estudo das principais áreas do Direito: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito do Trabalho, Direito Penal, Direito Civil e Direito Empresarial. Esta coleção, composta por 7 volumes, cada um escrito por experientes professores e especialistas em suas respectivas áreas, tem como objetivo primordial fornecer subsídios adequados nos conhecimentos teóricos e práticos de cada disciplina. O volume Prática Tributária segue à risca os princípios da coleção, oferecendo conteúdo atualizado, confiável e um roteiro seguro para as principais peças processuais do Direito Tributário. Neste livro, são analisados os seguintes temas: a petição inicial; a competência; a tutela provisória; a reclamação constitucional; o mandado de segurança individual; a ação popular; a ação indenizatória por desapropriação indireta; a ação de desapropriação; a ação indenizatória; o mandado de segurança coletivo; o mandado de injunção coletivo; o mandado de segurança individual; o habeas data; o habeas corpus; a ação de improbidade administrativa; a ação civil pública; a contestação; a defesa prévia; e os recursos. *Certamente, esta obra irá enriquecer a formação do leitor e prepará-lo tanto para exames e provas, incluindo a OAB e concursos, quanto para a advocacia constitucional.* (Grifo meu)

48. Disponível em: <https://www.livrariart.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2023.

A coleção Prática Forense nos permite observar, assim, um novo ponto de intersecção do ensino “concursal”, agora com a prática jurídica.

2.4.3.3 AS EDITORAS E A CONSAGRAÇÃO DOS AUTORES JURÍDICOS

Outra característica relevante no sítio eletrônico da RT, igualmente observável em suas concorrentes, é o uso da imagem do autor como forma de *marketing*. Marçal Justen Filho, nesse sentido, um dos autores de referência da editora e dos mais conhecidos no âmbito do Direito, tem sua foto estampada há algum tempo em espaço de destaque do *site*. Cléber Masson, autor que escreveu curso de três volumes sobre Direito Penal, é o protagonista da GEN, na data em que escrevo, onde também são veiculadas imagens de José Simão, Maurício Bunazar e Flávio Tartuci, professores de um curso de Direito Civil ofertado pela editora.

Todos os professores aparecem em terno bem cortado, sorridentes, conferindo à formalidade que seus trajes carregam uma certa leveza. Nenhuma mulher ou negro nas fotos. Naturalmente, os autores irão se alterar, mas parece ter se consolidado a prática da veiculação de imagens do autor como estratégia de *marketing*. Essa estratégia nos apresenta, por um lado, novas formas de consagração do autor no meio jurídico. Certamente, pouquíssimos dos que me leem têm a imagem de Pontes de Miranda na cabeça. Mas, por outro lado, nos aponta para o papel ainda relevante que as editoras gozam na consagração dos personagens célebres do universo jurídico.

Marçal Justen Filho, por exemplo, é citado por diversas vezes nos PDF de Direito Administrativo do curso Estratégia. Sua opinião goza de prestígio imensurável na disciplina, sobretudo em matéria de licitação e contratos, onde seu nome aparece treze vezes na publicação. Como se vê, ainda que o Circuito tenha seu próprio repertório de autores, sua necessária referência ao “direito válido”, objetivável pelo campo, obriga-lhe a dialogar constantemente com os nomes consagrados do Direito (“extramuros”), cujo prestígio ainda depende, em grande medida, do papel das editoras⁴⁹.

49. Por outro lado, consultando os cem livros mais vendidos pela Amazon em 2022, muitos deles são veiculados, independentemente de editora, pelo formato *e-book*. É o caso das obras que caíram no domínio público, como por exemplo *O dever do advogado*, de Rui Barbosa (35º lugar), mas também de publicações independente, como o *Resumo de Direito Constitucional* (48º lugar) e *Direito Penal básico* (46º lugar), ambos de autoria de Hugo Assis Pinheiro. Pinheiro ganhou notoriedade, por meio da Amazon, vendendo livros voltados para concurso. Ainda entre os cem mais vendidos da Amazon, há publicações que são feitas por pessoas físicas, como *Guerra às drogas e o punitivismo penal*, de Renan Joubert Almeida Silva, editado por Júlio César Ribeiro. Os desdobramentos das gigantes do *e-commerce* no mercado editorial, especialmente da Amazon, ainda não são passíveis de serem mensurados.

2.4.4 AS EDITORAS ESPECIALIZADAS EM CONCURSO PÚBLICO. A EXPERIÊNCIA DA JUSPODVM

Além das centenárias, o mercado é ainda composto de editoras que, embora não se limitem à venda de livros para concursos, dão especial destaque ao tema. A Nova Concursos é um exemplo. Publica livros, apostilas e cursos especializados voltados ao Circuito. É interessante observar, por outro lado, que todas essas publicações extrapolam os certames exclusivos para juristas, sendo evidente seu interesse em abarcar provas com exigências de qualificação mais amplas, como os da esfera policial (polícias militares, civil, agentes penitenciários, polícia rodoviária federal e polícia federal), para os bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) ou de prefeituras locais – que podem abranger a Câmara dos Vereadores, as polícias municipais ou cargos especializados das prefeituras⁵⁰.

A Foco Editora publica também livros voltados especificamente para concursos públicos e para o Exame da Ordem, embora transite entre esse universo e os “livros acadêmicos” de forma mais fluida que a Nova Concursos. A editora investe em um conselho editorial com juristas qualificados, todos com título de doutor, mas, entre os seus livros mais vendidos, prevalecem aqueles voltados a concursos e ao Exame da Ordem.

Além dos *vade mecum*, os mais populares se situam dentro da coleção Como passar, que, como o próprio nome sugere, é voltado especificamente para concurseiros ou bacharéis interessados em se tornar advogados. O *Como passar na prova da OAB*, um dos carros-chefes da editora, inclui edição para as provas fechada (1ª etapa) e aberta (2ª etapa), além de exemplar específico de simulados. Como seus concorrentes, a publicação, em seu *marketing*, reafirma gozar dos cabedais exigidos pelas publicações voltadas para concurso e Exame da Ordem⁵¹, com especial enfoque nos critérios utilizados pela banca examinadora, a FGV:

O presente livro traz solução completa em matéria de preparação para o Exame da OAB por meio de resolução de questões, trazem todas as questões do Exame Unificado, e ainda uma bateria de questões extras de outros exames da FGV e OAB não unificado.

Assim, o examinando estuda pelo estilo de questões do Exame de Ordem e também pelo estilo de questões da FGV. Entender os dois estilos é muito importante, pois cada tipo de exame (no caso, o Exame de Ordem) e cada banca examinadora (no caso, a FGV) têm características próprias em relação aos seguintes

50. É interessante observar como os concursos locais, ao serem abordados por cursos preparatórios nacionais, ampliam a possibilidade de circulação dos concurseiros em todo o território nacional.

51. Disponível em: <https://www.editorafoco.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2023.

aspectos: a) maneira de apresentar as perguntas, b) técnicas utilizadas para dificultar a resolução das questões, c) teses jurídicas preferidas, d) tipo de doutrina utilizada e e) temas preferidos, recorrentes e reputados mais importantes.

A coleção Como Passar engloba ainda concursos para a magistratura, Defensoria Pública e analistas do Judiciário.

O recurso a autores consagrados, com suas respectivas fotos na página, também é uma estratégia de *marketing* da Foco. Hugo Segundo, tributarista cearense, e Nelson Rosenvald, como membro da Iberc, aparecem em formato muito semelhante àquele utilizado pelas editoras centenárias: vestidos formalmente, mas com um sorriso no rosto, articulando a seriedade que se exige no universo do Direito, mas com a proximidade ao leitor, sugerindo-lhe ser acessível. A mesma fórmula é adotada para outro autor em destaque na página, o professor Cassettari, responsável por editar livros voltados ao concurso para cartórios.

A revolução tecnológica operada no mundo editorial, como se vê, permitiu a entrada de novas editoras que apostaram, e continuam apostando, no concurso público. Os custos reduzidos em todo o processo de editoração, fruto dos avanços na TI, e a possibilidade de venda pela internet permitiram (e ainda permitem) o surgimento de novos empreendimentos em diferentes locais do Brasil, rompendo-se com o monopólio do eixo Rio-São Paulo. Poderia me debruçar, assim, em empresas, como “Editora Solução, a solução para seu concurso”, ou mesmo na Livraria Concursar – que, apesar do nome, possui também catálogo que extrapola o Circuito, nos termos da Foco Editora. Contudo, muito provavelmente, todos os estudantes de concurso, quando pensam em uma editora, têm de imediato na cabeça a Juspodvm, a grande líder do mercado no Brasil e cuja história participa, *pari passu*, da consolidação do Circuito – daí o particular interesse que a empresa desperta.

A editora, como explicado por Ricardo Didier, seu fundador, em entrevista para este livro, surgiu da necessidade de se publicar os livros dos professores do curso preparatório Juspodvm, fundado no final dos anos 90, em Salvador, por Francisco Fontenele, um visionário no Circuito por alguns motivos. Em primeiro, ele levava professores nacionalmente conhecidos para a capital baiana, alterando o movimento natural de circulação em direção ao eixo Rio-São Paulo. Mas, sobretudo, o professor apostou em jovens profissionais recém-formados (por volta de 1998) que viriam a ocupar papel decisivo na fundação da Rede LFG, Freddie Didier Júnior e Pablo Stolze, além de contar com outros professores que também se tornariam célebres, como Dirley da Cunha Júnior.

Fontenele, assim, não foi apenas um credenciado do que viria a compor, em 2002, a Rede LFG. Além de fornecer dois de seus principais

professores, exportou o modelo pedagógico que viria a ser usado por Luiz Flávio Gomes no momento da instituição do ensino via satélite: a fixação de um curso básico com seis disciplinas básicas (constitucional, administrativo, civil, processo civil, penal e processo penal), com duração de três horas, mediado por um breve intervalo.

Com o crescimento acelerado da Rede LFG, a necessidade que existia já no curso preparatório Juspodvm se intensificou. Fontenele e Fredie Didier, já nacionalmente conhecido, a despeito de muito jovem, propõem a Ricardo a criação da editora, ainda que com pouquíssima estrutura e com toda a dificuldade inerente à viabilização de uma editora fora do eixo Rio-São Paulo.

Além da pequena estrutura, Ricardo ressalta que sua maior dificuldade era colocar os livros à venda nas grandes redes de livreria, acostumadas a lidar com as editoras tradicionais do Direito e com seus autores consagrados. Contudo, o mercado de concursos, sobretudo para essa geração de jovens professores, parecia promissor e valia a aposta. A solução encontrada para fazer frente a todas as dificuldades foi a criação do *site* da Juspodvm, onde o consumidor poderia comprar diretamente o livro.

A primeira versão do *site* da editora, contudo, por volta de 2004/2005, limitava-se a uma aba dentro do domínio do curso preparatório, certamente quase tão limitado quanto os demais existentes na época – é preciso que o jovem leitor faça um esforço de imaginação para visualizar um mundo em que a internet era, ainda, uma grande novidade. Ao acessar o conteúdo, o aluno deveria imprimir um formulário ali disponível, preenchê-lo com seus dados pessoais, levá-lo aos Correios e encaminhá-lo à Juspodvm. O pedido chegava ao próprio Ricardo, via fax, que se encarregava de, ao final do expediente, remetê-los ao comprador. O pagamento era realizado por boleto bancário, que deveria ser anexado ao formulário, não sendo viável, naquele tempo, a realização de TED, DOC ou mesmo operação por cartão de crédito (Didier, 2022).

A par de toda essa odisseia, essa relação direta com os clientes, mediada pelo *site*, permitiu a Ricardo observar muitas das demandas de seus leitores que não eram atendidas pelas grandes editoras. Foi atendendo pedido diretamente de consumidores que a Juspodvm lançou, por exemplo, os livros de Direito Agrário e Internacional, inexistentes, então, no mercado, mas que já eram cobrados em concursos específicos. Foi também em 2004 – é importante contextualizar – que a Advocacia-Geral da União lançou um de seus maiores concursos, para prover 400 vagas para o cargo de procurador federal, que tinha entre suas exigências o Direito Agrário⁵² –

certame que seria novamente realizado em 2007 também para provimento de 404 vagas.

O pioneirismo das vendas pela internet conferiu à Juspodvm uma dinâmica própria, muito distinta das operações típicas das editoras tradicionais, que publicavam seus livros, entregavam-nos a um distribuidor, que os fazia chegar a uma livreria, onde seriam comercializados. Ricardo ressalta que, hoje, é capaz de enxergar a importância dessa particular e inovadora trajetória da editora, mas que, naquele momento, ele respondia às necessidades que lhe eram impostas (Didier, 2022).

Essa dinâmica, que se tornaria impositiva, em grande medida, às suas concorrentes, garantiu algumas vantagens competitivas à Juspodvm. Por não depender da intermediação dos distribuidores e das livrerias, e dispondo de um contato direto com o leitor, era possível pagar um valor maior aos autores e cobrar um preço menor do cliente. A Juspodvm consolidou-se, assim, por ser uma livreria *online*, mas que vende, em sua grande maioria, os livros por ela mesmo publicados.

Contudo, até 2015, a despeito de já ocupar o posto de líder nacional no setor de concursos, e de gozar de amplo reconhecimento como editora jurídica, a gestão da empresa ainda era centralizada em Salvador e na pessoa de Ricardo Didier. As entregas, fundamentais na engenharia da empresa, ainda eram realizadas pelos Correios, por meio de um formato muito específico denominado “impresso”. A escolha desse formato decorreu da especificidade com que a editora se desenvolveu e com sua relação com a nacionalização do Circuito, processo que teve na Rede LFG um pioneirismo evidente.

Como visto, a Rede LFG, ao introduzir o curso via satélite, permitiu que uma mesma aula fosse transmitida, ao mesmo tempo, para todo o território nacional em que houvesse um parceiro. Consequentemente, os livros da Juspodvm tinham como público todos esses alunos, sendo necessário fazê-los chegar em qualquer cidade do Brasil. A modalidade “impresso”, nesse sentido, não diferenciava o valor da entrega a depender do destinatário, o que permitiu à Juspodvm não cobrar frete de seus leitores – política que foi estendida para qualquer aquisição no *site*, desde então (2004).

Esse formato, evidentemente, sobrecarregou os Correios à medida que a Juspodvm crescia. Consequentemente, dificultava as operações da própria editora. Foi quando Ricardo decidiu chamar Vauledir Ribeiro dos Santos, que criara a editora Método, àquela altura já parte do Grupo GEN, para, juntos, reestruturarem a empresa, dando-lhe uma gestão compatível ao seu tamanho. A logística se deslocou para São Paulo; profissionalizou-

52. Edital n. 1/2004 – Cespe/UnB, de 1º de março de 2004.

se o processo editorial; novos autores foram trazidos. Como explicado no próprio *site*, com a reformulação de 2015⁵³

Aumentamos o nosso catálogo, abrimos um centro logístico próprio em São Paulo, remontamos nossa equipe editorial, investimos em novos sistemas operacionais e revisitamos toda tecnologia de programação da nossa loja virtual.

Quase 20 anos depois, o resultado é uma empresa líder no mercado editorial brasileiro, com mais de 1.000 autores, mais de 1.500 títulos ativos no catálogo e centenas de milhares de livros e aulas vendidos por ano, mas que continua, diariamente, ouvindo seu maior mentor: seu cliente.

A despeito de todo o crescimento da Juspodvm desde então, com especial destaque à capacidade de a empresa promover lançamentos, Ricardo Didier adverte que observa um decréscimo do comércio de livro jurídico, sobretudo de concurso. Uma das razões, explica, é o surgimento dos novos modelos de curso preparatório, centrados na publicação de PDF, o que afasta o aluno do hábito de adquirir livros. Mas, se houve um decréscimo do bolo, ressalta, a editora ampliou o tamanho da sua fatia.

Uma das razões que justificaria esse crescimento, explica Didier (2022), é o investimento em livros para a OAB, que são levados para a prova pelo aluno. Outra é a especialização da Juspodvm em livros impressos, o que assegura aos seus produtos uma qualidade singular. Assim, ainda que se reconheça a tendência ao aumento de livros digitais, sobretudo após a pandemia de Covid-19, há ainda um público que consome as obras físicas e, para esse segmento, a Juspodvm tem o reconhecimento de seu leitor.

Por outro lado, a Juspodvm não publica, como a maioria de suas concorrentes, *e-book*. No início da circulação dos livros eletrônicos, a editora garantia ao leitor, com a aquisição da versão impressa, o direito à sua versão eletrônica. Com o crescimento da prática dos PDF, contudo, houve o desinteresse da Juspodvm pela veiculação da mídia – embora Ricardo entenda que, com maior segurança aos direitos autorais, a prática da sua disponibilização gratuita com a aquisição do impresso possa retornar.

Mas, por outro lado, a Juspodvm responde às demandas da revolução digital por dois outros produtos: o JusAulas e o JusPlay. O primeiro veicula cursos de temas específicos voltados para concurso. O segundo permite a professores de todo o Brasil veicularem seu próprio conteúdo por meio

53. Disponível em: <https://www.editorajuspodvm.com.br/quem-somos>. Acesso em: 25 abr. 2023.

da plataforma, que opera articulando o fornecedor e o consumidor de conteúdo.

A história da Juspodvm, como se vê, participa da nacionalização do Circuito e nos permite acompanhar grande parte das modificações ali observadas: a utilização precoce da tecnologia da informação como meio de se fazer circular o livro; a consagração nacional de autores e obras que se tornaram referência para o Circuito; a participação na construção de um universo simbólico comum acerca de qual conteúdo é posto em circulação no mundo dos concursos (objetividade na leitura, especialidade do conteúdo etc.); a sua articulação com outros importantes atores do Circuito.

É interessante observar, agora, quais serão seus próximos passos, já que deixou de ser uma pequena editora de livros para se tornar líder do mercado de concursos. Um desses passos, a JusPlay, voltado a relacionar aos produtores de conteúdo independentes com o público cativo da Juspodvm, nos coloca diante de outro importante ator do Circuito: os “professores-celebridades”, ou seja, profissionais de diversas áreas que se especializaram no mundo dos concursos e se relacionam com seu público diretamente pelas redes sociais.

2.4.5 AS INSTITUIÇÕES AVALIADORAS

2.4.5.1 O PAPEL DECISIVO DAS INSTITUIÇÕES AVALIADORAS NA ESTRUTURAÇÃO DO CIRCUITO

As instituições avaliadoras ocupam um papel central no Circuito. Em primeiro lugar, e pelo que são mais conhecidas, em razão da elaboração “intelectual” das provas. Parte relevante da preparação dos candidatos, e consequentemente da atividade de professores, cursinhos e editoras, é se dedicar às especificidades de cada uma das bancas. Sobretudo as que realizam maior número de certames, como o Cebraspe (antigo Cespe), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Carlos Chagas (FCC), o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (Vunesp) e a Fundação Cesgranrio.

Em segundo lugar, as instituições avaliadoras cumprem papel decisivo na organização “empírica” dos certames, ainda que essa atividade não seja tão visível. O preparo de uma prova, que pode acontecer em todo território nacional, demanda a mobilização de um grande quantitativo de profissionais, com o cumprimento de rígidas normas de segurança, para garantir que o princípio legitimador dos concursos públicos seja preservado: a isonomia. Para se ter a dimensão do hercúleo trabalho de organização

de uma prova, em 2022, ainda com os efeitos da pandemia de Covid-19, 1.770.303 candidatos se inscreveram nos 66 concursos organizados pelo Cebraspe. Apenas para a prova do INSS⁵⁴ foram 1.023.494 inscritos⁵⁵. A seleção de recenseadores do IBGE, pela Fundação Cesgranrio, também contou com mais de um milhão de candidatos, com a realização de provas em todos os municípios do país.

A estruturação do Circuito e a consequente dimensão que ele adquiriu no Brasil não poderiam prescindir da existência de instituições com capacidade de organizar o complexo ritual que atravessa todo o certame: os trâmites da celebração do contrato; a publicação de seus editais; a impressão e o transporte de provas; a correção das questões; a resposta a recursos e ações judiciais; a organização de locais adequados, que garanta a isonomia dos candidatos; a proteção a fraudes (durante a prova e em sua correção); a garantia de sigilo das avaliações; a realização de provas em diferentes locais, mas nos mesmos horários; o desenvolvimento de páginas da internet que prestem informação a todos os candidatos, além das atividades de ensino e pesquisa que envolvem o processo de avaliação.

No item seguinte, será sublinhado como o cabedal adquirido pelas grandes instituições, notadamente a FCC, Cespe, Vunesp e Cesgranrio, está atrelado à experiência das entidades no desenvolvimento de provas vestibulares, mostrando, mais uma vez, o entrelaçamento de ambas as avaliações: o vestibular e o concurso operam como um mediador necessário para a ocupação de importantes espaços de poder no mercado e no Estado. Ademais, como as instituições avaliadoras, dotadas de personalidade de direito privado, expandiram os serviços que fornecem para o Estado, tornando-se a organização de concursos e vestibulares apenas um de seus braços. Consequentemente, ampliaram a sua influência na produção e circulação do conhecimento, notadamente a partir dos instrumentos de avaliação do processo pedagógico.

2.4.5.2 UMA BREVÍSSIMA HISTÓRIA DO CESPE, CESGRANRIO, VUNESP E FCC: DA ORGANIZAÇÃO DE VESTIBULARES A AMPLOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E PESQUISA, NOS ÂMBITOS ESTATAL E PRIVADO

[...] as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a

54. Em 2012, a organizadora do concurso para o INSS foi a Fundação Carlos Chagas. A prova foi realizada em 116 cidades e houve mais de 916 mil candidatos inscritos. Disponível em: <https://www.fcc.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2023.

55. Disponível em: <https://cdn.cebraspe.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2023.

introdução da empresa em todos os níveis de escolaridade [...] (Deleuze, 2000, p. 225).

Como informado pela própria UnB (Universidade de Brasília), por meio da Lei de Acesso à Informação⁵⁶, o Cespe (Centro de Seleção e Promoção de Eventos) foi criado pelo Ato da Reitoria n. 1.777/1993, em 14 de dezembro de 1993. O órgão viria a substituir, sob uma nova roupagem, as atividades dos dois órgãos que lhe antecederam: a Copeve, instituída em 1971, e a Diretoria de Acesso ao Ensino Superior (DAE), criada em 1987, ambas voltadas à organização e aplicação de provas vestibulares.

O regimento interno da DAE, antecedente imediata do Cespe, estabelecia, em seu primeiro artigo, que suas atividades estariam vinculadas ao “planejamento, a coordenação, a execução, o controle e as pesquisas das atividades de concursos vestibulares [...]”. Apenas *excepcionalmente* o órgão da UnB poderia se dedicar à realização de concursos públicos externos à Universidade. Seu objetivo era, portanto, o aprimoramento dos processos de ingresso na Universidade de Brasília.

Contudo, em 1993, apenas cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, que universalizara o concurso como principal forma de se recrutar agentes públicos, a criação do Cespe alterou expressamente a finalidade do órgão. A organização dos concursos públicos passa a ser atividade elementar da instituição, conjuntamente à realização de vestibulares. Veja-se:

Ato da Reitoria da Universidade de Brasília número 1.777/1993

[...]

II – Atribuir aos órgãos componentes da estrutura organizacional do Centro de Seleção e Promoção de Eventos as seguintes competências:

1. À Diretoria do Centro de Seleção e Promoção de Eventos compete o planejamento, a coordenação, a execução, o controle e a pesquisa de atividades de concursos vestibulares, mecanismos similares ou inovadores de acesso ao ensino superior de graduação, e a realização de outros concursos públicos para a FUB e órgãos externos. (Grifo meu)

A especialização do Centro de Seleção e Promoção de Eventos na realização de provas de concursos ensejou, inclusive, a criação do Grupo de Provas de Concurso Público, órgão do Cespe que passaria a ser o responsável pela elaboração “intelectual” dos certames. Mas, igualmente, foram criados outros setores que se dedicariam à difícil tarefa de organizá-los, que vai

56. O pedido de informação foi registrado sob o número 23546.009306/2023-64, tendo como órgão destinatário a UnB. Foi cadastrado no dia 9.02.2023 e respondido em 1.03.2023, pelo decanato de Administração.

da impressão e distribuição das provas à organização dos espaços de sua realização e sua correção.

O Cespe se tornou, provavelmente, o mais importante realizador de concursos públicos no Brasil, utilizando-se do cabedal que a Universidade de Brasília já dispunha nas áreas de ensino e pesquisa. Além, é claro, da localização privilegiada da UnB, Brasília, onde está situada a sede do governo federal.

Contudo, as atividades do Cespe não se restringiam aos certames. O órgão realizava, ainda, diversas atividades de apoio ao Ministério da Educação e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), notadamente na seara da avaliação educacional. Assim, participou da organização do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), entre 2006 e 2016; do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), entre 2004 a 2008; e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), desde 2005⁵⁷; entre diversas outras atividades.

Contudo, o Tribunal de Contas da União entendeu que as atividades do Cespe, órgão da UnB, necessitariam assumir outro regime jurídico, pois a forma de contratação de pessoal, de bens e serviço do órgão estaria em descompasso com as normas de direito administrativo aplicáveis às pessoas jurídicas de direito público. Por isso, em 2014, foi instituído o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), associação civil que veio a ser qualificada como Organização Social (OS) para absorver parte das atividades desenvolvidas pelo Cespe. A instituição celebrou contrato de gestão com a União, com a interveniência do Inep e da UnB, por meio do qual realiza atividades de interesse público, embora submetida ao regime predominantemente privado.

No mesmo ano de 2014, por exemplo, o Cebbraspe manteve a realização do Enem, que contou com a participação de 4.169.374 estudantes em 899 municípios brasileiros, o que exigiu a contratação de 397.573 “colaboradores”. Realizou também a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que avaliou 1.052.704 alunos⁵⁸, além de dezenas de outras atividades de interesse estatal, entre as quais a realização de concursos. Com a criação do Cebbraspe, consolidou-se a natureza privada das instituições avaliadoras.

A importância das instituições avaliadoras para os governos e administrações públicas, para além da realização de concursos, é evidente. Mas, por outro lado, observa-se que elas se desenvolvem para absorver esse mercado específico, que apenas o Estado brasileiro pode propiciar.

Consequentemente, passam a titularizar capitais sociais com relevante influência no Estado e no mercado.

A respeito desse entrelaçamento mútuo das instituições avaliadoras com o Estado, é importante sublinhar como o escopo das primeiras foi sendo abrangido para fornecer à administração uma oferta cada vez mais ampla de serviços na área de ensino e pesquisa. Se o Cespe sucedeu o DAE e, só então, a UnB passou a oferecer à Administração a realização de concursos públicos, o Cebbraspe foi instituído já com um amplo escopo de atuação: “uma associação civil sem fins lucrativos incumbida da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento institucional na área da educação”⁵⁹. Ou seja, juridicamente, está habilitado a prestar ao Poder Público uma gama imensurável de atividades como avaliações educacionais (Enem, Enade, Saeb, ANA) e de políticas públicas (Revalida, CNME), certificações (Celp-Bras) e pesquisas das mais variadas ordens.

Mas, ao falarmos da abrangência da relação com o Poder Público, devemos voltar a atenção à Fundação Getúlio Vargas, ainda que de maneira extremamente breve. Diferentemente da Fundação Carlos Chagas e da Cesgranrio, e mesmo do Cespe, sua experiência com concursos públicos é relativamente pequena, com pouco mais de dez anos⁶⁰, com grande destaque à elaboração do Exame de Ordem unificado e sua participação no consórcio que realiza o Enem, a partir de 2017. Em seu portfólio, apenas recentemente passou a organizar os certames mais relevantes do Circuito, como o do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, a Advocacia-Geral de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Contudo, utilizando-se de seu prestígio e da relação íntima que mantém, desde sua criação, com a administração/governo, em seus mais diferentes níveis, em um curto espaço de tempo se tornou importante *player* para os mais variados níveis dos concursos públicos.

A FGV, portanto, não foi criada para qualificar o processo de seleção de alunos para o ensino superior no Brasil, que se expandia, como as demais instituições avaliadoras analisadas neste tópico. Sua relação com o Estado é, desde 1944, muito mais profunda. Foi o próprio Getúlio Vargas quem a criou, dotando-a de um regime jurídico que não seria nem público nem privado: receberia, por um lado, subvenções da União, mas, para sua constituição, contaria com a contribuição de mais de trezentos empresários/empresas “da melhor situação”, que comporiam uma assembleia geral. Veja-se, nesse sentido, entrevista de Luís Simões – idealizador e presidente da Fundação, de 1944 a 1993 – ao Cpdoc/FGV:

57. Disponível em: <https://cdn.cebraspe.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2023.

58. Relatório de Gestão. Contrato de Gestão MEC – Cebbraspe 2014. p. 22-23. Disponível em: <https://cdn.cebraspe.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2023.

59. Disponível em: <https://www.cebraspe.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

60. A lista dos concursos realizados pela FGV está disponível em: <https://conhecimento.fgv.br/concursos>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Não, eu expliquei bem isso para o dr. Getúlio: “Eu acho que não devemos, desde já, estabelecer qual é o tipo de organização que nós vamos fazer. *E vamos fazer uma coisa bastante cheia de nuances, que possa mudar de um lado para outro.* E eu proponho, por exemplo, que o senhor autorize, se o senhor estiver de acordo – e ele estava de acordo –, o presidente do DASP a promover a criação de uma instituição com tais fins etc.” E dizendo que a forma, a estrutura da instituição ficava um pouco vaga nesse decreto. Então, podia ser uma fundação, podia ser uma autarquia, mas tudo isso podia ser examinado depois. Eu já tinha mais ou menos na minha cabeça que a idéia melhor era uma fundação porque queria fazer o que consegui fazer, trazer para cá as entidades privadas. *Fiz um negócio que, na realidade, era criado e mantido pelo governo, com dinheiro do governo, mas ao mesmo tempo, eu consegui atrair – eu falei com cerca de 500 pessoas sobre isso – gente da melhor categoria do Brasil. E essas pessoas eram, na sua grande maioria, gente privada, porque eu queria dar a forma de uma firma.* Então criei uma coisa que é um pouco esquisita em uma fundação que, finalmente, é do governo: criei uma assembléia geral. *E consegui trezentas e tantas pessoas, físicas e jurídicas, que fizeram doações e que constituem a nossa assembléia.* Até hoje temos trezentas e tantas. Já morreram não sei quantos, já desapareceram, mas entraram outros. E foi o que aconteceu, quer dizer, na realidade, sem o governo não se faria isso.⁶¹

Naturalmente, a FGV não mais recebe subvenção, diretamente, do Tesouro. Ostenta, hoje, natureza privada, como todas as instituições avaliadoras aqui analisadas. Contudo, muitas de suas ações continuam indissociáveis do Estado. Além de suas atividades na área de educação, que, em 2021, contava com 114,2 mil alunos de graduação, mestrado e doutorado⁶², executa os mais variados projetos de interesse do Poder Público, sendo a realização de concursos apenas um de seus braços. O estatuto da FGV, nesse sentido, lhe assegura ampla possibilidade de atuação em qualquer área que envolva o ensino e a pesquisa, o que torna possível sua contratação pelo Poder Público para as suas mais diferentes necessidades. Um exemplo dessa abrangência de seu escopo para além das áreas de administração e economia, que historicamente marcaram a FGV, é o desenvolvimento de *softwares* (FGV DADOS).

A Cesgranrio, por sua vez, surgiu de convênio celebrado por doze instituições universitárias (entre elas a UFF, PUC-RJ, UFRJ e Uerj), interessadas em organizar seus processos de vestibular, e o Ministério da Educação. O negócio jurídico foi celebrado em 1971, três anos após

61. Entrevista de Luís Simões concedida à Fundação Getúlio Vargas, p. 73. Disponível em: <https://www18.fgv.br>. Acesso em: 31 jul. 2023, Grifos meus.

62. Informação disponível no Relatório Anual de 2021, p. 4. Disponível em: <https://portal.fgv.br>. Acesso em: 1º ago. 2023.

a “Reforma Universitária” (Lei n. 5.568/68) e no mesmo ano da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4.024/61), ambas compondo a reestruturação educacional gestada pela ditadura militar. Em 1973, considerando o êxito da associação, foi criada a fundação, ainda no auge do “milagre econômico”.

A própria sigla da instituição, *Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio*, já enuncia a inscrição da entidade no histórico aqui retratado: considerando a expansão do ensino superior brasileiro⁶³, haveria a necessidade de instituições com cabedal de promover o recrutamento daqueles que ingressariam nas universidades. Com a sua consolidação na realização desse tipo de certame, a Cesgranrio expandiu suas atividades para a organização dos concursos públicos já na década de 1980. Atualmente, a Fundação se orgulha de já ter avaliado cem milhões de candidatos.

Na década de 1990, a Cesgranrio iniciou suas atividades no processo de avaliação dos sistemas de ensino, ou seja, a realizar o diagnóstico dos processos de aprendizado em seus diferentes estágios. Segundo informa seu próprio sítio eletrônico, realizou convênio com a Fundação Ford para “incorporar uma tecnologia que permite comparar, através de modelos estatísticos, o desempenho de alunos ao longo dos anos, mesmo que não sejam os mesmos alunos e não tenham feito a mesma prova [...]”⁶⁴.

Desde então, participa, isoladamente ou em convênio, de todas as grandes avaliações nacionais do ensino, como o “Provão” (Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Cursos), o Enade; o Enem; o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja). Criou, também nesse escopo, o “mestrado profissional em avaliação”, que dispõe de revista científica específica para suas publicações, a *Meta: Avaliação*.

Já a Unesp é uma fundação de direito privado criada pela Unesp (Universidade Estadual Paulista) em 1979, com o escopo de realizar os vestibulares da própria universidade, além de exames (como concursos e vestibulares) para outras instituições, públicas e privadas. Seu estatuto a habilita ainda a realizar projetos de pesquisa, extensão e formação continuada, todos na área educacional.

63. Demerval Saviani (2008, p. 300) ressalta a influência das proposições do Ipês, instituição formada pela articulação do empresariado nacional e dos militares, nos projetos de reformulação do ensino durante a ditadura militar. O objetivo do regime, afirma o autor, foi o de adequar o processo pedagógico às necessidades do mercado. É nesse contexto que se deve observar a ampliação do ensino superior brasileiro, inclusive a institucionalização de sua pós-graduação, a partir da década de 1970: “Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginasial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663” (Saviani, 2008, p. 112).

64. Disponível em: <https://www.cesgranrio.org.br>. Acesso em: 2 ago. 2023.

A fundação realiza concursos, sobretudo, no estado de São Paulo, para os mais diferentes órgãos – extrapolando, portanto, o universo do Direito, como as demais instituições avaliadoras. Contudo, dispõe de experiência de prestação de serviços para outras unidades da federação. Ela participa, inclusive, do consórcio responsável por organizar o Enem.

Como as demais instituições aqui analisadas, a Vunesp realiza também processos de avaliação educacional, como o Revalida e o Avaliação Nacional dos Estudantes de Medicina (Anasem). Além de órgãos públicos, a fundação realiza avaliações para entidades privadas, como a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e a Associação Brasileira de Educação Médica.

A Fundação Carlos Chagas (FCC) foi criada, outrossim, com o objetivo de qualificar e promover os vestibulares destinados a escolas médicas e biológicas, em 1963. A pessoa jurídica nasceu, inicialmente, com a denominação Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas (Cescem), vindo a adotar o nome atual no ano seguinte, quando expandiu suas atividades também para a esfera da “pesquisa educacional e formação educacional”. Em 1965, a FCC organizou o vestibular para as faculdades de Medicina, Farmácia e Bioquímica da USP, da Escola Paulista de Medicina e da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu. Participaram do certame 2,4 mil candidatos.

A FCC, desde a década de 1970, já se dedicava, além de vestibulares e provas de residência, à realização de concursos públicos. Segundo a instituição, no período em questão foram avaliados 1,2 milhões candidatos nesses três diferentes certames. Em 1972, realizou concurso para a Caixa Econômica Federal com mais de 120 mil inscritos, em mais de 38 cidades situadas em todas as regiões do Brasil. Na década seguinte, a instituição chegou a avaliar 7,6 milhões de candidatos, em um crescimento exponencial de candidatos, embora represente, em dez anos, o número de candidatos avaliados em 2022 pelo Cebraspe.

Desde a década de 1970, a FCC já executava ações mais amplas nas áreas de ensino e pesquisa. Em 1971, criou o Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), dedicado a realizar pesquisas na área de recursos humanos, concomitantemente à criação de periódico também voltado a publicar trabalhos na área de educação. Em 1974, criou o programa ALFA, voltado à formação de professores, e em 1978, o programa de pesquisa sobre mulheres e relações de gênero. Em 1980, lançou o periódico *Educação e Seleção*, voltado a estudos na área de seleção de recursos humanos na área educacional e empresarial.

Em 2016, a instituição criou as “faculdades Cesgranrio”, que, segundo sua própria publicidade, é orientada “para atender às demandas específicas

do mercado de trabalho atual e do futuro”⁶⁵. Oferece cursos de gestão da avaliação e gestão de RH, com o escopo de habilitar o estudante, futuro gestor, a monitorar e intervir em processos empresariais.

2.4.6 O “PROFESSOR-CELEBRIDADE”: AS REDES SOCIAIS COMO MEDIADORAS DA RELAÇÃO DO PROFESSOR COM SEU PÚBLICO

O desenvolvimento da Tecnologia da Informação (TI), como visto, cumpriu papel decisivo na nacionalização do Circuito. A tecnologia via satélite, seguida pela ampliação do acesso à internet, permitiu a consagração de autores; a unificação de formas de ensinar e aprender; a ampliação do conhecimento sobre as bancas de concurso e mesmo sobre a circulação dos editais abertos em todo o país.

Contudo, a recentíssima proliferação das redes sociais, a partir da década de 2010, promoveu nova revolução no universo dos concursos. Por meio da internet, profissionais de diversas áreas foram se especializando e se tornando parte relevante na validação do que circula no universo dos concursos: docentes das diferentes disciplinas (constitucional, previdenciário, trabalhista etc.), incluindo português e informática; professores de oratória para a 3ª fase; de escrita para a 2ª fase; de técnicas de aprendizado e memorização; educadores físicos e profissionais da psicologia.

As redes sociais, por meio desses profissionais, promoveram uma (parcial) descentralização do trânsito de informações no Circuito⁶⁶. Permitiram o estabelecimento de uma relação (parcialmente) direta do professor com seu público, sem a obrigatória mediação das editoras ou cursos preparatórios, antes atores necessários para a consagração de um livro ou professor.

Chamarei esse profissional de “professor-celebridade”, exatamente, pela relação direta que ele pode manter com seu público, buscando ressaltar, notadamente, dois aspectos: a) a alteração nas instâncias de consagração do professor, que agora pode se dar fora das instituições que tradicionalmente cumpriam esse papel (universidades, editoras, cursos preparatórios); b)

65. Disponível em: https://www.faccsg.edu.br/graduacao_cursos.aspx, Acesso em: 2 ago. 2023.

66. Em relação à descentralização promovida na circulação da cultura, processo que dialoga diretamente com o tema aqui tratado, Renato Ortiz explica que: “A cultura de massa, veiculada pelos meios de comunicação ‘antiquados’, é então superada por uma configuração descentralizada, na qual os pontos da rede são autônomos e não estão ‘autoritariamente’ articulados a um centro. O ícone televisão é rebaixado do Olimpo, sua hegemonia foi curta, sendo relegado a uma era fordista, rígida, anacrônica, retrato em sépia que nos faz admirar a flexibilidade célere (uma das etimologias da palavra celebridade) das ilusões atuais” (Ortiz, 2016, p. 689).

o alcance atingido por esses profissionais, cuja imagem passa a circular amplamente no universo jurídico e, inclusive, pode vir a suplantá-lo.

Diariamente, surgem páginas que se digladiam para vencer o algoritmo e angariar o maior número de seguidores, dentro desse concorrido mercado. Nessa relação entre provedor de conteúdo e seu público, o professor-celebridade está limitado “apenas” às regras do jogo impostas pelas *big techs*. Obviamente, esse *apenas* necessita de mil aspas, pois o poder que elas exercem sobre o mundo social nos é ainda incompreensível.

A despeito da aparente descentralização promovida pelas redes sociais, ao acompanhar por mais de um ano as publicações dos professores é possível observar continuidades consistentes no universo simbólico compartilhado no Circuito. Uma das continuidades mais evidentes é como as páginas buscam apresentar seu conteúdo de forma mais descontraída, sem abandonar a formalidade que constitui o Direito.

Formalidade e descontração me parecem ser o signo da união do Direito com as redes sociais, mas, sobretudo, das redes com o Circuito. Sem a formalidade, o Direito se desintegra. Mas, em nome dos princípios da “objetividade” e “acumulação”, torna-se necessário aos atores do Circuito se aproximarem dos candidatos, afeto que parece tornar o longo percurso preparatório mais acessível. Essa estratégia, é importante relembrar, também faz parte do *marketing* das editoras centenárias.

Dentro da tentativa de se tornar o aprendizado mais amigável e coerente com a natureza das redes sociais, os profissionais publicam, conjuntamente com a disciplina que ministram, *posts* de sua vida particular, enfocando, sobretudo, dois aspectos: a família e o lazer. Com frequência, o domicílio do professor é o cenário onde são gravados os vídeos, o que nos conduz a um pouco de sua intimidade. Conhecemos também os restaurantes, bares e festas que frequentam, os livros de sua biblioteca, as efemérides que celebram – ou deixam de celebrar. Religião, sempre de matriz cristã, também é um tema corrente, mobilizada sobretudo para a construção da ideia de irresignação do concurseiro. Em síntese, o professor não é acessado apenas por sua habilidade em articular as disciplinas do concurso, mas, também, pela rede de afetos que estabelece com seus seguidores – relação essa que é característica das redes sociais.

Dessa interação, decorre a consagração de importantes atores do Circuito, que, não com pouca frequência, tornam-se referência de todo o campo do Direito. Há, provavelmente, centenas de profissionais com mais de dez mil seguidores. Durante minha pesquisa, acompanhei diversos perfis com mais de cem mil seguidores⁶⁷. Alguns chegando à casa dos 350

67. Vandinara Lopes (Escola de Auditores), Thallius Moraes, Janaína Arruda, Gabriela Xavier, Rodolfo Pamplona Filho, Frederico Amado, Eduardo Gonçalves, Elisa Tavares, Aury Lopes

mil. Pedro Lenza, autor de um dos livros mais vendidos do Brasil, *Direito Constitucional descomplicado*, tem 460 mil seguidores, número semelhante ao perfil Delegada Luana Davico (434 mil).

Para se ter uma ideia da dimensão desses números, Marçal Justen Filho, provavelmente o autor mais lido do Direito Administrativo brasileiro, que estampou semanas a capa do *site* de uma das editoras mais prestigiadas do país, tem apenas 13,5 mil seguidores. O curso Damásio, 225 mil; a Rede LFG, 26,5 mil; o Aprovaconcursos tem 275 mil; o Direção Concursos, 418 mil. Destoam desses números, por outro lado, o Foco Concurso Público (1,2 milhões), o AlfaCon (1,4 milhões), o Estratégia (1,9 milhões) e o Gran Cursos Online (2,3 milhões)⁶⁸.

A consagração dos profissionais é uma das maneiras pelas quais as redes sociais participam, de forma mais imediata, na construção dos valores dominantes no Circuito. Nesse sentido, é importante mencionar um terceiro aspecto necessariamente presente nas páginas sociais dos professores das redes: a exortação à disciplina e à motivação, afetos que atravessam todo o Circuito. Seja por meio de conteúdo específico, ou no meio de uma videoaula sobre Direito Previdenciário, o professor abordará como a disciplina e a motivação são virtudes que devem, necessariamente, ser praticadas por quem espera o êxito no certame.

Ao participar, pelas redes sociais, da intimidade compartilhada pelos professores aqui retratados, muitos deles juristas do Estado, parece ainda mais sugestiva certa uniformidade de representação que o universo social das carreiras constrói em seus membros. Os hábitos de lazer, de esporte, a representação da família, o papel da cultura/leitura, a linguagem, as roupas utilizadas e até mesmo a religião: a despeito das diferenças, parece haver muito mais diálogos que ruídos entre eles.

Os juristas, mas sobretudo os do Estado, situam-se em um universo socioeconômico muito próximo. Ademais, participam de um processo muito similar de treinamento para se constituírem como profissionais: na faculdade, nos estágios, nos cursos de pós-graduação e nos cursinhos. Possuem ainda limitações objetivas na forma de se portar em público, sobretudo os juízes e promotores. Inclusive do que são autorizados a se manifestar nas redes sociais – o que tem ensejado um grande debate público⁶⁹.

Júnior, Carla Gabola, Brunno Lima, Laura Amorim, Adriana Figueiredo, Herbert Almeida, Fernando Mesquita, “Concursos Públicos e Provas”, Ricardo Torques, José Roberto Mello Porto, Pedro Lenza, Ivan Ferreira, Aragonê Fernandes e a psicóloga Juliana Gebrin.

68. Números obtidos em 29 de abril de 2023.

69. O CNJ disciplinou o uso das redes pelos magistrados por meio da Resolução n. 305/2019, cujo artigo 3º assim dispõe:
Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações:

Antes de finalizar o tópico, gostaria de retomar, para sublinhar, como as grandes empresas participam da interação dos professores da rede com seu público, ainda que não diretamente. Dos professores que superam a casa dos cem mil seguidores, boa parte deles leciona nos cursos preparatórios mais famosos, sobretudo no *Gran Cursos Online* e no *Estratégia*⁷⁰. Ministrar cursos em uma grande instituição representa ser ouvido por plateia de dezenas de milhares de alunos.

Nesse sentido, não podemos nos esquecer que a descentralização promovida pelas redes é concomitante à centralização, em pouquíssimas mãos, de capitais econômico, político e social a que assistimos nas últimas décadas. Assim, a despeito da visibilidade alcançada por alguns atores,

I – Relativas à presença nas redes sociais:

- a) adotar postura seletiva e criteriosa para o ingresso em redes sociais, bem como para a identificação em cada uma delas;
- b) observar que a moderação, o decoro e a conduta respeitosa devem orientar todas as formas de atuação nas redes sociais;
- c) atentar que a utilização de pseudônimos não isenta a observância dos limites éticos de conduta e não exclui a incidência das normas vigentes; e
- d) abster-se de utilizar a marca ou a logomarca da instituição como forma de identificação pessoal nas redes sociais.

II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização do nome real ou de pseudônimo:

- a) evitar expressar opiniões ou compartilhar informações que possam prejudicar o conceito da sociedade em relação à independência, à imparcialidade, à integridade e à idoneidade do magistrado ou que possam afetar a confiança do público no Poder Judiciário;
- b) evitar manifestações que busquem autopromoção ou superexposição;
- c) evitar manifestações cujo conteúdo, por impróprio ou inadequado, possa repercutir negativamente ou atente contra a moralidade administrativa, observada sempre a prudência da linguagem;
- d) procurar apoio institucional caso seja vítima de ofensas ou abusos (*cyberbullying*, *trolls* e *haters*), em razão do exercício do cargo;
- e) evitar expressar opiniões ou aconselhamento em temas jurídicos concretos ou abstratos que, mesmo eventualmente, possam ser de sua atribuição ou competência jurisdicional, ressalvadas manifestações em obras técnicas ou no exercício do magistério; e
- f) abster-se de compartilhar conteúdo ou a ele manifestar apoio sem convicção pessoal sobre a veracidade da informação, evitando a propagação de notícias falsas (*fake news*).

III – Relativas à privacidade e à segurança:

- a) atentar para o fato de que o uso das redes sociais, sem as devidas precauções, e a exposição de informações e dados relacionados à vida profissional e privada podem representar risco à segurança pessoal e à privacidade do magistrado e de seus familiares;
- b) conhecer as políticas, as regras e as configurações de segurança e privacidade das redes sociais que utiliza, revisando-as periodicamente; e
- c) evitar seguir pessoas e entidades nas redes sociais sem a devida cautela quanto à sua segurança.

Parágrafo único. É estimulado o uso educativo e instrutivo das redes sociais por magistrados, para fins de divulgar publicações científicas, conteúdos de artigos de doutrina, conhecimentos teóricos, estudos técnicos, iniciativas sociais para a promoção da cidadania, dos direitos humanos fundamentais e de iniciativas de acesso à justiça.

70. É o caso de Bruno Lima (*Estratégia*), Adriana Figueiredo (*Estratégia*), Herbert Almeida (*Estratégia*), Fernando Mesquita (*Gran Cursos Online*), Vandré Amorin (*Gran Cursos Online*), Aragonê Fernandes (*Gran Cursos Online*), Luana Davico (*Gran Cursos Online*) e da psicóloga Juliana Gebrin (*Gran Cursos Online*).

muitas vezes a partir do trabalho solitário e sem apoio, não podemos perder de vista que as grandes empresas são *players* centrais na construção de subjetividades e de discursos validados pelo Circuito. Nesse rol é importante incluir pessoas jurídicas que, embora não se constituam juridicamente como empresas, exercem papel semelhante, como é o caso da Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 3

SOBRE O EMPODERAMENTO DO SISTEMA JURÍDICO – E A INCORPORAÇÃO DESSE *HABITUS*, PELO TREINAMENTO, NOS JURISTAS DO ESTADO

3.1 SE OS JURISTAS SÃO INDISSOCIÁVEIS DO ESTADO, TENDO SIDO PROTAGONISTAS DE TODOS OS PERÍODOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA, COMO SUSTENTAR SEU ATUAL EMPODERAMENTO?

A princípio, parece haver um paradoxo, ou mesmo uma contradição, em se pretender observar o engrandecimento do sistema jurídico nas últimas décadas. Ora, os juristas são atores fundamentais da formação do Estado brasileiro e foram figuras decisivas em todos os momentos de nossa história.

Visconde de Uruguai¹, Marquês do Paraná e Marquês de Olinda, figuras centrais da consolidação do Império brasileiro, são egressos da Faculdade de Direito de Coimbra². A turma de 1866 do Largo São Francisco

1. Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, não chegou a concluir seus estudos em Coimbra, por ter sido preso – por razões políticas – quando cursava o 4º ano. Tornou-se bacharel, então, no Largo São Francisco. Nomeado magistrado (juiz de fora), foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro em 1836, pelo Partido Conservador, e, no mesmo ano, foi nomeado presidente da Província do Rio de Janeiro. Em 1840, tornou-se ministro da Justiça, vindo a ser eleito senador em 1849. Chegou ao ápice da carreira imperial em 1853, tornando-se conselheiro de Estado. Em 1857, exerceu também o cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, quando se aposentou (Neamp, PUC São Paulo, Lideranças Políticas, Paulino José de Souza). Juntamente com o Visconde de Itaboraí e Eusébio de Queiroz, compôs a chamada “Trindade Saquarema”. Sua trajetória, portanto, é representativa da formação da elite imperial, em que a magistratura abria as portas da carreira política, cujos postos centrais eram o Senado, os ministérios e o Conselho de Estado (Carvalho, 2019). O Marquês do Paraná (Honorário Hermeto Carneiro Leão), outra liderança decisiva do Partido Conservador, seguiu idêntica trajetória: magistratura, presidência de Província (Pernambuco), Câmara dos Deputados, Senado e Presidência do Conselho de Ministros. Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, em razão do poder de sua família, formou-se em Direito em Coimbra e já foi alçado diretamente ao Congresso, não lhe sendo necessário ocupar cargos da Magistratura ou a presidência de província.
2. A geração formada em Coimbra, antes da instituição das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife/Olinda, foi a responsável pelos primeiros sistemas de normas instituídos no Brasil,

contava com Joaquim Nabuco, Afonso Pena, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Bias Fortes (Carvalho, 2019), além de Castro Alves. Se saltarmos à Primeira República, poderíamos citar Prudente de Moraes, Campos Sales e Eptácio Pessoa. Nesse mesmo sentido, Francisco Campos, mas também Oswaldo Aranha e Oliveira Vianna³ são figuras indissociáveis do Varguismo, como Pedro Aleixo, Alfredo Buzaid, Ives Gandra, Miguel Reale e tantos outros foram personagens determinantes para a consolidação ideológica da ditadura militar no Brasil.

Se os juristas sempre cumpriram papel determinante na formulação do Estado brasileiro, o que teria mudado, agora, para se postular o engrandecimento do sistema jurídico? A hipótese aqui levantada, sob o ponto de vista do Direito, está atrelada à especialização e interiorização do Judiciário e dos órgãos responsáveis pela Função Essencial à Justiça, fenômeno que é indissociável do crescimento exponencial do número de bacharéis. Está em questão como, objetivamente, o Direito foi ampliando seu poder de classificar o mundo social a partir de seu universo simbólico e, subjetivamente, como os juristas foram incorporando (*habitus*) essa nova realidade em sua prática.

3.2 O EMPODERAMENTO DO DIREITO COMO AMPLIAÇÃO DO PODER CONFERIDO AO SISTEMA JURÍDICO DE “IMPOR CLASSIFICAÇÕES” AO MUNDO SOCIAL

3.2.1 O *ETHOS* DO COMEDIMENTO E A RESTRIÇÃO, AOS ÓRGÃOS JUDICIAIS, DE QUALIFICAR O MUNDO SOCIAL A PARTIR DO ADJETIVO “JURÍDICO”

Preliminarmente, se retomarmos aos nomes acima citados, vemos que os juristas, em regra, emprestaram sua qualificação à realização de políticas no Executivo, Legislativo ou como intelectuais do Direito. Ainda que não seja possível realizar uma psicogênese dos personagens mencionados, nota-se que nenhum deles teve seu nome registrado na história apenas por ter ocupado cargos no Supremo Tribunal Federal (ou Superior Tribunal de Justiça, durante o Império) ou na Procuradoria-Geral da República.

Ainda que tratemos de célebres ministros e procuradores-gerais, como Eptácio Pessoa, Pedro Lessa, Carlos Maximiliano, Evandro Lins e

como a Constituição, o Código Criminal (1830) e o Código Comercial (1850) (Carvalho, 2019).

3. Ainda que Oliveira Vianna seja mais conhecido como cientista social, não se pode esquecer que era jurista de formação.

Silva, Victor Nunes Leal ou Themístocles Cavalcanti, a princípio todos eles são lembrados mais pelo que fizeram fora do aparato judicial do que como juízes – ou procurador-geral da república, no caso de Themístocles⁴.

A distribuição de prestígio, em um campo, está atrelada à titularidade de diferentes tipos capitais disponíveis em um espaço social estruturalmente hierarquizado. Há (diversas) razões históricas para que a projeção dos juristas se desse fora do Judiciário (e seus órgãos afins), antes da Constituição de 1988. Mas, se as causas são múltiplas, uma delas se apresenta como importante chave de leitura para o problema aqui abordado: *as classificações operadas pelo sistema jurídico se limitavam a um estreito universo do mundo social. Ou, de outro modo, o adjetivo jurídico só poderia ser apostado a um conjunto muito limitado de eventos no mundo social.* Ao Direito não era conferido o poder de deliberar sobre as escolhas advindas do Executivo e do Legislativo: prevalecia uma rígida separação, objetivada no campo e incorporada nos juristas, entre os universos jurídico e político.

Como procurei demonstrar em outra pesquisa (Silva, 2020), dedicada ao estudo empírico das ações de controle abstrato de constitucionalidade (representações interventivas e de inconstitucionalidade), até a Constituição de 1988 havia um consenso, compartilhado entre as mais diferentes tradições de juristas, de que o judiciário não poderia ingressar na esfera política. *Consequentemente, o sistema jurídico não participava das grandes decisões tomadas pelo Estado*, que assumem, normalmente, a forma de atos gerais e abstratos (emendas à Constituição, leis, decretos etc.).

Aos poderes políticos competiria elaborar as normas; aos juristas, desenvolver técnicas para melhor aplicá-las, como ensinava o mais célebre de nossos hermenêutas, Carlos Maximiliano:

A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e alcance das expressões do Direito.

As leis positivas são formuladas em termos gerais; fixam regras, consolidam princípios, estabelecem normas, em linguagem clara e precisa, porém ampla, sem descer a minúcias. É tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito. Para conseguir, se faz mister um trabalho preliminar: descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva; e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão. *Em resumo, o executor extrai da norma tudo o que na mesma se contém: é o que se chama interpretar, isto é, determinar o sentido e o alcance das expressões de direito* (Maximiliano, 2017, p. 1. Grifos

4. Mas não seria possível falar de nomes prestigiosos no Direito sem mencionar Clóvis Beviláqua e seu papel na organização da legislação nacional, ou Pontes de Miranda, intelectual mais citado pelo STF, e, principalmente, Rui Barbosa. Novamente, observa-se que nenhum deles ocupou a mais alta Corte nacional.

meus).

Prevalecia, então, o que denominei “*ethos* do comedimento” na constituição do jurista (Silva, 2020), em que o bacharel incorporava como regime de representação do mundo (Bourdieu, 2015a) uma rígida fronteira entre o jurídico e o político, estruturada a partir da diáde “questões políticas/direitos individuais”. Assim, o sistema jurídico somente poderia intervir nas decisões tomadas pelo Parlamento ou Executivo quando essa implicasse, *perante o caso concreto*, afronta a direitos individuais – concebidos, então, essencialmente, como liberdade (de contratar) e propriedade. Ao jurista competiria a *aplicação da lei*, não a realização de seus anseios (privados) de justiça, como expressamente decidido pelo ministro do STF Ary Franco:

O juiz não pode, na matéria, dobrar-se a veleidades construtivas. A sua mente opera em âmbito exíguo. O seu trabalho é de simples leitura, de comparação quase material, de singelo cotejo da letra com a letra (RE 47.061, órgão julgador: Segunda Turma Relator(a): Min. ANTONIO MARTINS VILAS BOAS, Julgamento: 22/08/1961, Publicação: 15/09/196. Grifo meu).

Rui Barbosa, nesse sentido, explicava que a política, domínio das decisões fundamentais do Estado, era impenetrável ao Judiciário, cuja atribuição residia na “proteção a direitos individuais”. Veja-se:

Desde MARSHALL, no memorável aresto em que se sagrou a jurisdição dos tribunais contra o exercício inconstitucional das faculdades do governo, ou do Congresso, ficou, ao mesmo tempo, reconhecido existir no domínio desses poderes uma região impenetrável à autoridade da justiça: a região política.

Mas em que termos se deve entender o horizonte dessa expressão?

[...]

A linha diretriz não me parece difícil de traçar. De um lado estão os grandes poderes do Estado, com as suas atribuições determinadas em textos formais. Do outro, os direitos do indivíduo, com as suas garantias expressas em disposições taxativas. Em meio a uma e outra parte, a Constituição, interpretada pela Justiça, para evitar entre os direitos e os poderes as colisões possíveis [...] (Barbosa, 1893, p. 128. Grifos meus).

O mais ilustre jurista brasileiro buscava, naquele momento, legitimar o controle de constitucionalidade das leis, que permitiria ao Judiciário afastar, apenas para o caso concreto, a lesão a direito individual – sem que a própria norma, oriunda dos Poderes Políticos, pudesse ser invalidada. Mas, para defender a possibilidade de o Judiciário analisar a validade de uma lei, com base na Constituição, Rui Barbosa demarcava com muita clareza os limites do sistema jurídico, que estaria atrelado à proteção dos direitos individuais.

O estabelecimento da fronteira entre o político e o jurídico era uma preocupação ubíqua das diversas tradições em disputa (Silva, 2020). Buzaid, personagem importante da ditadura militar, defenderia tese semelhante à de Rui Barbosa, ainda que com objetivos opostos – o de evitar que o Judiciário viesse a invalidar decisões do Executivo. Veja-se:

A função do judiciário ao apreciar a lei, ou o ato eivado de inconstitucionalidade, limita-se a negar-lhe obediência, liberando o ofendido do dever de se sujeitar à sua autoridade. Essa atividade consiste não tanto em anular ou revogar, quanto em deixar de aplicar a lei, incompatível com outra lei hierarquicamente superior ou com a Constituição. Não se trata, pois, de submeter os outros poderes ao controle do judiciário, como se este fosse colocado acima daqueles, mas de exercer o controle da lei ou do ato, que ofende direito subjetivo individual (Buzaid, 1958, p. 81. Grifos meus).

Em última análise, os juristas conferiam ao direito um estrito limite em seu poder de classificar o mundo social (Bourdieu, 2020), já que o universo simbólico do sistema jurídico não poderia atravessar a fronteira das decisões políticas. Para se ter uma ideia da excepcionalidade com que se tolerava ao Judiciário analisar a constitucionalidade de uma lei, é interessante observar os dez pré-requisitos que deveriam ser seguidos pelo magistrado, segundo Lúcio Bittencourt:

1ª) *Caso concreto*. O Poder Judiciário só se pronuncia em face de um ‘caso concreto’, para cuja decisão seja mister o exame de constitucionalidade da lei aplicável à espécie.

[...]

2ª) *Sentido da regra*. Presumem-se constitucionais os atos do Congresso.

[...]

3ª) *Presunção de constitucionalidade*. “Na dúvida, decidir-se-á pela constitucionalidade”.

[...]

4ª) *Solução extrema*. “O juiz deve abster-se de se manifestar sobre a inconstitucionalidade, toda vez que, sem isso, possa julgar a causa e restaurar o direito envolvido”.

[...]

5ª) *Dupla interpretação*. Sempre que possível, adotar-se-á a exegese que torne a lei compatível com a Constituição.

[...]

6ª) *Vigência não impugnada*. A tradicional aplicação dos princípios constantes de uma lei, sem que se ponha em dúvida a sua constitucionalidade, é elemento importante no reconhecimento desta.

[...]

7ª) *Motivos da lei*. Não se declaram inconstitucionais os motivos da lei. Se esta, no seu texto, não é contrária à Constituição, os tribunais não lhe podem negar eficácia.

[...]

8ª) *Conveniência ou oportunidade da lei*. Na apreciação da inconstitucionalidade, o Judiciário não se deixará influenciar pela justiça, conveniência ou oportunidade do ato do Congresso.

[...]

9ª) *Inconstitucionalidade parcial*. “Se, apenas, algumas partes da lei forem incompatíveis com a Constituição, estas serão declaradas ineficazes, sem que fique afetada a obrigatoriedade dos preceitos sadios”.

[...]

10ª) *Tribunal completo*. Só quanto (*sic*) estiverem presentes todos os membros do tribunal, deve ser decidida a arguição de inconstitucionalidade (Bittencourt, 1968, p. 111-128).

A partir da Constituição de 1988, mas, principalmente, a partir deste milênio, o Supremo Tribunal Federal passou a decidir sobre todas as questões centrais do Estado brasileiro. Foi instituído que, à Corte, seria legítimo julgar questões que lhe eram absolutamente alheias há muito pouco tempo.

É fundamental observar como o sistema jurídico opera com naturalidade sobre os atos de *instituir, constituir ou legitimar*. Contudo, esses atos implicam no exercício do poder simbólico de classificação do mundo social, tornando o universo classificado como um dado inexorável, apagando as disputas que estiveram no núcleo desse processo. Essa operação de neutralização dos diferentes caminhos pelos quais a história poderia nos levar ostenta especial singularidade no direito, exatamente pelo seu papel de “linguagem do Estado”.

Instituir, com Bourdieu (2020), coloca em questão quem tem o poder de nomear o que é legítimo no mundo social: era inadmissível ao Judiciário determinar ao Executivo a construção ou a reforma de uma escola, realidade hoje observada amplamente nos tribunais pátrios. *Instituir*, portanto, opera um efeito simbólico, com poder de consagração, a uma diferença já existente no mundo social e que poderia se desdobrar de incontáveis maneiras. Contudo, a posição de dominante – que está sempre em disputa – permite a determinados atores estabelecer o que é, ou não, legítimo. Veja-se:

O ato de instituição ou de constituição é um desses atos aparentemente inúteis e insignificantes, mas, entretanto, carregados de uma eficácia simbólica especial e fundamental que consiste em transformar o fato em direito – o *datum brutum* [dado bruto], o ‘é assim’, o ‘é desse jeito’, em ‘é assim que deve ser’. Essa operação de constituição, de instituição,

de consagração, de nomeação ou de poder de legitimação é possível, é claro, porque existem diferenças, mas também porque essas diferenças jamais são completamente constituídas, jamais são completamente indiscutíveis [...] O ato de constituição supõe, então, a existência de diferenças que não são absolutamente indiscutíveis, sobre as quais podemos tomar partidos diferentes e é nessa relação entre o poder simbólico de constituição, de instituição etc., e a ambiguidade do mundo que se instaura aquilo que gostaria de descrever, a saber, a luta pelo monopólio do poder simbólico, ou seja, a luta pelo poder de enunciar legitimamente a verdade do mundo (Bourdieu, 2020, p. 106. Grifo meu).

3.2.2 A VISIBILIDADE DO “PODER DE INSTITUIR” DO STF POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA CORTE NA ESFERA NORMATIVA

O processo de empoderamento do sistema jurídico, com sua consequente ampliação do poder de classificar o mundo social a partir de seu universo simbólico, assume especial visibilidade na atuação do STF na esfera normativa (Silva, 2020), instância consagrada há muito pouco tempo como infensa ao Direito por sua imanente natureza “política” – uma vez que afastada da proteção a direitos individuais perante o caso concreto. Veja-se, nesse sentido, julgado do STF, publicado em 1988, meses antes da promulgação da Constituição Cidadã:

Com efeito, o controle da inconstitucionalidade das leis em tese, ainda quando deferido – como sucede no Brasil – ao Poder Judiciário, não é, ao contrário do que ocorre com o controle *incidenter tantum* (que, por isso mesmo, foi admitido nos Estados Unidos da América do Norte, independentemente de texto constitucional que o consagrasse expressamente), *insito à atribuição jurisdicional* (aplicar a lei válida e vigente ao caso concreto submetido ao Judiciário), mas ato de natureza eminentemente política, uma vez, por ele, se julga, diretamente e em abstrato – a validade de atos dos outros Poderes do Estado (o Legislativo e o Executivo), em face dos preceitos constitucionais a que todos os Poderes devem guardar obediência. Por isso mesmo, Willoughby (The Supremo Court of the United States, p. 36, Baltimore, 1890) fez esta advertência: ‘Every act of the legislature is presumably valid. Its constitutionality can be tested only when brought before the court in a specific case. The court never goes to meet a law, nor anticipates its execution by an opinion as to its constitutionality. The court is brought into the political arena, independently of its own will. It dreads the law only because it is obliged to judge the case’. (Brasil, 1988, p. 785. Grifos meus).

Assim, até 1988 a atuação da Corte sobre a esfera normativa era uma atividade excepcional. Sua transformação em regra não se trata de

uma mera escolha racional no aperfeiçoamento da proteção à Constituição e aos direitos fundamentais, como lemos das próprias decisões do STF legitimando suas decisões. Significou, de outro modo, o deslocamento do poder simbólico de consagração sobre o “o que é o jurídico”; “quais os limites entre o jurídico e o político”; “qual a legitimidade do Judiciário perante o Parlamento e o Executivo”.

Essa alteração pode ser observada nas categorias utilizadas pelo Tribunal em seus julgamentos. A Corte, progressivamente, abandonou a díade “questões políticas x direitos individuais” e passou a fundamentar seus julgamentos a partir de princípios como o da “força normativa da Constituição” (Silva, 2020), que, em nome da proteção à Carta Magna, autoriza que lhe seja submetido todo ato dos poderes políticos, para fins de controle – ainda que ele venha a cancelá-lo. O Tribunal, desse modo, se tornou tutor das mais diferentes decisões do Estado, desde a construção de escolas e distribuição de medicamentos, passando pelos juros cobrados pela Fazenda Pública até medidas sanitárias tomadas durante a pandemia de Covid-19.

Novamente, valendo-me das ações concentradas e abstratas, observa-se como, desde 1988, foram sendo ampliados os instrumentos para que o STF *classificasse* a agência dos poderes políticos a partir de um sistema simbólico em que ele é o dominante: a criação da ADC, a atribuição dos efeitos *erga omnes* à ADI, as súmulas vinculantes, a repercussão geral em recurso extraordinário, as ADPF.

Antecede, portanto, a mensuração das qualidades (ou defeitos) da mudança paradigmática, que alterou decisivamente a separação dos Poderes no Brasil, observar como a Corte obteve êxito em impor a representação que ela mesma elabora de si ao mundo social (Bourdieu, 2020). Ao se utilizar de sua posição dominante no interior do Estado, o sistema jurídico, por meio do STF, conseguiu impor o discurso oficial de que seu empoderamento seria resultado da ampliação da proteção à Constituição e à defesa de direitos.

Contudo, há uma evidente neutralização do problema, pois, no momento em que amplia seus poderes, o STF necessariamente se utiliza do poder simbólico do Estado para legitimar sua decisão. Consequentemente, esse discurso legitimador constitui a forma com que pensamos o problema, tornando a observação do fenômeno muito difícil.

De todo modo, independentemente dos percalços de sua trajetória, a importância assumida pelo STF redefine o prestígio do cargo de quem o ocupa. Assim, retomando o problema que inaugurou este capítulo, parece claro que, diferentemente do que se dava antes de 1988, a Corte passa a decidir sobre problemas centrais do Estado brasileiro. Consequentemente,

o cargo de ministro do Supremo se torna vital para o sistema jurídico. Ocupá-lo torna-se sinônimo de prestígio.

3.2.3 O EMPODERAMENTO DO STF É INDISSOCIÁVEL DA PROFISSIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS CARREIRAS JURÍDICAS

A observação do empoderamento do sistema jurídico costuma ser abordada por meio das decisões do STF, por questões metodológicas e pela recente importância ostentada pelo órgão. Contudo, ainda que o tema extrapole os limites desta pesquisa, é preciso insistir que o lugar de poder assumido, hoje, pela Corte é indissociável da profissionalização e interiorização de todo o sistema jurídico. Não se trata de um ato isolado de onze ministros nomeados pelo presidente. Empoderamento esse que não foi um efeito imediato da promulgação da Constituição e apresenta particularidades históricas que merecem maior aprofundamento – não podendo ser tratada como uma inexorabilidade histórica.

A Constituição Cidadã, ao criar o capítulo das “Funções essenciais à Justiça”, universalizou a Defensoria Pública como órgão do Estado. Contudo, a sua organização, nos mais diversos entes federados, demandou um longo tempo. A Defensoria Pública da União (DPU), por exemplo, foi instituída apenas em 1994 (Lei Complementar n. 80/1994). O Estado de São Paulo, mais rico da federação, criou a sua apenas em 2006; Goiás e Paraná, em 2011; Santa Catarina, em 2012; o Amapá, em 2019 (Brasil, DPU, 2021).

A dissociação da Advocacia Pública e do Ministério Público também é fruto da Constituição de 1988. Contudo, apenas em 1993 foram promulgadas as leis disciplinando as diferentes instituições (Leis Complementares n. 73 e 75, ambas de 1993). Até então, lembre-se, competia ao Ministério Público fazer a defesa dos entes estatais, criando vínculo evidente entre o governo e o *parquet*. A própria OAB⁵ passou a assumir funções relevantíssimas que extrapolam a gestão corporativa da vida dos advogados.

A redefinição do papel desses órgãos estabeleceu uma dinâmica que lhes permite manipular recursos materiais e simbólicos que os tornam relativamente independentes dos demais Poderes (Legislativo e Executivo) e capazes de reivindicar, com êxito, poderes e prerrogativas inimagináveis antes de 1988 – ou mesmo antes dos anos 2000.

Sublinhar a profissionalização e interiorização dessas carreiras, ainda que de forma frágil, nos permite examinar importante característica que

5. Não se pode esquecer que a Ordem dos Advogados do Brasil, ainda que representativa dos advogados, profissionais liberais por excelência, é uma autarquia.

distingue os atuais juristas do Estado de seus “antecessores”: a estruturação de carreiras sólidas insere o servidor em um regramento objetivo semelhante, com salários, estabilidade, exigências funcionais, regimes de férias, organização sindical/associativa etc., que lhes faz participar de um universo simbólico muito próximo. Em todo o território nacional.

3.3 APÓS UM CONCURSO MARCADO POR DESIGUALDADES, A POSIÇÃO OCUPADA PELOS JURISTAS DO ESTADO NO ESPAÇO SOCIAL OS TORNA UM GRUPO SOCIAL MUITO PARTICULAR

3.3.1 UM PARALELO PERIGOSO, MAS ELUCIDATIVO: A FORMAÇÃO DOS JURISTAS DO IMPÉRIO

Machado de Assis inicia *Esau e Jacó* nos apresentando Natividade e sua irmã, Perpétua, às escondidas, subindo o morro do Castelo para serem atendidas por uma cabocla, famosa por sua capacidade de ler o futuro. Buscavam as duas conhecer o porvir dos gêmeos, rebentos de Natividade com seu marido Santos, que, embora de origem humilde, enriquecera-se com a usura, tornando-se banqueiro. A mãe, angustiada, é informada pela senhora mística que ambos seriam “grandes”.

A despeito das boas novas, Natividade continua preocupada pela possível disputa de seus filhos que, desde o ventre, pareciam em constante conflito – fato que a levava a consultar a cabocla. Santos, também preocupado com a litigância tão precoce dos irmãos, submete a questão a seu amigo espírito, que o tranquiliza. As brigas, ressalta o segundo místico consultado, decorrem da grandeza de ambos.

Após uma infância e adolescência marcadas por conflitos, enunciados desde o ventre, Pedro e Paulo, então, percorrem o caminho natural das elites do final do século XIX: o primeiro fará Medicina, no Rio de Janeiro, e o segundo, Direito, em São Paulo. Um, monarquista convicto, se tornará, com a república, deputado conservador. O outro, republicano de carteirinha, reformista. A despeito do ódio que marca a relação dos irmãos, Machado de Assis nos apresenta um universo de identidades profundas entre eles, que os unem muito mais do que as divergências ideológicas os separam. O médico e o advogado não partilharam, apenas, o mesmo ventre, a mesma família, a mesma casa. Formaram-se e participam de uma elite cujo espaço social lhes aproxima muito mais do que eventuais cizânias de cunho político os separam.

Machado de Assis tece, a partir dos irmãos gêmeos, com a sagacidade que lhe é peculiar, como as elites monarquistas e republicanas apresentavam

muito mais semelhanças do que diferenças. Por trás da briga de foice entre o séquito de Dom Pedro e os defensores da República, estavam elites que partilhavam um mesmo regime de privilégios.

Pois bem. O interesse em observar a trajetória de Pedro e Paulo, da infância à Câmara dos Deputados, é marcar a singularidade do papel exercido pelas faculdades na formação da elite brasileira, sobretudo as de Direito. Privilégio de pouquíssimos, o ensino superior no Brasil imperial separava a “ilha dos letrados” do “mar de analfabetos”, nos dizeres de José Murilo de Carvalho (2019, p. 65. Grifos meus):

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: *a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos*. Em segundo lugar, porque *a educação superior se concentrava na formação jurídica* e fornecia, em consequência, um *núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades*. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. *A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitânicas e províncias e inculcia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil*.

Além de estabelecer uma rígida fronteira entre os dois universos, as faculdades cumpriam papel decisivo no processo de interação desses estudantes, que era formativo de um horizonte ideológico comum a essa elite⁶ (Adorno, 2019). Em outros termos, o processo de formação/treinamentos dos juristas, além de seu fator de distinção, cumpria papel determinante

6. A socialização dos juristas imperiais, que cumprira papel decisivo na formação de homens públicos, é objeto da tese de doutorado de Sérgio Adorno, publicada, como o livro de José Murilo de Carvalho, no final da década de 1970. O objetivo do autor era interrogar como esses intelectuais orgânicos, embora se vinculassem expressamente ao liberalismo, ajudaram a construir um Estado não apenas autoritário como escravagista. Adorno, por um lado, ressalta o papel das relações travadas extraclasse como determinante para a constituição dessa elite. Nos dizeres do autor, “[...] o exame das condições sociais, intelectuais e culturais que transformaram o ambiente extracurricular na verdadeira sala de aula” (Adorno, 2019, p. 9). Por outro, como a parcial recepção dos discursos liberais vindos da Europa era marcadamente antidemocrática, assegurando o primado da propriedade privada e da ordem, ao mesmo tempo que mantendo a distância qualquer possibilidade de luta por igualdade. “O contraponto que eu buscava explicar residia nos polos liberais *versus* democracia. O liberalismo com sua insistência no primado da liberdade individual revela o peso dos interesses particulares, nomeadamente os que gravitam em torno do mercado e da propriedade privada, mas também das opiniões políticas que recusam a intervenção do Estado na vida civil. Essa leitura do liberalismo acentua seu lado conservador e coloca o problema da desigualdade social em segundo plano. A democracia, por sua vez, sustém o primado da igualdade, razão de sua ênfase no coletivo, na justiça social, na redução das desigualdades sociais que precedem às liberdades públicas e civis” (Adorno, 2019, p. 290).

na construção da unidade da elite imperial, estratégia que contribuiu para o não esfacelamento do Império, como observado nos nossos vizinhos latino-americanos. Cito, novamente, José Murilo de Carvalho (2019, p. 138. Grifo meu):

Podemos concluir a análise do processo de socialização e de treinamento da elite imperial. Os dados apresentados sobre educação, ocupação e carreira permitem-nos concluir que existiu no Brasil um grupo especial de políticos distinto do que se formou nos outros países da América Latina. *A especificidade desse grupo não era devida à origem social. Ela se prendia à socialização e treinamento deliberadamente introduzidos para garantir determinada concepção de Estado e capacidade de governo.* Tanto liberais como conservadores, nos períodos turbulentos de consolidação do poder, quando várias alternativas se colocavam como viáveis politicamente, concordavam em alguns pontos básicos referentes à manutenção da unidade do país, à condenação de governos militares de estilo caudilhesco ou absolutista, à defesa do sistema representativo, à manutenção da monarquia e, sem dúvida, também à necessidade de preservação da escravidão.

A formação intelectual dessa elite jurídica, deve-se recordar, se dava nos mesmos espaços físico e simbólico, ou seja, nas duas únicas faculdades de Direito então existentes – São Paulo e Recife, ambas fundadas logo após a independência, em 1827, no propósito de substituir Coimbra nesse mister. Esses espaços eram controlados pelo Ministério da Justiça do Império, competente, por exemplo, para nomear os seus professores.

Contudo, diferentemente de Pedro e Paulo, os bacharéis recém-formados durante o Império, antes de ascender ao verdadeiro círculo das elites⁷, costumavam transitar como juízes pelo interior do Brasil, como é o caso dos poderosos Visconde de Uruguai e Marquês do Paraná, mencionados acima. A partir daí, galgavam a presidência de alguma província, posto que assegurava ao seu ocupante prestígio com os habitantes locais, por monopolizar recursos e nomeações específicas (como as de delegado e promotor). Da presidência, as portas estavam abertas para se chegar à Câmara dos Deputados, passo necessário para se galgar uma cadeira no Senado e no Conselho de Estado, por onde passavam todas as decisões centrais do Estado.

7. “Uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para levá-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura. Como o sistema judicial era centralizado, todos os juízes eram nomeados pelo ministro da Justiça. Logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico” (Carvalho, 2019, p. 121).

Desse modo, se toda a elite se distinguia pelo acesso ao ensino superior, e se o ensino superior se concentrava no Direito, um diploma de jurista apresentava-se quase como condição para o acesso aos postos mais altos do Império (Carvalho, 2019). Daí a proeminência de juristas em todos os espaços de poder, notadamente nos órgãos políticos, responsáveis pelas decisões centrais do Estado. Fica evidente, portanto, como a constituição de classe do bacharel e sua atuação no interior da burocracia é marcadamente diferente do que assistimos hoje.

Essa breve, e metodologicamente perigosa, incursão na formação de nossos bacharéis imperiais busca marcar uma continuidade e uma diferença entre eles e nossos atuais juristas do Estado. Em primeiro lugar, é preciso reiterar que a formação do Estado brasileiro é indissociável da construção das carreiras do sistema jurídico, especialmente a magistratura e o Ministério Público. Desse modo, a memória que se instaura em nosso campo não apenas é construída pela sua inscrição no Estado, como ela vai sendo tecida em uma longuíssima história, que nos dificulta sobremaneira entender o que muda e o que permanece em suas performances.

Em segundo lugar, por outro lado, essa comparação com a realidade distante da magistratura do Império nos permite sublinhar como a construção de identidades dos juristas do Estado se dá de forma marcadamente distinta não apenas de um passado distante, como mesmo do período pré-constitucional. Como visto, foi somente com a Constituição Cidadã que foram constituídas carreiras estruturadas, autônomas, com grande orçamento, rituais próprios de pertencimento que criam uma forma muito específica de se construir identidades. A especialização de órgãos, a uniformidade na forma de provê-los e a semelhança dos capitais sociais distribuídos aos membros das diferentes carreiras do sistema jurídico os coloca em uma posição muito semelhante no espaço social. Consequentemente, a construção desse estamento tende a uniformizar também a representação que o grupo faz do mundo social, como nos explica Bourdieu (2010, p. 27. Grifo meu):

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodológicos: *a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.*

3.3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DOS JURISTAS DO ESTADO – E O HORIZONTE DE DESEJO QUE ELA ESTIMULA NO CONCURSEIRO

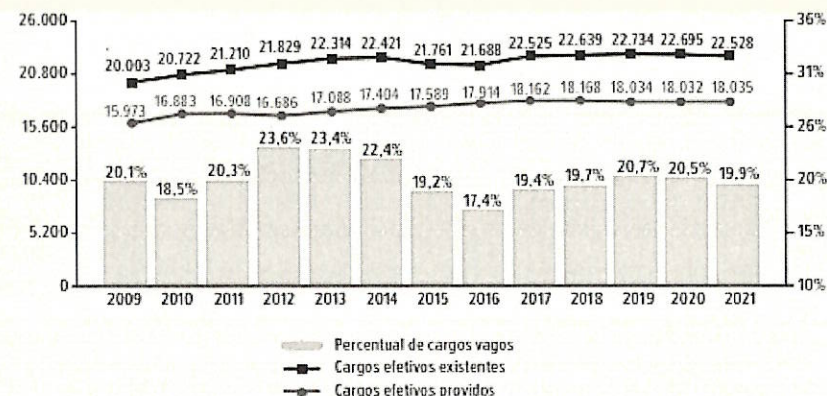
3.3.2.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS CARREIRAS E INTERIORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS

Para observar a profissionalização atual dos juristas de Estado e a interiorização dos órgãos respectivos, utilizarei de dois marcadores. Em primeiro lugar, a consolidação de um quantitativo considerável de juristas do Estado em todo país: de um número pouco expressivo em 1988 para algumas dezenas de milhares de profissionais que se organizam e interagem de forma semelhante. Somente a Advocacia-Geral da União, por exemplo, tem em seus quadros 7.357 membros (2023). A magistratura conta com aproximadamente 18 mil juízes (2021). O Ministério Público com 12.876 (2021) e a Defensoria (2021) com 6.891. Por trás desse contingente, também é possível vislumbrar toda a estrutura que os circunda: edifícios, servidores das carreiras auxiliares, estagiários, escolas de formação.

Em segundo lugar, os vencimentos por eles percebidos. A despeito das diferenças existentes de carreira para carreira, critério que é decisivo para marcar a assimetria entre os cargos, observa-se que todas elas inserem seus servidores em patamar específico da sociedade brasileira, comumente denominada classe média alta, que se situa distante das classes “E” e “D”, mas igualmente longe da verdadeira elite econômica nacional.

Segundo o CNJ, em 2021⁸, o Poder Judiciário contava com uma força de trabalho de 424.911 pessoas, entre as quais 18.035 magistrados. Em 2009, já no final do segundo governo Lula, havia 15.973 juízes no Brasil. Observa-se, pois, crescimento aproximado de 13%. Veja-se⁹:

Figura 44 - Série histórica dos cargos de magistrados(as)



O crescimento do número de magistrados não parece grande, ainda que relevante. Contudo, se retornarmos a 2003, no primeiro ano do governo Lula, esse quadro era de 12.047¹⁰. Entre 2003 e 2021, portanto, houve um aumento aproximado de 50% do número de juízes. A população brasileira teria variado no período, segundo estimativa do IBGE, de 180.682.729 para 213.317.639¹¹ de habitantes, ou seja, aproximadamente 18%. Contudo, com a publicação do Censo de 2020, a autarquia federal revisou para baixo a população nacional, que seria estimada em 211.755.692 de habitantes, com um aumento, em relação a 2003, de aproximadamente 17,1%.

A carreira do Ministério Público Federal mostra um crescimento ainda mais surpreendente. Veja-se:

8. “Em 2021, o Poder Judiciário contava com um total de 424.911 pessoas em sua força de trabalho, dos quais 18.035 eram magistrados(as) (4,2%), 266.338 servidores(as) (62,7%), 66.052 terceirizados(as) (15,5%), 55.646 estagiários(as) (13,1%) e 18.840 conciliadores(as), juízes(as) leigos(as) e voluntários(as) (4,43%). Entre os(as) servidores(as), 78,6% estão lotados(as) na área judiciária e 21,4% atuam na área administrativa. O diagrama da Figura 41 mostra a estrutura da força do trabalho do Poder Judiciário em relação aos cargos e às instâncias”. Brasil, CNJ. Justiça em números. 2022. p. 96. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 2 abr. 2023.

9. Brasil, CNJ. Justiça em números. 2022. p. 97. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

10. No site do CNJ, o primeiro relatório sobre a justiça data de 2003, denominado “Justiça em Números 2003”. O estudo, contudo, tem o nítido objetivo de legitimar os gastos com o Judiciário e demonstrar que eles se faziam insuficientes para a demanda de então. Inexistia, à época, estudos mais detalhados sobre o Poder como os que viriam a ser feitos e, constantemente, aprimorados pelo Conselho Nacional de Justiça. O número total de magistrados foi possível de obter a partir do somatório dos quadros onde estavam expressos o quantitativo de juízes estaduais (9.745), federais (1.129) e do trabalho (2.544). Acresci, a esse valor, os 33 ministros do STJ e onze do STF.

11. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE MEMBROS EM EXERCÍCIO DO MPF¹²

DATA DE REFERÊNCIA	PROCURADOR DA REPÚBLICA	PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA	SUBPROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA
31/12/1993	131	189	46
31/12/1994	108	188	46
31/12/1995	142	183	46
31/12/1996	190	188	46
31/12/1997	279	186	46
31/12/1998	296	184	46
31/12/1999	333	182	46
31/12/2000	330	177	46
31/12/2001	321	174	46
31/12/2002	366	173	46
31/12/2003	360	212	62
31/12/2004	435	213	61
31/12/2005	502	213	62
31/12/2006	550	212	62
31/12/2007	574	213	62
31/12/2008	643	213	62
31/12/2009	645	213	62
31/12/2010	641	213	61
31/12/2011	622	212	61
31/12/2012	677	209	62
31/12/2013	748	209	61
31/12/2014	783	226	74
31/12/2015	781	227	74
31/12/2016	853	222	74
31/12/2017	841	227	73
31/12/2018	835	228	73
31/12/2019	840	224	73
31/12/2020	852	226	73
31/12/2021	851	219	74
18/04/2022	853	218	71

O número de procuradores da república, diferentemente do de juízes, cresceu constantemente entre 1993 e 2022. Se, em 1993, ano de criação da AGU, o total de procuradores era de 366, em 2022 a carreira já conta com 1.142 membros, um aumento de 312%. A princípio, esse crescimento

12. Informação obtida junto ao MPF, pela Lei de Acesso à Informação, registrada sob o número: "Manifestação 20220029521", datada de 27 de abril de 2022. Documento assinado pela Secretária de Gestão de Pessoas do MPF, senhora Isabela Vidigal Braga Meneses.

se apresentaria como necessário, já que o Ministério Público, no formato atual, é uma criação da Constituição Federal. Assim, se um novo órgão foi criado, é inexorável que novos servidores sejam recrutados.

Contudo, é exatamente esse fenômeno que se busca observar: o engrandecimento do sistema jurídico não como um dado da natureza, mas como uma contingência histórica, fruto de decisões e dinâmicas que lhe são próprias. Consequentemente, como fatos que, consolidados, geram imensuráveis efeitos. Tratar o aumento exponencial do número de procuradores como algo natural, decorrente da decisão do constituinte de erigir um novo MP, compõe o processo de neutralização que o próprio Estado impõe ao empoderamento do sistema jurídico.

O aumento exponencial de membros de carreira pode ser observado também na Advocacia-Geral da União, que dispunha, em 1988, de 533 procuradores da Fazenda Nacional, 238 procuradores federais e vinte advogados da União, totalizando 791 membros. Considerando o número atual de 7.349¹³, em 2023 houve um crescimento de 930% na força de trabalho do órgão. Trajetória semelhante pode ser observada em outras procuradorias¹⁴:

a) Na Procuradoria do Estado do Paraná, há, hoje, 271 membros. Em 1988 eram 11; e em 1998, 55¹⁵.

b) Na Procuradoria do Estado do Rio Grande do Norte há, hoje, 55 procuradores. Em 1988 eram 32, mesmo número de 1998.

c) Na Procuradoria do Estado de Minas Gerais há, hoje, 465 procuradores. Em 1988, 110, mesmo número de 1998¹⁶.

d) Na Procuradoria-Geral do Mato Grosso do Sul há, hoje, 102 procuradores¹⁷. Em 1988, eram 8 e em 1998, eram 56¹⁸.

e) Na Procuradoria-Geral do Ceará, há, hoje, 93 procuradores¹⁹. Em 1988, eram 54 e, em 1998, 27²⁰.

13. Por carreira, são 1.642 advogados da União; 3.648 procuradores federais e 2.059 procuradores da Fazenda Nacional.

14. Encaminhei pedido, pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a todas as procuradorias estaduais e à AGU. Infelizmente, poucas delas responderam.

15. Informação obtida pela LAI, disponível no *link* <https://www.sigo.pr.gov.br>.

16. Informação obtida pela LAI, registrada sob o protocolo 01080.000026/2023-72. O ofício encaminhado não explicita se se trata do número de procuradores da ativa ou o número de cargos existentes na carreira. Todavia, esse nível de detalhe não é relevante para o argumento aqui apresentado.

17. A própria PGE-MS disponibiliza, em seu *site*, o número de procuradores ativos. <https://www.pge.ms.gov.br>.

18. Informação obtida pela LAI, registrada sob o protocolo 1501010.00000006/2023-28.

19. Dentre os 93, um procurador ainda aguarda nomeação.

20. Informação obtida pela LAI, encaminhada pelo Comitê Setorial SIC/PGE, em 13.04.2023,

f) Na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, há 276 procuradores, tendo sido nomeados 65 no dia 11 de agosto de 2023. Em 1988, havia 123, número maior do que o encontrado em 1998, 116.

g) Na Procuradoria-Geral de Goiás²¹, há 220 cargos de procurador, dos quais 203 estão providos.

A Defensoria Pública, ao realizar a Pesquisa Nacional da Defensoria, atesta que, entre 2003 e 2020, houve um crescimento de 115,1% do número de defensores no Brasil. Veja-se:



O estudo observa, contudo, que, a despeito do crescimento, ele se revela inferior aos membros do Ministério Público e da magistratura:

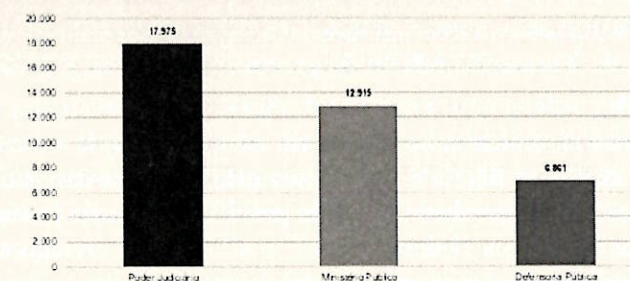
[...] a análise comparativa revela significativa diferença entre o quantitativo de membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, sendo o quadro de Defensores(as) Públicos(as) 88,2% menor que o quadro de Promotores(as) / Procuradores(as) de Justiça e 162,0% menor que o quadro de Juízes(as) / Desembargadores(as) / Ministros(as) (BRASIL, 2021, p. 53).

Para comprovar a relação iníqua entre as mencionadas carreiras, o relatório apresenta o seguinte gráfico, comparando o número de defensores com o de promotores e juízes (BRASIL, DPU, 2021, p. 55):

às 10:19 min.

21. Informação obtida pela LAI. Processo n. 202300003008156; DESPACHO n. 712/2023/PGE/GGP-14199.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O NÚMERO DE MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO



Fonte: Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e da União. Pesquisa Nacional da Defensoria Pública (2021). CNJ. Estatísticas em Números (2022). CNMP. MP em Revista (2022).

A observação estática desses números já seria suficiente para mostrar como essas dezenas de milhares de juristas do Estado, conjuntamente, são capazes de formar um grupo social numeroso que, embora espalhado em todo país, mantém-se em constante interlocução, por diferentes fóruns, que impulsionam a identidade que atravessa os diferentes grupos. Mas, para além da análise estática dos números, é importante imaginar que esse quantitativo está em constante movimentação, decorrente de novos concursos e aposentadorias que fazem parte do cotidiano de sua vida institucional. Há, com essa dinâmica, circulação de saberes que performam manutenções/alterações do universo simbólico dos juristas do Estado.

Além da consolidação de um número expressivo de profissionais, os juristas do Estado são marcados por se situarem, sob o ponto de vista salarial, entre os 10% mais ricos do país, independentemente do critério que se utilize e da carreira paradigma. Segundo o boletim “Desigualdade nas Metrôpoles”, publicado pela PUC/RS, pela Rede ODSAL e pelo Observatório das Metrôpoles, pertencem aos 10% mais ricos do país aqueles cuja renda *per capita* familiar média²² foi de R\$ 7.475,00²³, em 2022. Já de acordo com o IBGE²⁴, no ano de 2021, os 10% mais ricos tiveram como renda per capita média o valor de R\$ 5.772,38. As carreiras, em sua

22. Renda domiciliar *per capita* é a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio dividida pelo número de seus moradores.

23. Disponível em: <https://www.pucrs.br>. Acesso em: 11 abr. 2023.

24. “Analisando o rendimento domiciliar per capita médio mensal segundo as classes de rendimento domiciliar per capita por décimos da população, as pessoas que tinham os 10% menores rendimentos ganharam, em média, R\$ 93,63, em 2021. O que equivale a R\$ 3,12 por dia por pessoa para todas as suas necessidades. O segundo decil, mais de 10% a 20%, ganharam, em média, R\$ 281,49, ou seja, menos de R\$ 10 por dia. Essas duas classes contêm as pessoas mais carentes e pobres do País. No outro extremo, no décimo decil, na classe de 90% ou mais, o rendimento médio per capita foi R\$ 5.772,38. Essas pessoas receberam R\$ 192,41 por dia, ou seja, 62 vezes o rendimento das pessoas do primeiro decil. Esse quadro revela a forte desigualdade socioeconômica existente no País (Tabela 3).”

média, remuneraram seus membros em valor muito superior a esse montante. Sobretudo se considerarmos os juízes e promotores. Em relação a estes, também independentemente de qual critério utilizemos, e de onde eles residam, situam-se necessariamente naquela parcela da população que recebe mais de 20 salários mínimos, que corresponde ao grupo de 1% mais ricos do país.

Os subsídios dos juízes federais substitutos, por exemplo, foram fixados, em 2019, em R\$ 32.004,65 (trinta e dois mil, quatro reais e sessenta e cinco centavos), segundo informado pelo Conselho da Justiça Federal²⁵. Os Tribunais Regionais Federais da 1^a²⁶ e 4^a²⁷ Região divulgaram edital de concurso também com esse valor inicial da carreira.

A despeito de, a princípio, gozarem de um prestígio maior, os juízes federais não são os magistrados mais bem remunerados. Ao contrário. A União, diferentemente dos estados, consegue manter um controle um pouco mais efetivo sobre as parcelas extras com que os seus servidores são remunerados. Mas, ainda assim, o valor bruto inicial informado pelos tribunais de justiça estaduais gira em torno do estabelecido no âmbito federal, ainda que com variações.

O CNJ²⁸ disponibiliza tabela, encaminhada pelos próprios tribunais, em que é possível ter acesso aos rendimentos dos magistrados. Compulsando o documento, retirei o menor valor pago ao juiz substituto, ou seja, no início da carreira, para demonstrar que, mesmo o neófito mais mal pago está situado na classe A, ou seja, corresponde àquele 1% da população brasileira.

Assim, o menor valor pago a um juiz substituto na Bahia²⁹, nos três primeiros meses de 2023, foi de R\$ 28.611,66; no Ceará, R\$ 31.392,66; Mato

Grosso do Sul, R\$ 35.779,18; Espírito Santo, R\$ 35.033,07; Paraíba, R\$ 38.890,20; Roraima, R\$ 32.172,60; São Paulo, R\$ 29.433,97; Pernambuco, R\$ 33.689,11; Rio de Janeiro, 38.113,77; Amapá, R\$ 44.424,19; Mato Grosso, R\$ 36.853,86; Sergipe, 37.595,08; Distrito Federal, R\$ 41.215,19; Goiás, R\$ 29.476,84; Santa Catarina, R\$ 46.205,39.

Não me interessa com esses dados fazer uma análise estatística sobre os rendimentos dos juristas do Estado, mas, sim, demonstrar como eles se situam em um mesmo universo social, em que os valores percebidos mensalmente é uma das variáveis, ainda que muito relevante, para analisar o estamento.

Muito provavelmente, a grande maioria dos procuradores e defensores também componha o 1% da população brasileira, ainda que em patamar inferior à magistratura. Contudo, não é possível obter, com segurança, esses dados, porque parte considerável dos ganhos de todas as carreiras é composto por auxílios, gratificações e outras parcelas que somente os ocupantes do cargo têm conhecimento e que não constam na Lei de Acesso à Informação.

Os efeitos da consolidação das carreiras jurídicas, evidentemente, extrapolam o objeto desta pesquisa. *Contudo, pensar a formação do jurista do Estado pela via dos concursos nos obriga a ter no horizonte que os concurseiros, ao ingressarem nessa longa disputa, buscam não apenas o salário ou a estabilidade ou o prestígio das carreiras, mas todo o modo de vida por elas proporcionado.* E é exatamente esse universo que lhes é ofertado, cotidianamente, por todo o Circuito, como prêmio após toda a dedicação. Como se verá, a interpelação cotidiana à disciplina, chave para a aprovação, mas também às formalidades que permeiam a prática do direito, estará sempre mediada pelo universo usufruído após a aprovação.

3.3.2.2 A CENTRALIDADE DAS CARREIRAS, E DE SUAS ASSOCIAÇÕES, NA “LUTA PELOS CONCURSOS” E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JURISTA DO ESTADO

Agentes decisivos na construção desse “modo de vida” são os próprios órgãos que receberão os novos agentes públicos. Os certames, como ritual de legitimação dos juristas do Estado, são acompanhados *pari passo* pelas carreiras, desde as ações necessárias à sua autorização até a socialização dos novos membros. Os concursos públicos, reitere-se, cumprem papel importante tanto no prestígio das carreiras quanto na vida pessoal de seus membros, cuja posição no certame será relevante desde sua posse até sua aposentadoria. Exatamente por isso, as carreiras, por meio de seus dirigentes, são diretamente interessadas em sua realização e sucesso.

25. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br>. Acesso em: 12 abr. 2023.

26. Segundo o edital do concurso respectivo, disponível em: <https://conhecimento.fgv.br>. Acesso em: 12 abr. 2023.

27. Informação obtida do edital do concurso respectivo. Disponível em: <https://www.trf4.jus.br>. Acesso em: 12 abr. 2023.

28. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 12 abr. 2023.

29. No início do ano, comumente, há diversos servidores recebendo valores relativos a férias, o que enseja a percepção da indenização respectiva, além da possibilidade de adiantamento dos vencimentos do mês subsequente.

A tabela fornecida pelo CNJ apresenta o nome em ordem alfabética dos juízes e o quanto cada um percebeu, em termos de rendimento bruto. Permite a aplicação, ainda, de alguns filtros. Utilizei, como mencionado, o filtro “juiz substituto” e “ano de 2023”, compulsando os meses de janeiro, fevereiro e março.

Quando o juiz requer o adiantamento de suas férias, nos três valores que são disponibilizados relativos aos seus salários, um deles aparece substancialmente superior aos demais, enquanto o valor mais baixo pode ser inferior àquele valor que apus na tabela como o menor encontrado. Isso porque, obviamente, a remuneração do juiz que requerer adiantamento de salário, no mês subsequente ao pedido, não corresponde ao valor menor constante na tabela, em que há o desconto do valor recebido a maior no mês anterior.

Mas, a par dos órgãos de chefia das carreiras, a atuação das associações/sindicatos também cumpre papel decisivo para se compreender a dinâmica do Circuito. Desvinculados (ao menos parcialmente) das hierarquias que estruturam os órgãos estatais, tais entidades recebem sua legitimidade da defesa das prerrogativas de seus membros. Atuam, portanto, no interesse privado dos juristas do Estado, mas carregando, em suas demandas, o prestígio e a legitimidade que a categoria lhes assegura.

Parte relevante das atividades das associações é a socialização dos membros da carreira, notadamente de seus neófitos. Logo após o resultado do certame, é comum que membros da entidade mantenham contato “informal” com os recém-aprovados, seja para promover encontros casuais seja para prestar-lhes auxílio sobre necessidades cotidianas na nova carreira – informações sobre lotação, moradia, escola dos filhos etc. A festa de posse, momento em que as grandes (e mesmo pequenas) carreiras celebram os novos servidores, é um evento simbólico que marca a importância das associações na sociabilidade dos juristas do Estado, notadamente no encontro de distintas gerações de profissionais.

A Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni) inaugurou um novo ritual para o concurso de 2023 que elucida o argumento aqui defendido. Seus associados marcaram presença em todas as capitais em que houve a realização da 2ª etapa do certame, entregando aos candidatos *kits* com pequenos brindes para a realização das provas. A ação, por um lado, buscou acolher os futuros membros, exortando-o acerca dos benefícios da carreira. Há, no gesto, consciente e inconscientemente, uma busca pela valorização dos advogados da União no acirrado mercado das carreiras, em que a Advocacia Pública sai atrás do Ministério Público e da magistratura. Por outro, reforça o papel da própria associação na sociabilidade de seus futuros servidores. Observa-se que, desde a prova subjetiva, já é possível o estabelecimento de laços afetivos entre os dirigentes associativos e os (futuros) neófitos.

3.3.3.3 TORNAR-SE JURISTA DO ESTADO: UMA INTERPELAÇÃO CONSTITUTIVA

A interpelação é que define o relato que se faz de si mesmo, e este só se completa quando é efetivamente extraído e expropriado do domínio daquilo que é meu. É somente na despossessão que posso fazer e faço qualquer relato de mim mesma (Butler, 2015, p. 52. Grifo meu).

A partir da posse, a vida do procurador, defensor, promotor e, sobretudo, do juiz será marcada pelo lugar social que ele ocupa e pela sociabilidade daí decorrente. Exercer uma profissão que reclama o poder

de dizer o direito em nome do Estado pressupõe se inserir em uma extensa prática cuja “historicidade acumulada” (Butler, 2023) *interpela* o sujeito em sua forma de vestir, de falar, de se dirigir aos seus pares, de reconhecer determinado conhecimento como válido. Em última análise, de se constituir como sujeito.

Essa interpelação ao jurista do Estado não significa que, ao ser aprovado no certame, estará o neófito submetido a regras fixas que conduzirão, inexoravelmente, sua relação com seu corpo e com o mundo. De outro modo, a socialização promovida nos espaços em que esses profissionais transitam está sujeita a normas com as quais eles necessariamente deverão lidar para serem reconhecidos como tal³⁰. Normas essas que, sutilmente, pressupõem e induzem jogos de verdade (Foucault, 2016) que criam uma *inteligibilidade* (Butler, 2023) sobre o que significa ser jurista do Estado, obrigando-os a lidar com essas normas para se reconhecerem como participantes dessa coletividade. Daí se falar em *interpelação*, uma vez que o prestígio compartilhado nesse universo impõe aos agentes públicos dialogar com as regras que disciplinam o campo. Assim, por exemplo, dificilmente um juiz que se vista de calça jeans e camiseta ocupará altos cargos na magistratura.

Ademais, as condições pessoais dos membros de carreira (vencimentos, estabilidade, aposentadoria), assim como sua imersão no sistema simbólico da prática do Direito (formalidades na vestimenta, fala e modos de agir, rituais de celebração, ritos de consagração), investem esses profissionais em um lugar muito próximo no espaço social. Essa proximidade no espaço social ocupado pelas carreiras faz com que suas aspirações/interesses sejam muito semelhantes. Consequentemente, há uma tendência de que a representação que fazem do mundo social seja muito próxima, como explica Bourdieu (2010, p. 51. Grifo meu):

Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro).

30. Aproprio-me, aqui, parcialmente, de argumentação semelhante desenvolvida por Butler (2023, p. 393) em contexto e com objetivos muito distintos. “Ao mesmo tempo, essas mesmas normas – ainda que não sejam consideradas como mandatos a serem obedecidos, mas como imperativos a serem ‘citados’, torcidos, estranhados [*queered*], assinalados como imperativos heterossexuais – não são, por essa razão, necessariamente subvertidas no processo.”

Assim, a despeito de parecerem estar sempre digladiando uma com as outras, há um interesse por elas compartilhadas de valorização do jurista do Estado em face do restante da burocracia estatal que se coloca acima dessas disputas. Estabelece-se entre elas uma espécie de “assimetria equilibrada”, em que um benefício gozado por uma é motivo de reivindicação, normalmente exitosa, pela outra. A título de exemplo, se o Ministério Público e a magistratura percebem o teto remuneratório, a Advocacia Pública obteve o direito aos honorários advocatícios e a Defensoria à sua autonomia em relação ao Executivo – o que refletiu em imediatos benefícios remuneratórios. Daí o porquê do interesse das próprias corporações em advogarem o empoderamento do sistema jurídico como sinônimo da ampliação de direitos.

Ao situar os juristas no espaço social, normalmente se segue o caminho, trilhado também por esta pesquisa, de compará-los às classes menos favorecidas. Contudo, considerando o aspecto relacional com que se compreende o espaço social, é também fundamental situá-los em relação ao outro lado da cartografia: a elite econômica brasileira. Diferentemente do que era observável durante o Império, o universo prometido pelo Circuito não seduz os filhos dos grandes comerciantes, industriais e agentes do sistema financeiro. Por mais que diversos tribunais e ministérios públicos insistam em, sistematicamente, criar regras remuneratórias que afrontem o teto constitucional, os juízes, promotores, procuradores e defensores não circularão entre aquela parcela que, segundo Ortiz (2019), desfruta do “universo do luxo”³¹.

Eventualmente, um juiz poderá se transformar em político, como o ex-governador do Maranhão e ministro da Justiça do terceiro governo Lula, Flávio Dino. Contudo, não é esse o caminho ordinário de quem ingressa na magistratura. Ao contrário. O Judiciário possui, hoje, ampla possibilidade para que seu novo membro vislumbre uma carreira de sucesso. Inclusive, o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal é, hoje, mais cobiçado do que o de senador da República, o que seria inimaginável no Império. Não por acaso, o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é cotado para assumir o prestigioso posto.

Em síntese, se os “clientes” do Circuito do concurso são muitos, e desiguais, ao se tornarem juristas do Estado passam a compor um estamento razoavelmente delimitado em termos não apenas de condição econômica, mas de modo de vida. Ao ocupar esse lugar social muito próximo, as representações que essa elite faz do mundo social tende a

ser também uniforme, sobretudo pelas constantes interpelações a que o profissional está sujeito em relação ao seu modo de vestir, de falar, de reconhecer um conhecimento como válido. Desse modo, considerando que essa elite cumprirá um papel importante para dizer o que é a vontade do Estado, parece claro que para compreendermos o que é o direito válido nós precisamos olhar para a sua formação.

31. Renato Ortiz (2019), em *O universo do luxo*, buscou demonstrar como a “sociedade global” não se constitui no simples rompimento do Estado nacional e, consequentemente, a criação de um “mundo sem fronteiras”. De outro modo, outras demarcações foram construídas, erigindo-se espaços com novas fronteiras, que não se limitam ao Estado.

CAPÍTULO 4

O CIRCUITO DOS CONCURSOS: SUBLINHANDO A SUA NOVIDADE HISTÓRICA

4.1 A DIFÍCIL TAREFA DE ABORDAR A “DENSA” MEMÓRIA TECIDA PELO DIREITO PARA IDENTIFICAR O QUE MUDA E O QUE PERMANECE COM O CIRCUITO DOS CONCURSOS

A memória pode ser pensada como “[...] a moldura que dota o gesto de sentido, ou seja, incorpora-lhe valor, habilitando-o objeto de reconhecimento; correspondem à condição histórica de inteligibilidade do contingente, acomodando-o permanentemente, ou melhor, tornando-o permanente concreto. Porém, o mesmo teor histórico do predicado o submete às injunções das vicissitudes das lutas e reciprocidades sociais [...]” (Farias; Nery, 2019, p. 14. Grifos meus).

O circuito dos concursos alterou profundamente a forma de se recrutar agentes estatais, ainda que consideremos aquelas carreiras, como a magistratura, já acostumadas com os certames. Contudo, não se pode perder de vista o papel inextrincável dos juristas na construção do Estado moderno (Weber, 1999¹). Consequentemente, como essa longa memória, tecida por dentro do Estado, participa da construção de sentidos no campo. “Constituição”, “Código Civil”, “juiz”, “*parquet*”, “igualdade” ou “liberdade” são expressões recorrentes tanto no século XIX como no XXI. O significado de cada um deles, contudo, é profundamente diferente em cada momento histórico.

Chamarei a memória construída no Direito de “densa”, exatamente porque ela é traçada e retraçada por dentro do Estado, por meio de institutos que vão sendo ressignificados lentamente, às vezes de forma imperceptível.

1. Weber descreve dois pilares fundamentais do tipo-ideal “Estado moderno”, uma das características centrais do Ocidente capitalista: sua burocracia hierarquicamente organizada a partir do Direito racional. “A característica formal do Estado atual é a existência de uma ordem administrativa e jurídica que pode ser modificada por meio de estatutos, pela qual se orienta o funcionamento e que pretende vigência não apenas para os membros da associação – os quais pertencem a esta essencialmente por nascimento – senão, também, de maneira abrangente, para toda ação que se realize no território dominado.” (Weber, 1999, v. I, p. 35).

Compreender onde estão as rupturas de sentido que redefinem posições de poder no interior do campo é um desafio que atravessa a Sociologia e a História do Direito.

4.2 O RECRUTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS: UMA POLÍTICA DE ESTADO

4.2.1 A IMPORTÂNCIA DO RECRUTAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS NO DESENHO INSTITUCIONAL DO ESTADO; O PAPEL SIMBÓLICO DO CONCURSO NA CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO

O Estado é entendido, aqui, como um campo. Consequentemente, como um espaço de disputa. Não se trata, contudo, de um campo qualquer, mas de um “metacampo” (Bourdieu, 2015a), titular de repertório simbólico de onde são extraídas as nomeações fundamentais do mundo social: o tempo, a língua, a mobilidade, a propriedade, a família, o lazer, o Direito. O Estado opera como última instância de disciplina (simbólica) de consensos que nos são dados como supostamente naturais; e é sobre essa suposta naturalidade que as relações de poder se (re)constroem.

A política em torno da disciplina dos agentes públicos, nesse contexto, é decisiva ao próprio Estado, pois esses atores, ainda que marcadamente heterogêneos (Lopez; Cardoso Júnior, 2023), cumprem papel de destaque nas disputas pelo domínio desse “metacampo”. Os vencimentos, a aposentadoria, a estabilidade, os ritos de responsabilização são os elementos mais visíveis dessa política que coloca em questão, em última análise, o prestígio dos servidores públicos – e, consequentemente, os poderes de que dispõem para exercer seu mister.

Nesse sentido, historicamente é possível observar, no Brasil, afinidade entre a forma de recrutamento e o regramento aplicável às relações de trabalho da burocracia estatal. Em outros termos, as maiores ou menores garantias que se reconhece ao servidor público guardam vínculo inextricável com a forma de sua contratação. A instituição do concurso, nesse sentido, tendeu a fortalecer a posição do servidor.

A PEC n. 32/2020, proposta por Paulo Guedes e Jair Bolsonaro, é elucidativa desse vínculo: o enfraquecimento de uma série de carreiras públicas voltadas, sobretudo, à proteção ao meio ambiente, às relações de trabalho, ao SUS e à educação pública (entre outras)², estava atrelada

2. A Agência Câmara Notícias assim explicou as inovações propostas pela PEC n. 32/2020: “Em uma das inovações, a estabilidade no serviço público ficará restrita a carreiras típicas de

ao projeto de ambos de enfraquecimento da prestação desses direitos sociais pelo Estado. Pretendia a emenda constitucional, por um lado, o aumento da ascendência do presidente da República sobre os servidores públicos, acabando com a estabilidade dos agentes que não compunham as chamadas “carreiras de Estado”. Consequentemente, para esses servidores, nitidamente de segunda classe (Oreiro; Ferreira-Filho, 2021), a forma de recrutamento seria a “seleção simplificada”. Por outro lado, com carreiras enfraquecidas, a ascendência do mercado, e do governo, sobre as políticas seria ainda mais facilitada³.

Interessa-nos, assim, fazer uma breve digressão nas três principais propostas de reforma do Estado brasileiro – Vargas, Ditadura Militar e Bresser-Pereira/FHC – para sublinhar como a política de pessoal, em geral, mas, sobretudo, a forma de recrutamento dos agentes públicos, é indissociável do desenho institucional do Estado. Nesse sentido, como a adoção dos concursos públicos fortaleceu a posição dos servidores, por estar fundada na crença do mérito/eficiência como critério de recrutamento. Contudo, a despeito do evidente avanço que significou o concurso, há que se problematizar os fundamentos em que se assentam sua legitimidade.

4.2.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE NEUTRALIDADE NO CONCURSO PÚBLICO: VARGAS E A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

[...] Heidegger propõe uma análise da temporalidade que articula as três instâncias temporais do futuro, do passado e do presente. Como em Santo Agostinho e, ao seu modo, Koselleck, *o passado – a qualidade passada do passado, a preteridade – somente compreende em sua constituição distinta acoplada à qualidade futura do futuro e à qualidade presente do presente [...]* (Ricoeur, 2020, p. 359. Grifo meu).

Getúlio Vargas foi o primeiro mandatário a adotar a realização do concurso como política de Estado. Sabe-se que, desde o Império⁴, o tema

Estado. Uma lei complementar futura vai definir quais se enquadram nessa categoria, e os entes federativos poderão regulamentar o tema posteriormente. Os profissionais das demais carreiras serão contratados por tempo indeterminado ou determinado.

As formas de ingresso no serviço público serão os concursos e as seleções simplificadas, estas para vagas por tempo determinado. Só será efetivado no cargo quem, depois de aprovado no concurso, alcançar resultados em avaliações de desempenho e de aptidão durante período de experiência obrigatório como fase final do certame”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 1º mar. 2023.

3. O exemplo mais evidente desse projeto é o Plano de Saúde Popular. Criado com o objetivo de “diminuir gastos do SUS”, ele, na verdade, busca transformar o direito à saúde em uma mercadoria. Veja-se: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 1º mar. 2023.

4. Mesmo no Império, o concurso público foi estatuído como forma de ingresso em algumas instituições, como o Tesouro Público Nacional e no magistério superior que, na época,

estava presente nas disputas políticas e era mobilizado por várias lideranças como forma de combater a troca de favores que o provimento em cargo público historicamente representara no Brasil.

Ao nos debruçarmos sobre biografias de Benjamin Constant (1836-1891), podemos observar como o tema já era abordado à época, mas, sobretudo, sob quais perspectivas ele é atualmente recepcionado. Exaltado, sobretudo pelos militares, por suas virtudes intelectuais, fora aprovado em diversos concursos, não vindo a tomar posse em alguns deles em razão do regime de influência política que regia as nomeações⁵. Veja-se, nesse sentido, o texto de Renato Lemos, para o Cpdoc/FGV:

Em junho de 1860, inscreveu-se no concurso para repetidor de matemáticas no Imperial Colégio de Pedro II. Embora classificado em primeiro lugar, não obteve a vaga, preenchida pelo segundo colocado. Como este se licenciasse alguns meses depois, em fevereiro de 1861 foi nomeado para substituí-lo interinamente, condição em que lecionaria por dois anos e meio.

(...)

Ainda em 1861, ingressou no primeiro ano do curso de engenharia civil. Depois de mais uma vez candidatar-se a uma cadeira de matemáticas no Colégio de Pedro II e vê-la ser preenchida sem concurso, fez, em outubro, uma quarta tentativa de ingressar no magistério oficial, quando se criou o Instituto Comercial no Rio de Janeiro. Candidatou-se à cadeira de matemáticas, porém uma vez mais a vaga foi provida sem concurso. Em novembro, ingressou como praticante no Imperial Observatório Astronômico.

Inscrito, em abril de 1862, em outro concurso, dessa vez para a cadeira de matemáticas da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, um dos membros da banca examinadora – professor da Escola Militar e positivista – o considerou tão *flagrantemente superior* aos demais concorrentes que o classificou em primeiro lugar e deixou vagos os dois seguintes, indicando o outro candidato para o quarto lugar. Aprovado, passou assim a aguardar a nomeação. *Processos burocráticos, contudo, acabaram levando à nomeação do seu concorrente* (Lemos, s/d., p. 2. Grifos meus).

O texto constrói e reproduz uma dicotomia evidente: o candidato mais preparado, merecedor da ocupação do cargo público, afastado de

limitavam-se às faculdades de Direito de São Paulo e Olinda; às faculdades de Medicina da Bahia e do RJ; e à Politécnica do RJ (Maia, 2021).

5. O Museu Benjamin Constant, ao biografá-lo, afirma: “Benjamin Constant enfrentou vários percalços na sua trajetória profissional. Tinha aptidão para lecionar, e o fez em várias escolas. Quando prestava concursos públicos para o cargo de professor, saía-se muito bem, mas perdia a posição para candidatos com maior influência política, mesmo passando em primeiro lugar. Nosso professor cultivava, assim, horror ao funcionamento da sociedade imperial, no tocante à transparência e à conduta de alguns agentes públicos”. Disponível em: <https://museucasbenjaminconstant.museus.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2023.

seu posto por interesses escusos. A injustiça promovida pelo regime de compadrio fica mais evidente por se tratar, exatamente, de personagem cuja memória é construída a partir de seus cabedais intelectuais. Observe que, segundo sua biografia, Constant era “flagrantemente superior” aos demais candidatos. O combate a esse regime de recrutamento, vigente não apenas no Império (Carvalho, 2019), como na Primeira República⁶, é incorporado por Vargas e norteará as mudanças por ele propostas ao Estado.

Já em seu discurso de posse, Getúlio sublinha que combaterá o “filhotismo parasitário”, prática espúria que torna o cargo público acessível a partir de relações privadas. Líder de um movimento heterogêneo, com diferentes interesses em disputa, Vargas utilizará do discurso contra o “caciquismo eleitoral” como uma importante identidade política⁷:

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por *desmontar a máquina do filhotismo parasitário*, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades — verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho — não se justificam. Esse, com o *caciquismo eleitoral*, são males que têm de ser combatidos, tenazmente. (Grifos meus)

Nesse sentido, a adoção do concurso público como critério para recrutamento de agentes públicos, forma de se romper com o histórico “filhotismo parasitário”, será uma das marcas do Varguismo. Contudo, para compreender essas mudanças é preciso situá-las em um contexto mais amplo de ações realizadas por Vargas com o intuito de reformar o Estado⁸. Sobretudo por meio de medidas que buscavam centralizar, na União, suas decisões mais importantes (Fausto, 2013). Estava em questão a disputa, que marcaria todo o período, de Getúlio com as elites locais, em um país

6. Nesse sentido, afirma Boris Maia (2021, fl. 668): “Todavia, pesava cada vez mais sobre os órgãos da administração pública as acusações de nepotismo e clientelismo relacionadas à ocupação dos postos da burocracia estatal por indicações e pouco pela qualificação dos sujeitos beneficiados. Pretendendo uma ordem pública mais universalista e menos personalista, manifestavam-se setores das Forças Armadas e intelectuais de primeira importância, como José de Alencar e Joaquim Nabuco, estes últimos ainda no período imperial (Santos, 2006)”.

7. Discurso de posse de Vargas do Governo Provisório, em 30 de novembro de 1930. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

8. Segundo Ângela Gomes (2013), ainda que houvesse divergências na forma, havia um consenso entre as elites de que o Estado seria um agente fundamental no projeto de modernização do país.

que, por meio do Estado, se urbanizava, industrializava⁹ e aumentava sua população (Gomes, 2013).

A nomeação de interventores pelo Presidente, ao invés de governadores eleitos, é a forma mais evidente desse projeto de centralização. Contudo, a criação do Dasp (e dos “Daspinhos”, nos estados), do Sespe (Serviços Especial de Saúde Pública), dos Conselhos Técnicos¹⁰, e a edição do estatuto dos funcionários públicos¹¹ são mudanças institucionais tomadas dentro da burocracia que se reestruturava para centralizar, na União, o poder de decisão do Estado, enfraquecendo o federalismo que prevalecera na Primeira República.

O projeto político varguista, nesse contexto, precisava construir uma burocracia que se adequasse ao audacioso projeto político em curso, o que pressupunha o esvaziamento do balcão em que as elites locais transacionavam cargos e redes de influência. Se, desde 1930, importantes medidas foram tomadas nesse caminho¹², a centralização do recrutamento e treinamento dos agentes públicos, no Dasp, criado pela Carta de 1937 (“Polaca”), foi decisiva nesse processo.

Constituído sob as bases do “Conselho Federal de Serviço Público”, idealizado por Luís Simões, o Dasp tinha envergadura constitucional, onde se estabelecia a principiologia que deveria reger a Administração Pública: a “economia e a eficiência”¹³, objetivos que foram perseguidos e legitimaram

9. As principais políticas industriais foram adotadas com o Estado Novo, mas já era possível observar algumas medidas tomadas desde 1930 (Fausto, 2013).

10. “A criação de conselhos técnicos permitiu a primazia de uma elite técnica, principalmente nas áreas econômica, política e administrativa. Além do DASP, o Conselho Nacional de Café (1931), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1934), o Conselho Federal de Serviços Públicos (1936), o Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica (1939) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI (1936) foram alguns dos órgãos técnicos criados no período que conduziam reformas inspiradas no conhecimento científico e com uma elite insulada” (Rabelo, 2013, p. 82).

11. Vargas publicou, em 1939, pela via de Decreto-Lei, uma lei que disciplinava os funcionários públicos, o Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939. Contudo, o Estatuto dos Funcionários Públicos, que marcou o seu longo período na chefia do Executivo, foi a Lei n. 1.711, de 1952.

12. A Constituição de 1934, por exemplo, garantia aos funcionários públicos recrutados por concurso público o que, hoje, denominamos de “estabilidade”. Veja-se: Art. 169, CF 1934. “Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em geral, depois de dez anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, e, no qual lhes será assegurada plena defesa.”
Parágrafo único. “Os funcionários que contarem menos de dez anos de serviço efetivo não poderão ser destituídos dos seus cargos, senão por justa causa ou motivo de interesse público”.

13. Art. 67, CF/1937. Haverá junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um *Departamento Administrativo* com as seguintes atribuições:

a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização

a centralização, no órgão, de diversas atividades da União. O decreto-lei que o instituiu, nesse sentido, extrapolou as atribuições inicialmente lhe desenhadas pela “Polaca”, fazendo-o expandir para as áreas de pessoal; de seleção e aperfeiçoamento; de administração de material¹⁴.

O Dasp, operando como órgão central da Administração pública¹⁵, empenhou-se em padronizar a administração, centralizar as compras, controlar os órgãos da Administração. Lima Júnior (1998) afirma que, com a publicação do Decreto-Lei n. 2.416/1940, que disciplinou as normas orçamentárias no Brasil, teria sido possível normatizar o que a ciência da Administração denomina de “tripé material-pessoal-recursos financeiros”¹⁶ da Administração pública moderna. Posição igualmente defendida por Bresser-Pereira (1996), para quem a criação do Dasp teria representado a inserção do Brasil no “modelo clássico de Administração”, pautada na hierarquia e centralização¹⁷.

Centrando-nos na política de pessoal, objeto desta pesquisa, é importante sublinhar que o discurso do mérito não estava presente apenas na tentativa do Dasp em substituir os agentes comissionados pelos concursados. O próprio órgão construía sua imagem, reproduzida por seus servidores, como um espaço de excelência. Luís Simões, nesse sentido, reservava orçamento especialmente para levar alguns de seus funcionários

dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;

c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária. (Grifos meus)

14. Art. 3º, Dec.-Lei n. 579/38. O D. A. S. P. será constituído das seguintes Divisões: Divisão de Organização e Coordenação (D.C.) Divisão do Funcionário Público (D. F.) Divisão do Extranumerário (D. E.) Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento (D. S.) Divisão do Material (D. N.). Parágrafo único. Até que seja organizada a Divisão do Orçamento, a proposta orçamentária continuará a ser elaborada pelo Ministério da Fazenda, com a assistência de um delegado do D. A. S. P. (Grifos meus)

15. “No Brasil foi esse o modelo preferido pelo legislador de 1938, ao dar cumprimento ao disposto na Constituição de 1937, levando-o a estabelecer o DASP, órgão predominantemente normativo, coordenador e controlador, no ápice de um ‘sistema de administração geral’ de que eram órgãos executivos os departamentos, serviços e seções de administração dos ministérios” (Wahrlich, Cpdoc/FGV, s/d).

16. “O tripé material-pessoal-recursos financeiros termina por ser normatizado com a edição, em 1940, do decreto-lei que estabelecia normas orçamentárias. Em dez anos, portanto, foram estabelecidas as normas básicas que efetivamente criaram a administração pública no Brasil. Tratou-se, assim, e de acordo com a teoria administrativa vigente, de organizar uma administração pública orientada pela padronização, prescrição e pelo controle. Tais iniciativas tiveram caráter absolutamente pioneiro” (Lima Júnior, 1998, p. 6).

17. “[...] A criação do DASP representou não apenas a primeira reforma administrativa do país, com a implantação da administração pública burocrática, mas também a afirmação dos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica” (Pereira, 1996, p. 273).

para treinar nos Estados Unidos, país que servia de inspiração a essa moderna administração.

Rabelo (2013) utiliza a expressão “insulamento” para sublinhar a singularidade do recrutamento e da socialização dos “DASPIANOS”, formados para serem a elite do funcionalismo e a imagem da modernização da burocracia implementada pelo governo Vargas. Essa imagem se constituía a partir da crença na substituição da “politicagem” pela “técnica” na gestão do Estado. Veja-se:

Esta alta burocracia estatal se considerava, frequentemente, apolítica e pouco influenciada por decisões ou pressões externas. A diminuição desta interferência pessoal se deu por meio de adoção de novas instituições politizadas e com regras rígidas de sociabilidade, como era o caso do DASP. O autoritarismo traria uma ideia de controle das virtudes do Estado, diminuindo o irracionalismo e originando mais conhecimento técnico no aparato institucional (Rabelo, 2013, p. 82. Grifo meu).

Com a deposição de Getúlio, em 1945, o Dasp perdeu sua centralidade, exatamente pelo imaginário varguista que ele carregava. Também o concurso público deixará de ser um princípio para a Administração. Luís Simões, em entrevista concedida ao Cpdoc/FGV, afirma que já no governo de José Linhares, ministro do STF que substituíra Vargas, o sistema de mérito teria se extinguido. O jurista, segundo Simões, teria nomeado seus parentes para diversos postos da Administração, inclusive no Ministério das Relações Exteriores, virando alvo de anedotas por servidores do Dasp:

Eu estava falando que o presidente Linhares foi quem liquidou o sistema do mérito no Brasil porque nomeou, sendo presidente, os parentes dele em profusão. De tal maneira que uma vez pregaram um grande aviso no tribunal daqui: “Ficam convidados a comparecer ao Palácio do Catete todos os parentes do presidente da República até o vigésimo grau – trigésimo grau, uma coisa assim – sob pena de nomeação à revelia.” Pregaram no tribunal isso, tal era a vergonha. E os funcionários do DASP, muito corretamente, fizeram um protesto contra isso e foram punidos pelo Linhares. Infelizmente, eu digo sempre, antes do Linhares sair do governo, ele ficou com vergonha daquela punição que tinha aplicado ao pessoal do DASP, então mandou suprimir [...] (Entrevista de Luís Simões concedida à Fundação Getúlio Vargas, p. 19. Disponível em: <https://www18.fgv.br>. Acesso em: 31 jul. 2023).

Entre as diversas heranças deixadas pelo governo Vargas, interessamos marcar como o discurso de neutralidade/tecnicidade que envolve o concurso público chega aos nossos dias. Sem deixar de reconhecer os avanços que sua implementação significou, observa-se, desde então, como o discurso da técnica é mobilizado para assegurar a legitimidade de decisões

cujo caráter político é evidente. A técnica nunca é um sentido em si mesma: a toda técnica empregada em decisões estatais corresponde um *sentido*, que implica em processos de inclusão e exclusão. Pensar a técnica desarticulada de um propósito, em geral, tem como objetivo legitimar o exercício da dominação. Não por acaso a modernização da máquina burocrática, levada a cabo pelos servidores concursados do Dasp, tinha como condição de possibilidade a vigência de um regime político autoritário e a absoluta ausência de postura crítica em relação a ele. Afinal, como reconhecido pelo próprio Luís Simões¹⁸, sem a ditadura varguista as mudanças administrativas por ele propostas dificilmente saíam do papel:

C.P. - E o senhor pôde implantar esse sistema no período democrático ou no período de 1937 em diante, quando foi instaurado o Estado Novo?

S.L. - Nos dois. Mas eu devo dizer que, sem a ditadura, teria sido difícil vencer tudo isso. É como o Orçamento que eu passei a dirigir também, porque pela Constituição de 37, o Orçamento era feito pelo DASP. (Grifo meu)

4.2.3 MODERNIZAÇÃO E CLIENTELISMO: O RECRUTAMENTO DE SERVIDORES PELA DITADURA MILITAR

O Decreto-lei n. 200/1967, editado por Castelo Branco logo após o início da vigência da Carta de 1967, pretendeu reformular sensivelmente a Administração Pública brasileira, adequando a burocracia estatal ao discurso modernizante formulado pela ditadura militar. Não por acaso, já em seu artigo 6º, estabelece como princípios norteadores da burocracia o planejamento, a descentralização e o controle:

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V - Controle.

Muitas das mudanças promovidas pelo ato normativo já vinham sendo pensadas pelos governos pós-Vargas, tendo sido aproveitadas pelos militares. Notadamente, os estudos promovidos pela “Comissão Amaral Peixoto”, durante o governo João Goulart (Andrade, 2021). Contudo, a dificuldade da aprovação de um projeto dessa envergadura no Congresso

18. Entrevista de Luís Simões concedida à Fundação Getúlio Vargas, p. 19. Disponível em: <https://www18.fgv.br>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Nacional fez com que somente no contexto de uma ditadura fosse possível a sua aprovação – não por acaso, pela via do decreto-lei.

Mas, por outro lado, o tema da reforma do Estado já vinha sendo gestado pela elite civil-militar que veio a dar o golpe de 1964, no âmbito do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). O Instituto, criado em 1961/1962, financiado pelos Estados Unidos, foi um dos articuladores da direita contra o governo de Goulart. Contava em seus quadros com Golbery do Couto e Silva, Roberto Campos, Mario Simonsen, Reis Velloso e Hélio Beltrão, que estiveram no centro das ações implementadas pela ditadura (Andrade, 2021). Relembre-se que Campos e Beltrão¹⁹ sucederam-se no Ministério do Planejamento entre 1964 e 1969.

A Carta de 1967 e o Decreto-lei n. 200/1967, nesse sentido, estabeleceram uma política de gestão dos agentes públicos coerente à principiologia pensada pelo regime para o aparato burocrático. Por um lado, concentrar as decisões fundamentais do Estado nos órgãos centrais da União, controlados pela elite civil-militar imediatamente ligada à caserna. Por outro, descentralizar as medidas executórias à administração indireta, o que faria com que a gestão da coisa pública fosse mais “eficiente”. Desse modo, foi mantido na estrutura da presidência da república o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que coordenava toda a política de pessoal da Administração Pública²⁰. Mas, por outro lado, considerando que a descentralização²¹ administrativa era um princípio norteador do Decreto-lei n. 200/1967, permitiu-se que as autarquias, fundações e empresas estatais realizassem o recrutamento de seu pessoal, preferencialmente pelo regime celetista.

A escolha da CLT como regime de recrutamento da administração indireta também fazia parte do apelo à “modernização” do Estado, em razão da celeridade da contratação e demissão que ela ensejava (Carneiro,

19. Hélio Beltrão será o responsável, em 1979, pelo Plano Nacional de Desburocratização, mencionado pelo próprio Bresser-Pereira como um dos instrumentos por ele utilizados como fonte para se pensar a reforma de Estado ocorrida durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

20. Art. 32, Dec.-lei 200/67. A Presidência da República é constituída essencialmente pelo Gabinete Civil e pelo Gabinete Militar. Também dela fazem parte, como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República:

[...]

VII - o Departamento Administrativo do Serviço Público;

21. Art. 10, Dec.-lei 200/67. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais: a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;

b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões

[...]

2022). Essa característica, inclusive, fez com que o regime celetista fosse admitido, em determinadas circunstâncias, até mesmo para a Administração direta. Veja-se:

Art. 104, CF 1967. Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para funções de natureza técnica ou especializada.

Art. 96, Dec.-lei 200/67. Nos termos da legislação trabalhista, poderão ser contratados especialistas para atender às exigências de trabalho técnico em institutos, órgãos de pesquisa e outras entidades especializadas da Administração Direta ou autarquia, segundo critérios que, para esse fim, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 124, Dec.-lei 200/67. O pessoal técnico especializado destinado a funções de assessoramento superior da Administração Civil será recrutado no setor público e no setor privado, *selecionado segundo critérios específicos*, submetido a contínuo treinamento e aperfeiçoamento que assegurem o conhecimento e utilização das técnicas e instrumentos modernos de administração, e *ficará sujeito ao regime da Legislação Trabalhista*.

§ 1º A seleção de pessoal técnico especializado estará a cargo do Centro de Aperfeiçoamento (art. 121), em articulação com os Ministérios interessados.

[...]

§ 4º O funcionário público admitido em função técnica especializada, *no regime da legislação trabalhista*, ficará afastado do cargo que ocupar, em caráter efetivo, enquanto perdurar aquela situação temporária, só contando o tempo de serviço correspondente para fins de promoção e aposentadoria. (Grifos meus)

A fórmula utilizada pelos militares de descentralizar a Administração pela via das empresas estatais, autarquias e fundações, e permitir que tais entidades contratasse seus funcionários pela via da CLT tornou a exigência de concurso, imposta pela própria Carta de 1967²², norma pouco relevante. A regra constitucional, importante lembrar, estava de acordo com o Estatuto do Funcionário Público²³, editado ainda no segundo Governo Vargas, em 1952, que também impunha como requisito para a investidura a aprovação em concurso público.

22. Art. 95, CF/67. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1º - A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

[...]

23. Art. 18, Lei 1.711/1952. A primeira investidura em cargo de carreira e noutros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso.

Também é importante relembrar que a ditadura militar, mesmo durante o governo Castelo Branco, considerado como um “liberal internacionalista” (Reis, 2014), expandiu a burocracia brasileira e utilizou o Estado como núcleo de suas intervenções. Sobretudo por meio da criação de novas entidades da administração indireta. O nacional-desenvolvimentismo dos militares criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Portuária (Infraero), a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf) a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), entre outros.

O sucesso da legislação celetista entre os militares, dado seu caráter supostamente moderno, veio a ser consolidado, anos mais tarde, pela Lei n. 6.815/1974, que estabeleceu a contratação como regra para toda a Administração. Estariam ressalvadas apenas as áreas de segurança, diplomacia, tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais e contribuições previdenciárias e o Ministério Público. Veja-se:

Art. 2º, Lei 6.815/74. Para as atividades inerentes ao Estado como Poder Público sem correspondência no setor privado, compreendidas nas áreas de Segurança Pública, Diplomacia, Tributação, Arrecadação e Fiscalização de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, Procurador da Fazenda Nacional, Controle Interno, e no Ministério Público, só se nomearão servidores cujos deveres, direitos e obrigações sejam os definidos em Estatuto próprio, na forma do art. 109 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei n. 6.856, de 1980)

Art. 3º *Para as atividades não compreendidas no artigo precedente só se admitirão servidores regidos pela legislação trabalhista, sem os direitos de greve e sindicalização, aplicando-se-lhes as normas que disciplinam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.*

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão admitidos para cargos integrantes do Plano de Classificação, com a correspondente remuneração. (Grifo meu)

Bresser-Pereira, em sua obra *Crise econômica e reforma do Estado*, propõe-se a fazer um diagnóstico da Administração pública brasileira e fundamentar as reformas que, como ministro de Estado, buscava aprovar no interior do governo Fernando Henrique Cardoso e no Congresso Nacional. O autor defende que o início da “crise da administração burocrática” se deu com os militares, que, ao não profissionalizarem a *alta administração*, recrutando seus profissionais sem concurso público diretamente das empresas públicas, mantiveram o patrimonialismo como prática. Veja-se:

A crise da administração pública burocrática começou ainda no regime militar, *não apenas porque este não foi capaz de extirpar o patrimonialismo que sempre a vitimou, mas também porque esse regime, em vez de consolidar uma burocracia profissional no país, por meio da redefinição das carreiras e de um processo sistemático de abertura de concursos públicos para a alta administração, preferiu o caminho mais curto do recrutamento de administradores pelas empresas estatais (...)* (Pereira, 2006, p. 270. Grifos meus).

A contratação pelo regime celetista, obrigatoriamente vinculado ao regime do FGTS – criado para substituir a estabilidade obtida pelo trabalhador após dez anos de serviço (Singer, 2014) –, diminuiu também o poder de mobilização dos servidores públicos. Ao reduzir a proteção à relação do servidor com a Administração, dificultava-se sobremaneira a organização das categorias e a possibilidade de greve, proibida pelos ditadores.

Também nesse cenário, a Lei n. 5.645/1970 legalizou, em seu artigo 6º, a “ascensão funcional”, que permitia a servidores migrarem de carreira, sem o respectivo concurso público. Competia aos órgãos, assim, disciplinar as situações em que o trânsito de servidores de uma carreira a outra seria autorizada. Veja-se:

Art. 6º, Lei 5.645/70. A *ascensão* e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo. (Grifo meu)

Assim, segundo Guerzoni Filho (1996), o que se observou na prática é que os empregados públicos contratados pela CLT ingressaram no serviço público, em regra²⁴, sem a realização de concurso público e sem estabilidade. Estavam vinculados, portanto, ao bom e velho clientelismo, embora seja interessante observar que a prática não é nomeada como tal para se referir aos militares – ao menos não com a mesma ênfase do que se observa em outros períodos históricos.

A recorrência do uso da CLT como regime de contratação de pessoal, durante a ditadura, pode ser observada pelo baixo número de servidores estatutários ativos em 1990, data da publicação da Lei n. 8.112/1990, que atualmente regulamenta os servidores civis. Dos 700 mil agentes públicos da União, apenas 150 mil eram regidos pelo regime estatutário (Guerzoni Filho, 1996).

24. Em 1972, por outro lado, a Caixa Econômica Federal realizou concurso, organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), com a inscrição de mais de 120 mil candidatos.

Por trás do discurso da modernidade da CLT, portanto, e da eficiência que ela traria ao serviço público, é possível visualizar o poder de barganha gozado pela elite civil-militar na negociação dos cargos públicos, além do enfraquecimento da possibilidade de organização dos servidores para a luta por direitos. Mas, por outro lado, deve-se registrar que a ditadura consolidou carreiras importantes dentro do Estado, como a dos próprios militares e as de “tributação, arrecadação e fiscalização” (Abrucio; Pedroti; Pó, 2010). Mesmo as carreiras de professor universitário foram expandidas no período, quando a estrutura da pós-graduação brasileira foi, efetivamente, montada (Reis, 2014; Ridenti, 2014). Dentre as carreiras então existentes, muitas realizavam concurso público, como a de juízes federais e a de procuradores da república, por expressa previsão constitucional:

Art. 118, CF 1967. Os Juízes Federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, *mediante concurso de títulos e provas*, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição. (Grifo meu)

Art. 138, CF 1967. O Ministério Público Federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República, o qual será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no art. 113, § 1º.

§ 1º - Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, *mediante concurso público de provas e títulos*. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária, ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

[...]

Contudo, a realidade desses concursos públicos era muito distinta do que hoje se observa no Circuito. Existiam poucas faculdades de Direito, consequentemente um reduzido número de bacharéis. Não se exigia prova da OAB para o exercício da advocacia; havia um número restrito de editoras jurídicas; os órgãos do sistema jurídico não estavam interiorizados; não havia a distinção entre o MP e as advocacias públicas; as grandes decisões políticas do Estado não passavam pelo judiciário, amplamente tolhido pela ditadura militar. Todas essas mudanças, contudo, começarão a repercutir na terceira reforma do Estado brasileiro, já no governo Fernando Henrique Cardoso.

4.2.4 A REFORMA BRESSER-PEREIRA

Na segunda metade do século, manteve-se em parte a tradição de envolvimento de artistas e intelectuais com o Estado, a quem prestavam serviço muitas vezes na condição de funcionários, dependentes de injunções políticas e ideológicas. *Mas a contratendência foi – no serviço público e na iniciativa privada – a profissionalização das carreiras relativamente autônomas do Estado*. Nas universidades, nas ocupações liberais, nas empresas e no mundo das artes, dos espetáculos e da propaganda, enfim, nos meios intelectuais em geral, *foram-se constituindo regras para arbitrar as condutas e as disputas, com direitos e deveres legalmente reconhecidos, em paralelo com a tradicional troca de favores, prática herdada de uma sociabilidade de características pré-capitalistas*. Em outras palavras: de algum modo, avançou no período a constituição de uma esfera pública na sociedade brasileira que envolveu a institucionalização dos meios artísticos e intelectuais, mesmo que esse processo tenha convivido contraditoriamente com um regime militar, entre 1964-85 (Ridenti, 2014, p. 238).

Segundo Bresser-Pereira, os Estados latino-americanos atravessavam crises, oriundas do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, de três ordens, na década de 1990. Em primeiro lugar, uma crise fiscal, decorrente da elevada dívida pública, combinada com altas taxas de juros e declinantes índices de crescimento. Em segundo, uma crise do modelo de intervenção estatal, com a participação excessiva do Estado na economia. Finalmente, uma crise burocrática da Administração, cujos pressupostos faziam da máquina pública excessivamente rígida e ineficaz.

Em síntese, enquanto a crise da década de 30 pode ser considerada como uma crônica insuficiência de demanda, como demonstrado por Keynes, para Luiz Carlos Bresser-Pereira a crise dos anos 80 e 90 seria uma crise de Estado; uma crise *fiscal* do Estado. Seria a forma burocrática e ineficiente de administrá-lo e sua indevida interferência na sociedade civil que seria a principal causa de toda a crise.

Os diagnósticos e as proposições de Bresser-Pereira constituíram a base do Plano Diretor da Reforma do Estado, projeto oficial do governo Fernando Henrique Cardoso para orientar as ações que pretendiam, segundo o próprio presidente, propiciar o “[...] fortalecimento do Estado para que sejam eficazes sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado, bem como os serviços básicos que presta e as políticas que cunho social que precisa implementar” (Brasil, 1995, p. 9).

As ações consideradas inadiáveis para a reforma do Estado deveriam caminhar, assim, em cinco eixos²⁵:

25. Brasil. Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Estado. Câmara da Reforma

Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua 'governança', ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (Brasil, 1995, p. 16).

As proposições da reforma para o recrutamento de pessoal, que interessam mais de perto a esta pesquisa, são formuladas dentro desse contexto macro, mas centrada na reforma do "aparelho do Estado", ou seja, da máquina burocrática responsável por realizar as políticas públicas (Brasil, 1995).

A reforma da máquina burocrática, ainda segundo o Plano Diretor, deve acompanhar a alteração das novas funções que o Estado passou a assumir, com o "fracasso do nacional-desenvolvimentismo" das décadas anteriores. Nesse contexto, o Estado "[...] deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento" (Brasil, 1995, p. 17).

Tendo por base esse diagnóstico, o Plano é crítico ao tratamento conferido pela Constituição de 1988 à universalização do regime jurídico único aos servidores públicos da administração direta e indireta (excluindo os empregados das empresas estatais). Esse modelo teria implicado em um "retrocesso burocrático sem precedentes", privilegiando a hierarquia, ao invés da qualidade do serviço público, e dificultando a profissionalização dos servidores. Veja-se:

[...] Sem que houvesse maior debate público, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao atender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado. A nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados-membros e dos Municípios, e retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração

direta (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, p. 27-28).

Contrariamente ao tratamento uniforme da Administração a partir do regime único, defendia Bresser-Pereira que o Estado deveria ser compreendido a partir das diferentes esferas/atividades que lhe são próprias:

1) O "núcleo estratégico do Estado", onde são definidas as leis e políticas públicas. Formada, no nível federal, pelos chefes de Poderes, além dos ministros e pelo Ministério Público²⁶.

2) "Atividades exclusivas do Estado", ou seja, onde o poder de Estado é exercido: notadamente o de legislar, tributar e da segurança pública, além dos órgãos responsáveis pela transferência de recursos – como se dá com o SUS. Aqui, prevaleceriam as *agências executivas*.

3) Os "serviços não-exclusivos do Estado ou competitivos" (*atividades públicas, mas não estatais*²⁷): ainda que não envolva o poder de Estado, ele os subsidia, dada a sua relevância para os direitos humanos e por não serem devidamente recompensados pelo mercado. É o caso das universidades, hospitais, museus.

4) A produção de bens e serviços para o mercado, feitos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.

Apenas para o "núcleo estratégico do Estado", defendia Bresser-Pereira (1996), a forma de recrutamento deveria seguir o rígido modelo dos concursos públicos, como hoje o conhecemos. Para as demais esferas, deveriam ser adotadas formas de seleção simplificada, em que fosse garantido, por um lado, a isonomia e impessoalidade na contratação. Mas, por outro, maior flexibilidade da contratação, para garantir efetiva descentralização da administração pública, por meio das agências executivas e organizações sociais. Em síntese, haveria o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado, onde as decisões centrais do Estado seriam gestadas, e a maior eficiência das agências executivas e organizações sociais em executá-las: "[...] se buscará a um só tempo fortalecer a administração pública direta ou o 'núcleo estratégico do Estado', e descentralizar a administração pública

26. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado diagnosticava que "do ponto de vista dos quadros técnicos, gerenciais e operacionais, observa-se que a administração de recursos humanos carece da existência de um sistema de incentivos para o profissional, sendo patente a ausência de uma política orgânica de formação, capacitação permanente e de remuneração condizente com a valoração do exercício da função pública" (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, p. 27-28).

27. Bresser-Pereira defende que, para além da dicotomia entre público e privado, deve-se expandir a noção do público para o público não estatal. "[...] O fato de ser pública não-estatal, por sua vez, implicará a necessidade de a atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado. O controle do Estado, entretanto, será necessariamente antecedido e complementado pelo controle social direto, derivado do poder dos conselhos de administração constituídos pela sociedade. E o controle do mercado será materializado na cobrança dos serviços" (Bresser-Pereira, 2006, p. 286).

com a implantação de ‘agências executivas’ e de ‘organizações sociais’” (Bresser-Pereira, 2006, p. 283).

O Plano Diretor da Reforma do Estado era expresso ao reconhecer a relação entre “concurso público”, “garantias consideradas excessivas ao regime jurídico do servidor” e o “emperramento da máquina pública”:

[...] São exemplos imediatos deste quadro a aplicação indiscriminada do instituto da estabilidade para o conjunto dos servidores públicos civis submetidos a regime de cargo público e de critérios rígidos de seleção e contratação de pessoal que impedem o recrutamento direto no mercado, em detrimento do estímulo à competência (Brasil. Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Estado. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995, p. 35).

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Bresser-Pereira (2022) explicou que, desde o início das longas tratativas para a aprovação da Reforma do Estado, que envolveu parlamentares, governadores e a sociedade civil, ele já havia decidido não alterar as normas que disciplinavam o concurso público. Isso porque ele percebeu que se corria o risco de sua proposta se desvirtuar no Congresso e representar uma lesão aos avanços que o regime dos concursos públicos significara no Brasil. Assim, diante das diversas negociações em diferentes assuntos que a reforma demandava, essa foi uma mudança deixada de lado.

Outro aspecto relevante sublinhado pelo ex-ministro na entrevista foi a importância da estruturação de uma periodicidade na realização de concursos, fato também mencionado pelo professor Granjeiro (2022), proprietário do Gran Cursos, como um importante incentivo à consolidação do Circuito. A profissionalização das carreiras exigia, segundo Bresser-Pereira, uma racionalização das contratações, que ocorriam, até então, de forma intermitente, a depender do fôlego econômico dos governos. Demandava também programas de capacitação permanentes, remuneração condizente com a função pública exercida e um sistema de incentivo à produtividade, como se lê do Plano Diretor:

Do ponto de vista dos quadros técnicos, gerenciais e operacionais, observa-se que a administração de recursos humanos carece da existência de um sistema de incentivos para o profissional, sendo patente a ausência de uma política orgânica de formação, capacitação permanente e de remuneração condizente com a valorização do exercício da função pública (Brasil, 1995, p. 36).

É interessante notar que o Plano Diretor assevera que havia, em 1995, três carreiras que seriam estruturadas de forma profissional, a

garantir incentivo e diferenciação salarial à medida que o servidor ascendia funcionalmente: a magistratura, a diplomacia e a militar, que, como visto, fizeram parte da constituição do Estado brasileiro (Carvalho, 2019). As carreiras de “procuradores”²⁸, da receita, de finanças, controle e orçamento e dos gestores possuíram “alguma estruturação”, mas padeceriam de pequena amplitude de remuneração.

Passados quase trinta anos da publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado, que veio a ser parcialmente aprovado por meio da Emenda Constitucional n. 19/1998, diversas carreiras do Estado se “profissionalizaram”. Entre elas, as de defensor público e de advogado público, ainda que padeçam da falta de hierarquia salarial entre os novos servidores e os antigos, como as carreiras do Ministério Público. O poder político que passaram a ostentar parece indissociável do poder de legitimação que o concurso público lhes assegura. Contudo, o que “profissionalizar” as carreiras realmente significa? O concurso realmente assegura o domínio da “técnica”, que é a premissa elementar à profissionalização?

Novamente, a reforma de Bresser-Pereira nos coloca frente à relação entre *técnica* e *sentido*; *profissionalização* e *política*. Interessa-nos perscrutar, ao investigar a formação do concurseiro, como o Circuito prepara e seleciona o profissional que, após anos de preparação, será responsável por dizer (parcela) do direito em nome do Estado.

28. O Plano não especifica quem seriam os “procuradores”, mas, provavelmente, estava se referindo ao Ministério Público.

CAPÍTULO 5

A ESPECIFICIDADE DO SABER TECIDO NO INTERIOR DO CIRCUITO

5.1 O HÁLITO UNIVERSAL DE UM SABER ESPECÍFICO

5.1.1 UM CONHECIMENTO AMPLO, QUE ABRANJA TODO O MUNDO SOCIAL (*NON LIQUET*), PORÉM OBJETIVÁVEL

O homem de bem de outrora já não é, para nós, senão um diletante, e recusamos ao diletantismo todo e qualquer valor moral; vemos, antes, a perfeição no homem competente que procura, não ser completo, mas produzir, que tem uma tarefa delimitada e que a ela se dedica, que faz seu serviço, traça seu caminho [...] 'a medida de nossa perfeição não se encontra mais em nossa complacência para conosco mesmos, nos aplausos da multidão ou no sorriso aprovador de um diletantismo precioso, mas na soma dos serviços prestados e em nossa capacidade de prestarmos outros mais' [...]. Por isso, o ideal moral, de uno simples e de impessoal que era, vai se diversificando cada vez mais (Durkheim, 2013, p. 5. Grifo meu).

Émile Durkheim, da virada do século XIX para o XX, já observava que um homem virtuoso de seu tempo não gozava das mesmas habilidades de outrora. O desenvolvimento da sociedade capitalista exigia, àquela altura, não um polímata, como Michelangelo ou Da Vinci, mas habilidades que se insculpiam dentro de determinada especialidade, talhada em uma sociedade em que a divisão social do trabalho se encontrava avançada.

Nesse sentido, pode parecer redundante a um sociólogo afirmar que o conhecimento exigido de um concursado é específico, ou seja, é ele adquirido, validado e tem aplicação dentro de um espaço social limitado – aqui denominado de Circuito. Contudo, não o é para um candidato recém-aprovado em um concurso público de juiz ou promotor.

O novo magistrado é formado a partir da crença de que a amplitude de seu saber é proporcional ao poder que o Direito, como “fenômeno total” (Luhmann, 1983), exerce sobre o mundo social. E não poderia

ser diferente. O Direito tem a pretensão de disciplinar todas as arestas sujeitas à socialização, traduzindo as normas de outras esferas sociais para a sua linguagem. O juiz torna-se um partícipe privilegiado dessa *magia* por, teoricamente, ter dominado os diversos ramos do Direito que dão soluções às ilimitadas esferas do mundo social: do crime, dos negócios, das famílias, das políticas públicas, das relações de trabalho, da medicina, da engenharia, das questões de gênero e de raça. Um juiz precisa acreditar que ele, realmente, tem domínio sobre as razões e os efeitos de seus atos ao determinar o desligamento do WhatsApp em todo o território nacional. Sob pena de ele não o fazer.

Por tudo isso, reafirmar e matizar a especialidade do “saber concursário” é fundamental para pensarmos como os juristas do Estado são investidos (“sacralizados”) no poder de que dispõem. Ora, o *poder* por eles exercido é indissociável do *saber* gestado na prática do Direito (Foucault, 2009), em geral, e no Circuito dos concursos, em especial. Em outros termos, ainda que a “teoria e a ciência do Direito” mantenham relações inextrincáveis com o “saber concursal”, o conhecimento produzido no interior do Circuito apresenta uma singularidade que é imprescindível ao sucesso do concursário.

Como será analisado nos capítulos seguintes, a singularidade do processo de formação do concursário, futuro jurista do Estado, está atrelado a duas dinâmicas: a) o acúmulo de um conhecimento cada vez mais amplo, que supostamente faz frente a um direito progressivamente mais complexo, b) submetido a uma fórmula necessariamente controlável, pelos atores do Circuito, por meio de sua (pretensa) objetividade. Essa fórmula que articula um *conhecimento “amplo”, porém “controlável”/ “objetivável”* tem repercussões decisivas na circulação do conhecimento no circuito dos concursos.

Essa dinâmica impõe que um juiz federal, para exercer seu cargo, domine o amplo repertório do conteúdo trazido em seu edital, que se atualiza minuto a minuto. Por outro lado, a despeito de sua amplitude, a fórmula de cobrança desse conteúdo é disciplinada, por todos os atores do Circuito, pela sua pretensão à “objetividade”: o conhecimento deve ser mensurável, impedindo que “subjetivismos” criem fórmulas que afrontem o princípio da isonomia entre os candidatos. Importa, assim, o acúmulo de informação sobre o conteúdo de normas ou o posicionamento dos tribunais, não a problematização de como esse conhecimento é formulado ou qual o *sentido* de sua aplicação prática.

Trocando em miúdos, o conhecimento é amplo, exigindo um altíssimo nível de acúmulo de conteúdo. Porém, ele não gera espaço de crítica, seja em sua formulação ou transmissão. O princípio da “objetividade” e da “acumulação do saber” não se aplica apenas ao concursário, mas disciplina

tudo o trânsito de conhecimento no Circuito: o professor, as bancas, as editoras, os cursinhos sabem o que é necessário para a aprovação e, consequentemente, o que lhes cabe ofertar ao concursário – os famosos PDF, onde professores resumem todo o conteúdo de uma disciplina.

Assim, considerando que o Direito é a linguagem do Estado, o meio pelo qual ele exerce a dominação, o jurista do Estado é formado para conhecer e aplicar normas que disciplinam o Direito, não para problematizá-las. Normas que dizem respeito não apenas à dogmática do Direito, mas que atravessam toda a sua prática e organizam as formalidades no vestir, no falar, no tratamento assimétrico entre seus atores; que dizem respeito, em última análise, ao próprio papel do Direito e de seus profissionais no mundo social.

Uma das peculiaridades da profissionalização do Circuito que evidencia essa característica foi a rápida aceitação das aulas *online*, em que somente o professor fala e os alunos escutam – em substituição às presenciais. Inexiste qualquer espaço de discussão sobre o conteúdo apreendido ou mesmo de interação entre os alunos.

Por tudo isso, pode-se dizer que a *especialização* em que é formado o concursário tem um *hálito universal*: articula um conhecimento delimitado, circunscrito a uma dinâmica aplicável às provas de concurso, mas extremamente amplo e com aplicação em todo o mundo social. Relembrando-se, nesse sentido, que o Direito é regido pelo princípio do *non liquet*, que impõe ao Judiciário decidir sobre todas as demandas que lhe são submetidas, não lhe sendo autorizado “não decidir”. Veja-se:

Art. 140, CPC. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.

Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei. (Grifo meu)

Desse modo, ao final do longo processo de formação do jurista do Estado, em que lhe é incorporado todo o universo simbólico de sua futura carreira, é ele inserido em cargos que irão decidir sobre a construção de uma escola ou de uma estrada, não sendo pedagogo, engenheiro ou administrador público; irão decidir se o Estado deve ser obrigado ou não a pagar um medicamento de alto custo, não sendo médico, farmacêutico e não se responsabilizando pelo déficit orçamentário que poderá advir de sua decisão.

Esse “hálito universal de um saber especializado” é adquirido a partir de uma dinâmica cujos princípios pretendo debater nos capítulos seguintes. Sobretudo:

a) O *princípio da “acumulação do saber”*: diante de um conhecimento extremamente amplo, pautado no “imperativo do novo”, o acúmulo do

saber se torna decisivo. O concurseiro não é chamado a problematizar sobre a finalidade ou os limites do Direito (princípio da objetivação do saber), mas a conhecer o maior número de teorias e decisões judiciais vigentes em seu tempo. Daí a equação “tempo-conteúdo” centralizar sua formação, que tem como base, além das aulas e vídeos, os PDF e manuais “facilitados”. A *sensibilidade* (Leão, 2011) instaurada pelo aprendizado por meio dos manuais e PDF será a chave de leitura para aprofundar nesse princípio fundamental do processo pedagógico em análise.

b) *O imperativo do “novo”*: a competitividade imposta aos concursos tem na crença da “atualização” constante um elemento decisivo. Professores e alunos compartilham a crença de que conhecer a última decisão dos Tribunais Superiores ou a lei recém-publicada no *Diário Oficial* é um valor fundamental – consequentemente, para a obtenção de prestígio no campo.

c) *O princípio da objetivação do conhecimento*: o Circuito, como o vestibular, opera como requisito necessário para se acessar espaços de poder muito delimitados, em uma sociedade marcadamente desigual, como a brasileira. Assim, pautado por uma concorrência quase desumana, ele opera por meio da lógica da *objetivação*, pois não lhe sobram espaços possíveis a discussões éticas ou críticas sobre o Direito, impondo-se ao candidato acumular (acumulação do saber) o conhecimento, sobretudo aquele tornado público na semana anterior (imperativo do novo).

d) *A vigilância sobre o corpo e a formação das subjetividades*: o processo de formação de jurista do Estado é indissociável de uma ampla gestão sobre o modo de vida do concurseiro, que busca disciplinar as atividades físicas, os momentos de lazer, a forma de vestir e a linguagem durante o tirocínio que o leva ao cargo público.

5.2 A CONSTRUÇÃO “DOCILIDADE”¹ (O “DEIXAR-SE APRENDER”) NA DINÂMICA QUE IMPULSIONA O ACÚMULO DO SABER NA FORMAÇÃO DO JURISTA DO ESTADO

Não há criação de si (*poiesis*) fora de um modo de subjetivação e, portanto, *não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir* (Butler, 2015, p. 29²).

1. Subtítulo em evidente referência à obra de Michel Foucault.

2. Butler, no trecho, apresenta o conceito de subjetivação de Foucault.

5.2.1 DOS MANUAIS DE DIREITO AOS “PDF”: A SENSIBILIDADE INSTAURADA PELA LITERATURA ESPECÍFICA DO CIRCUITO

5.2.1.1 QUAIS AS FRONTEIRAS ENTRE O “CONHECIMENTO ACADÊMICO” E O FORMULADO PELO CIRCUITO DOS CONCURSOS?

Ler sempre foi uma prática que possibilita incorporações. Em dados momentos e em certas situações, a leitura é criativa, subverte valores e altera comportamentos; em outros, pode vir a ser pura adesão ou o resultado de admoestações [...] (Leão, 2011, p. 15. Grifo meu).

Ao iniciar minha pesquisa, mapear a fronteira entre o ensino nas faculdades, tratado normalmente como “acadêmico”, e aquele ministrado nos cursos preparatórios de concurso parecia-me uma chave de leitura decisiva às minhas pretensões. Ora, é condição para definir a singularidade desse processo de formação do jurista do Estado estabelecer onde ele se inicia e onde termina. Não por acaso, levei a questão, provavelmente, a todos os meus entrevistados, independentemente de onde se situavam no Circuito – professores, alunos, editores, empresários. E o tema, de fato, pareceu suscitar o interesse de meus interlocutores.

Mas, concomitante ao interesse, as entrevistas revelavam que, mesmo entre seus atores, haveria um certo desvalor em relação ao conhecimento produzido no Circuito. Comumente, professores e empresários se esforçavam em me convencer que o ensino que proporcionavam não cairia no lugar comum típico dos concursos públicos. Haveria, em última análise, uma hierarquia entre o saber formulado nos bancos universitários e aquele oriundo dos cursinhos preparatórios.

Muitos dos concurseiros por mim entrevistados, nesse sentido, demonstravam arrependimento por não terem aproveitado como gostariam o período de faculdade, sendo necessário, durante o cursinho, “correr atrás”. Esse conhecimento acadêmico, sugerem, permitiria a eles um percurso menos dolorido no acesso ao sonhado cargo público.

Contudo, no decorrer das pesquisas, a fronteira entre esses dois universos, supostamente estanques, foi-se redesenhando para mim. Foi ficando evidente que, a despeito da singularidade do processo de formação do concurseiro, há muito mais idêntidades do que diferenças entre o que se ensina nos cursos preparatórios e nas faculdades de Direito. Ora, o fato de manuais de cursinhos e PDF circularem com tamanha desenvoltura para o “universo acadêmico” parece não deixar dúvidas que observar as regularidades entre ambos é condição para compreender onde se separam.

5.2.1.2 O CONHECIMENTO DO DIREITO POSITIVO; UM ACÚMULO DE “DADOS” COMO PREMISSE PARA O EXERCÍCIO PRÁTICO DO DIREITO

O Direito, nos ensina Luhmann, é a instância do sistema social que atravessa os demais subsistemas com a pretensão de regulá-los³; de garantir a eles um ordenamento social duradouro (Luhmann, 1983, p. 7). Tem, portanto, um *caráter normativo e prático*.

Não pode ser tratado, assim, como uma ciência sentido estrito, pois não tem a pretensão de descrever fenômenos, tais como eles se dão, tampouco fazer previsões sobre eventos futuros (Lopes, 2022). De outro modo, tem como escopo disciplinar, generalizadamente, as expectativas normativas, permitindo a interação em sociedades progressivamente mais complexas. Novamente segundo a teoria luhmanniana, as estruturas do sistema jurídico cumprem função determinante na delimitação da dupla contingência, reduzindo a possibilidade de seleção e, consequentemente, permitindo (algum) controle da circulação da comunicação. A tão buscada previsibilidade do Direito pressupõe, desse modo, o compartilhamento, por seus atores, de uma comunicação estruturada que limite a possibilidade de seleção dentro do sistema.

Nesse sentido amplo, o Direito pode ser entendido como uma ciência, pois estabelece uma gramática própria, que fixa limites e condições para a formulação de discursos (Lopes, 2022). Para participar de sua prática, deve o aplicador, independentemente da função que exerce, dominar (em certo grau) essa linguagem. E, como defendido até aqui, não apenas uma linguagem, mas todo um repertório simbólico que ordena/classifica a interação nesse universo.

Esse universo simbólico é adquirido nas nuances cotidianas da interação no mundo dos juristas, nos diversos círculos que lhe estruturam – desde a faculdade até os escritórios de advocacia, órgãos públicos, pós-graduações, festas, posses etc. O aprendizado desse universo, contudo, não possui um conhecimento sistematizado. É participando de uma audiência, ou escutando relatos sobre ela, que se aprende de qual lado do juiz se sentar, como lhe dirigir a palavra ou interrogar uma testemunha, qual roupa vestir.

As grades curriculares dos cursos preparatórios, por outro lado, debruçam-se, notadamente, sobre a transmissão do chamado “direito objetivo”, ou seja, do “[...] conjunto de normas e modelos jurídicos [...] (que)

3. “Sem o direito, nenhuma esfera da vida encontra um ordenamento social duradouro [...] Sempre é imprescindível um mínimo de orientação através do direito, se bem que possam variar o grau de explicitação das normas de direito, e a sua efetividade em termos de determinação comportamental” (Luhmann, 1983, p. 7).

constitui, no seu todo, um sistema global [...] que se denomina *ordenamento jurídico*” (Reale, 2000, p. 189). De forma sintética, ou, melhor dizendo, de forma grosseira, o aprendizado do Direito envolve o estudo das normas, da jurisprudência e da doutrina.

O domínio do Direito objetivo é o que habilita o jurista a *qualificar a juridicidade de uma conduta*, atividade elementar do aplicador do Direito. Em outros termos, a produção de enunciados jurídicos, no bojo do qual a juridicidade de uma conduta é qualificada, impõe ao jurista o acúmulo de conhecimento sobre o Direito objetivo; sobre como a doutrina e a jurisprudência interpretam a aplicação de determinada norma. Nesse sentido, Lopes sugere que o Direito objetivo tem o caráter de “dado”, ou seja, somente pelo acúmulo daquele conhecimento, daquele “dado”, é possível participar da prática do Direito. Veja-se:

O direito como objeto, o direito objetivo de que se fala, tem naturalmente certo caráter de ‘dado’ [...] O estudo do jurista para responder a um caso concreto, como juiz ou advogado, convoca esse direito objetivo e junto com ele o aparato conceitual da doutrina [...] A ciência, ou saber, que conhece esse conjunto de dados, o direito objetivo, não o trata como um objeto a descrever: a descrição que se pretende é para orientar uma ação. Nesses termos, o conhecimento do objeto difere muito da simples observação das ciências naturais. Como veremos mais adiante, podemos observar a natureza ‘de fora’, mas não é possível observar o direito ‘de fora’ da mesma maneira” (Lopes, 2022, p. 7. Grifos meus).

5.2.1.3 O LUGAR PRIVILEGIADO DOS “MANUAIS DE DIREITO” NA CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

O acúmulo do conhecimento acerca do “direito objetivo”, que habilita o jurista a qualificar uma conduta sob o ponto de vista do Direito, tem nos *manuals* um instrumento eficaz – e não por acaso. Se buscarmos o significado de manual no dicionário, encontramos os seguintes conceitos:

- 1 Relativo a mão; manuário.
- 2 Que se executa com as mãos; manuário.
- 3 Que é manobrado ou acionado com as mãos; manuário.
- 4 Fácil de manusear; cômodo, maneiro, manuário.
- 5 Que é facilmente movido ou transportado com as mãos; leve, manuário, portátil.⁴

4. *Dicionário online Michaelis*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2023.

“Facilidade de manusear”, “leveza” e “portabilidade” parecem qualificar com alguma precisão essa específica publicação literária. O manual é aquele tipo de livro em que se supõe um esforço do autor para tornar determinada disciplina mais acessível ao estudante, que, por sua vez, terá maior facilidade em acessar aquele conhecimento. Ao consultá-lo, não esperamos nos deparar com a defesa de uma longa e enfadonha tese sobre concurso público, mas, sim, com um conteúdo de tal maneira organizado que facilite o processo de acúmulo de conhecimento.

O Direito moderno tem, em sua positivação, momento decisivo (Luhmann, 1983; Ferraz Júnior, 2015). A crença na sistematização do conhecimento jurídico, fruto da razão iluminista, faz-se constitutiva do Direito, desde o século XIX, ao menos nos países de influência romano-germânica. Conhecer esses códigos, portanto, torna-se condição para o exercício do Direito, o que ajuda a explicar a importância assumida pelos manuais na circulação desse conhecimento.

Especialmente em disciplinas como o Direito civil e processual civil, penal e processual penal, empresarial e, mesmo, constitucional, o aprendizado se faz pelo domínio dos códigos respectivos, aliados ao conhecimento acumulado pela doutrina e jurisprudência sobre a melhor forma de interpretá-los. Dominá-los, é importante destacar, não significa questioná-los; significa, antes de tudo, apreendê-los para utilizá-los *na prática*.

Evidentemente não se pretende esvaziar todo o possível caráter questionador de manuais individualmente considerados. Apenas sublinhar que seu uso está atrelado a uma forma específica de transmissão de conhecimento que tem no acúmulo de saber, não em uma perspectiva crítica, a sua tônica.

Nos capítulos seguintes, pretendo demonstrar que, do manual aos PDF, não parece haver uma ruptura drástica na forma de apropriação do conhecimento; da sensibilidade (Leão, 2011) instaurada por ambos. Ao contrário: parece haver uma continuidade, em que prepondera uma passividade do tirocínio do Direito.

5.2.1.4 OS MANUAIS E O APRENDIZADO DO “AGORA”

Forma interessante de abordar essa tendência ao aprendizado passivo, pela via dos manuais, é observar como o Direito e a História se articulam *no* e *pelos* manuais. Nesse sentido, se pensarmos em manuais que nos ensinam a sociologia, por exemplo, necessariamente passaremos pelo estudo dos cânones da disciplina. Além de introduzir os clássicos Marx, Durkheim e Weber, os livros costumam abordar autores centrais da disciplina, como Simmel ou Parsons, mostrando como eles dialogam com problemas que

atravessam todo o aprendizado da disciplina (capitalismo, classes, Estado etc.) e com suas novas abordagens (raça, gênero, anticolonialismo).

O tirocínio por meio dos clássicos, portanto, diferentemente do que se dá no Direito, é uma forma de entender como o campo se organiza; como os principais problemas de pesquisa e caminhos epistemológicos, e metodológicos, foram se delineando em diferentes locais e momentos históricos. Veja-se, nesse sentido, como Carlos Eduardo Sell introduz seu livro *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*:

A novidade que este manual propõe é analisar os fundadores da sociologia a partir de um esquema comparativo, permitindo ao leitor perceber os principais elementos que definem esta ciência, a saber:

- *Teoria Sociológica*: métodos de estudo da realidade social;
- *Teoria da modernidade*: interpretações quanto às características das relações sociais em tempos modernos;
- *Teoria política*: discussão sobre os problemas e desafios da vida em sociedade.

A parte central deste trabalho descreve o pensamento dos pioneiros da sociologia a partir deste esquema. No último capítulo, ele é retomado para permitir uma visão de conjunto de suas obras e para viabilizar, nos limites de um material de cunho didático (e sob o ponto de vista do autor), um exercício de reflexão crítica e avaliativa destas teorias (Sell, 2009, p. 13).

Os manuais de Direito, dedicados ao ensinamento do Direito positivo, possuem uma outra relação com a história da disciplina. Em primeiro lugar, têm como objetivo serem consultados no presente, para o uso imediato do aplicador do Direito. Sua relevância prática pressupõe, portanto, a atualidade do conhecimento nele veiculado. Um manual de Direito Processual Civil de 2010, por não conter as novidades da disciplina desde então, provavelmente não será comercializado nem mesmo em um sebo.

Ora, a prática impõe ao profissional um conhecimento atual do Direito positivo, não lhe sendo suficiente dominar apenas as teorias vigentes no passado sobre o tema. Um processualista brilhante à luz do Código de 1973, sem a sua atualização em relação ao novo Código de Processo Civil (CPC), será necessariamente um profissional limitado.

A forma pela qual os manuais abordam a história do Direito também é muito singular. A sempre complexa operação intelectual de “voltar ao passado” costuma não ter como objetivo problematizar uma questão específica e sua abordagem em um dado contexto. De outro modo, o mais comum é a realização de uma “síntese histórica da disciplina”,

uma “evolução” do ramo do Direito que explica o seu atual estágio do aprendizado.

Nesse sentido, um capítulo “da história do direito comercial” que busque sintetizar como, historicamente, a disciplina atingiu aquele estágio, provavelmente adquirirá um viés evolucionista que busca explicar como os institutos são, atualmente, concebidos.

O manual de Direito Empresarial de Waldo Fazzio Júnior, um dos mais vendidos do mercado, apresenta um capítulo dedicado à “síntese histórica”, que busca explicar como a origem da disciplina está vinculada ao desenvolvimento do comércio. Assim, desde a Alta Idade Média até os dias de hoje, seria possível observar como a sistematização das trocas mercantis teria sido acompanhada por um regramento jurídico advindo do Direito (hoje denominado) Empresarial. Repare, especialmente, no uso do conceito “evolução” e no próprio título do capítulo, “síntese histórica”. Veja-se:

Nesse cenário, a *evolução* do comércio, a partir da eclosão das cidades medievais e da burguesia, revela um inegável e natural paralelismo com a do Direito Comercial. A intermediação na troca de bens é o estágio preambular do Direito Comercial, em que já se pode identificar uma atividade profissional organizada promotora da circulação de bens, com fito no lucro. São as primeiras normações criadas para dirimir os conflitos de interesses resultantes daquela atividade.

Contudo, *foi nos séculos posteriores que as práticas mercantis medievais foram sistematizadas*, mercê das compilações estatutárias como as *Consuetudines* (Gênova, 1055), *Constitutum Usus* (Pisa, 1161) e o *Liber Consuetudinum* (Milão, 1216) e das súmulas marítimas de arbitragens [...] (Fazzio Júnior, 2007, p. 3. Grifos meus).

Essa também é a abordagem de outras importantes obras da disciplina. Gladson Mamede, outro campeão de vendas, afirma, no capítulo denominado “síntese histórica”, que as normas jurídicas de controle da propriedade seriam tão antigas quanto o Direito, como podemos observar pela própria arqueologia. Desde o século XXI a.C. poderíamos observar normas voltadas à disciplina do comércio, o que sugere que elas sejam iminentes às sociedades. Veja-se:

As normas jurídicas de controle da propriedade, dos empreendimentos e dos negócios são tão antigas quanto o Direito, o que a Arqueologia deixa claro. Tem-se notícia, hoje, de uma reforma jurídica realizada na cidade de *Lagash*, Suméria (hoje Iraque), no século XXV a.C., na qual o soberano (*ensi*) local, chamado *Ur-Uinim-Enmugina* (ou, como se disse no passado, *Urukagina*), limita a usura e o monopólio. A legislação mais antiga conhecida até agora, as leis de *Ur-Nammu*, do século XXI a.C, vigentes também na Suméria, na cidade

de Ur, já trazem normas que proíbem o cultivo em terras de propriedade alheia, limitam juros e tabelam preços [...] (Mamede, 2006, p. 2. Grifo meu).

O PDF elaborado pelo professor Rodrigo Vaslin para a disciplina de Processo Civil do cursinho Estratégia, que será abordado com mais detalhes à frente, também é representativo do caráter legitimador e evolutivo com que a história do Direito costuma ser abordada em manuais. Segundo o professor, reproduzindo conhecido brocado romano, onde houver sociedade, lá existirá o Direito, que teria uma função (ontológica) de *harmonizar* as relações intersubjetivas, a fim de ensinar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de desgaste. Veja-se:

No Direito, é comum o adágio “ubi societas ibi jus”, isto é, “*onde há sociedade, há direito*”. Tal frase, segundo Ada, Cintra e Dinamarco traz intrínseca a ideia de que o *objetivo do ordenamento jurídico sempre foi harmonizar as relações sociais intersubjetivas a partir do critério do justo, a fim de ensinar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de desgaste*. Visto sob o aspecto sociológico, o Direito, por meio da Jurisdição, é a forma mais efetiva de controle social de todos os tempos, sobretudo da Idade Moderna em diante.

Enfim, *onde há sociedade, há relações intersubjetivas que precisam ser controladas por regras a fim de que o “justo”, seja lá qual for a concepção, prevaleça*.

A *evolução do Direito*, vinda muitas vezes como consequência da própria mudança da sociedade, fez com que aquela passasse por várias fases. Compreendê-las é fundamental para entender o nosso tema – jurisdição (Vaslin, 2022, p. 7. Grifos meus).

As “linhas de continuidade” (Foucault, 2017) traçadas nos manuais de Direito poderiam nos abrir diversos olhares sobre como discursos constroem a realidade que enunciam. Contudo, interessa-nos sublinhar, em relação à forma com que a publicação assume, seu caráter “legitimador” e de “acúmulo de saber” do uso da história. Legitimador porque o aprendizado do Direito Comercial se mostra como *necessário*, uma vez que as sociedades, desde sempre, realizaram comércio – mesma lógica aplicável ao processo civil. Assim, competiria ao Direito regular essa atividade. De “acúmulo de conhecimento” porque a virtude do conhecedor da história do Direito Comercial seria dominar as mais diversas formas com que ele se apresentou nas diversas sociedades.

Consequentemente, como essa forma de abordar o conhecimento possui consequências na formação do campo, objetiva e subjetivamente falando. Ora, como nos mostra Andrea Leão (2011), os livros produzem efeitos e afetos em nossa sociabilidade. Sobre tudo quando lidamos com a inserção de neófitos, normalmente muito jovens, que se iniciam no aprendizado do Direito, universo simbólico que condiciona nosso olhar

sobre o mundo. Nunca é demais lembrar, ademais, que o sistema jurídico se formou por e pelo Estado moderno, o que atribui um significado especial às crenças construídas no campo.

Parece evidente, pois, que o formato de “manual” não convida o leitor à reflexão. Ao contrário, ele o conduz, *passivamente*, a uma trilha de acúmulo de “dados” em que a crítica não está no horizonte. Exatamente por isso, o prestígio do manual não depende da inovação que traz ao campo. Não importa ao autor gozar de um olhar arguto sobre a realidade, que lhe permita observar um fenômeno de forma singular. De outro modo, a sua maior qualidade estará na organização sintética, e acessível, das opiniões proferidas por aqueles que têm o poder de dizer o que é o direito válido no campo.

Essa *passividade* do aprendizado, que já é corriqueira, para não dizer imanente, no processo de formação “acadêmica” do Direito, é uma chave decisiva para compreendermos a formação do concurseiro. Nos itens seguintes, buscarei sublinhar como os manuais são um formato que performatizam a crença na neutralidade do conhecimento jurídico e como é esse conhecimento, supostamente neutro, que habilita o jurista do Estado a se tornar um defensor público ou juiz de direito. Consequentemente, como o próprio Estado aparece à sombra da ritualização de sua própria legitimidade.

5.2.2 OS PDF, MANUAIS E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CIRCUITO

5.2.2.1 LOCALIZANDO OS PDF COMO UMA ENGRENAGEM DO CIRCUITO

Os PDF, como já mencionado, são resumos estruturados das disciplinas que pretendem resumir o conteúdo passível de ser cobrado em uma prova de concurso. Ainda que se assemelhem à boa e velha apostila, utilizada por concurseiros desde a década de 1990, eles estão inscritos no contexto de circulação de bens simbólicos intermediado pela internet, o que, por si só, lhes acrescenta particularidades iminentes. Mas, também, é necessário observá-los dentro do contexto em que são disponibilizados durante a preparação fornecida por um cursinho.

Pois bem. Após matricular no curso *online* do Estratégia, especificamente voltado para a preparação de membros do Ministério Público, escolhi a quais cursos daria prioridade, já que não teria o fôlego dos concurseiros de assistir a todo o material disponibilizado. Como ex-

concurseiro, sei que há um elenco de matérias cuja recorrência em provas, independentemente do certame realizado, tornam-nas mais relevantes. É o caso, por exemplo, dos direitos constitucional e administrativo, exigidos tanto nas provas de técnico do judiciário como para juiz federal, delegado de polícia ou procurador da república.

O Processo Civil, notadamente para os cargos de juristas do Estado, certamente consta nesse *hall* da fama. Matéria que disciplina a relação do Estado com as partes, é condição para o exercício de qualquer atividade que envolva o Judiciário. Exatamente por isso, e pela publicação de um novo CPC, em 2014, alterando todo o tratamento da matéria, dediquei-me com mais afinho a ela.

O curso é ministrado pelo professor Rodrigo Vaslin, que, apesar de muito jovem, por volta dos 30 aos 35 anos, já era aprovado em treze concursos públicos, entre eles três de juiz federal, cabedal indispensável para seu prestígio no meio. O curso Emagis, por exemplo, dedicado às carreiras mais concorridas, explica que aprova mais porque “os professores aplicam com os alunos o mesmo método que utilizaram para estudar para concursos nos quais foram aprovados”⁵.

Em sua primeira aula, ele esclarece que, “antigamente”, não se sabia o que poderia cair em uma prova de concurso. Hoje, ao contrário, o que se cobra em um certame é de domínio público. O que importa para o candidato, portanto, é *dominar esse conteúdo*, no menor tempo possível.

Para dominar o conteúdo, especialmente nos concursos para juristas do Estado, há um consenso entre todos os atores do Circuito: é necessário conhecer a doutrina, jurisprudência e a lei seca, ou seja, os elementos centrais do que, acima, denominei “direito objetivo”. E, para dominar essa “famosa tríade”, é necessário conhecer outro consenso do campo: há que se fazer exercícios. Veja-se, nesse sentido, a apresentação do PDF elaborado pelo professor Rodrigo Vaslin e pela “Equipe Materiais Carreiras Jurídicas”, para os concursos de MPF:

Iniciamos o nosso Curso Regular de Direito Processual Civil para Ministério Público, voltado para englobar absolutamente *TODO o conteúdo necessário* para ser aprovado nesse certame que, sem dúvida alguma, será extremamente difícil.

O presente curso de Processo Civil tem por objetivo ser o material mais completo, abarcando o conteúdo essencial contido nos Manuais do mercado, compilando as informações necessárias e suficientes para a aprovação em concursos públicos, envolvendo (Vaslin, 2022, p. 5. Grifos meus).

5. Disponível em: <https://www.emagis.com.br/home/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

Os exercícios, em primeiro lugar, facilitam a memorização do conteúdo. Mas, também, operam na mensuração do nível do candidato. Consequentemente, possibilitam avaliar a sua evolução, o que é decisivo quando pensamos na equação “tempo-conteúdo”. Facilita, ainda, ao estudante conhecer seus pontos fortes e fracos, direcionando seu estudo futuro e, no dia do exame, a própria realização da prova – já que é sempre recomendável iniciá-la pelas disciplinas de que se tem maior domínio. Por fim, fazer exercícios se torna indispensável porque é por meio deles que se conhece a singularidade de cada banca (Cebbraspe, FGV, FCC etc.), tática imprescindível para o êxito do estudante.

A estratégia dos PDF, elaborada pelos professores dos cursinhos, insere-se nesse contexto. No curso preparatório Estratégia, cada matéria é dividida por temas que acompanham, além da aula *online*, o PDF respectivo, que pode ser baixado pelo aluno a qualquer momento – ficando registrado seu nome, com marca d’água, para evitar a pirataria, vilã número 1 dos cursinhos.

O PDF elaborado pelo professor Rodrigo goza de todas as qualidades exigidas pelo Circuito: clareza, objetividade e “completude”, no sentido de abordar todo o conteúdo passível de ser cobrado em um concurso. Exatamente por isso, o aluno é exortado a não consultar outros materiais além do PDF. Veja-se:

Com essa estrutura e proposta pretendemos conferir segurança e tranquilidade para uma preparação completa, *sem a necessidade de recurso a outros materiais didáticos.*

Digo e repito, o PDF abarcará TUDO o que precisam saber sobre Processo Civil (Vaslin, 2022, p. 5. Grifo meu).

Em relação à clareza e objetividade, o professor Rodrigo segue rigorosamente a mesma estratégia utilizada por seus pares, provavelmente instruídos pelo cursinho. Em primeiro lugar, os parágrafos, em regra, não ultrapassam três linhas. Usa e abusa das cores para chamar a atenção do candidato aos temas mais cobrados, além de quadros explicativos onde são apresentadas também leis e jurisprudência. Por fim, esquiva-se, sempre, de apresentar sua posição pessoal. Empenha-se, por outro lado, em explicar as diferentes posições doutrinárias ou jurisprudenciais sobre um tema, sublinhando aquela que é majoritária – e, portanto, pode ser cobrada em uma prova objetiva.

Ao final de cada explicação, apresenta a(s) questão(ões) de concurso em que se exige o conhecimento ensinado. Ora, é preciso ter em mente que todo o processo de aprendizado tem como objetivo a sua incidência em prova. Em última análise, *o fundamento de legitimidade do processo pedagógico*

é a prova, que, como visto, habilita não apenas o concurseiro, mas todos os atores do Circuito.

Assim, de forma mais radical que os manuais, a “originalidade” do conhecimento produzido, virtude indissociável da atividade acadêmica – e não por acaso exigência mestra para uma tese de doutorado –, não confere prestígio ao autor. Ao contrário. Não se espera que o PDF inove, teoricamente, em qualquer disciplina, mas, sim, que seja capaz de reproduzir as principais discussões do Circuito, de forma ainda mais didática e “descomplicada” que os próprios manuais.

Outra característica dos PDF diz respeito ao tratamento de questões que não apresentam repercussão prática, nem mesmo dogmática, mas são relevantes para concurso, por terem possível incidência em provas: prazos obtidos diretamente da leitura da lei, filigranas pouco relevantes de alguma norma, discussões já superadas no âmbito doutrinário, importância exagerada em temas pouco relevantes.

A apresentação dos PDF, a sua “forma”, também nos permite observar a singularidade do aprendizado para os concursos e, consequentemente, do material elaborado especificamente para eles. Analisando em conjunto os grifos, os quadros explicativos, os tópicos de resumo, as orações diretas e os parágrafos curtos, há toda uma forma de se publicar o conteúdo voltado a facilitar a atividade mnemônica do leitor.

5.2.2.2 LEGITIMAÇÃO DO SABER: A RELAÇÃO CIRCUITO X “EXTRAMUROS”

O prestígio dos PDF, que o fará circular entre o concurseiros, está atrelado à sua objetividade e completude, por um lado. Mas, por outro, ele dependerá da referência aos autores consagrados e decisões dos tribunais mais importantes. Vê-se, portanto, que a despeito da singularidade do conhecimento formulado, o Circuito está atrelado às instâncias “ordinárias” de legitimação do Direito.

Nesse sentido, o professor Rodrigo realiza em seu PDF uma mescla entre os autores clássicos e “contemporâneos” da disciplina. Cita, por exemplo, os consagrados professores Ada Pellegrine e Cândido Dinamarco, ambos oriundos da USP. Mas também faz menção à geração mais recente de processualistas, como Daniel Assunção e Flávio Tartuci.

Contudo, não é apenas o Circuito que faz referência ao regime de validação “acadêmico” do Direito. A relevância que o mercado dos concursos públicos assumiu no Brasil, notadamente com sua exposição pela internet, faz com que seus autores tendam a exercer influência extramuros. Ora, considerando que os juízes, defensores, promotores e procuradores

de todo o Brasil são, em regra, formados nesse universo, parece evidente que os regimes de consagração ali estabelecidos extrapolem os limites do Circuito.

O próprio professor Rodrigo Vaslin Diniz, autor do PDF aqui analisado, lançou recentemente um extenso manual de Direito Processual Civil, publicado pela Casa do Direito. A publicação, já em sua capa, ressalta que está atualizada com as leis e decisões mais importantes de 2022 e que constam quadros sinóticos e questões objetivas de concurso. Trata-se de publicação que se volta ao concurseiro, naturalmente, mas não apenas, como informa o sítio eletrônico da editora⁶:

A pretensão de abarcar tudo que é importante para concursos não retira a excelente oportunidade daqueles que não querem ingressar no serviço público de compreender, definitivamente, o Processo Civil. Portanto, *é um manual também recomendadíssimo para a graduação e aperfeiçoamento na prática jurídica.*

5.2.2.3 UMA PUBLICAÇÃO SEM A OPINIÃO DO AUTOR: A CONSTRUÇÃO DE UM SABER PRETENSAMENTE NEUTRO, QUE APAGA AS DISPUTAS PELO PODER DE DIZER A VERDADE DENTRO DO CAMPO

As fronteiras que separam o “saber acadêmico” do “saber concursal” são, portanto, mais do que porosas: elas se constituem pelo trânsito sistemático de saberes e práticas entre os universos. De todo modo, é possível observar um princípio que caracteriza as publicações “concurseiras”, ainda que também possa estar presente nos “manuais acadêmicos”: a ausência de opinião do autor⁷.

Não porque sua opinião seja, propriamente, irrelevante. Mas, para os propósitos do Circuito, pautado pela equação “tempo-conteúdo” e pelo “imperativo do novo”, não há tempo a perder com opiniões particulares. Importa ao candidato conhecer a “opinião majoritária” e eventuais divergências sobre o tema, que tornam sua resposta em uma eventual prova subjetiva mais rica. Não é útil ao aprendizado eventual digressão do autor sobre o tema, tampouco que o estudante construa o seu próprio entendimento.

Nesse sentido, novamente me valendo do PDF elaborado por Rodrigo Vaslin para o Estratégia, apresenta o professor diversas teorias que

6. Disponível em: <https://www.editoracasadodireito.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2023.

7. Agradeço, aqui, ao professor e juiz Márcio André Lopes Cavalcanti, criador da página Dizer o Direito, quem primeiro me chamou a atenção para este fato, em entrevista para este livro (Cavalcanti, 2022).

buscam explicar a diferença entre o direito público e o privado. Contudo, por inexistir uma doutrina dominante, é sugerido ao concurseiro que conheça cada uma delas, com as respectivas críticas, e apresente-as ao examinador. Veja-se:

Percebe-se, portanto, que não há consenso sobre qual critério seja o melhor. Desse modo, adverte-se que, mesmo com todas as críticas, se advier uma pergunta em prova, é interessante discorrer sobre esses três critérios mais utilizados, bem como sobre a crítica doutrinária que há sobre cada qual (Vaslin, 2022, p. 14).

O curso CP Iuris, recentemente criado, publicou em sua página os cinco principais erros do concurseiro em sua preparação. Dois deles evidenciam à primeira vista o que tenho gastado diversas laudas para tentar explicar⁸.

Os 5 erros de quem decide estudar para concurso

1 – *Fazer resumo.* O resumo é um recurso excelente para estudo, porém é necessário entender o tempo que se leva no desenvolvimento.

A atividade de assistir videoaula, ler e resumir demanda muito tempo.

Passando dessa forma, o CP Iuris possui o artifício para ajudar nos estudos, o nosso próprio recurso de resumo.

2 – *Tornar-se especialista.* Estender seu estudo a uma única matéria não ajuda no momento dos estudos.

Estudar a matéria que mais gostamos é algo fácil e demanda um tempo prazeroso de estudos, porém tratar essa matéria como única e focar somente nela pode atrasar na sua compreensão em outras disciplinas.

Se torne um generalista e não um especialista.

O generalista é aquele que melhor organiza seu tempo para o acúmulo de informações acerca do direito válido, objeto da prova. O aprendizado, portanto, não tem a pretensão de formular um repertório analítico para a melhor compreensão do Direito. De outro modo, o Direito é adquirido como um mito, que funda a si mesmo e não carece de justificação.

Fundamental nos perguntarmos, portanto, o que é constantemente omitido nesse processo de construção de consensos: *quem são os atores com o poder de dizer o que é a “opinião majoritária”*. Reaparece, aqui, com toda a sua força, a crença de que a resposta será encontrada “no próprio direito”, como se nos bastasse ler determinado artigo de lei para sabermos como aquela norma será interpretada.

8. Página do Instagram do CP Iuris (@CPIURIS), publicado em 22 de março de 2023. Acesso em: 23 mar. 2023.

Toda a hierarquia com que o campo distribui o poder de dizer “o que é o direito válido” simplesmente desaparece. Ou, quando ela vem à tona, vem igualmente neutralizada: “o STF decidiu [...]”, como se a Corte pronunciasse o “direito em si”, ontologicamente considerado. O jurista do Estado, assim, é formado em um ambiente em que eventual espaço para críticas se dá apenas em hiatos da dinâmica pedagógica ordinária. O “deixar-se aprender”, pelo acúmulo de conhecimento, é a regra.

A construção de um saber (supostamente) neutro, que esconde como o campo valida os discursos de verdade em seu interior, é decisivo no processo de formação do *habitus* dos juristas do Estado. Mas, também, de forma mais ampla, na circulação do conhecimento e da estruturação hierárquica do campo.

5.2.2.4 O EMPODERAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES REFLETIDONASPROVASDECONCURSO:ODESLOCAMENTO DO CONSENSO SOBRE O QUE É O DIREITO VÁLIDO

O empoderamento dos Tribunais Superiores, nesse contexto, apresenta-se como profícua chave de leitura para desvelarmos como o discurso de neutralidade é formulado no interior do Circuito – e não apenas nele. Mas, também, para observarmos como esse movimento implicou em profunda redefinição das disputas de poder no âmbito do Direito.

Nesse sentido, se observarmos os certames publicados na década de 1990, encontraremos pouquíssima referência sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, situação oposta ao que assistimos atualmente. Observa-se, pois, uma relação evidente entre o empoderamento das Cortes Superiores e sua aparição nos concursos públicos, o que evidentemente não se dá por acaso. A celeridade com que esse fenômeno se deu espanta, mas não menos que sua naturalização. Se, hoje, é condição para a aprovação do candidato o domínio da jurisprudência do STF e do STJ, há muito pouco tempo isso não ocorria.

As provas do Ministério Público Federal, provavelmente as mais prestigiosas do Circuito, são, nesse sentido, um bom termômetro. Como se nota do 19º (abril de 2002) ao 23º (outubro de 2006) concursos, não se observa referência ao posicionamento do STF nos exames de Direito Constitucional⁹. As provas concentravam-se no texto constitucional,

9. As provas do concurso do Ministério Público Federal são organizadas em grupos. O Grupo I contém questões de Direito Constitucional e Direitos Humanos, bem como os direitos administrativo, ambiental, tributário e financeiro. Há, entre as disciplinas, diversos entrelaçamentos de temas. Contudo, para os fins aqui pretendidos, analisei das questões 1 a 15 dos concursos 19º ao 30º, considerando-os como da disciplina Direito Constitucional.

doutrina e nas leis que disciplinam matérias específicas, como as Leis n. 9.868/1999 e 9.882/1999.

A interpretação desse conteúdo pode ter considerado, para além do texto constitucional, eventual posicionamento do STF, como é o caso dos itens 10 e 7, do 21ª e 22º concursos, respectivamente, que versaram sobre o tema “CPI”¹⁰. À época, a Corte havia prolatado uma série de decisões sobre o tema com grande repercussão no universo do Direito. Contudo, a questão, em momento algum, exigiu do candidato que se manifestasse “conforme o posicionamento do STF”.

No 25º concurso, ocorrido em 2011, apenas cinco anos após o 23º concurso, o cenário é outro. A banca reservou um papel de destaque à jurisprudência do STF. As questões 4, 9 e 13 fazem expressa referência a ela. Veja-se¹¹ (grifos meus):

9. LEIA OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I – Considerando que a federação é cláusula pétrea, não é possível a edição de emenda que afete a partilha de competência entre os entes federativos.

II – Existe a possibilidade de controle preventivo de constitucionalidade no caso de proposta de emenda constitucional infringente da cláusula pétrea.

III – De acordo com a jurisprudência do STF, uma emenda constitucional não pode instituir novo limite ao poder reformador, pois seria logicamente contraditório que o poder constituinte derivado pudesse limitar o exercício do próprio poder constituinte derivado no futuro.

IV – Para o Supremo Tribunal Federal, as emendas às constituições estaduais não podem criar novos órgãos públicos no Estado-membro.

São corretas as respostas:

[...]

A despeito da importância da jurisprudência do STF, em 2011, sua cobrança não foi tão sistemática como em novembro de 2022, no último certame para o cargo, que realizei como parte desta pesquisa. No 30º concurso para procurador da república, desde a segunda questão de Direito Constitucional já se exigia do candidato o conhecimento expresso do entendimento do STF, em julgado datado do ano anterior à prova, retratando a importância do “imperativo do novo”. Veja-se:

c) () No ano de 2021, o Supremo Tribunal Federal fixou a

10. O enunciado da questão assim dispunha. “As comissões parlamentares de inquérito, em conformidade com a Constituição da república [...]”.

11. O Ministério Público Federal disponibiliza as provas para os seus concursos em <https://www.mpf.mp.br>. Acesso em: 8 ago. 2023.

seguinte tese: “É inconstitucional a aplicação do preceito secundário do artigo 273 do Código Penal, com a redação dada pela Lei 9.677/1998 - reclusão de 10 a 15 anos - à hipótese prevista no seu parágrafo 1º-B, inciso I, que versa sobre a importação de medicamento sem registro no órgão de vigilância sanitária. Para esta situação específica, fica reprimido o preceito secundário do artigo 273, na redação originária - reclusão de um a três anos e multa”. A lógica subjacente a esse desfecho assemelha-se àquela da técnica da sentença substitutiva, espécie do gênero das sentenças intermediárias de constitucionalidade.

d) () *Segundo a jurisprudência do STF*, embargos de declaração não têm idoneidade para transformar um acórdão ex nunc em um provimento jurisdicional ex tunc, porquanto a modulação de efeitos não traduz hipótese de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Todas as questões seguintes, em alguma medida, exigiram o conhecimento da jurisprudência do STF, com exceção da de número 7, que arguiu ao candidato o conhecimento do texto expresso da Constituição, e à de número 12, que indagava sobre atribuições específicas do cargo de procurador. Nas demais disciplinas e grupos da prova, os precedentes do STF e do STJ foram, igualmente, a todo momento exigidos.

Se entre 2011 e 2022 há uma ruptura visível, ao retornarmos aos certames ocorridos entre esse período (do 25º ao 30º) observamos que já era possível notar a centralidade da jurisprudência do STF na prova de Direito Constitucional. O 29º concurso, por exemplo, dedicou duas questões exclusivamente ao tema. Veja-se, nesse sentido, os enunciados respectivos:

4. DE ACORDO COM O STF, É INCORRETO O SEGUINTE ENTENDIMENTO

[...]

10. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA NO ENTENDIMENTO DO STF:

[...]

Mas, em grande parte das questões, ainda que não dedicadas exclusivamente à jurisprudência do STF, exigia-se o conhecimento específico do candidato sobre o tema:

8. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO CORRETOS:

I – O STF entendeu que a vedação constitucional à discriminação entre filhos não alcançava inventários pendentes, de pessoas falecidas antes da promulgação da CF/88, tendo em vista o princípio de que a sucessão deve ser regida pelas normas vigentes à época do óbito.

II – Para o STF, a vigência e a eficácia de uma nova

Constituição implicam a supressão da existência, a perda da validade e a cessação da eficácia da anterior Constituição por ela revogada, não se cogitando indagar da recepção de preceitos constantes da Carta Política anterior.

III – Considerando que determinadas alterações impostas pela nova ordem constitucional demandam tempo para a sua implementação, o STF já consentiu com a manutenção provisória de normas anteriores à Constituição de 1988 e com ela incompatíveis.

IV – O STF não admite a figura da repristinação constitucional tácita, o que significa dizer que, se uma norma é editada de forma contrária à Constituição, a superveniência de emenda constitucional com ela compatível não lhe convalida o vício de origem (Grifos meus).

Dentre as incontáveis razões para a pouca importância da jurisprudência do STF como objeto do concurso, um fato é relevante a esta pesquisa, por tocar diretamente um dos princípios que disciplina o Circuito: a incipiente circulação da jurisprudência da Corte e os riscos que a falta de sistematicidade desse conhecimento ensejava ao princípio da objetivação do conhecimento.

Os informativos do STF, hoje principal meio de comunicação das decisões da Corte ao seu público, foram criados em 1992. Antes disso, o acesso aos precedentes do Tribunal se dava pelas *Revistas Trimestrais de Jurisprudência* (RTJ) – que, como o título sugere, eram publicadas a cada três meses. Ou, então, pelo encaminhamento de carta à Corte requerendo uma pesquisa específica.

Mesmo os Informativos de Jurisprudência, publicados ainda na década de 1990, eram incipientes em seu conteúdo. A profissionalização da publicação pressupôs o tempo e se deu, concomitantemente, ao aumento de seu acesso ao público. Ora, a importância do STF pressupõe que suas decisões sejam conhecidas pelos seus destinatários, notadamente os juristas. Não existe poder que não se faça conhecer ao seu destinatário.

Toda essa insegurança sobre a efetiva publicização e circulação do entendimento do Supremo é incompatível com a objetivação do conhecimento exigido pelo Circuito. Atualmente, com a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, sobretudo por meio dos chamados “temas de repercussão geral” do STF ou “julgados repetitivos do STJ”, torna-se imperativo ao candidato acessar o conteúdo, amplamente disponível ao público.

Mas, sobretudo, a importância assumida pelas decisões do STF nas provas de concurso está atrelada a uma redefinição do saber legítimo dentro do Direito. Está em questão, em última análise, como o Circuito

reflete, e participa, do empoderamento da jurisprudência como instância de consagração do poder de dizer o Direito válido.

A aparição das decisões do Supremo nas provas, ressalte-se, é (apenas) o aspecto visível de como a jurisprudência passa a compor o universo do Circuito. Contudo, antes de os examinadores do Cebraspe (antigo Cespe) ou da FGV exigirem a questão nos certames, os concurseiros, professores, cursinhos e editoras já participaram desse novo engendramento da arquitetura do saber válido no interior do Direito: os cursinhos realizam aulas específicas, os professores ministram disciplinas, as editoras publicam livros, os concurseiros se aprofundam no tema.

Sublinhe-se, por fim, que a pouca importância da jurisprudência do STF, antes deste milênio, também era observada na doutrina. Se foliearmos um livro de Pontes de Miranda, como seus Comentários à Constituição de 1946 ou de 1967, não encontramos referências consistentes ao Supremo Tribunal Federal, imperativo inafastável de qualquer publicação que aborde o Direito Constitucional atualmente. O autor, refletindo o seu tempo, fazia referência sobretudo aos seus pares, notadamente os estrangeiros. O domínio da literatura americana, alemã, italiana, francesa e inglesa se fazia muito mais relevante do que o conhecimento dos julgados do STF.

5.2.3 “O IMPERATIVO DO NOVO”

5.2.3.1 O “NOVO” COMO FATOR DE DISTINÇÃO

A elaboração dos PDF, como visto, pressupõe um amplo domínio do conhecimento do que circula no universo dos concursos. Esse conhecimento exige uma atualização cotidiana das novas decisões, teorias e leis que pululam diariamente nos diários oficiais, livros e páginas da internet. Apenas para se ter uma ideia, o STF e o STJ elaboram, semanalmente, informativos sobre sua jurisprudência, em que o entendimento sobre determinado tema pode se alterar do dia para a noite. Os professores de cursinho, faça chuva ou faça sol, serão chamados por seus alunos a explicar, dentro de suas respectivas disciplinas, as decisões proferidas pelos tribunais superiores.

O amplo universo das inovações jurisprudenciais, contudo, é apenas um aspecto daquilo que, sabemos, poderá se alterar semana a semana no universo do Circuito. A produção editorial joga no mercado incontáveis livros novos que veiculam novas teorias com autores ávidos a se tornarem questão de prova. Igualmente, as atualizações legislativas são cotidianas, muitas vezes com mudanças radicais no que se entendia como verdadeiro em determinado ramo do Direito. É o caso do novo Código de Processo

Civil, das novas leis de licitações, de improbidade administrativa, de falência, de proteção de dados, da reforma tributária, além dos desmontes trabalhista e previdenciário.

O “imperativo do novo” torna-se, assim, um motor da produção de conteúdo no Circuito e um dos fatores de distinção de seus atores. Consequentemente, torna-se um valor a ser perseguido por todos os que buscam o êxito por meio do concurso público. Além dos professores e concurseiros, a qualidade das bancas também é mensurada pela atualidade das questões por ela suscitadas. Exige-se das grandes organizadoras que recrutem examinadores habilitados a conhecer a fundo o conteúdo circulante no Circuito, como visto em relação ao 30º concurso do MPF, que cobrou dos candidatos conhecimento da jurisprudência do STF publicada no ano anterior à prova.

Do mesmo modo, os cursinhos são obrigados a produzir conteúdos diários que os diferenciem em relação à sua concorrência: frases e textos motivacionais, cursos sobre atualização das novas leis, *marketing* inovador, páginas nas redes sociais dinâmicas e interativas. A importância da inovação é tamanha que o Estratégia mantém, na página do aluno, um ícone denominado “Novidades do Estratégia”, que necessariamente é visto pelo concurseiro ao realizar seu *login*. Mais do que informar, a empresa busca mostrar ao seu público seu compromisso com o novo.

A velocidade no trânsito de informações do mundo virtual tornou-se um instrumento decisivo também para as editoras jurídicas, como já analisado. Sobretudo em razão das novidades que os novos meios de publicação oferecem ao aluno – PDF, vídeos, *podcasts*. A atualização anual dos principais manuais e *vade mecum*, os novos formatos de mídia utilizados para a circulação do conhecimento, *e-books*, vendas *online* (*e-commerce*) são formas pelas quais as editoras buscam acompanhar a velocidade alucinante do meio digital, por onde também navegam suas concorrentes.

5.2.3.2 CORRE, PROFESSOR, CORRE

Não parece ser por acaso, portanto, que a pouca idade seja uma das marcas dos atores do Circuito, sobretudo dos professores. Ora, acompanhar o espírito que cerca o universo dos concursos, marcado pelo “imperativo do novo”, exige do profissional dedicação absoluta. O ritmo das aulas é alucinante, coerente com o “princípio da acumulação”. Os alunos são extremamente exigentes, pois têm um objetivo imediato a atingir, além de serem igualmente conhecedores das atualizações cotidianas que os cercam. Além de tudo isso, a digitalização do Circuito impõe aos docentes o domínio razoável do universo digital, em que as novas gerações são naturalmente

inseridas. Notadamente para a elaboração dos PDF, organização das aulas em complexas plataformas e a manutenção de uma página pessoal nas redes sociais.

No curso voltado ao Ministério Público fornecido pelo Estratégia, que acompanhei, a grande maioria dos professores e *coaches* se situava entre os 30 e 45 anos de idade. Uma única disciplina era ministrada por um docente um pouco mais experiente, provavelmente na casa dos 55. Seu extenso currículo dedicado ao Circuito parecia habilitá-lo a ocupar aquele posto.

A pouca idade dos atores do Circuito não se limita aos docentes vinculados aos cursinhos. Luciane Antunes, que dispõe de página dedicada a ensinar sobre aprendizado acelerado, que será analisada a seguir, não parece ter atingido os quarenta anos, idade provável de Anderson Paiva – que também terá a página analisada nesta pesquisa. Pablo Stolze e Rogério Sanches, veteranos que estavam presentes na fundação dos cursos LFG, em 2002, não chegaram aos 50 anos.

Por outro lado, o Circuito parece impor aos seus professores um requisito tácito de legitimação: a aprovação prévia em concursos. Por isso, comumente, antes do início dos cursos, o docente se apresenta relacionando os certames em que ele fora aprovado, ritual repetido pelos *coaches* – que, em regra, contam com aprovações menos nobres. Não se trata, como se supõe à primeira vista, de uma relação lógica, pois é evidente que grandes juristas, que jamais tenham realizado concursos públicos, podem ser grandes professores. É o caso de Fredie Didier Júnior. Mas o sucesso em exames pretéritos sugere que o profissional trilhou um caminho para o qual ele, agora, tem o mapa, pelo qual os seus alunos ascenderão ao tão almejado posto.

5.2.3.3 O RÁPIDO PRESTÍGIO

Mas se o esforço para se obter o reconhecimento exige muita dedicação do professor, é preciso sublinhar que poucas profissões admitem um reconhecimento com tamanha dimensão em tão tenra idade. O prestígio nacional propiciado pelos grandes cursos preparatórios faz do docente, ainda na casa dos trinta anos, uma quase celebridade, o que é improvável em outras áreas, sobretudo do Direito. Um grande advogado, juiz ou professor universitário necessita, normalmente, de décadas de dedicação para lograr notoriedade semelhante.

O célere reconhecimento pode ser observado mesmo em cursos preparatórios de pequeno e médio porte que, progressivamente, vão disponibilizando seu conteúdo pela *web*. A circulação de aulas pela

internet pode vir a garantir grande notoriedade ao professor. Essa possível visibilidade é um dos fatores que torna a carreira de professor de cursinho objeto de desejo.

Pensemos nas universidades públicas, por exemplo, espaço de consagração mais tradicional de nosso universo intelectual. A carreira de professor, organizada em níveis hierárquicos, impõe uma série de requisitos para a ascensão funcional. O cargo de “professor titular”, o mais alto da estrutura, tem como pré-requisito o acúmulo de longa experiência na trajetória docente, além de publicações que, espera-se, tenham inovado no campo. No universo acadêmico, portanto, tornar-se uma referência nacional pressupõe idade, ao contrário do que se dá no Circuito.

5.3 CORPO SÃO, MENTE SÃ: RELIGIÃO, TERAPIA, ESPORTE E AULA

5.3.1 O PODER INCIDE SOBRE O CORPO. A SINGULARIDADE E A HISTORICIDADE DAS TECNOLOGIAS DO CIRCUITO NA NORMATIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CONCURSEIRO

Não desista! *Cansaço, fadiga e desânimo são sintomas de esforço, não de cansaço* (Página do Instagram do Gran Cursos Online. Acesso em: 10 mar. 2023. Grifo meu).

Estude e, quando cansar, *descanse para depois estudar mais. É o equilíbrio* que vai transformar seus sonhos em realidade (Página do Instagram do Gran Cursos Online. Acesso em: 10 mar. 2023. Grifos meus).

O desenvolvimento da ciência da aprendizagem¹² interessa, de perto, a todo o competitivo caminho de acesso às instâncias legitimadoras do saber no Brasil – acesso esse que é marcado pela desigual distribuição de capitais entre os concorrentes. Os vestibulares, as provas da OAB e os concursos públicos são alguns dos processos seletivos cuja concorrência impõe aos candidatos longos períodos de imersão no aprendizado, que pode ser acelerado por meio de técnicas específicas.

12. “As Ciências da Aprendizagem são uma nova área de pesquisa interdisciplinar que estuda como as pessoas aprendem e como melhorar a aprendizagem, combinando conhecimentos de educação, psicologia, sociologia, computação, *design* e mineração de dados. Queremos trazer esse novo campo do conhecimento para o Brasil, berço de grandes educadores como Paulo Freire e Anísio Teixeira”. Esse conceito consta no *site* Ciências da aprendizagem Brasil, que é mantido por um grupo de pesquisadores multidisciplinares vinculados à Universidade de Columbia, por meio de seu *transformative learning Technologies lab*. Disponível em: <https://www.cienciasdaaprendizagem.org/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

legitimidade da dominação¹⁷, deslocando-a da mera crença na “consagração da lei”, e situando-a no processo dialógico em que todos somos chamados a participar, a construção das “condições ideais do discurso” – que torna o processo deliberativo legítimo – tematiza o debate, não o corpo dos interlocutores.

O mesmo se observa se adentrarmos na grande disputa teórica, ainda vigente no Brasil, envolvendo Dworkin e Alexy. O juiz Hércules, por exemplo, nos permite observar, de forma muito arguta, a dinâmica da construção discursiva do Direito. Mais especificamente, como o Direito é o exercício de uma atividade construtiva, em que o magistrado, membro de uma comunidade interpretativa, está inserido em um duplo movimento: olhando para a história, deve dar à prática a sua melhor interpretação e, olhando para o presente/futuro, ao escrever um novo capítulo para esse romance, por meio de sua sentença, justificá-la da melhor maneira possível. Veja-se, nesse sentido, a apresentação de *O império do direito*:

[...] o raciocínio jurídico é um exercício de interpretação construtiva, de que nosso direito constitui a melhor justificativa do conjunto de nossas práticas jurídicas, e de que ele é a narrativa que faz dessas práticas as melhores possíveis. Segundo esse ponto de vista, a estrutura e as restrições que caracterizam o argumento jurídico só se manifestam quando identificamos e distinguimos as diversas dimensões, frequentemente conflitantes, do valor político, os diferentes fios entretecidos no complexo juízo segundo o qual, em termos gerais e após o exame de todos os aspectos, uma interpretação que torna a história do direito a melhor de todas (Dworkin, 1999, p. XII. Grifos meus).

O juiz Hércules, como seus pares, atua por meio da linguagem, não possuindo um corpo – ainda que se reconheça todo o esforço que Dworkin opera na recuperação dos fatos como ponto nodal da prática do Direito. A tradição alexyana¹⁸, em sua pretensão de construir uma teoria da

17. Segundo Habermas, a teoria da ação comunicativa encontra importância fundamental quando, por intermédio do agir comunicativo, determinadas pretensões de validade são generalizadas, transformando-se em normas jurídicas, se tornando, então, mecanismo de coordenação social. Em outras palavras, quando as “forças ilocucionárias das ações de fala assumem um papel coordenador na ação, a própria linguagem passa a ser explorada como fonte primária de integração social” (Habermas, 2003, p. 36). Ou seja, na medida em que atores sociais se propõem a deliberar e harmonizar, num espaço público, a respeito das normas com as quais eles pretendem se autorreger, os atos da fala se transformam em coordenadores da ação. A validade pretendida por estas normas criadas a partir do processo comunicativo tem, portanto, o poder de transcender o espaço e o tempo presente, vinculando para o futuro. Porém, esse direito então em vigor, cuja legitimidade reside exatamente na produção de suas normas por meio de uma democracia deliberativa, será a todo momento objeto dessa mesma democracia, que o colocará, sempre que necessário, em debate no espaço público (Habermas, 2003).

18. Em *Teoria da argumentação jurídica*, Alexy afirma que seu problema é a “argumentação racional”, que interessa não apenas a filósofos, como a todos os juristas. Segundo o autor,

argumentação que assegure a racionalidade ao Direito, também se centra no processo discursivo do Direito, sendo o corpo dos juristas um não-problema.

Apontar o abandono do corpo pela dogmática e pela teoria do Direito nos permite desvelar importante característica da construção da racionalidade do Direito: a crença em sua universalidade; em seu destino inexorável de formular enunciados verdadeiros. Se compete ao Direito dizer o que é a vontade do Estado, que disciplina simbolicamente o que é o bom, o bem e o lícito, parece natural a pretensão de descorporificar essa enunciação que funda questões elementares de nossa sociabilidade. Contudo, basta caminhar pelos fóruns Brasil afora, pelas associações e congressos dos mais prestigiosos juristas do país, para sabermos que há uma gestão muito eficiente sobre os corpos dos juristas.

Obviamente, não se está abdicando da centralidade que a linguagem opera para o universo jurídico. De outro modo, pretende-se sublinhar que a linguagem é uma prática social estruturada (Bourdieu, 2001)¹⁹, que não opera apenas o trânsito de signos cognoscíveis entre interlocutores. Ela está inscrita em realidades que distribuem, desigualmente, a legitimidade sobre quem pode reclamar a legitimidade de dizer o que é o Direito. E o corpo é constituído dentro dessa trama de relações. É ele, portanto, um dos pontos centrais da construção das assimetrias que disciplinam o uso da linguagem e do direito de ocupação dos espaços de poder: quem pode chegar ao posto de ministro do STF? Apontar as exclusões racial, regional, de gênero, de classes como constitutiva do que entendemos, hoje, por Direito, pressupõe olharmos como as normatividades que disciplinam esse universo constituem os corpos que o operam.

O Circuito dos concursos, que formará atores decisivos da prática do Direito, não nos permite, como as teorias supramencionadas, abstrair do corpo do jurista. Ao contrário, aponta, a todo momento, como ele é inteiramente marcado pelas relações de poder que o constituem. A profissionalização dos concursos evidencia como técnicas voltadas

“da possibilidade da argumentação jurídica racional dependem não só o caráter científico da jurisprudência, mas também a legitimidade das decisões judiciais” (Alexy, 2001, p. 1). O autor buscará, portanto, analisar duas questões centrais: a) O que se deve entender por argumentação jurídica racional; b) Em qual contexto ela é possível. Para alcançar seu objetivo, o filósofo do Direito irá, na primeira e segunda partes do livro, elaborar uma teoria da argumentação prática geral, para, em seguida, adentrar na teoria da argumentação jurídica.

19. “Tout acte de parole et, plus généralement, toute action, est une conjoncture, une rencontre de séries causales indépendantes: d’une côté les dispositions, socialement façonnées, de l’habitus linguistique [...] de l’autre, les structures du marché linguistique, que s’impose comme un système de sanctions et de censures spécifique” (Bourdieu, 2001a, p. 60). “Todo ato de fala e, mais geralmente, toda ação, é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições socialmente moldadas do *habitus* linguístico [...] de outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõe como um sistema específico de sanções e censura” (tradução minha).

(supostamente) apenas ao “aprendizado do direito positivo” não se limitam a habilitá-lo a produzir um discurso racional. De outro modo, preparam o concurseiro para prova e, concomitantemente, o inserem no universo simbólico do Direito, de um modo geral, e das carreiras, em especial, em que o corpo é, sistematicamente, tematizado.

Interessa-nos observar esse fenômeno sob duas óticas. Em primeiro lugar, em como o Circuito tem ascendência sobre o corpo do concurseiro – e, novamente, não apenas dele, mas também do professor de cursinho, do *coach* etc. A crença na restrição aos momentos de lazer, a abdicção das relações pessoais, a formalidade no uso da língua são tão imprescindíveis para o desenvolvimento do Circuito, tal qual hoje o observamos, como a nacionalização dos cursinhos e das editoras de Direito.

Em segundo, para mostrar que, a despeito de suas singularidades, a adequada compreensão da ideologia do Circuito não pode prescindir de enxergá-lo em um movimento histórico mais amplo, em que o neoliberalismo se constitui como processo de subjetivação dominante.

5.3.2 A DISCIPLINA SUPERA A INTELIGÊNCIA E VAI ALÉM DA MOTIVAÇÃO. A *ARETÉ* NEOLIBERAL

5.3.2.1 “A DISCIPLINA SUPERA A INTELIGÊNCIA”

Todo mundo é capaz de superar os obstáculos, depende da vontade de cada um²⁰.

“O segredo do sucesso é a constância no objetivo.” Essa frase é atribuída, em *sites* da internet, a Benjamin Disraeli. Independentemente de sua verdadeira autoria, ela foi utilizada pelo curso Estratégia, como *marketing*, e por diversos professores em suas páginas pessoais, como recurso motivacional para os concurseiros. Ela nos interessa, sobretudo, porque sintetiza a lógica que atravessa o Circuito dos concursos: a disciplina é a chave do sucesso, não a inteligência ou a motivação para assumir um cargo.

O grande concorrente do Estratégia, provavelmente, é o Gran Cursos *online*, cujos proprietários aparecem, com frequência, nas mídias da empresa. Gabriel Granjeiro, filho do professor José Granjeiro, que fundara o Gran Cursos (“presencial”), possui um *blog* particular em que publica textos com o escopo de motivar os alunos. Consequentemente, de atrair novos. Os

20. Epígrafe utilizada por Gabriel Granjeiro no texto “A motivação supera a Inteligência”. O autor não cita a autoria da frase. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2023.

artigos ali publicados, como em geral os que circulam no Circuito, adotam o *ethos* da disciplina como o núcleo do sucesso do concurseiro – e, em geral, da vida. Alguns dos títulos de seus artigos²¹ deixam clara essa convergência entre disciplina e sucesso:

A motivação supera a inteligência
Comprometimento não aceita meio termo
Nada supera o trabalho
A disciplina do rei Pelé
Zona de (des)conforto

De todos os consensos que constituem o Circuito, a virtude da “disciplina” é a mais exortada, ainda que assuma contextos não tão precisos como o que pretendo aqui descrever. A disciplina pressupõe a inserção do concurseiro em um modo de vida, por meio do qual o candidato ascende às condições que lhe garantem a aprovação. Há, portanto, uma ressignificação da crença no domínio da razão sobre o corpo/emoções, com o objetivo de vencer as limitações físicas que nos são imanescentes, como o sono, a concentração ou o simples desejo do ócio. A página de Instagram <mentores_do_sucesso> tem entre suas publicações um vídeo em que um homem negro, no alto de um púlpito, fala ao seu público, provavelmente de alunos:

Somente os disciplinados são livres na vida. Se você é indisciplinado, você é um escravo do seu humor, você é um escravo de seus desejos. A melhor hora para plantar uma árvore foi há 25 anos atrás. A segunda e melhor hora é agora. Plante a semente da disciplina²².

Diferentemente de Kant, que vinculava a liberdade ao domínio dos desejos pela razão prática, por meio dos famosos imperativos categóricos, agora é a disciplina que se coloca como vetor último da moralidade. Dela depende o domínio da mente sobre nosso empedernido corpo, que se mantém inflexível em seu papel de nos desvirtuar do caminho do bem.

A meditação, o exercício físico, o controle em relação ao álcool ou às saídas de fim de semana, a resignação das reprovações nos certames: o Circuito valida diferentes técnicas que, a despeito de sua heterogeneidade, pavimentam uma determinada normatividade que se impõe sobre o candidato, tendo como premissa a crença do controle do indivíduo sobre suas escolhas e, portanto, sobre seu futuro. O acesso ao conhecimento *concursal*, que separa e distingue os escolhidos, pressupõe o desenvolvimento de técnicas de “domínio de si” (Foucault, 2013), em que o próprio indivíduo

21. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2023.

22. Página <mentores_do_sucesso>. Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com>. Acesso em: 26 abr. 2023.

participa da sujeição de seu corpo para a obtenção da virtude socialmente compartilhada.

5.3.2.2 O MÉRITO COMO RESULTADO DA DISCIPLINA E DO CONHECIMENTO: A EXORTAÇÃO À “RESPONSABILIDADE DO INDIVÍDUO SOBRE SI”

A fórmula da disciplina, além de motivar os concurseiros a exercerem um “domínio de si”, opera como legitimação de todo o Circuito, pois, supostamente, apagaria as diferenças que constituem os candidatos, em um país marcado pela exclusão. Ora, a todo candidato seria possível render-se à disciplina. A disciplina asseguraria ao vencedor o mérito de sua vitória. Em outros termos, o mérito pressuporia uma longa jornada de entrega do candidato à disciplina, não estando atrelado apenas à condição intelectual do concurseiro e ao capital educacional/cultural que ele acumulara durante toda a vida. Em última análise, a promessa de “igualdade de acesso”, ínsita aos concursos, e o “discurso do mérito” se constroem reciprocamente.

Contudo, evidentemente, o discurso da “disciplina” encobre as disposições que são assimetricamente distribuídas no mundo social para se ascender ao capital social/educacional. Por um lado, em como o capital educacional/cultural de determinadas classes sociais são reconhecidas como legítimas e, portanto, mais valorizadas que outras. A consagração da chamada MPB, em detrimento dos ritmos musicais advindos de ambientes rurais ou periféricos, é um exemplo do fenômeno (Alonso, 2015). Por outro, em como o pertencimento a classes cuja cultura é imposta como legítima torna o seu aprendizado algo mais natural, o que facilita sua absorção (Bourdieu, 1989). O “hábito do estudo”, por exemplo, se desenvolve com muito mais facilidade nos extratos sociais em que a criança/adolescente dispõe de condições de desenvolvê-lo, seja por estudar em escolas que lhe garantem essa possibilidade, seja por crescer em famílias em que atividades de cunho intelectual estão mais disponíveis (Bourdieu, 1989). Tudo isso, claro, sem contar as diferentes condições sociais de acesso às mercadorias disponíveis no Circuito, decisivas para a aprovação nesse concorridíssimo universo.

De todo modo, o que se busca sublinhar é que, diferentemente das políticas públicas redistributivas, que se norteiam pelo princípio do bem comum, a “disciplina do mérito” é indissociável da crença da responsabilidade do indivíduo sobre si. Ela pressupõe e constrói um mundo social em que a disputa de todos contra todos está no núcleo da sociabilidade humana. Ela se constitui a partir da máxima neoliberal de que o que importa ao Estado

não é prometer igualdade a todos, mas garantir uma “mobilidade maior e mais justa” (Sandel, 2020, p. 127).

5.3.2.3 A DISCIPLINA TAMBÉM COMO RESILIÊNCIA

A disciplina recebe uma leitura específica no universo do Circuito: movido pelos princípios da “acumulação” e “imperativo do novo”, há que se ter disciplina para acessar esse conhecimento exigido pelas provas. Dominar o amplíssimo universo das disciplinas cobradas impõe ao candidato dedicação profunda ao modo de vida concurseiro. Nesse contexto, a resiliência com as reprovações, que provavelmente se acumularão na vida do concurseiro, é um capítulo à parte na construção dessa virtude. Lidar com as derrotas não requer apenas força de vontade, pois o estudo é uma atividade não remunerada que exige do estudante encontrar outros meios de sobrevivência – e essa é uma das grandes diferenças entre aqueles que têm e os que não têm recursos durante a empreitada.

O curso Ênfase publicou *post* de Ana Lídia Mello representativo de alguns aspectos da construção da resiliência em relação às reprovações:

Caro(a) concurseiro(a), na sua trajetória até a aprovação, inspire-se na natureza: ela não dá saltos, mas com persistência e constância, evolui e chega a resultados grandiosos (Instagram do curso Ênfase, reproduzindo *post* de Ana Lídia Mello. Acesso em: 10 mar. 2023).

No *post*, vemos como é indissociável da tarefa dos mais diferentes atores do Circuito trabalhar com a resiliência do concurseiro. Espera-se que os professores ocupem esse lugar de incentivadores de seus alunos. Em segundo lugar, há uma relação inextrincável entre disciplina e constância. A referência à natureza busca trazer essa naturalização das reprovações como parte do processo.

Novamente, observa-se como a disciplina opera também nos demais atores do Circuito, ainda que o discurso se direcione apenas ao concurseiro. Eu realmente acredito nos textos de Gabriel Granjeiro em que afirma que trabalha de segunda a segunda, até quatorze horas por dia²³. Tanto ele, como os profissionais que o cercam. Ora, sua grande empresa precisa, cotidianamente, estar atenta aos novos certames, preparando cursos para cada um deles. É imperioso que acompanhem cada reclamação de aluno,

23. “Então, nos últimos 10 anos, trabalhei uma quantidade absurda de horas. Tem sido uma década de dedicação quase absoluta à empresa, de segunda a segunda, 14 a 16 horas por dia, rotina que só vim a flexibilizar depois que conheci a Vivi – assim mesmo, só porque as coisas já tinham melhorado um pouco e a empresa já contava com uma estrutura maior. Não recomendo a ninguém o que fizemos, Rodrigo e eu, mas não havia alternativa. Era isso ou deixar a companhia afundar”. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2023.

que vai desaguar no “reclame aqui”; que interajam cotidianamente em suas mídias sociais etc. O mesmo ocorre com os professores, também encurralados nesse processo de atualização constante. Assim, o *espírito* que mantém acesa a chama do concurso move a todos, ainda que tenha como ator principal o concurseiro.

5.3.2.4 A DISCIPLINA COMO VIRTUDE DE ELITES

Ex-vendedor de pipoca superou dificuldades, prestou cerca de 70 concursos e venceu aos 46 anos (*Site do curso RSC Online*. Entrevista do professor Rogério Sanches ao aprovado no concurso de juiz do TJRO Robson José dos Santos).

Como se verá no capítulo 6, a disciplina não é um valor que se cultiva apenas no Circuito. Ao contrário, ela se coloca como princípio motor do processo de subjetivação neoliberal. O indivíduo neoliberal é exortado a estabelecer suas relações intersubjetivas, e consigo mesmo, a partir dos princípios que devem reger uma empresa: a racionalização dos meios de produção com vistas à ampliação do lucro. O empreendedor, tipo-ideal desse sujeito, se pauta pela disciplina, pelo controle de seu corpo, de suas emoções, de seu foco. O Circuito, portanto, ao erigir a disciplina como a suma-virtude, está em absoluta consonância com o espírito dominante em seu tempo.

Contudo, ao contrário das promessas ventiladas pelo Circuito, em especial, e pelo neoliberalismo, em geral, não há “igualdade” no acesso à virtude “disciplina”. Ao contrário. Um trabalhador manual, que balance horas a fio nos precários meios de transportes de nossas capitais, pode ter foco e esforço; pode bater seu cartão pontualmente. Mas, ainda assim, não gozará da virtude moral respectiva, pois, como na Grécia, trata-se de uma *areté* que é indissociável da condição de elite:

Tanto em Homero como nos séculos posteriores, o conceito de *arete* é frequentemente usado no seu sentido mais amplo, isto é, não só para designar excelência humana, como também a superioridade de seres não humanos: a força dos deuses ou a coragem e rapidez dos cavalos de raça. *Ao contrário, o homem comum não tem arete* e, se o escravo descende por acaso de uma família de alta estirpe, Zeus tira-lhe metade da *arete* e ele deixa de ser quem era antes. *A arete é o atributo próprio da nobreza [...] Senborio e arete estavam inseparavelmente unidos [...] Homero entende por arete as qualidades morais ou espirituais. Em geral, de acordo com a modalidade de pensamento dos tempos primitivos, designa por arete a força e a destreza dos guerreiros ou lutadores e, acima de tudo, heroísmo, considerado não no sentido de ação moral e separada da força, mas sim intimamente ligada*

a ela (Jaeger, 1995, p. 26-27. Grifos meus).

A virtude da disciplina, como a *areté* para os gregos, é uma qualidade que se reconhece aos “nobres”, não ao homem comum. A disciplina somente se realiza como virtude se convertida em prestígio. Salvo – e aqui nos diferenciamos do mundo grego – quando o homem comum ascende socialmente, vindo a ser aprovado em um concurso de elite ou abrindo um negócio que, efetivamente, prospera. Nessas circunstâncias, contudo, o exemplo daqueles que rompem as barreiras sociais não nega o mito da *areté* moderna. Ao contrário, vem a reforçá-la. A exceção daqueles que ascendem socialmente reforça a existência de fronteiras sociais muito sólidas, que apenas em circunstâncias muito especiais são rompidas.

5.3.3 COMO ESTUDAR COM DISCIPLINA E EQUILÍBRIO EMOCIONAL: TÉCNICAS DE CONTROLE DE SI

5.3.3.1 TÉCNICAS DE DESEMPENHO

Beijo na boca é coisa do

Passado, agora a moda é

estudar no sábado

(Perfil no Instagram do Gran Cursos Online. Acesso em: 13 mar. 2023).

A professora Luciane Antunes²⁴, promotora em São Paulo, dedica-se a estudar neurociência e a aplicar seus conceitos no aprendizado de concurso. Em sua página no Instagram, ela apresenta diariamente dicas sobre como otimizar o processo de aprendizado, as quais compõem o curso mais amplo que ministra sobre o tema. Seu foco é mostrar como não basta ao candidato “sentar e estudar”, mas é preciso ampliar o domínio sobre o corpo e a mente como forma de tornar efetiva a aquisição de conhecimento. Luciane insiste, a todo momento, que suas afirmações se fundam na ciência e, não por acaso, toda linguagem por ela utilizada está assentada em arsenal científico, retirado de artigos publicados nas mais prestigiosas revistas do mundo sobre o tema.

Em um de seus *posts* no Instagram, ela filma a si mesma realizando difícil exercício, pelo qual seu rosto denuncia um elevado nível de esforço. Ao fundo, toca a música *Believer - Imagine dragons*, em que a letra e a melodia suscitam o sentimento de superação. Em uma de suas estrofes, diz a canção:

24. O perfil da professora no Instagram é @luciane.r.antunes. Acesso em: 10 mar. 2023.

45 minutos. Novamente, está em questão a gestão do tempo que, embora não voltado diretamente ao estudo, agrega a ele maior eficiência. Veja-se:

*Uma outra dica da prática informal é fazer pequenas pausas de tempos em tempos no seu estudo. Sabemos que quanto mais tempo permanecemos em uma atividade, maior a chance de dispersar*³⁰.

Nesse sentido, a dica do Dr. Marcelo é que *a cada 30 minutos ou 45 minutos você faça uma pequena pausa*. Por exemplo, levante e perceba as sensações corporais, faça um breve alongamento e isso ajudará a ter mais concentração. (Grifos meus)

A prática de exercício físico é também exortada unanimemente como forma de ampliar o rendimento dos estudos. André Kolker, novamente, sintetiza com precisão o consenso em torno do tema, recorrendo, para tanto, a outro médico especialista. Segundo Kolker³¹:

Inteligência, rendimento cognitivo, atenção, concentração, memória. Tudo isso precisa de bastante energia. Portanto, a moeda da inteligência chama-se energia. 'Quanto mais energia você tem, mais inteligente você é e melhor será sua cognição' (citando o doutor Pablo Vinícius). E a ferramenta mais eficaz para aumentar sua energia chama-se atividade física.

Rafael Inkaucá de Sousa, que possui um *blog* no curso Estratégia, também confia nos benefícios que a atividade física pode trazer à preparação para o concurso. A liberação de hormônios durante a atividade física auxilia na alegria e no relaxamento, indispensáveis para lidar com a ansiedade e o estresse a que está submetido o estudante. Veja-se³²:

Em primeiro lugar, no que tange ao plano neurológico, os exercícios físicos ajudam na liberação de diversos hormônios que auxiliam no relaxamento e que nos trazem sensação de alegria, tais como a serotonina e a endorfina.

Certamente, relaxamento e sensação de alegria são aspirações do ser humano em geral. No que se refere aos nossos amigos estudantes, tais sensações contribuem para o alívio do estresse e da ansiedade decorrentes das pressões existentes no mundo dos concursos. Desse modo, usufrua desse remédio gratuito que a natureza nos oferece.

Assim como a meditação, os exercícios físicos, o contato com a natureza, também o descanso é um instrumento de gestão do tempo do concurseiro, e pelas mesmas razões. É o que explica o *blog* Concurseria³³:

30. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2023.

31. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2023.

32. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2023.

33. Disponível em: <https://concurseria.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Equilibrar os estudos com atividades que relaxem, desestressem e, por um momento, tirem a pressão e foco das provas é muito importante. O *descanso* e a descontração com equilíbrio são fundamentais até mesmo para realizar uma boa prova. (Grifo meu)

5.3.3.2 A PROVA ORAL: CONCENTRAÇÃO DAS TÉCNICAS DE CONTROLE SOBRE O CORPO

As técnicas de controle sobre o corpo disponíveis no Circuito, contudo, ficam realmente visíveis na terceira fase dos concursos para as carreiras aqui estudadas, a prova oral. Nesse momento, o candidato já superou as fases anteriores e será submetido, pessoalmente, à banca examinadora. O que até então se colocava apenas de forma tácita é explicitado por todos os atores do Circuito: as exigências ao concurseiro não se limitam ao conhecimento do direito objetivo, avançando em sua forma de agir, de falar, de se vestir, como resume muito bem o *blog* da Rede LFG – sob a forma de dicas ao concurseiro³⁴:

Mantenha a rotina de estudos;
Treine sua oratória e respiração;
Conheça a banca examinadora;
Pratique bastante;
Use uma vestimenta adequada;
Tenha uma postura confiante;
Utilize uma linguagem técnica;
Use o tratamento correto.

Exige-se do candidato uma postura ativa, capaz de demonstrar à banca sua capacidade de exortação, qualidade historicamente construída como típica do jurista. Não por acaso, pululam cursos de oratória que se voltam, especialmente, aos juristas, a quem se considera ínsita a capacidade de convencer. Samer Agi, ex-juiz que se tornou célebre na internet com a publicação de frases motivacionais, assim busca convencer seus seguidores a realizar seu curso: “Supere a timidez e a insegurança. Torna-se a pessoa mais persuasiva que você conhece. Bem-vindo(a) ao Curso de Oratória Criativa.”³⁵

O uso da linguagem, da mesma forma, deve ser “adequado”, ou seja, a tecnicidade jurídica deve ser manejada nos rígidos códigos do ritual da prova oral, com especial atenção aos pronomes de tratamento a serem utilizados

34. Disponível em: <https://bloglfg.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2023.

35. Perfil pessoal de Samer Agi no Instagram (@sameragi). Acesso em: 23 mar. 2023.

com a banca. Fica evidente, nesse momento, o trânsito do Circuito com os demais âmbitos do Direito, todos constituídos sob o signo da formalidade.

A vestimenta, por óbvio, também é elemento fundamental para estruturar a cena da prova oral. Novamente segundo o LFG, ela deve ser “adequada”, ou seja³⁶, mantendo-se a histórica distinção de gênero, os homens devem ir de terno e as mulheres de vestido ou *tailleur* na altura do joelho: “Use roupa formal e em tons mais sóbrios. Os homens devem se apresentar trajando terno e gravata. Já as mulheres devem usar vestido ou *tailleur* na altura do joelho.”

Nesse último momento do longo processo de construção do jurista do Estado, fica evidente que o Circuito cumpre papel importante também em formar o membro da carreira a partir de toda a simbologia que a organiza. Ser juiz, procurador, defensor ou promotor não se limita a dominar os livros de Direito; pressupõe formar-se dentro de um universo simbólico que nos permite transitar entre os iguais, mantendo-se a distinção em relação aos diferentes.

O processo de formação do jurista, claro, se inicia muito antes de se entrar na faculdade, pois a simbologia do Direito é construída para extrapolar o seu campo e se fazer notar em todas as instâncias do mundo social. Contudo, nos bancos universitários esse processo se intensifica, recebendo um capítulo especial durante o período de preparação para o concurso.

Vê-se, pois, que o modo de vida concurseiro interpela (Butler, 2015) não apenas o candidato, mas também o futuro jurista do Estado. As fórmulas de domínio de si construídas no interior do Circuito estabelecem normas sociais com as quais o futuro profissional deverá lidar para ser reconhecido como alguém merecedor de respeitabilidade em seu meio.

Contudo, parece evidente que o Circuito não se impõe ao concurseiro como um pai arbitrário que tolhe os desejos dos filhos para fazer valer os seus. Ao contrário, ele o seduz, o conquista; apresenta-se como um espaço de virtude que pode ser alcançado por todos aqueles que o seguirem, oferecendo em troca participar de uma elite que seduz a quase todo o mundo social. O controle da ação do concurseiro não se faz, pois, contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas, sim, *pela* liberdade (Foucault, 2013): é o próprio estudante que usa de seu (suposto) espaço de liberdade para se conformar aos valores que o Circuito lhes disponibiliza.

Com efeito, o “deixar-se aprender”, o “deixar-se” seduzir do concurseiro não se dá apenas passivamente. Tornar-se jurista do Estado envolve gozar de prerrogativas que lhe são prometidas durante todo o

período de preparação para concursos. O uso do terno, ou de uma linguagem formal, é *incorporado* pelo profissional não como imposição; como uma regra externa. De outro modo, o jurista do Estado, ao se ver obrigado a lidar com o imperativo do campo para construir sua identidade, sente-se comumente seduzido por ele, considerando o prestígio que lhe é ínsito.

Coerente com os princípios da acumulação, da objetivação, da equação tempo-conteúdo, do imperativo do novo, o processo de subjetivação do jurista do Estado tende a criar um espaço pouco amistoso a críticas. Reproduzir as normas que valorizam o prestígio da carreira, que será gozado individualmente por cada um de seus membros, torna-se um caminho muito sedutor aos juristas do Estado.

36. Disponível em: <https://blog.lfg.com.br/estudos/prova-oral/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CAPÍTULO 6

O CIRCUITO COMO UMA DAS ENGRENAGENS DA PRODUÇÃO DE ASSIMETRIAS DENTRO DO CAMPO DO DIREITO

6.1 JUÍZES, PROMOTORES, PROCURADORES E DEFENSORES: AS ASSIMETRIAS DO DIREITO CONSTRUÍDAS DESDE SEU INTERIOR

6.1.1 A RELAÇÃO ENTRE AS CARREIRAS: UM EQUILÍBRIO ASSIMÉTRICO

A modernização do Estado encontra seu critério unívoco na direção do *funcionalismo burocrático*, baseado em contrato, salário, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão do trabalho, competência fixas, documentação e ordem hierárquica. A força combinativa fundamenta-se na disciplina dos serviços (Weber, 2000, v. II, p. 529. Grifo meu).

Preocupe-me, durante todo o texto, em alterar a ordem da citação das carreiras que compõem o que, aqui, denomino “Juristas do Estado” – magistrados, promotores, procuradores e defensores. Meu objetivo foi forjar a igualdade que, supostamente, o Direito lhes confere, evitando a hierarquização que a sua menção ordenada, inconscientemente, nos sugere. Afinal, não haveria hierarquia entre os órgãos aqui mencionados, mas o compartilhamento de distintas funções, dentro do espírito de controle recíproco que informa o *checks and balances*.

Contudo, a cada mudança, a artificialidade me soava evidente. Ora, a própria Constituição nos apresenta, sucessivamente, os órgãos que estruturam as mencionadas carreiras: o Judiciário (art. 94), o Ministério Público (art. 127), a Advocacia Pública (art. 131) e a Defensoria (art. 134).

Preocupe-me também em utilizar as designações utilizadas pelos próprios juristas do Estado para se autoneomarem: um juiz, advogado

público, promotor ou defensor é um *membro* de carreira, não um “servidor público”. A designação “membro”, por óbvio, não é aleatória. Ela compõe um universo simbólico que participa da constituição de diferenças que os bacharéis aqui retratados, dentro dos limites e das possibilidades de cada carreira, pretendem estabelecer em relação aos demais servidores públicos – e, em geral, para designar seu lugar social.

Um “membro” compõe uma carreira *de Estado*, ou seja, é um agente talhado a participar de suas grandes decisões. Não está sujeito à legalidade estrita, que confina os servidores dentro de relações hierárquicas que pautam a administração. Assim, de forma semelhante aos agentes políticos, como os parlamentares e chefes do Executivo, devem ser regidos por um conjunto de prerrogativas que façam jus às suas funções. As condições físicas de trabalho, horário, controle de seus atos etc. devem retratar a especificidade com que os juristas do Estado reconhecem, com êxito, a si mesmos.

Em relação aos magistrados, a condição de “membro de poder” lhes é ínsita. Ora, são eles os “chefes do poder judiciário”, com todas as prerrogativas daí inerentes. Mas é a própria Constituição que assim nomeia, também, os membros do Ministério Público. Veja-se:

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto *de membros, do Ministério Público*, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

[...]

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada *Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros*.

I - as seguintes garantias:

Já os advogados públicos e defensores não obtiveram o mesmo tratamento da Constituição que, inclusive, lhes dedicou espaço muito inferior do que o fez em relação aos juízes e promotores. Contudo, nas leis complementares respectivas, cuja elaboração pressupõe a participação ativa das carreiras, apenas a designação “membro” é utilizada. Veja-se:

Art. 2º, LC 73/1993 - A Advocacia-Geral da União compreende:

[...]

§ 5º - São *membros* da Advocacia-Geral da União: o Advogado-Geral da União, o Procurador-Geral da União, o

Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Consultor-Geral da União, o Corregedor-Geral da Advocacia da União, os Secretários-Gerais de Contencioso e de Consultoria, os Procuradores Regionais, os Consultores da União, os Corregedores-Auxiliares, os Procuradores-Chefes, os Consultores Jurídicos, os Procuradores Seccionais, os Advogados da União, os Procuradores da Fazenda Nacional e os Assistentes Jurídicos.

Art. 6º, LC 80/1994. A Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista triplíce formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório *de seus membros*, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal (Redação dada pela Lei Complementar n. 132/2009. Grifos meus).

A designação “membro”, assim, nos permite observar a construção das hierarquias dos juristas do Estado em relação aos servidores públicos. Mas também nos explicita que eles mesmos participam de uma espécie de “equilíbrio assimétrico”: sabe-se das diferenças de prestígio entre as carreiras, mas, ao mesmo tempo, que é da força do sistema jurídico, a partir de cada um de seus órgãos, que cada instituição estrutura suas prerrogativas. O empoderamento do sistema jurídico, como visto, não pode prescindir da força de todos os seus atores, ainda que, entre eles, os conflitos sejam permanentes. Em última análise, o que sustenta esse equilíbrio hierárquico é o valor que o Direito, como prática, assume: quanto mais acreditamos em sua técnica como necessária para mediar conflitos, mais seus atores se tornam relevantes¹.

A cena da audiência de primeira instância é reveladora da assimetria de poderes entre os juristas do Estado. O juiz, ao centro, com frequência postado em um lugar mais alto, é colocado acima e no meio das partes, além de trajar (com frequência) a famosa beca preta. O Ministério Público, nas hipóteses que atua como fiscal da lei, senta-se ao lado do magistrado, o que demonstra, fisicamente, que não está situado no mesmo patamar dos representantes das partes (advogados e defensores). O fórum, onde o ato é praticado, é a “casa” do Judiciário, para onde todos se deslocam para realizá-lo. A gestão do espaço, portanto, fica a cargo dos juízes e seus auxiliares, devendo todos os demais conhecer e atuar segundo seus comandos.

A linguagem jurídica, e a especial forma como é manejada nas audiências, é um elemento estruturante desse ambiente de hierarquias. Os

1. Vê-se, pois, que há interesse imediato, ainda que inconsciente, dos juristas em nutrir a crença de que os conflitos encontrem sua solução, sempre, no Direito.

pronomes de tratamento, sobretudo, explicitam esse ambiente assimétrico. “Excelência” é a designação típica e necessária para se referir ao magistrado, que denota sua posição central na prática do Direito. Não por acaso os membros do Ministério Público reclamam, com frequência, que os demais participantes da cena se utilizem do vocativo para nomeá-los. Dirigir-se ao juiz, portanto, exige um cuidado especial, já que lhe compete organizar todo o ritual. Notadamente, é ele quem tem o poder de disciplinar o uso da linguagem, por meio da qual o Direito se expressa, podendo, inclusive, interditá-la a uma das partes.

Por outro lado, advogado nacionalmente respeitado, ou mesmo um causídico mais qualificado, poderá reivindicar o uso da fala de forma mais eficiente que seu *ex adverso*. A natureza da causa, se criminal, cível ou trabalhista, também determina muitas das vicissitudes da audiência, como o nível de formalidade exigido por cada tribunal, nas mais longínquas cidades do país.

A hierarquia aqui descrita, portanto, implica em orientação para a ação, jamais esgota a possibilidade infinita de seu uso em uma interação concreta. Ora, a memória que se acumula nas estruturas hierárquicas construídas pelo Direito estabelece parâmetro para o jogo, mas, evidentemente, não o substitui. A performance dos atores em uma audiência lhes permite fazer usos infinitos das regras tácitas que organizam o espaço social.

Explicitar a assimetria que constitui a relação entre os aplicadores do Direito tem como objetivo problematizar como o princípio da igualdade, horizonte inexorável para qualquer luta por direito, é inteiramente recortado por hierarquias que dão sentido à prática jurídica.

Não se está, fundamental sublinhar, diminuindo a importância central ocupada pela isonomia no Direito moderno. O princípio está no núcleo das principais reivindicações por direito de nossa era e continuará a ser com base nele que as lutas continuarão a ser travadas. Contudo, inclusive para ampliar as possibilidades de seu uso, é indispensável não nos limitarmos à sua semântica ou, mesmo, às suas promessas: o sistema jurídico pressupõe a ordenação de hierarquias que são, “ontologicamente”, incompatíveis com um conceito de igualdade em que todos sejam, realmente, tratados como iguais. E essa desigualdade se inicia dentro do próprio sistema jurídico.

O Direito, num primeiro momento, apaga as hierarquias que a socialização institui aos seus aplicadores para fazê-la renascer na distribuição dos papéis no interior do sistema jurídico: entre advogados e juízes; entre advogados de prestígio e sem prestígio; defensores e promotores; ministros do STF e desembargadores. O objetivo deste capítulo é demonstrar como o concurso pressupõe e participa da construção desse espaço social marcado

pela diferença, mas que se legitima e, eventualmente, se modifica em nome da igualdade.

6.1.2 A CONSTRUÇÃO, NO CIRCUITO, DAS ASSIMETRIAS QUE COMPÕEM AS CARREIRAS

6.1.2.1 A CRENÇA NO DOMÍNIO DO DIREITO OBJETIVO COMO LEGITIMADOR DAS ASSIMETRIAS

O Circuito é, novamente, um recorte profícuo para se observar a construção do espaço social em que se pratica o Direito. Ora, é por meio do concurso que se distribuem os principais papéis do sistema jurídico, com exceção do advogado privado, dos ministros do STF e de 1/10² dos tribunais brasileiros. Desse modo, toda a estruturação do Circuito pressupõe e participa da construção das relações assimétricas de poder que constituem os atores do Direito. Em última análise, o concurso público desenha as fronteiras sociais das disputas entre as carreiras, criando a legitimidade das distinções ali observadas.

Com efeito, o prestígio dos concursos, traduzido na dificuldade das provas, é necessariamente um itinerário a ser perscrutado. Ora, o concurso se organiza a partir da crença: a) da relação entre a dificuldade da prova; b) o nível de conhecimento do candidato; c) e as prerrogativas da carreira almejada. Considerando não apenas as minhas pesquisas realizadas para este livro, mas também pela minha inserção no universo dos concursos e das carreiras, parece evidente que sim: partindo-se do conhecimento específico que circula no interior do Circuito, há uma tendência de que os cargos mais prestigiados tenham provas mais concorridas. Nesse sentido, os concursos de magistratura e, agora, do Ministério Público parecem ser mais disputados que os da Advocacia Pública e da Defensoria³ – que, por sua vez, são mais concorridos que os de assessor de tribunal e assim por diante.

O maior prestígio, por sua vez, tende a repercutir na maior remuneração. Contudo, essa não é uma regra fixa. Atualmente, considerando as carreiras federais, os subsídios de um advogado da União situam-se no mesmo patamar de seus “concorrentes”, magistratura e Ministério Público:

2. Os tribunais brasileiros disponibilizam 1/5 de suas vagas a advogados privados, incluindo-se defensores e advogados públicos, e membros do Ministério Público, alternadamente. Considerando que os promotores ingressam em seu cargo por concurso público, apenas 1/10 das vagas é destinado aos advogados.
3. Ainda que nenhum deles tenha a concorrência de concursos como os do Banco do Brasil, Caixa Econômica, INSS, cujos salários e exigências, inferiores aos de juristas do Estado, tornam-nos mais acessíveis aos candidatos.

todos eles chegam ao teto constitucional. A valorização da AGU decorre da percepção de honorários advocatícios que, desde o Código de Processo Civil, lhes são assegurados. Há carreiras de procuradorias estaduais, nesse sentido, nacionalmente conhecidas como as que melhor remuneram seus membros.

Mas, mesmo com igualdade salarial, o prestígio das carreiras de Ministério Público e da magistratura os torna mais disputados. Ou, ao menos, há um consenso no Circuito da maior dificuldade desses certames, o que pode ser demonstrado por diferentes maneiras. O curso Emagis, por exemplo, ao divulgar o êxito de seus alunos, o faz com evidente ênfase nos cursos de juiz federal, estadual, procurador da república e promotor de justiça. Veja-se⁴:

Não é sem razão, portanto, que nossos(as) diletos(as) alunos(as) têm alcançado *resultados extraordinários* nos mais concorridos concursos públicos: já são *mais de 4.000 aprovações homologadas* para cargos de *juiz de direito, juiz federal, promotor de justiça, procurador da república, defensor público estadual, defensor público da União, advogado da União, procurador federal, procurador da fazenda nacional, procurador do estado, procurador do município, delegado de polícia civil e delegado de polícia federal*, dentre outros. Confira alguns exemplos - e convidamos você a visualizar outros na nossa seção de *Aprovações*:

[...]

Também nesse sentido, as provas de títulos costumam dar maior peso à aprovação aos concursos da magistratura e MP; os cursos preparatórios lhes dão atenção diferenciada; a migração entre as carreiras costuma seguir a direção da advocacia e Defensoria para a magistratura e o Ministério Público⁵ – entre diversas outras sutilezas.

Com efeito, a despeito do tamanho continental de nosso país; das diferentes formas com que os entes federados organizam e remuneram suas carreiras; as vicissitudes inexoráveis das disputas por prestígio entre as instituições, parece não haver dúvida de que há uma relação inextrincável entre a dificuldade do concurso e o prestígio da carreira que, por meio dele, o candidato acessa. Ao extrapolar o âmbito dos juristas do Estado, as fronteiras entre as carreiras ficam ainda mais nítidas: assessores de juízes e

4. Disponível em: Quem Somos | Emagis. Acesso em: 21 abr. 2023.

5. A Escola Superior do Ministério Público publicou, em 2010, um perfil socioprofissional de seus membros e avaliou que 95,2% haviam exercido outra profissão remunerada, dentre elas, a Advocacia Pública (27,7%): “Os dados a seguir mostram que, entre os respondentes, 35,3% concluíram a faculdade a partir do ano 2000. A maioria (95,2%) exerceu atividade remunerada antes de ingressar na carreira, predominando a advocacia pública ou privada, a atuação como serventuário da Justiça ou, ainda, outras profissões jurídicas [...]” (Brasil, MPU, 2010, p. 37).

os magistrados; procurador do TCU e seus servidores; delegado de polícia e agentes policiais.

Meu objetivo, aqui, não é exortar o estudante a fazer o concurso da magistratura, tampouco escrever um tratado sobre a dignidade do Ministério Público. De outro modo, pretendo descrever como o Estado não apenas distribui seu poder de dizer o que é o direito válido a diferentes órgãos, como forma de estruturar o princípio da “separação dos Poderes”. Mais que isso, são construídos, no e pelo Estado, diferentes círculos de prestígio em que se disputa o poder de se dizer parcela do “direito válido”. E, sobretudo, a crença no domínio da técnica do Direito é um dos capitais decisivos para se estruturar esses diferentes círculos.

Em outros termos, a prática do Direito pressupõe a estruturação de hierarquias que distribuem a diferentes atores limites e possibilidades na enunciação do Direito, cumprindo (a crença) no domínio da técnica do Direito importante papel no desenho desse campo. O Circuito não se limita, portanto, a ser uma fórmula pela qual o Estado recruta seus agentes públicos. Mais que isso, ele participa, de diversas maneiras, dessa circulação de prestígio dentro do campo do Direito: por meio da consagração de autores, pela sua reverência e consequente afirmação do que seja o Direito válido (vide capítulo 6), por traduzir uma crença de que ele é capaz de organizar o espaço jurídico a partir do domínio da técnica.

Ao participar de forma tão ínsita na circulação de prestígio, o Circuito também nos permite observar outra questão fundamental do Direito: a crença na sua “unidade”. Em outros termos, se o Direito produzido pelo Estado, a partir de seus distintos níveis, se aplica geral e abstratamente a todos os cidadãos, como compreender a assimetria com que o próprio sistema jurídico organiza a si mesmo? Se nem mesmo os agentes estatais, responsáveis em aplicar o Direito, têm acesso equânime aos seus diferentes círculos, como imaginar que a população o terá?

6.1.2.2 UM DIREITO UNO, MAS ACESSADO POR CAMADAS

A obra de Hans Kelsen, provavelmente o jurista mais importante do século XX, é vasta. Mas, escrevendo sobre democracia, Direito ou filosofia, guarda uma impressionante coerência quanto aos seus postulados centrais. Um dos pilares de sua teoria diz respeito às fontes do Direito e, consequentemente, à sua dinâmica de criação/aplicação (do Direito).

Para Kelsen, o ordenamento jurídico, sob o ponto de vista estático, se estrutura como uma pirâmide: a prolação de uma norma pressupõe a sua adequação às condições de validade impostas pela que lhe é imediatamente

hierarquicamente e, portanto, o acesso a ele se dá de forma (necessariamente) desigual. Em outros termos, meu objetivo é mostrar, por meio do Circuito, como a crença no Direito uno, aplicável de forma geral e abstrata pelo Estado, é uma das formulações simbólicas que esconde como o Direito somente é acessível por círculos muito específicos, mesmo em relação aos seus próprios aplicadores.

6.1.3 PORTAS QUE SE ABREM, PORTAS QUE SE FECHAM: MEDIADO PELO CONCURSO, OS DIFERENTES CÍRCULOS ABERTOS ÀS CARREIRAS JURÍDICAS

Como visto, o Direito, como uma prática, desenrola-se em um espaço social que, inexoravelmente, é tecido por diferenças. Estruturas historicamente construídas atribuem valor distinto aos diferentes atores que reclamam o poder de dizer “o que é o Direito”. Parece óbvio, mas é importante insistir: a opinião sobre o desmonte trabalhista de um ministro do STF, ou de um autor campeão de vendas, não tem o mesmo valor que a nossa, caro leitor. Mas, dando complexidade ao problema, um doutrinador do Direito obreiro provavelmente gozará de maior influência no debate do que um civilista. Ora, estamos falando de um amplo espaço social, com diferentes capitais em disputa, não de uma simples fila organizada por uma senha.

Como se daria, então, o acesso a esses diferentes círculos jurídicos? Não me proponho, aqui, dar-lhes a resposta de um milhão de dólares. Novamente, após demonstrar como o Circuito é um importante mediador do prestígio no campo do Direito, interessa-me sublinhar, com base nos concursos, como o universo em que os juristas circulam é, por definição, distinto. Consequentemente, como esses espaços operam *diferenças* na construção do *habitus* de seus atores e estabelecem limites e possibilidades na disputa por capitais sociais.

Nesse sentido, parece imperativo continuarmos a perseguir o rastro do mito fundador do concurso público, ou seja, em como ele é acessado a partir da titularidade, pelos candidatos, de diferentes níveis de “capital jurídico” (conhecimento especializado da prática do Direito). Assim, a pergunta que nos é inescapável é: os juízes e promotores, por terem obtido êxito no concurso (provavelmente) mais concorrido, são mais bem preparados que os demais agentes públicos?

A complexidade das provas para as diversas carreiras, jurídicas ou não, nos permite suscitar a hipótese de que os membros das carreiras mais prestigiadas, por terem sido aprovados em concursos supostamente mais difíceis, gozem de conhecimento mais sólido. Em última análise,

quando Bresser-Pereira (1996) propõe a realização de concursos públicos apenas para as “carreiras de Estado”, sugerindo formas de contratação simplificada para as demais, está subentendido que sim: presume-se que os titulares dos cargos das carreiras de Estado, por gozarem de uma maior profissionalização, comprovadas pelo êxito no concurso, detêm um cabedal que os diferencie dos demais.

Contudo, essa ideologia, que atravessa todo o Circuito, não apenas não pode ser verificada na prática, como parte de premissas que ignoram como os capitais culturais e educacionais, condições para a aprovação, são assimetricamente distribuídos no mundo social. Consequentemente, como o discurso de “profissionalização” esconde a manutenção de determinados grupos sociais privilegiados na ocupação dos cargos centrais do Estado. Essa ideologia sustenta, ainda, a crença de que as decisões estatais, sobretudo as jurídicas, são meramente “técnicas”, não políticas, daí ser suficiente o recrutamento dos mais preparados para o cargo.

Interessa-nos sublinhar, aqui, como a crença no “potencial intelectual” das carreiras, decorrente da dificuldade dos concursos, cumpre papel decisivo na construção do universo que estrutura a relação entre os órgãos do sistema jurídico brasileiro. O Circuito pressupõe as assimetrias que organizam a prática do Direito e as reproduz, diferenciando os concursos a partir de sua complexidade, exigências e formalidades.

O consenso compartilhado no Circuito sobre o prestígio das carreiras tem na crença da dificuldade do certame um ponto decisivo. Não há dúvida, reitere-se, que o princípio de acúmulo do conhecimento, a disciplina (*aretê*) e o imperativo do novo cumprem papel determinante no difícil acesso aos cargos públicos brasileiros, sobretudo os mais concorridos. Contudo, certamente, não o esgota.

Bourdieu (1989) nos mostra como o espaço social que ocupamos pelo nascimento (e, portanto, pela família) é determinante para a construção de nossas representações sobre o horizonte de nossas possibilidades profissionais. Nesse sentido, entrevistei candidatos/as que, embora preparados/as, e com cabedais para ascender ao cargo de juiz/a, pareciam não se enxergar naquele posto, em razão de terem estudado em escola pública ou em uma faculdade ruim. As condições objetivas de sua vida construíam, neles, a representação de que o lugar de mais alto prestígio não lhes era reservado.

A assimetria no acesso ao capital cultural/educacional, portanto, cumpre um duplo caráter limitador: além de, efetivamente, preparar melhor determinados candidatos, em razão do acesso às melhores condições de aprendizado, constrói desigualmente as representações que o estudante faz de si mesmo sobre as possibilidades de seu futuro. O coletivo Abayomi

Juristas Negras, que se empenha em fortalecer a presença de mulheres negras nas carreiras de Estado, insere-se nesse contexto. Além de fornecer capacitação “dogmática” para a aprovação em concurso, auxilia as mulheres negras a enfrentar os efeitos psicológicos limitantes que o racismo e o machismo lhes impõem.

Mas não é só. Vencida a etapa do concurso, abertas as portas das carreiras, os universos em que os seus membros circulam serão, necessariamente, diferentes e, a partir daí, novas e distintas realidades se lhes abrirão. Aqui, novamente, os diferentes caminhos que a prática do Direito constrói organiza distintos círculos pelos quais o profissional poderá transitar. Círculos esses que disputam, a partir dos diferentes capitais (cultural, social, econômico, jurídico), o poder de dizer o Direito válido.

Assim, por exemplo, o acesso aos tribunais será mais fácil aos juízes que aos demais bacharéis. Os importantes cargos na administração pública federal estarão à disposição, prioritariamente, da AGU. Os defensores, em razão de sua proximidade com a população, poderão ter mais acesso seja a movimentos sociais organizados, seja a políticos interessados em gozar do prestígio popular da categoria. A participação na poderosíssima OAB somente estará disponível aos advogados públicos e defensores – além, é claro, dos advogados privados.

O Direito pode ou não ser uno, debate que compete à teoria ou à filosofia do Direito estabelecer. Sociologicamente, o Direito é, antes de tudo, desigual, e o acesso a “Ele” se dá, mesmo para os juristas do Estado, em círculos muito diferenciados, cuja prática será decisiva para engajá-los em diferentes *habitus*, em que são formulados distintos regimes de verdade sobre “o que é o Direito”.

CAPÍTULO 7

O JURISTA DO ESTADO: “CONSTRUÍDO NO” E “SUJEITO DO” NEOLIBERALISMO

7.1 GRIT: O SUCESSO DO CONCURSEIRO, O SUCESSO DO EMPREENDEDOR

Tem gente que estudou muito que tem sucesso. Tem gente que não estudou, que teve sucesso. Então, né [...] Ultimamente, nos Estados Unidos, falam muito sobre “Grit”, que realmente o importante é a pessoa que corre atrás; que quer chegar lá. Essa característica que realmente é superior a ter estudado, ser muito inteligente ou assim. Que faz umas pessoas chegarem lá e outras não, né (Jorge Paulo Lemann. Disponível em: <https://www.instagram.com>).

A exortação à disciplina como virtude a ser perseguida, como *areté*, atravessa não apenas a formação do concurseiro, mas de todos os atores do Circuito. Contudo, não se trata de um privilégio do universo estudado. Ao contrário. O vídeo acima, retratando um Jorge Paulo Lemann simpático, sorridente, enfatizando a relação entre “sucesso” e “*grit*” (garra, força, dedicação), nos evidencia a relação inextrincável de dois universos que, a princípio, parecem inconciliáveis: o universo dos “empreendedores” e o recrutamento dos agentes públicos. As virtudes exortadas pelo Circuito, na verdade, compõem um vasto arcabouço de valores dominantes do modelo socioeconômico atual, o neoliberalismo. Dessa forma, retira parte de sua legitimidade na reprodução desse modo de vida, ao mesmo tempo que participa, por dentro do Estado, na construção de seus ideais.

Os modelos socioeconômicos, como explica Safatle, não se limitam a estabelecer disciplinas econômicas para a circulação de mercadorias. Para além do regramento da produção e do consumo, eles implicam na imposição de restrições aos padrões de individuação vigentes, ou seja, estabelecem fronteiras cujos contornos limitam a construção de subjetividades. Promovem a gestão social a partir do estímulo/sancionamento sistemático

de comportamentos, imposição de valores, que são condições para que os indivíduos se reconheçam socialmente:

Lembramos inicialmente que *modelos socioeconômicos* são animados não apenas por proposições a respeito do modo de funcionamento de sistemas econômicos e produção e consumo. Como eles devem também determinar a *configuração de seus agentes racionais, definindo com isso um conjunto de comportamentos, modos de avaliação e justificativa* a serem internalizados pelos agentes que se queiram reconhecidos, tais modelos não podem ser abstraídos da força de produção de uma psicologia que lhe seja própria, quer dizer, de uma figura antropológica, fortemente reguladora, a ser partilhada por todos os indivíduos que aspiram a ser socialmente reconhecidos. Tais modelos definem padrões de individuação a partir da racionalidade que procuram realizar. No interior de tais padrões encontramos sistemas profundamente normativos de disposição de conduta, de produção de afetos e de determinação de formas de sofrimento. Nesse sentido, podemos dizer que *modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades, por isso, não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamento e modos subjetivos de autorregulação*. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente (Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2022, p. 33. Grifos meus).

Nesse sentido, Lemman, como os atores do Circuito, insiste em negar a inteligência como único signo e condição do sucesso. Ao fazê-lo, estabelece um diálogo com a crença de que o sucesso adviria de uma suposta “inteligência inata”, cabedal que alguns indivíduos disporiam em sua biologia e que os levaria a assumir o lugar social de prestígio designado a eles. Contudo, prossegue, haveria um equívoco nesse argumento, pois, hoje, o sucesso não dependeria apenas dessa virtude intelectual titularizada por mentes privilegiadas. De outro modo, todos aqueles que trabalham duro podem alcançar o Olimpo do mundo social, pois é a disciplina a verdadeira ordenadora do prestígio.

Disciplina, ainda segundo Lemann, pressupõe foco e vontade. Não basta ao empreendedor, seu interlocutor imaginário, simplesmente “querer chegar lá”. É necessário que esse desejo se articule com uma gestão de resultados, de metas, em que a vida do futuro vencedor seja administrada com vistas ao sucesso. Veja-se:

Quais vão ser as metas que eu quero chegar, como é que eu vou chegar lá. E não simplesmente vamos lá; e ver no que vai dar etc. A sorte ajuda também de você cair algumas coisas no colo ou você acertar cedo no que você gosta. E assim. Mas, basicamente, é muito mais disciplina, vontade e umas metas claras *e estar sempre mesurando*. Foco eu acho importantíssimo. Quem tenta tudo não faz nada. Quer

dizer [...] *Parte de meta é ter foco também*¹ (Grifos meus).

O princípio que deve reger a subjetivação do empreendedor é, portanto, a gestão do tempo (individual); a administração eficiente de seu corpo e desejos. O sucesso pretendido, lemos nas entrelinhas, alcança-se por meio do acúmulo de dinheiro e dos meios de produção que garantem sua circulação/acumulação. Contudo, e isso é fundamental, ele não se esgota aí. No atual estágio do neoliberalismo, ainda que o ser humano continue com o ganho como finalidade de vida² (Weber, 2004), os signos da virtude impõem à gestão do corpo instrumentos mais sofisticados.

O discurso de Lemman, portanto, não se porta como um intermediário/anunciador de mudanças sociais, como um típico profeta weberiano. De outro modo, inscrito nas regras de dominação vigente, representa e participa de complexa normatização neoliberal que delimita as possibilidades pelas quais o indivíduo pode se constituir como sujeito. Por meio dele, ficam evidentes determinadas técnicas/tecnologias exercidas sobre o indivíduo que normatizam a construção de sua identidade (Foucault, 2013, p. 6). O concurseiro, como o empreendedor, performa sistematicamente a crença compartilhada pelo Circuito sobre seu dever de disciplina, que é condição para seu sucesso.

Se continuarmos a perseguir os valores que Lemann busca estimular em seus seguidores, percebe-se que ele representa a tradução, para a vida humana, dos princípios aplicáveis às disputas empresariais no mercado capitalista: a competição, a acumulação e a maximização do lucro (Wood, 2001). Assim como uma empresa deve alocar seus recursos (sobretudo a mão-de-obra) como forma de diminuir seus custos e ampliar seus lucros, condição para participar de mercados competitivos, os indivíduos devem estabelecer suas relações intersubjetivas, e consigo mesmo, pautadas na ideia da eficiência; de autocontrole; de superávit. Em outros termos, a economia extrapola a lógica histórica de processos e se constitui em uma racionalidade que constitui subjetividades: “A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica do processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (Foucault, 2009, p. 307).

1. Disponível em: <https://www.instagram.com>. Acesso em: 31 mar. 2023. Página do Instagram “Seja Rico, Seja Próspero. Educação financeira como você nunca viu”.

2. Weber, na *Ética*, busca demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo pressupôs a redefinição dos sentidos da ação, por meio da criação de um novo espírito que, inicialmente, foi observado prioritariamente em relação a algumas seitas protestantes. “O ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais [...] Acima de tudo, este é o *summum bonum* dessa ética: ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho [...]” (Weber, 2004, p. 46. Grifo meu).

7.2 O ESTADO NO NÚCLEO DA CONSTRUÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Antes de prosseguir na relação entre o processo de subjetivação do concurseiro e os princípios centrais do neoliberalismo, é importante explicitar uma das premissas do argumento: ao contrário do que nos informa o senso comum, sobretudo por seus porta-vozes oficiais na imprensa, é preciso sublinhar que o Estado é agente indissociável da construção do neoliberalismo. Wacquant (2012, p. 510) vai além. Segundo o autor, “o neoliberalismo não é um projeto econômico, mas sim político; *ele envolve não o desmantelamento do Estado, mas a sua reengenharia*” (Grifo meu).

Ao nos debruçarmos sobre alguns pontos consensuais sobre o conceito de neoliberalismo, o Estado atravessa-os inteiramente. Em primeiro lugar, é ele quem adota medidas econômicas que transformam em ativos, normalmente negociados na Bolsa, espaços até então inatingíveis ao capital, como a água, as energias, as praças públicas, as praias, os parques, as florestas, os direitos sociais – o que Harvey (2014, p. 178) denominou de a “mercadificação de tudo”.

Por meio da transformação de todo o mundo social em mercadoria, o Estado não apenas desregulamenta os mercados e autoriza o fluxo mundial de capital; não apenas permite que todo bem coletivo se transforme em mercadoria: ele constrói a crença de que o mercado *deve ser o* regulamentador ideal do mundo social, pois é ele quem é capaz de permitir a alocação eficiente de recursos e recompensas (Wacquant, 2012).

Os mercados são deliberadamente abertos pelo Estado que, contudo, mantém em suas mãos os aparatos penal e de assistência social, que têm a pretensão de manter sob rígido controle todos os excluídos pelo neoliberalismo. Wacquant, a partir de etnografia realizada no sistema prisional norte-americano, mas também se apoiando em pesquisas realizadas em diversos países do mundo, demonstra como há uma articulação necessária entre:

- a) as políticas estatais que “mercantilizam tudo”;
- b) o desenvolvimento, mundo afora, de políticas massivas de encarceramento/controlado penal das populações excluídas;
- c) políticas de assistencialismo que têm como objetivo manter o trabalhador, precarizado pelo neoliberalismo, sob o controle do Estado, impedindo, pelas migalhas que oferece, sua organização de classe;
- d) a crença de que o mundo social deve ser disciplinado com base em decisões técnico/gerenciais, pautadas (em uma determinada) razão econômica que desacredita a política e deposita todas as suas fichas na adequada alocação eficiente

de recursos finitos.

Na base desse modelo socioeconômico, e é o que interessa a esta pesquisa, está o discurso da responsabilidade individual, que incute no indivíduo a crença de que o lugar social por ele ocupado depende de seus esforços. Está no núcleo da construção do tecido social, portanto, a crença na *competição*: a) como virtude a ser perseguida; b) como legitimadora da ordem social vigente. Compete ao Estado, portanto, não promover uma política de bem comum, como idealizado no Estado social, mas assegurar que essa competição se dê a partir de parâmetros (supostamente) justos (Sandel, 2020).

Na seção seguinte, nesse sentido, procurarei demonstrar como o Circuito é um espaço social relevante de sancionamento dos princípios neoliberais, pois não apenas os reconhece como legítimos, como os escolhe para recrutar os agentes públicos. Consequentemente, pretendo sublinhar a importância de serem esses mesmos agentes, formados na crença da disciplina como *areté*, que cumprirão o papel de decidir como o Estado disciplinará temas sensíveis ao neoliberalismo, como as privatizações (água, energia, estradas, parques etc.) e, em última análise, o próprio conceito de “público”.

7.3 FORMAÇÃO DO JURISTA DO ESTADO: LEGITIMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ORDEM NEOLIBERAL

A gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural (ou escolar), político, etc., que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima. Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, *o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras [...], seja através de intervenções jurídicas* (Bourdieu, 2010, p. 51. Grifo meu).

O processo de unificação dos diferentes campos sociais (político, econômico, social, cultural) em torno do Estado fez dele titular de um “metacapital” que lhe dá o poder de disciplinar os demais campos. Mas, novamente com Bourdieu, o Estado deve ser compreendido como um espaço social em disputa, em que os diferentes grupos, a partir dos distintos capitais de que dispõem, procuram dele se apropriar com o objetivo de fazer de seus interesses o interesse público (legítimo).

Em síntese, está em questão não o domínio do Estado por uma classe, muito menos um espaço neutro de celebração de consensos, mas, sim, como as lutas nesse espaço social se desenvolvem e dotam seus vencedores do poder de usar a autoridade pública como sua. Será a partir

Kelsen, um dos grandes defensores do regime democrático, é preciso ao afirmar as vantagens que enxerga no regime: a lei, instrumento máximo da democracia, não significaria a imposição da maioria sobre a minoria. De outro modo, seria ela o resultado de um amplo debate entre os mais diferentes grupos de poder em disputa no Parlamento, cada qual participando, com o seu poder de influência, no produto final do processo legislativo (a lei). Assim, se todo o regime impõe a dominação aos seus súditos, a democracia seria o único que resguardaria a possibilidade de maior participação nas decisões do soberano, inclusive das minorias. Veja-se:

[...] De fato, todo o procedimento parlamentar, com sua *técnica dialético-contraditória, baseada em discursos e réplicas, em argumentos e contra-argumentos, tende a chegar a um compromisso*. Este é o verdadeiro significado do princípio de maioria na democracia real [...] Portanto, seria melhor dar a tal princípio o nome de princípio majoritário-minoritário, uma vez que ele organiza o conjunto dos indivíduos em apenas dois grupos essenciais, maioria e minoria, oferecendo a possibilidade de um compromisso na formação da vontade geral, depois de ter preparado esta última integração obrigando ao compromisso acima mencionado, que é a única coisa que pode permitir a formação tanto do grupo da maioria quanto do grupo da minoria: relegar a segundo plano o que separa os elementos a serem unidos, em favor daquilo que os une [...] Uma rápida observação da práxis parlamentar já basta para demonstrar que o princípio majoritário se afirma no sistema parlamentar como um princípio do compromisso, de acomodamento dos antagonismos políticos. Todo o procedimento parlamentar tende a criar um meio-termo entre os interesses opostos, uma resultante das forças sociais em sentido contrário [...] E, se o característico procedimento dialético-contraditório do parlamento tem algum sentido profundo, esse sentido só poderá ser o de transformar, de qualquer modo, a tese e a antítese dos interesses políticos numa síntese. Mas isso pode significar apenas uma coisa: *não [...] uma verdade superior, absoluta, um valor absoluto superior aos interesses dos grupos, mas um compromisso* (Kelsen, 2000a, p. 70. Grifos meus).

A tecnicidade que a racionalidade neoliberal impõe ao Estado, ao contrário, está atrelada a uma lógica muito definida, em que todo o valor de suas ações está atrelado ao princípio do “equilíbrio orçamentário”; à gestão eficiente de meios e fins. A crença de que as decisões estatais devem ser fruto de debate entre os mais diferentes setores da sociedade, com o objetivo de lhe dotar não apenas de legitimidade, como de representatividade, é substituída pela aplicação da racionalidade econômica em todos os âmbitos do mundo social.

O governo Bolsonaro, assumidamente neoliberal, editou decreto no início de seu mandato que explicita com precisão os contornos da

ideologia. Argumentando sobre a importância de se cortar gastos e combater a corrupção, extinguiu a maioria absoluta dos conselhos federais que garantiam a participação popular em decisões do governo. Por trás dessa decisão está a crença de que a participação popular é não apenas cara e ineficiente, como ensejadora de práticas ilícitas e compadrios de toda ordem. O Estado necessitaria, portanto, de ordem e decisões eficientes.

Wendy Brown (2018), nesse sentido, afirma que, no núcleo da racionalidade neoliberal, está a substituição dos princípios democráticos pela crença na “governança”:

Dito de outra forma, o discurso e a prática da governança despolitizam sua própria implementação e seu campo de aplicação em diversos fronts. “Responsabilizando” cada um dos elementos em sua órbita, ela desconsidera a estratificação e posições díspares desses elementos – os poderes que os produzem, arranjam e relacionam. A governança também faz vista grossa aos poderes que ela mesma faz circular, às normas que impõe, aos conflitos que enfeita ou desmantela. *Ao promover uma ênfase mercadológica “no que funciona”, ela elimina da discussão as dimensões política, ética e mesmo normativa que modulam as políticas públicas, objetivando dessa maneira contornar a política via abordagens técnicas e práticas dos problemas*. A governança também herda das empresas a ênfase em integrar elementos divergentes (de uma firma) num conjunto harmonizado de fins, integração que também presume a fungibilidade e a dispensabilidade de cada elemento, a legitimidade para descartá-los ou substituí-los quando necessário. Portanto, a “*economicização do campo político*”, *pressuposta na governança neoliberal, funde os cidadãos numa iniciativa comum, ao passo que coloca em segundo plano (no melhor dos casos) os princípios clássicos de equidade, autonomia política, universalidade e até a proteção paternalista professada pelo liberalismo clássico ou pelo Estado de bem-estar social* (Brown, 2018, p. 18. Grifos meus).

O Circuito, ao recrutar seus quadros alinhados à ideologia neoliberal, não opera apenas por seus entes privados (cursos preparatórios, editoras e professores). Em última instância, é o Estado quem está fomentando a crença na concorrência como método de seleção dos mais hábeis. Importante lembrar, nesse sentido, premissa que atravessa qualquer olhar que se tenha sobre os concursos públicos: são eles, como os vestibulares, mediadores do acesso a um restrito círculo de acesso a capitais decisivos para a ocupação de postos de prestígio na sociedade brasileira.

Por outro lado, é fundamental observar o processo de formação dos juristas do Estado como uma *performance*, ou seja, como um processo em movimento, que não se esgota com a finalização de um certame. Com efeito, terão esses profissionais, como agentes importantes do sistema jurídico, parcela decisiva na construção do que entendemos por “público”. Passarão

em suas mãos o debate sobre a privatização das águas e do saneamento; sobre os planos de segurança pública – e, conseqüentemente, toda a política de segregação social que engendram; sobre o Sistema Único de Saúde; sobre gênero, raça e ocupação dos espaços públicos.

A formação dos juristas do Estado a partir da racionalidade neoliberal, portanto, terá conseqüências na formulação dos regimes de verdade entabulados pelo Estado, ainda que não seja possível saber quais serão elas. De modo semelhante, é preciso sublinhar que as reivindicações exitosas que essas categorias empreendem, para seu empoderamento, têm conseqüências diretas nas disputas de poder no interior do Estado. Ora, o orçamento que se dedica à contratação de juristas e à estruturação de seus órgãos e carreiras se faz necessariamente em face “de alguém” – ainda que extrapole o objeto desta pesquisa saber de quem.

7.4 “LÁ ONDE HÁ PODER, HÁ RESISTÊNCIA”³: O SISTEMA DE COTAS

7.4.1 AS RELAÇÕES DE PODER ESCONDIDAS PELOS DISCURSOS DA TÉCNICA/MÉRITO

Embora tratado apenas neste capítulo, o problema de “quem” são os grupos sociais que ocupam os postos recrutados pelo concurso está no núcleo desta pesquisa, que tem como objetivo enfatizar a necessidade de se analisar as condições de produção do discurso jurídico para além da linguagem. Está em questão, portanto, não apenas o problema das cotas raciais, indígenas ou de pessoas com deficiência, mas de como a estruturação assimétrica do Circuito opera mediações em que relações de poder que o antecedem são determinantes não apenas para a aprovação do candidato, mas para a sua agência após a aprovação.

Raça, gênero, classe social e orientação sexual são as relações mais visíveis, mas o problema deve ser pensado de forma ampla e interseccional, ou seja, em como as diferentes relações de poder interpelam a agência dos concurseiros e normatizam a participação dos futuros aprovados: quem pode, ou não, ser juiz? E, ao escolhermos nossos magistrados, quem ocupará os cargos de poder nos tribunais?

A crença na *técnica*, que, desde Luís Simões, orienta ideologicamente o Circuito, esconde como meios de reprodução de capitais culturais e educacionais legitimam a permanência de determinados grupos sociais no núcleo do poder estatal, e a exclusão dos demais. Conseqüentemente,

3. Célebre frase de Foucault (2009, p. 91), citada em *História da sexualidade*, v. I: *A vontade de saber*.

como a “verdade” no Direito, enunciada desses lugares nada democráticos, se constrói a partir de dinâmicas que excluem grande parte da população da possibilidade de disputar o sentido da prática do Direito. O perfil sociodemográfico elaborado pelo CNJ, em 2018, ilustra o problema.

7.4.2 O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS JUÍZES, SEGUNDO O CNJ

Os órgãos do sistema jurídico não realizam, ordinariamente, o perfil sociodemográfico de seus membros⁴. Quando o fazem, dependem da adesão dos servidores, nem sempre ampla. Ademais, ao escolherem os critérios utilizados, reafirmam *classificações* do mundo social que operam como construtores da realidade objetiva, ou seja, reafirmando categorias pelas quais o mundo social é constituído e percebido intersubjetivamente. É o típico caso da divisão de gênero em *masculino* e *feminino*⁵, em que as pessoas trans não são, sequer, existentes. O silenciamento em relação à orientação sexual, da mesma forma, não permite que o tema seja problematizado no interior das carreiras e discutida a discriminação sofrida pelos não heterossexuais.

Mais que isso, o Poder Público escolhe e classifica as informações que ele mesmo publica em seus relatórios, impondo-nos o ônus de analisar uma realidade já previamente classificada pelo Estado. Em outros termos, os dados disponibilizados pelas carreiras são aqueles que a própria instituição nos mostra e é a partir deles que poderemos fazer um juízo sobre o que nos é mostrado.

De todo modo, os dados disponíveis, em todas as suas perspectivas, evidenciam a inexistência de pluralidade na ocupação dos cargos do sistema jurídico estatal. Denunciam, portanto, como os critérios “mérito” e “técnica” não são capazes de promover o recrutamento isonômico dos agentes estatais.

A Escola Superior do Ministério Público da União publicou, em 2010, o *Perfil socioprofissional e concepções de Política Criminal do Ministério Público*

4. A Associação dos Magistrados Brasileiros produziu, em 2005, um estudo sobre o perfil e as opiniões dos magistrados brasileiros. Esse estudo foi analisado por Maria Tereza Sadek (2006), pesquisadora que realizou diversos trabalhos sobre o tema, inclusive participou da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, aqui citada diversas vezes. Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palacios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos publicaram, ainda na década de 1990 (Vianna *et al.*, 1997), outro importante estudo sobre o perfil dos magistrados, ambos já mencionados no decorrer desta pesquisa.

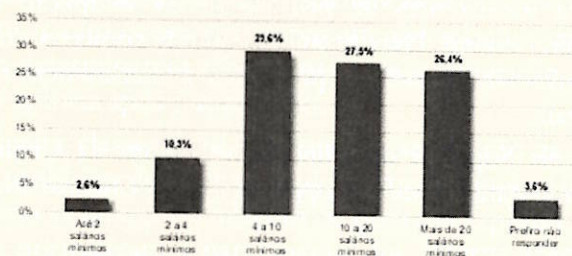
5. Em sentido contrário, afirma Butler (2023, p. 16) que “[...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de forma performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”.

Federal, contando com a participação de apenas 20% dos seus membros. Desses, 79,6% se autodeclararam brancos, 15,6% pardos, 2,4% amarelos e 2,4% negros. Em relação ao gênero, 70,7% eram homens e 29,3% mulheres.

Em 2022, o Conselho Nacional do Ministério Público contratou o Ipea para realizar o estudo do perfil sociodemográfico de seus membros, mas os resultados ainda não foram divulgados. O Colégio Nacional de Procuradores-Gerais (Conpeg) também está realizando pesquisa com os procuradores de Estado para o levantamento do perfil dos advogados públicos, com especial enfoque às questões raciais e de gênero. Indaga, inclusive, sobre situações discriminatórias que as minorias sofrem no exercício de sua função. Contudo, o levantamento é feito pelo Google docs e não conta com a contratação de instituto de pesquisa que poderia qualificar as informações coletadas.

A Defensoria Pública, na *Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, 2021* (Brasil, DPU, 2021), apresenta algumas informações relevantes sobre seus membros, mas dentro de amplo estudo em que diversos aspectos da entidade são discutidos, notadamente com o (justo e necessário) interesse corporativo de melhorar as condições da carreira em relação ao Judiciário e ao Ministério Público. De todo modo, três dessas informações são importantes à presente pesquisa. Em primeiro lugar, 74% dos defensores se autodeclararam brancos, 19,3% pardos, 3% pretos, 1,4% amarelos e 0,1% indígena. Em segundo, havia, em 2021, 51,9% de mulheres na instituição, contra 48,1% de homens. Por fim, o estudo aponta o seguinte gráfico, situando a classe social dos defensores antes do ingresso na carreira, considerando a renda familiar:

CLASSE ECONÔMICA DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS(AS) (ANTES DO INGRESSO NA CARREIRA)



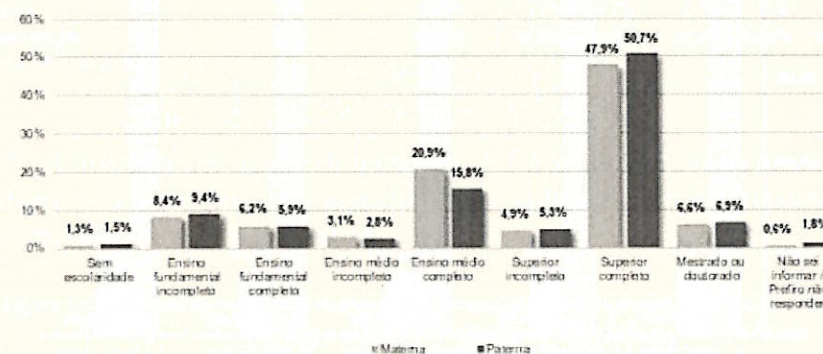
Fonte: Defensores Públicos dos Estados, do Distrito Federal e da União | Pesquisa Nacional da Defensoria Pública (2021). Margem de erro de 1,3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Fonte: Brasil, DPU, p. 62.

Observa-se, pois, que, da carreira destinada à defesa das pessoas com baixa renda, apenas 2,6% de seus membros advêm de família com renda de até dois salários-mínimos, lembrando-se que, em 2021, quase 70% da população advinha desse extrato social. Por outro lado, apenas 1%

da população percebe mais de vinte salários-mínimos, extrato de onde são recrutados 26,4% dos defensores⁶. O relatório traz também informação relativa à escolaridade dos pais, o que confirma o recrutamento dos defensores nas classes mais abastadas:

ESCOLARIDADE MATERNA E PATERNA DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS(AS)

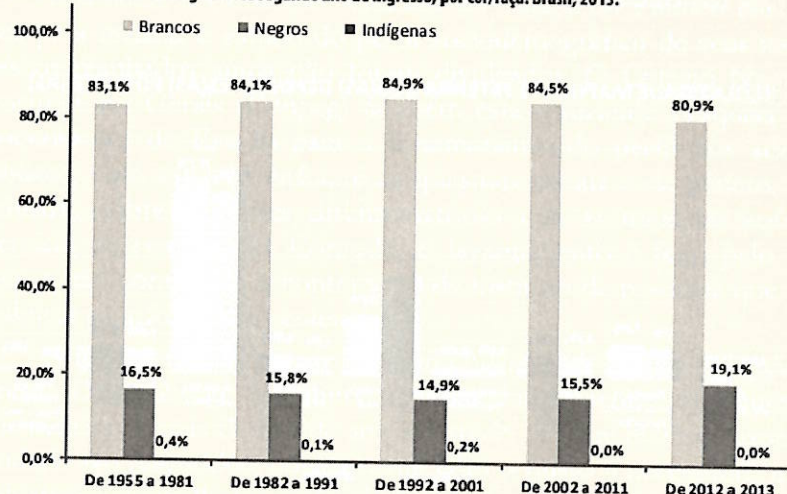


Fonte: Brasil, DPU, p. 62.

Dados mais consistentes são colhidos pelo Poder Judiciário, que publicou, em 2018, o *Perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros*. O relatório, contudo, foi antecedido por uma série de debates que foram levados pelo(s) movimento(s) negro(s) para a criação de cotas nos concursos para magistrados. Segundo o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça⁷ (CNJ), após a demanda, o plenário do órgão determinou a realização de diagnóstico da magistratura, que resultou no “1º Censo do Poder Judiciário”. Ficou constatado que, enquanto 51% da população se definiam como pardos e negros, sua representatividade no Judiciário era diminuta. Veja-se:

- Os dados estão disponíveis em tabelas constantes no endereço: <https://www.ibge.gov.br/html>. A imprensa noticiou amplamente o relatório. Veja-se: <https://g1.globo.com>, Acesso em: 4 ago. 2023.
- Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pdf>, Relatório elaborado por Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Secretária Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ). Acesso em: 2 ago. 2023.

3.1.3.3. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013.



Fonte: Brasil, CNJ, 2013, p. 39.

Paralelamente à constatação da parca representatividade de negros e à inexistência de indígenas no Judiciário, foi publicada, em 2014, a Lei n. 12.990/2014, que determinou a reserva de 20% das vagas oferecidas no serviço público federal a negros. Dentro desse contexto de reivindicações, foi editada a Resolução n. 203/2015/CNJ, que estendeu a imposição legal à magistratura. Assim, desde 2015 os concursos públicos para juízes já contam com a obrigatoriedade de respeitar as ações afirmativas em questão.

Contudo, a política ainda não foi sentida no Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros, realizado em 2018. “Menos de 1% dos magistrados em atividade declarou ter ingressado na magistratura por meio de reserva de vagas: 54 magistrados, sendo 30 em vagas destinadas às pessoas com deficiência e 24 às pessoas negras” (CNJ, Brasil, 2019, p. 26). Com efeito, a ampla maioria dos juízes ainda se declara branca (80,3%), com apenas 18,1% de negros, dos quais 16,5% pardos e 1,6% pretos. Apenas onze magistrados se declararam indígena.

Sob o ponto de vista religioso, as religiões de matriz africana também são praticamente inexistentes no Judiciário, que era, em 2018, predominantemente católico. Veja-se:

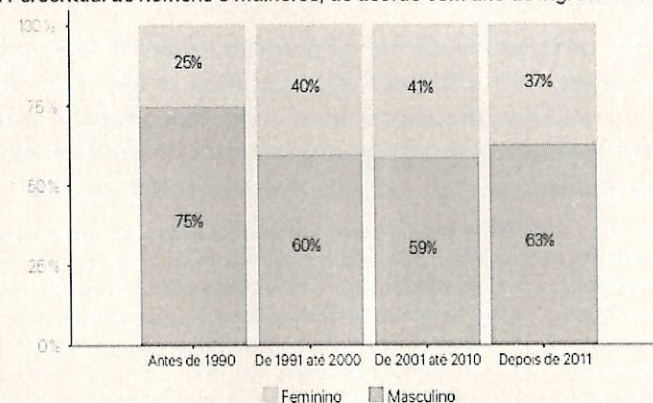
Tabela 3: Religião declarada pelos magistrados, de acordo com região de atuação, em percentual

Religião	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Católica	51,8%	64,6%	58,6%	55,6%	55,5%	57,5%
Espírita/Kardecista	17,2%	9,7%	13,3%	13,4%	12,0%	12,7%
Evangélica Tradicional	8,9%	6,4%	8,6%	5,1%	5,6%	6,2%
Evangélica Pentecostal	4,4%	2,1%	4,9%	2,2%	1,5%	2,5%
Matriz africana (Candomblé, Umbanda)	0,2%	0,6%	0,3%	0,9%	0,6%	0,6%
Judaica	0,3%	0,2%	0,2%	0,5%	0,3%	0,4%
Outra	1,6%	1,7%	2,7%	2,2%	1,7%	1,9%
Sem religião	15,5%	14,8%	11,3%	20,2%	22,8%	18,2%

Fonte: DPJ/CNJ 2018

A maioria da magistratura ainda é formada por homens (63%), embora seja perceptível o aumento, nos concursos mais recentes, da presença feminina (63%). Veja-se:

Figura 2: Percentual de homens e mulheres, de acordo com ano de ingresso na magistratura

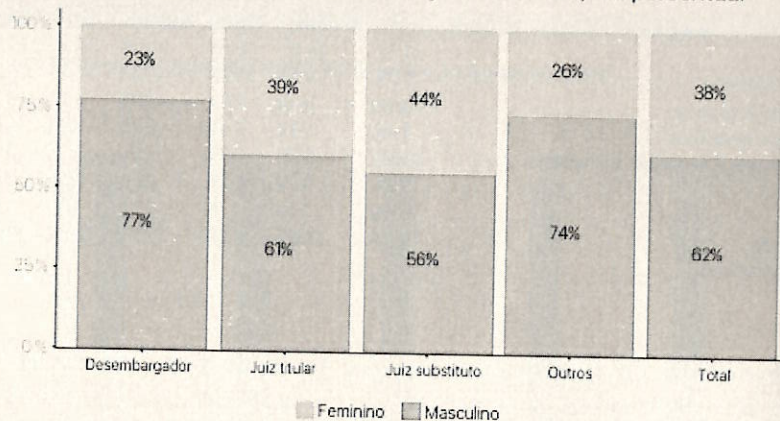


Fonte: DPJ/CNJ 2018

Fonte: Brasil, CNJ, 2018, p. 9.

Por outro lado, para os cargos de desembargador, o topo da carreira, ainda prevalece uma grande maioria masculina. Evidencia-se, pois, que o problema da representatividade das minorias não se faz apenas no ingresso, mas permanece na ocupação dos espaços de poder. Veja-se:

Figura 4: Sexo de acordo com posição na carreira, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

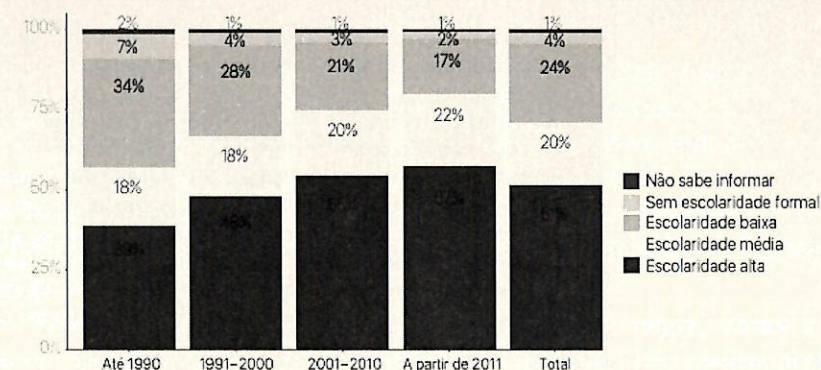
Fonte: Brasil, CNJ, 2018, p. 10.

O CNJ, diferentemente da Defensoria Pública, não indagou aos magistrados sobre os vencimentos percebidos pelos pais, critério que permitiria uma observação mais evidente sobre sua origem social. Fixou-se na análise da escolaridade dos progenitores, critério que também evidencia o recrutamento dos juízes nos estratos mais altos da sociedade:

A maioria dos magistrados brasileiros tem origem nos estratos sociais mais altos, sendo que 51% deles têm o pai com ensino superior completo ou mais, e 42% com a mãe na mesma faixa de escolaridade. Quanto mais recente é o ingresso na carreira, maior é a proporção de magistrados com pais com ensino superior completo ou mais. Dentre os que ingressaram até 1990, 20% têm mãe com ensino superior completo ou mais (Figura 13), e 39% têm pai com esse nível de escolaridade (Figura 14). Já entre os que ingressaram a partir de 2011, 56% têm mãe com ensino superior completo ou mais, e 57% têm pai nessa mesma faixa de escolaridade (Brasil, CNJ, 2018, p. 15).

Ainda segundo o CNJ, a escolaridade dos pais dos juízes aumenta à medida que os magistrados mais novos ingressam no serviço público:

Figura 14: Escolaridade do pai de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Fonte: Brasil, CNJ, 2018, p. 18.

Esses números contrastam com aqueles obtidos por Vianna, Carvalho, Melo e Burgos, (1997, p. 97), em pesquisa realizada na década de 1990. Segundo os autores, seria possível observar um padrão de recrutamento democratizado entre os magistrados, pois apenas 31,1% dos juízes tinham pais com curso superior. Veja-se:

Os dados relativos à escolaridade dos pais dos juízes confirmam um padrão de recrutamento democratizado, sendo que 24,2% deles não completaram o primário e 54,1% não têm o segundo grau completo. Apenas 31,0% dos juízes são filhos de pai com curso superior. Os índices de escolaridade da mãe são mais baixos que os dos pais: 59,3% não têm o segundo grau e apenas 13,1% têm curso superior. Quanto aos avós, entre 8% e 9% possuem curso superior; cerca de 60% não têm o segundo grau completo e para aproximadamente 20% não houve informação sobre a escolaridade dos avós, podendo-se presumir que era baixa.

Contudo, já naquele momento, os autores apontavam para uma tendência de “elevação da participação percentual de setores médios educados nos concursos mais recentes, implicando uma diminuição da presença dos setores inferiores das camadas médias e dos segmentos subalternos” (Vianna *et al.*, 1997, p. 97).

Maria Tereza Sadek, ao analisar o perfil sociodemográfico realizado pela Associação Nacional dos Magistrados (AMB), em 2005, constatou percentual semelhante àquele obtido no estudo acima: apenas 32,8% dos entrevistados tinham pais com ensino superior completo, enquanto 32,2%

tinham pais sem escolaridade.⁸ Esses números fizeram a autora concluir que haveria um indicador de mobilidade social e democratização na composição da magistratura. Veja-se:

Apenas 32,8% dos entrevistados possuem pais com escolaridade de nível superior, ou seja, igual àquela que alcançaram. No extremo oposto, tem-se um percentual semelhante, isto é, 32,3% são filhos de pais sem instrução ou que não chegaram a concluir o 1º grau. Estas proporções constituem um claro indicador de mobilidade social e de democratização na composição do corpo de magistrados. Ademais, evidenciam a importância do concurso público como forma de acesso à magistratura. Critérios baseados no mérito permitem que ingressem na magistratura indivíduos provenientes dos mais diversos estratos sociais (Sadek, 2006, p. 19).

Contudo, também Sadek já apontava que, entre os magistrados mais jovens, era possível observar o maior grau de escolarização que entre os mais velhos, tendência hoje registrada pelo CNJ.

O processo de expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas não nos permite formular uma conclusão, a partir da escolaridade dos pais de juízes, acerca de eventual alteração da origem social dos magistrados. Em outros termos, o aumento da escolaridade observada na sociedade brasileira nos impede de concluir que houve uma maior elitização no recrutamento dos juízes. Mas, por outro lado, parece claro que a consolidação do Circuito não promoveu a ampliação do acesso ao Judiciário. O alto sistema de concorrência ali estabelecido, atrelado ao desigual acesso aos meios de preparação, parece apontar para o sentido oposto. Consequentemente, as expectativas em torno das cotas se tornam ainda maiores.

7.4.3 LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COTAS NO CIRCUITO

CONQUISTE SEUS SONHOS JUNTO CONOSCO!
(Abayomi, juristas negras. Grifo meu)⁹

As cotas raciais são medidas de reparação histórica para os negros (Vaz, 2022). Contudo, sua importância, juntamente com a cota para pessoas com deficiência, é ainda mais ampla. Para o Circuito, elas permitem que se insira algum tipo de fratura em suas crenças fundadoras, fazendo com que

8. Ainda segundo a autora, em 2005, “em uma primeira aproximação, pode-se concluir que o magistrado brasileiro típico é do gênero masculino, de cor branca, com média de idade de 50 anos, considerando-se todos os respondentes, e de 44,4 anos, atentando-se apenas para os que estão presentemente em atividade; casado, com filhos; proveniente de família com mais de um filho; filho de pais com escolaridade inferior à sua; formado em Faculdade de Direito pública [...]” (Sadek, 2006, p. 15).

9. Disponível em: <https://abayomijuristasnegras.engaged.com.br>. Acesso em: 9 ago. 2023.

o debate em torno da ocupação de cargos públicos extrapole os discursos do mérito e da técnica. O sistema de cotas raciais autoriza que a noção de *público* seja realmente tematizada para além da exortação à competitividade como “virtude suprema”.

Ao discutirmos a democratização do acesso aos cargos públicos, evidencia-se que o dizer o Direito não é uma atividade meramente técnica. Está em questão a problematização em torno do *jurista*, que deixa de ser um ente abstrato, um mago capaz de acessar a verdade do Estado, e passa a ser situado socialmente. São trazidas para o âmbito do Direito, de forma explícita, as disputas em torno de como formulá-lo. Para além da linguagem, o corpo do jurista se faz presente.

A representatividade do homem e da mulher negra, como a das pessoas com deficiência e de todas as demais minorias, não apenas permite que outros corpos negros e com deficiência criem identificações capazes de levá-los àqueles lugares de poder. Mais que isso, ela abre portas à desestabilização da hegemonia dos homens brancos, cis e heterossexuais como representantes da “verdade” portada pelo Direito – uma vez que, com Foucault, os discursos de verdade, necessariamente, só existem nos corpos, pela injunção que aqueles discursos lhes impõem (Sforzini, 2023).

Contudo, no universo do Circuito, as cotas tendem a enfrentar um estreito limite. O processo formativo do jurista; a competição árdua dos concursos, que as cotas não excluem; a sociabilidade instaurada pelas carreiras; as normatividades que a prática do Direito impõe aos juristas farão parte da vida, também, do beneficiário da ação afirmativa.

Como visto, a consolidação das carreiras em análise implicou na inserção de seus membros em um lugar social muito próximo, tanto em relação às suas condições socioeconômicas, quanto ao universo simbólico em que estão inseridos. As reivindicações por prerrogativas funcionais e benefícios remuneratórios, bem como as formalidades no trajar, no falar e no agir compõem de tal forma o universo simbólico dos juristas do Estado, que a democratização inicialmente instaurada pelas cotas tende a se esgotar – já que o beneficiário da ação afirmativa estará sujeito a essa sociabilidade.

A partir da experiência das cotas, que vem alterando a realidade das universidades públicas brasileiras¹⁰, torna-se necessário postular outras formas de se reivindicar a democratização do acesso aos cargos do sistema jurídico estatal. É preciso sublinhar os limites do “acúmulo do conhecimento”, do “imperativo do novo” e da “objetividade do saber” como critérios para se demarcar a técnica/mérito, ao mesmo tempo que

10. Nesse sentido, ver: Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. A importância das cotas raciais e sociais no Brasil: uma reparação histórica necessária. Relatório Técnico. São Paulo: SoU_Ciência, 2021.

é preciso desenvolver fórmulas pelas quais o Direito se abra, e permaneça aberto, à aparição de outros sujeitos – de forma semelhante ao postulado por Butler (2023) em relação às questões de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CIRCUITO DOS CONCURSOS: SUA PRINCIPIOLOGIA

Ao apresentar o projeto de pós-doutorado ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UnB, delimitei minha pesquisa aos concursos do Ministério Público Federal. Pretendia, então, compreender as especificidades da formação desses profissionais e a influência que os concursos exerceriam na construção da identidade dos procuradores. Notadamente, interessava-me perscrutar a relação dos certames com o engrandecimento do órgão, como parte de um processo mais amplo de empoderamento de todo o sistema jurídico.

Contudo, com poucas semanas de pesquisa, ficou evidente que não faria sentido a análise centrada em uma carreira. A preparação de um procurador da república se dá no mesmo universo que a de um juiz, advogado público ou defensor. Nesse universo participam diversos atores, muitos deles pouco visíveis, e cuja interação implica a circulação de práticas, critérios de validação de conhecimento, regimes de prestígio e de verdade que nos permite nomeá-lo como “Circuito dos concursos”.

Exatamente por isso, o Circuito é tratado, aqui, como um campo (Bourdieu, 2015b), ou seja, como um espaço social assimetricamente estruturado em que diferentes atores interagem e onde distintos capitais sociais estão em disputa. Seus principais personagens são os cursos preparatórios, as editoras, os professores, as instituições avaliadoras, as carreiras, o judiciário e, claro, os próprios concurseiros. A despeito de os entes privados aparecerem em primeiro plano, o Estado atravessa todo o processo, não apenas por instaurar a demanda por agentes públicos, autorizar a sua contratação, estabelecer as normas disciplinadoras do certame, como, também, por apor seu poder simbólico aos valores que atravessam todo o Circuito.

A estrutura desse espaço social está atrelada à sua função: como os vestibulares, o Circuito opera como mediador de acesso a um espaço privilegiado da sociedade brasileira, os cargos públicos, em uma sociedade cuja longa história escravocrata desvaloriza as profissões manuais. “Mediar”,

contudo, não significa delimitar, apenas, quem está dentro e quem está fora. De outro modo, o Circuito participa da construção de muitas das assimetrias que são erigidas, em geral tacitamente, no campo do Direito: entre a magistratura e a Defensoria; entre um procurador e um promotor; entre o membro de carreira e seu servidor.

O Circuito, *objetivamente*, cria e valida classificações (Bourdieu, 2020) no mundo social que são requisitos para que os concurseiros obtenham êxito em sua empreitada. Notadamente, evidencia-se a crença na *competição* como princípio que estrutura o mundo social e a *disciplina do mérito* como valor que organiza a distribuição do prestígio no interior do campo. Se os cursinhos, professores e editoras constroem de forma mais evidente essa principiologia como estruturante, o Estado chancela essa ideologia ao positivá-la no ordenamento jurídico e ao utilizá-la como método de recrutamento de seus agentes.

Com efeito, participar das disputas por um cargo público, notadamente os de maior prestígio, pressupõe inserir-se nesse universo simbólico já previamente classificado no interior do Circuito, em que o prestígio está atrelado aos valores (*lato sensu*) ali compartilhados. Nesse sentido, o concurseiro, *subjetivamente*, é interpelado (Butler, 2015) a participar de uma competição que não se limita a lhe cobrar conhecimento sobre o direito objetivo. De outro modo, as sofisticadas técnicas de ensino desenvolvidas no Circuito, que criam assimetrias decisivas para a aprovação, impõem ao candidato todo um *modo de vida*, em que seu corpo está sempre em questão.

Técnicas de relaxamento, autoajuda, educação física, oratória, *mindfulness*, neurociência, viagens, *games* e até a moda: o mercado que se estrutura ao redor do Circuito compõe o universo simbólico ali compartilhado, articulado para a aprovação do candidato. Notadamente, essas técnicas se voltam a melhorar o seu desempenho, ou seja, a aumentar a apreensão do conteúdo no menor tempo possível. Com efeito, elas operam estimulando o próprio concurseiro a exercer o “cuidado de si” (Foucault, 2013); a ensinar-lhe meios de tornarem efetivos os princípios (aqui denominados) da “acumulação (de conteúdo)” e da “equação tempo-conteúdo”.

O Circuito não se impõe ao concurseiro, como se vê, como um pai autoritário que tolhe os desejos dos filhos. Ao contrário, ele o seduz, conquista-o; apresenta-se como um espaço de virtude que pode ser alcançado por todos aqueles que o seguirem. Ou, novamente com Foucault (2013), o controle da ação do concurseiro não se faz contra a liberdade ou a despeito dela, mas, sim, pela liberdade: é o próprio estudante que usa de seu (suposto) espaço de liberdade para se conformar aos valores que o Circuito disponibiliza.

O Circuito, portanto, atua ativamente na construção da *docilidade* do concurseiro. Estimula, nele, o exercício de uma autodisciplina como meio de ascender às virtudes que ele promete, que terá como recompensa a ocupação de um cargo cujo prestígio extrapola o próprio Direito.

A docilidade se faz presente, ainda, no *conhecimento* partilhado no interior do Circuito: o acúmulo do *Direito objetivo*. Orientado pela crença na isonomia, que norteia todo o Circuito, o saber se constrói, necessariamente, com pretensão à objetividade, evitando que “particularismos” criem óbices à igualdade.

Consequentemente, não há espaços para debates éticos ou críticos sobre o conteúdo apreendido. Ocorre que o “conteúdo apreendido” é o Direito objetivo, imposto pelo Estado não apenas por seu aparato coercitivo, mas, sobretudo, por seu poder simbólico. Em última análise, o saber do Estado é transmitido aos concurseiros como um saber neutro; como uma verdade objetivável que deve ser apreendida como requisito à aprovação.

Exatamente por isso, as publicações voltadas para concurso se caracterizam por não apresentarem a opinião do autor, cuja grande virtude será dispor, de forma clara e objetiva, as posições dominantes sobre cada tema. Também por isso a veiculação de aulas *online*, em que o professor fala e o estudante escuta, sem qualquer espaço para interação ou debate, foi amplamente adotada pelo Circuito.

Contudo, se esse conhecimento se constrói pautado pela objetivação, sendo avesso a problematizações mais sofisticadas, por outro lado ele ostenta um hálito universal, já que o Direito, funcionalmente, é a instância que deve oferecer normatização a todo o mundo social. Ao final desse (normalmente) longo processo de formação de juristas do Estado, é ele habilitado a responder a questões de saúde, engenharia, gênero e energia nuclear, instâncias que, há muito pouco tempo, jamais estariam acessíveis às classificações impostas pelo Direito.

Pensar o percurso atravessado pelo jurista do Estado, no interior do Circuito, permite observar aspectos relevantes da formação desses profissionais. Mas, sobretudo, tem como escopo sublinhar como a verdade no Direito não pode prescindir da análise de socialização do jurista; de como os enunciados ali produzidos o são por meio de estruturas assimétricas construídas e reproduzidas no campo do Direito, que distribuem desigualmente o direito à palavra. Daí a importância de tematizar o lugar social ocupado pelo jurista; as relações de poder que atravessam seu corpo; em como ele é interpelado a responder às normas que disciplinam esse espaço social.

VERDADE, CORPO E LINGUAGEM

Como visto, o Estado é entendido, aqui, como um campo. Consequentemente, como um espaço de disputa. Não se trata, contudo, de um campo qualquer, mas de um “metacampo” (Bourdieu, 2015a), titular de repertório simbólico de onde são extraídas as nomeações fundamentais do mundo social: o tempo, a língua, a mobilidade, a propriedade, a família, o lazer, o Direito. O Estado opera como última instância de disciplina (simbólica) de consensos que nos são dados como supostamente naturais; e é sobre essa suposta naturalidade que as relações de poder se (re)constroem.

As tradições prevalentes da dogmática jurídica, e mesmo da teoria do Direito, centram sua atividade na *justificação* dos enunciados, ou seja, em como é possível validar racionalmente discursos com o objetivo de melhorar a prática respectiva. Contudo, dessa íntima relação do direito com o Estado, e com o poder simbólico que ele exerce, decorre uma linha muito tênue entre estabelecer o que o Direito deve ser daquilo que ele é; entre exortar a igualdade como princípio fundador do Estado democrático de direito e legitimar o agente estatal no momento de sua aplicação.

Sobretudo, porque a justificação se limita a perscrutar a linguagem, sem colocar em questão o jurista, prolator do enunciado. Ela abdica de perscrutar as assimetrias que compõem, estruturalmente, o campo do Direito e como ele distribui de forma desigual o direito ao uso da palavra.

A linguagem não se limita a fazer circular significantes, ela é portadora de toda uma “filosofia social” (Bourdieu, 2001) que lhe dá sentido. Ao falarmos, antes de tudo, somos classificados pelo uso da língua (urbano/rural, nordestino/sudestino, homem/mulher etc.). A partir dessa classificação, teremos, ou não, o direito de aparecer publicamente e reclamar o uso da linguagem. Sobretudo em ambientes formais, como o do Direito. O apagamento do lugar social do jurista, das relações de poder que se investem sobre seu corpo e das estruturas assimétricas em que se desenrola sua prática parecem se dar em um processo mais amplo em que o próprio Estado neutraliza o exercício de seu poder simbólico.

O Circuito, por outro lado, nos mostra que a formação dos juristas do Estado, personagens centrais do sistema jurídico, se dá por um amplo investimento em seu corpo. Os juízes, promotores, procuradores e defensores são interpelados (Butler, 2015), desde sua formação até o momento em que se inserem na prática, em seu modo de falar, de vestir, de agir, de reconhecer um conhecimento como válido. As formalidades que constituem o Direito e o Estado passam a compor o cotidiano dos profissionais, que terão que lidar com esse universo em seu processo de subjetivação. Dissociar as pretensões de verdade formuladas nesse campo

dos agentes que as enunciam compõe as estratégias do Direito de construir a universalidade a que ele está sujeito (*non liquet*).

ESTADO, CIRCUITO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL

O tirocínio no Direito implica a inserção do neófito em um universo simbólico específico, que vai muito além do domínio do “Direito positivo”. Inicia-se, na verdade, muito antes da faculdade, quando somos ensinados, em tenra idade, que homens de terno reunidos são advogados.

A preparação do jurista do Estado no interior do Circuito, ainda que seja apenas uma etapa desse processo, é um momento relevante da inserção do profissional na prática. Ora, o candidato se dedica anos a fio para obter sua aprovação e é inserido “de corpo e alma” nesse mister. Ademais, considerando a importância assumida pelos concursos, seus regimes de consagração estão amplamente presentes no campo do Direito (*lato sensu*) e sobre ele exercem importante influência (seus professores, livros, editoras, métodos de circulação de conhecimento).

A emergência do Circuito no Brasil participa da consolidação dos juristas do Estado como um grupo social específico, relativamente coeso, em que um número considerável de agentes públicos partilha um universo simbólico semelhante, caracterizado por vencimentos, regimes jurídicos e interesses muito próximos, além de exigências muito particulares no modo de vestir, falar e agir. O que mobiliza o concurseiro à sua preparação é participar desse universo, cujas delícias são exortadas sistematicamente em toda sua preparação.

O Circuito tece sua legitimidade pautada nos pilares da “disciplina do mérito” e do discurso da “técnica”. Contudo, os valores que ali são compartilhados, relevantes para o processo de subjetivação do futuro jurista do Estado, vão muito além da autoimagem que, com êxito, ele (o Circuito) consegue impor sobre si mesmo.

No núcleo dessa ideologia está a crença de um mundo social construído a partir da disputa generalizada de todos contra todos, em que a disciplina e o mérito autorizam aos mais bem preparados o acesso aos postos centrais do Estado. Há o apagamento de como os capitais cultural/educacional são desigualmente distribuídos no Brasil – e como essa desigualdade é decisiva na manutenção dos mesmos grupos sociais no núcleo do Estado –, e o recrutamento dos agentes públicos é tratado a partir da (suposta) neutralidade da disciplina-mérito-técnica.

Como se vê, os valores que sedimentam a sociabilidade no Circuito não lhe são privativos. Ao contrário, eles participam da ideologia neoliberal, modelo socioeconômico atualmente dominante que impõe às relações

humanas os princípios que norteiam a concorrência empresarial: a competição, a acumulação e a maximização do lucro (Wood, 2001). Assim como uma empresa deve alocar seus recursos como forma de diminuir seus custos e ampliar seus lucros, condição para participar de mercados competitivos, os indivíduos devem estabelecer suas relações intersubjetivas, e consigo mesmo, pautadas na ideia de eficiência, autocontrole e superávit.

O Estado, portanto, está no núcleo da construção do neoliberalismo, em todas as suas frentes: a) na progressiva transformação do mundo social em mercadoria (água, direitos previdenciários e sociais, parques etc.); b) na desregulamentação do sistema financeiro (Harvey, 2008); c) e, no que interessa mais de perto a esta pesquisa, na formação de sujeitos que pensam (e, portanto, constroem) o mundo a partir das categorias neoliberais.

O neoliberalismo, como visto, não se limita a estabelecer disciplinas econômicas para a circulação de bem. Para além do regramento da produção e do consumo, o modelo socioeconômico impõe restrições aos padrões de individuação vigentes, ou seja, estabelece fronteiras cujos contornos limitam a construção de subjetividades. Promovem a gestão social a partir do estímulo/sancionamento sistemático de comportamentos, imposição de valores, que são condições para que os indivíduos se reconheçam socialmente (Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2022). É exatamente esse o papel que o Estado, por meio do Circuito, exerce não apenas na formação dos concurreiros, mas ao cancelar esses critérios como vetores para o recrutamento de seus agentes.

Com efeito, a principiologia que fundamenta o Circuito, pautada na competição de todos contra todos, com a seleção dos mais preparados, não tem como núcleo a tematização do “público”, nos termos em que a tradição liberal, historicamente, buscou construí-lo (Habermas, 1984). O concurreiro é exortado a cumprir os princípios da “acumulação”, por meio da equação “tempo-conteúdo”, não a problematizar sobre como “construir o coletivo” a partir do exercício de sua futura profissão.

Com efeito, considerando a centralidade ocupada pelo Direito para nomear o que é o público, observa-se que não formamos/selecionamos os juristas do Estado que melhor são capazes de deliberar sobre o público, a trabalhar em seu nome. De outro modo, confiando no recrutamento dos mais bem preparados, delegamos a eles, após a aprovação, decidirem sobre o público.

COTAS E RESISTÊNCIA

Mais do que medidas de reparação histórica e de justiça social, as cotas significam a imposição de resistência às crenças legitimadoras do Circuito

– e, portanto, do próprio neoliberalismo. Elas nos permitem desvelar como o recrutamento dos agentes públicos implica em decisão política central do Estado, neutralizada pelos discursos da disciplina do mérito e da técnica. Autorizam-nos a problematizar o “público” como um lugar de disputa, não como uma decisão meramente técnica tomada pelos agentes (teoricamente) mais bem preparados.

Ao discutirmos a democratização do acesso aos cargos públicos, evidencia-se que o “dizer o Direito” também não é uma atividade meramente técnica. Consequentemente, a entidade *jurista* perde sua abstração, e sua universalidade, e passa a ser situado socialmente. O corpo do jurista se faz presente para além da linguagem.

Contudo, no universo do Circuito, as cotas tendem a enfrentar um estreito limite. Mesmo elas estão inseridas no princípio competitivo que disciplina o concurso. Também os beneficiários das políticas afirmativas atravessarão todo o processo formativo aqui descrito e participarão do universo simbólico partilhado pelos juristas do Estado. A experiência das cotas, portanto, deve ser ampliada como forma de se reivindicar a abertura constante desse lugar de enunciação do Direito. Foucault reivindicava à genealogia, em sua atividade crítica de desvelamento das relações de saber-poder, a possibilidade de uma “insurgência dos corpos” (Sforzini, 2023); o exercício político de imposição de resistência sobre a governabilidade que sobre eles se impõe. Essa insurgência deve ser trazida para dentro do Estado, onde o núcleo dessa governabilidade é exercida.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinícius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, Maria Rita *et al.* (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 27-72.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019.

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica*. Trad. Zilda Hutchinson Scild Silva. São Paulo: Landy Livraria e Editora, 2001.

ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ANDRADE, Caio César Vioto. *Da tecnoburocracia à desburocratização: a trajetória das reformas da administração pública no regime militar brasileiro (1964-1985)*. 2021. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2021.

ARGUELHES, Diego Werneck; OLIVEIRA, Fabiana Luci; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ativismo judicial e seus usos na mídia brasileira. *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 34-64, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/164/148>.

BIANCHINI, Alice. Entrevista concedida a Luiz Felipe da Mata Machado Silva para o livro *O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito*, via internet, em 13 de setembro de 2022.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Trad. Maria Celeste Leite dos Santos. 6. ed. Brasília: Editora UnB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia Geral*. v. 1: *As lutas de classificação*. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2015b.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2001a.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. La force du droit. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 64: De quel droit?, p. 3-19, sept. 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/arss.1986.2332>.

BRASIL. IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2022. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>.

BRASIL. Defensoria Pública da União. *Pesquisa Nacional da Defensoria Pública*. Brasília: DPU, 2021. Disponível em: <https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/download/pesquisa-nacional-da-defensoria-publica-2021-eBook.pdf>.

BRASIL. CNJ. Censo da Magistratura Brasileira, 2013. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/CensoJudiciario.final.pdf>

BRASIL. Ministério Público da União. Escola Superior do Ministério Público da União. *Perfil socioprofissional e concepções de política criminal do Ministério Público Federal*. Brasília: ESMPU, 2010.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pdf>.

BRASIL. *Revista Trimestral de Jurisprudência*, Brasília, v. 125, tomo 2, ago. 1988. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/125_2.pdf.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Entrevista concedida a Luiz Felipe da Mata Machado Silva para o livro *O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito*, via *web*, em 18 de agosto de 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil*: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão à política antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Trad. Juliana Bianchini Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. Trad. Veronica Daminelli e Danel Yago Françoli. 2. ed. São Paulo: Crocodilo edições, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em alianças e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Dimensões do ativismo judicial do STF*. Rio de Janeiro: Forense, 2014

CARNEIRO, João Geraldo Piquet. As reformas da Administração Federal nos governos Sarney e Collor. *Temas de Atualidade Brasileira I*. Ciclo de Palestras proferidas no curso "Leituras brasileiras", no Instituto Rio Branco, 1994. Disponível em: [cadernos_do_ipri_-_numero_14_-_1994_-_temas_de_atualidade_brasileira.pdf](#).

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAVALCANTI, Márcio André Lopes. Entrevista concedida a Luiz Felipe da Mata Machado Silva para o livro *O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito*, via internet, em 25 de novembro de 2022.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E CIÊNCIA. *A importância das cotas raciais e sociais no Brasil: uma reparação histórica necessária*. Relatório Técnico. São Paulo: SoU_Ciência, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade liberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DIDIER, Ricardo. Entrevista concedida a Luiz Felipe da Mata Machado Silva para o livro *O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito*, via internet, em 14 de dezembro de 2022.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

- DWORKIN, Ronald. *O império do Direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2018.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- FARIAS, Edson. O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 583-614, set./dez. 2016.
- FARIAS, Edson; NERY, Salete. *Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo: mercados, memória e consumo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- FAUSTO, Boris. A vida política. In: SCHWARTZ, Lilian (Org.). *História do Brasil Nação: olhando pra dentro. 1930-1964*. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre, 2013.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio de. *Função social da dogmática jurídica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio de. Hans Kelsen, um divisor de águas 1881-1981. *Sequência (Estudos Jurídicos Políticos)*, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 133-138, 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*. Curso no Collège de France (1980-1981). Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermatina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. I: *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Trad. (não consta). Rio de Janeiro: GEN editora, 2019.
- GOMES, Ângela. População e sociedade. In: SCHWARTZ, Lilian (Org.). *História do Brasil Nação: olhando pra dentro*. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre, 2013.
- GRANJEIRO, José Wilson. Entrevista concedida a Luiz Felipe da Mata Machado Silva para o livro *O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito, presencialmente*, em 2 de agosto de 2022.
- GUERZONI FILHO, Gilberto. Tentativas e perspectiva de formação de uma burocracia pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 47, v. 120, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br>.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. Trad. Flavio R. Kothe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HEIDEGGER, Martin. *Introdução à filosofia*. Trad. Marcos Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do Homem Grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KELSEN, Hans. *Jurisdição constitucional*. Trad. Alexandre Krug. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Justiça e Direito)
- KELSEN, Hans. *A democracia*. Trad. Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla, Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.
- KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do estado*. Trad. Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Trad. Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- LEÃO, Andrea Borges. *Norbert Elias e a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LEMOES, Renato. *Benjamin Constant*. CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 49, n. 2, p. 5-30, abr./jun. 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br>.

LOBATO, Flavio Henrique Souza. Mercado das viagens para concursos públicos no Brasil: perfil e experiências de concurseiros. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 17, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v17.2690>.

LOBATO, Flávio Henrique de Souza; ALBERTO, Diana Priscila Sá. “O estudo é com você, a viagem é com a gente”: as agências de turismo especializadas em viagens a concursos públicos no Brasil. *Revista Turismo: Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v. 21, n. 2, p. 82-101, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v21n2.p82-101>.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *Curso de Filosofia do Direito: o Direito como prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LOPEZ, Félix G.; CARDOSO JÚNIOR, José Celso (Orgs.). *Trajetórias na burocracia da Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2023.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

LUHMANN, Niklas. *Sociedad de la Sociedad*. Trad. Javier Torres Nafrarrate Bajo. Ciudad do Mexico: Universidad Ibero Americana, 2007.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MAIA, Bóris. A institucionalização do concurso público no Brasil: uma análise sócio-histórica. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 72, n. 3, p. 663-684, 2021. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php>.

MAMEDE, Gladston. *Manual de direito empresarial*. São Paulo: Atlas, 2006.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

NEAMP, PUC SÃO PAULO. Lideranças Políticas, Paulino José de Souza. Disponível em:

<https://neamp.pucsp.br/liderancas/paulino-jose-soares-de-sousa>.

OREIRO, José Luis; FERREIRA-FILHO, Helder Lara. A PEC 32 da Reforma Administrativa. Uma análise crítica. *Revista de Economia Política*, v. 41, n. 3, p. 487-506, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>.

ORTIZ, Renato. *O universo do luxo*. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

ORTIZ, Renato. As celebridades como emblema sociológico. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 669-697, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752016V635>.

RABELO, Fernanda Lima. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 78-91, 2013.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2000.

REIS, Daniel Aarão. As marcas do período. In: *História do Brasil Nação: 1880-2010*. v. 5: *Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010*. Coordenação-geral: Lília Moritz Schwarz. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2014. p. 21-30.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2020.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: *História do Brasil Nação: 1880-2010*. v. 5: *Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010*. Coordenação-geral: Lília Moritz Schwarz. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2014. p. 233-284.

SADEK, Maria Tereza. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANDEL, Michael J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Trad. Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Valedir Ribeiro dos. Entrevista concedida a Luiz Felipe da Mata Machado Silva para o livro *O circuito dos concursos: subjetivação e verdade no Direito*, via internet, em 16 de dezembro de 2022.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

SFORZINI, Arianna. *Michel Foucault: um pensar sobre o corpo*. Trad. Eduardo Maurício da Silva Bomfim. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

SILVA, Luiz Felipe M. M. *A construção do discurso de objetividade do controle abstrato*. 2020. 228 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: *História do Brasil Nação: 1880-2010*. v. 5: *Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010*. Coordenação-geral: Lília Moritz Schwarz. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2014. p. 183-232.

THOMPSON, John B. *As guerras do livro: revolução digital no mundo editorial*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

THOMPSON, John B. Préface. In: BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2001. p. 7-51.

ULIANO, André Borges. *Contra o ativismo judicial: mecanismos institucionais de prevenção e correção de decisões ativistas*. Londrina: Toth Editora, 2022.

VASLIN, Rodrigo. PDF relativo à Aula 00. Curso Ministério Público. D. Processual Civil – 2022 (Curso Regular). Curso Estratégia.

VAZ, Livia Sant'Anna. *Cotas raciais*. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Feminismos plurais)

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZkxxQjDk5XZHxxtVdHWvtym/abstract/?lang=pt>.

WAHRLICH, Beatriz. Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). CPDOC/FGV. Verbetes. s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br>.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. I e II. Trad. Regis Barbosa e Elsabe Barbosa. Editora UNB: Brasília, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do Capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOOKS BY
AUTHORS

www.booksbyauthors.com

A Editora Thoth é empresa parceira da
Books By Authors



www.caminhodoslivros.com.br

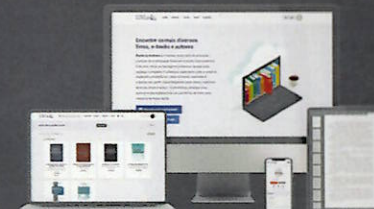
Livro impresso na gráfica
Caminho dos Livros



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code e obtenha mais informações
sobre a Editora Thoth

BOOKS BY
AUTHORS

Uma nova plataforma veio para facilitar seu dia a dia e possibilitar o acesso às suas obras favoritas no seu computador, tablet ou smartphone, sem ocupar memória dos seus aparelhos.



-  Criação de perfis acadêmicos;
-  Busca por autores e obras favoritas;
-  Inserção de publicações (livros, artigos e etc.)
-  Aquisição de livros no formato E-BOOK;
-  Saiba quando for citado em outras publicações.

E muito mais!

Venha nos conhecer em:
www.booksbyauthors.com.br

Editora Thoth parceira da:

BOOKS BY
AUTHORS